

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS

CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS, AMBIENTAIS E DE TECNOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO

CAROLINA GONÇALVES NUNES

**FORMAÇÃO DO TERRITÓRIO BRAGANTINO PAULISTA: O
PAPEL DOS BAIRROS RURAIS, FAZENDAS MISTAS E
CAPELAS FILIAIS**

CAMPINAS
2021

CAROLINA GONÇALVES NUNES

**FORMAÇÃO DO TERRITÓRIO BRAGANTINO PAULISTA: O
PAPEL DOS BAIRROS RURAIS, FAZENDAS MISTAS E
CAPELAS FILIAIS**

Tese apresentada ao Curso de Doutorado em Urbanismo do Centro de Ciências Exatas, Ambientais e de Tecnologia da Pontifícia Universidade Católica de Campinas como requisito para obtenção do título de Doutora em Urbanismo.

Área de Concentração: Urbanismo.

Orientadora: Profa. Dra. Ivone Salgado

CAMPINAS

2021

CAROLINA GONÇALVES NUNES

"FORMAÇÃO DO TERRITÓRIO BRAGANTINO PAULISTA: O PAPEL DOS BAIRROS RURAIS, FAZENDAS MISTAS E CAPELAS FILIAIS"

Tese apresentada ao Curso de Doutorado em Urbanismo do Centro de Ciências Exatas, Ambientais e de Tecnologias da Pontifícia Universidade Católica de Campinas como requisito para obtenção do título de Doutor em Urbanismo.

Área de Concentração: Urbanismo.

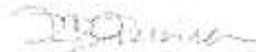
Orientador(a): Profa. Dra. Ivone Salgado

Tese defendida e aprovada em 26 de maio de 2021 pela Comissão Examinadora constituída dos seguintes professores:



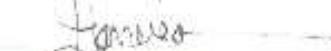
Profa. Dra. Ivone Salgado

Orientadora da Tese e Presidente da Comissão Examinadora
Pontifícia Universidade Católica de Campinas




Profa. Dra. Renata Baesso Pereira

Pontifícia Universidade Católica de Campinas



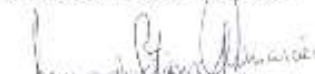
Profa. Dra. Jane Victal Ferreira

Pontifícia Universidade Católica de Campinas



Prof. Dr. Clóvis Ramiro Jucá Neto

Universidade Federal do Ceará



Profa. Dra. Maria de Fátima Guimarães

Universidade São Francisco

Ficha catalográfica elaborada por Vanessa da Silveira CRB 8/8423
Sistema de Bibliotecas e Informação - SBI - PUC-Campinas

711.4
N972f Nunes, Carolina Gonçalves

Formação do território Bragantino Paulista: o papel dos bairros rurais, fazendas mistas e capelas filiais / Carolina Gonçalves Nunes. - Campinas: PUC-Campinas, 2021.

303 f.: il.

Orientador: Ivone Salgado.

Tese (Doutorado em Urbanismo) - Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Centro de Ciências Exatas, Ambientais e de Tecnologia, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2021.

Inclui bibliografia.

1. Planejamento urbano. 2. Urbanização. 3. Bragança Paulista (SP). I. Salgado, Ivone. II. Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Centro de Ciências Exatas, Ambientais e de Tecnologia. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo. III. Título.

CDD - 22. ed. 711.4

Para meus Filhos, Pietra e João.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a oportunidade de estar chegando ao final desta importante etapa de minha vida aos meus pais, Fátima e Wagner: à minha mãe, pelo amor e zelo incondicional e ao meu pai por ser, inegavelmente, meu fã número 1.

Agradeço ao meu companheiro de vida, Carlos Henrique, por me ouvir, por cuidar dos nossos na minha ausência, por me levantar nas dificuldades, por me acompanhar no campo, na biblioteca, nas descobertas e libertações. Que sorte a minha te ter ao meu lado!

Agradeço aos meus filhos, Pietra e João, as duas existências do universo que me levam sempre a querer ser mais e melhor.

Minhas irmãs, Dimalice e Agnes, mulheres incríveis que me acompanham pela vida e torcem por todas as minhas vitórias, obrigada.

Agradeço aos meus familiares da família Cardoso, que se preocuparam, me incentivaram e torceram por mim com amor!

Agradeço às minhas amigas de Bragança, Poços de Caldas e Campinas por entender minha ausência, por trocar conhecimento e, principalmente, por acreditarem nessa conquista.

Agradeço a dedicação e a troca com **todos** os professores do PÓSURB-ARQ, profissionais que tanto admiro e em quem me espelho. Em especial, Luiz Augusto Costa Maia e Wilson Caracol, pessoas que me entregaram o conhecimento como forma de olhar o mundo como nunca havia visto.

Meu agradecimento especial para a colaboradora da PUC-Campinas, Ana Paula Freitas, a Paulinha, que é tão eficiente quanto generosa ao atender os alunos.

Agradeço aos meus amigos da pós, que, entre desesperos, descobertas, alegrias e pesquisas, dividiram comigo momentos fundamentais na jornada: Ana Carolina Almeida, Alessandra Strassa, Caio Maroso, Luciana Valin, Ana Beatris Menegaldo, Rafael Ferreira, Thiago Carandina, Mariana Ripoli, Cíntia Santana, Ligya Bianchini e Helena Vilela. Em especial, às minhas amigas da vida, da arquitetura e do pra sempre Larissa de Souza Pereira e Natália Magalhães.

Agradeço o apoio e amizade de meus colegas da Universidade de Mogi Guaçu e da Universidade São Francisco. É um prazer dividir o dia a dia com vocês!

Agradeço aos amigos Ana Roberta Lima e Eidy Sasahara pelas trocas, pelos livros e pela atenção de sempre, à minha amiga Camila Almeida por sua paciência em me ensinar Excel, sempre me socorrendo nas horas mais improváveis, obrigada.

Meu agradecimento especial ao Luís Antonio Palombello, que faz um trabalho de resgate icnográfico incrível, resgata, colore e publica em sua página do Facebook, *Bragança Ontem e Hoje Através de Fotos e Vídeos*. Sua generosidade faz uma diferença enorme para nós, pesquisadores.

Aos bragantinos, sempre tão apaixonados e dispostos a ajudar, agradeço pelas dicas, atenção, livros e conhecimento cedidos.

Agradeço a atenção dos profissionais do acervo do Centro de Documentação e Apoio à Pesquisa em História da Educação da Universidade São Francisco (CDAPH-USF), ambiente com uma gama de documentos incrível para pesquisa.

Agradeço ao Elzio do Apesp e ao Jair da Cúria Metropolitana de São Paulo (CMSP), pela atenção, profissionalismo e, principalmente, por conseguirem diminuir as barreiras impostas na pandemia aos pesquisadores.

Aos meus ex-professores, que plantaram a semente do urbanismo em mim e agora são colegas de estudos e profissão, Antônio Carlos Lorette e Adriane Matthes, obrigada.

À professora Renata Baesso um obrigada especial, afinal, são seis anos acompanhando, contribuindo e sendo absolutamente atenciosa com minha pesquisa.

Aos tão especiais membros da banca, referências para mim, que hoje me dão a honra de suas contribuições para a análise desta pesquisa. Obrigada, Clovis Ramiro Jucá Neto, desde a qualificação até a defesa. Jane Victal e Maria de Fátima Guimarães, muito obrigada mesmo.

Agradeço à minha orientadora Ivone Salgado, professora da minha primeira aula no mestrado (e outras tantas), que acompanhou todos os meus passos na pós-graduação, indicou as leituras assertivas, orientou os novos olhares, as escritas, as publicações, e aqui estamos para mais um fim de etapa. Ivone, obrigada por cumprir seu ofício com tanta maestria. Sou sua orientanda com muito orgulho.

“O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.”



Com novas formas, os eixos das antigas estradas se conversam nas paisagens atuais de nossas cidades e com elas, a história da conquista e colonização de parte do território do atual estado de São Paulo e do Brasil Central. Basta ver.

Nestor Goulart Reis Filho.

NUNES, Carolina Gonçalves. FORMAÇÃO DO TERRITÓRIO BRAGANTINO PAULISTA: O PAPEL DOS BAIRROS RURAIS, FAZENDAS MISTAS E CAPELAS FILIAIS 2021. Tese (Doutorado Urbanismo) – Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Centro de Ciências Exatas, Ambientais e de Tecnologia. Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, Campinas, 2021.

RESUMO

Esta pesquisa analisa a formação histórica da rede urbana de Bragança Paulista desde o início da ocupação do seu território, no século XVIII, até a primeira metade do século XX, procurando abordar aspectos econômicos, sociais e políticos, construindo um novo olhar sobre a história da formação do território.

Na reconstituição desta rede urbana se dá visibilidade ao papel dos *bairros rurais* na formação do território, visando à compreensão da formação específica da região de Bragança Paulista, interpretando o território formado a partir de caminhos, povoados de diferentes escalas, ações sociais, políticas e econômicas que movem as transformações. A pesquisa aborda o início da formação de um território como lugar de passagem; a formação incipiente de uma economia de subsistência na região no início do século XVIII; a passagem desta economia de subsistência para uma economia agropastoril voltada para o abastecimento da capital; a consolidação desta economia pastoril com especialização na produção do toucinho; a inserção da produção do café na economia bragantina.

Na análise deste processo procuramos verificar as alterações do território buscando evidenciar os fenômenos que contribuíram para sua consolidação. Utiliza-se a análise cartográfica e a análise de dados primários, sobretudo os censos demográficos, tabulando a localização, quantidade e, conseqüentemente, a importância do território rural, dando destaque aos *bairros rurais*, evidenciando-os como parte fundamental para a compreensão da história urbana, inserindo-os na economia, sociedade e política de diferentes contextos no período de análise. Evidencia-se, ainda, como a Igreja Católica, instituição fundamental na ocupação do território no Período Colonial, continuou atuando de forma determinante nesta formação no período do Império e na Primeira República.

Palavra Chave: Bragança Paulista. Bairro Rural. Capelas Filiais. Fazendas Mistas.

NUNES, Carolina Gonçalves. FORMATION OF THE BRAGANTINO PAULISTA TERRITORY: THE ROLE OF RURAL NEIGHBORHOODS, MIXED FARMS AND BRANCH CHAPELS. 2021. Tese (Doutorado Urbanismo) – Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Centro de Ciências Exatas, Ambientais e de Tecnologia. Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, Campinas, 2021.

ABSTRACT

This research analyzes the historical formation of the urban network of Bragança Paulista since the beginning of the occupation of its territory, in the 18th century, until the first half of the 20th century, seeking to address economic, social and political aspects, building a new look at the history of the formation of the territory.

In the reconstitution of this urban network, visibility is given to the role of rural neighborhoods in the formation of the territory, aiming to understand the specific formation of the region of Bragança Paulista, interpreting the territory formed from paths, villages of different scales, social, political and economic actions that move the transformations. The research addresses the beginning of the formation of a territory as a place of passage; the incipient formation of a subsistence economy in the region at the beginning of the 18th century; the transition from this subsistence economy to an agro-pastoral economy aimed at supplying the capital; the consolidation of this pastoral economy with specialization in the production of bacon; the insertion of coffee production in the Bragantine economy.

In the analysis of this process, we tried to verify the changes in the territory, seeking to highlight the phenomena that contributed to its consolidation. Cartographic analysis and primary data analysis are used, especially demographic censuses, tabulating the location, quantity and, consequently, the importance of rural territory, highlighting rural neighborhoods, highlighting them as a fundamental part of understanding history urban, inserting them in the economy, society and politics of different contexts in the period of analysis. It is also evident how the Catholic Church, a fundamental institution in the occupation of the territory in the Colonial Period, continued to act in a decisive manner in this formation during the period of the Empire and the First Republic.

Keyword: Bragança Paulista. Rural district. Branch Chapels. Mixed Farms.

Lista de figuras

Figura 1. Imagem aérea do Morro do Lopo 1940.....	30
Figura 2. Recorte de Mapa datado de 1750- <i>Costa do Brasil desde a ponta de Itapetininga, São Paulo, até o rio Imbou ao sul da Ilha de Sta. Catarina</i>	32
Figura 3. Relação entre a rede hídrica local e a escolha do local para a construção da primeira Capela do bairro rural do Jaguary.....	41
Figura 4. Interpretação da localização do Registro de Jaguary no recorte da "CARTA CHOROGRAPHICA DA CAPITANIA DE S. PAULO" Ano 1766.....	42
Figura 5. Recorte da <i>Carta Cartográfica da Capitania de São Paulo e seu "certão"</i>	43
Figura 6. Esquema do desmembramento do final do século XVIII na região de estudo.....	46
Figura 7. <i>Bairros rurais</i> da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Jaguary e bairro da Freguesia, formados entre 1767 e 1796, interpretados na cartografia de 1909.....	50
Figura 8. Esquema de medição do rossio segundo Claudia Damasceno Fonseca.....	60
Figura 9. Hipótese de demarcação do rossio da Vila Nova Bragança em 1797.....	61
Figura 10. Interpretação do termo da Vila Nova Bragança na cartografia de 1909.....	63
Figura 11. Correlação entre o termo da Vila Nova Bragança em cinza, com o rossio delimitado, em vermelho. Destaca-se em azul os rios que compõe a delimitação desse termo em 1797.....	64
Figura 12. Relação do núcleo urbano, do rossio delimitado e em azul, o bairro rural do Canivete.....	70
Figura 13. Os Bairros da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Jaguary, entre 1767 e 1828, destacados em recorte da cartografia de 1909.....	82
Figura 14. Interpretação do território em formação que viria a se tornar a atual cidade de Amparo na <i>Carta da Província de São Paulo de Carlos Rath</i> publicada em 1877....	85
Figura 15. Espacialização da configuração da região do bairro rural do Rio do Peixe no fim do século XVIII interpretado no Mapa da Companhia de São Paulo em 1817.....	90
Figura 16. Povoações no entorno do Registro de Toledo MG em relação a Camanducaia.....	92
Figura 17. Recorte dos primeiros mapas em que foi localizado "Toledo"	93
Figura 18. Relação do <i>bairro da Vila (1)</i> com os bairros rurais de Santa Rita de Extrema, Campanha de Toledo e Rio do Peixe, com o termo da Vila Nova Bragança ..	94
Figura 19. Recorte dos primeiros mapas em que foi localizado "Toledo"	95
Figura 20. Interpretação da área produtora de café no território paulista que gerava tributos e escoava sua produção pelos portos do Rio de Janeiro na " <i>Carta de L'Aire à Café Du Brésil Central</i> ".....	99
Figura 21. Caminhos e distâncias mencionados no <i>Ensaio de 1838</i> , destacados na "Carta provisória dos trabalhos effectuados"	104
Figura 22. Bairros recenseados na Vila Nova Bragança até o final da primeira metade do século XIX	105
Figura 23. Organograma de funcionamento para a implementação da conferência e geração de registro de terras.....	109
Figura 24. Descrição da Região de Bragança em 1854 por Carlos Rath; anotada na <i>Carta da Província de São Paulo</i> de Carlos Rath, publicada em 1877.....	111
Figura 25. Interpretação de todo o termo da Vila Nova Bragança.....	115
Figura 26. Microrrede urbana de Bragança na metade do século XIX, destacada na cartografia da Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo.....	118
Figura 27. Interpretação da rede urbana na <i>Carta Chorographica da Província de Minas Gerais de 1863</i>	119
Figura 28. Interpretação do primeiro desmembramento do território de Bragança.....	122
Figura 29. Relatório da exportação dos gêneros café e algodão nos anos de 1870 a 1874 em São Paulo.....	125
Figura 30. Desenho esquemático da Conexão do primeiro trecho da Companhia Mogiana com o Porto de Santos.....	125
Figura 31. Igreja Matriz de Nossa Senhora do Socorro s/d.....	128

Figura 32. Primeiro trecho da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro, inaugurado em 1873.....	129
Figura 33. Estação ferroviária de Pedreira aproximadamente em 1900.....	130
Figura 34. Estação ferroviária de Coqueiros (posteriormente Arcadas)	131
Figura 35. Registro do Curtume de José Jacobsen, data 1984.....	132
Figura 36. Registro do Curtume de Coqueiros.....	132
Figura 37. Registro da Estação Coqueiros.....	133
Figura 38. Registro da Capela Nossa Senhora Aparecida dos Coqueiros, sem data....	133
Figura 39. Registro da Capela Nossa Senhora Aparecida no atual distrito de Arcadas..	133
Figura 40. Foto da Estação de Amparo, entroncamento.....	134
Figura 41. Foto da Estação de Amparo.....	135
Figura 42. Foto da Estação Pantaleão.....	136
Figura 43. Foto da Estação Brumado.....	136
Figura 44. Foto da Estação Santo Aleixo.....	136
Figura 45. Foto da Estação Serra Negra.....	136
Figura 46. Foto da Estação Três Pontes.....	136
Figura 47. Foto da Estação Monte Alegre.....	136
Figura 48. Ampliação do ramal a partir da Estação de Amparo.....	137
Figura 49. Ramal de Itatiba da Estação Ferroviária Itatibense.....	138
Figura 50. Estação Ferroviária Itatibense.....	140
Figura 51. Estação do Campo Largo em 1940.....	141
Figura 52. Estação Tanque a última Estação da Ferrovia Bragantina.....	141
Figura 53. Relação da primeira estação de trem dentro do território de Bragança com o núcleo urbano.....	142
Figura 54. Estação Taboão, em 1910.....	142
Figura 55. Demarcamos quais eram a intenção do projeto da Companhia Mogiana.....	145
Figura 56. Linhas férreas construídas na segunda metade do século XIX.....	147
Figura 57. Formação de Tuiuti.....	150
Figura 58. Primeira Capela do bairro rural do Passa Três.....	151
Figura 59. Igreja atual do bairro rural do Passa Três.....	151
Figura 60. Totem instalado na Praça Santo Antonio, no bairro do Passa Três.....	151
Figura 61. Formação dos caminhos do bairro rural do Arraial em Tuiuti	152
Figura 62. Imagem da atual Igreja de Santo Antônio no bairro rural do Arraial, Tuiuti ...	152
Figura 63. Foto aérea extraída do Google Earth da Praça Major Felício, Tuiuti SP.....	152
Figura 64. Atual Igreja Matriz de São Sebastião, Tuiuti SP.....	152
Figura 65. Estações ferroviárias dentro do perímetro urbano do município de Bragança no início do século XX.....	155
Figura 66. Vista aérea da Estação Bragança, s/d	155
Figura 67. Estação Bragança, s/d.....	155
Figura 68. Linhas férreas no território bragantino em 1913.....	157
Figura 69. Estação Curitibaanos, s/d.....	158
Figura 70. Estação Curitibaanos atualmente	158
Figura 71. Estação Guaripocaba em funcionamento, s/d.....	158
Figura 72. Estação Guaripocaba em processo de restauro.....	158
Figura 73. Estação Guaripocaba, s/d.....	158
Figura 74. Estação Vargem, final do ramal Bragantino, s/d.....	159
Figura 75. Ramal férreo de Piracaia.....	159
Figura 76. Estação do Caetetuba, antiga Estação Atibaia em 1940.....	160
Figura 77. Estação Atibaia.....	160
Figura 78. Estação do Guaxinduva, bairro rural dentro do território da Vila de Atibaia..	160
Figura 79. Estação Canedos bairro rural da Vila de Atibaia.....	160
Figura 80. Estação Piracaia, estação próxima ao núcleo urbano de Piracaia.....	160
Figura 81. Estrada de Ferro Bragantina em sua totalidade.....	161
Figura 82. Ampliação das linhas férreas próxima ao território da região bragantina, desde 1872 a 1914. Compõem a Companhia Mogiana, Companhia Paulista, Estrada de Ferro Itatibense e Bragantina.....	162

Figura 83. Recorte dos primeiros mapas em que foi localizado o Morro do Lopo.....	166
Figura 84. Bairro rural Vargem com sua relação com o Morro do Lopo.....	168
Figura 85. Foto Oblíqua da Pedra do Guaraiuva, 1940.....	169
Figura 86. Povoação do distrito de Vargem, foto do início do século XX.....	170
Figura 87. Mapa da povoação da Vargem (Bandeirantes).....	170
Figura 88. Localização de Bragança, bairro rural de Vargem, bairro rural do Lopo e Santa Rita de Extrema.....	171
Figura 89. Povoação da Vargem, Estado de São Paulo.....	172
Figura 90. Recorte do mapa da Povoação da Vargem, Estado de São Paulo.....	172
Figura 91. Foto Oblíqua do Distrito de Vargem, 1940.....	173
Figura 92. Povoação da Vargem e Adjacentes, (1957).....	174
Figura 93. O bairro rural de Pedra Grande e os rios, do Peixe e ribeirão Cachoeirinha.	175
Figura 94. Bairro rural da Vargem e bairro rural da Pedra Grande.....	175
Figura 95. Foto aérea do marco geográfico, Pedra Grande.....	176
Figura 96. Divisão administrativa do Município de Bragança em 1929.....	176
Figura 97. Ocupações nos bairros rurais na Planície dos Pinheiros, local do primeiro comércio do bairro rural do Pinhal.....	178
Figura 98. Casa de “quentes e frios” construída por Antônio Fornari por volta de 1900.	179
Figura 99. Primeira Capela do bairro rural do Pinhal, obra executada pelo construtor Tomás de Camargo.....	180
Figura 100. Foto oblíqua da cidade de Pinhalzinho, 1970.....	180
Figura 101. Interpretação dos desmembramentos do termo de 1797 da Vila Nova Bragança, entre a metade do século XIX e a metade do século XX.....	181
Figura 102. Ruas que receberam os nomes dos integrantes homens da Família Leme, interpretadas no mapa de 1936.....	198
Figura 103. Registro da antiga Rua do Mercado, século XIX, que passou a ser chamada de Teófilo Leme.....	198
Figura 104. Interpretação da ocupação da Família Leme.....	199
Figura 105. Fazenda Caethê, Casa Sede da Fazenda, foto do início do século XX.....	202
Figura 106. Fazenda do Trigo, foto do início do século XX.....	202
Figura 107. Início da Rua Felipe Siqueira no mapa de 1936.....	203
Figura 108. Recorte da Planta da Cidade de Bragança Paulista de 1951.....	203
Figura 109. Fazenda São Vicente, Capela Nossa Senhora da Conceição e entrada.....	204
Figura 110. Foto oblíqua da Usina Elétrica das Flores, 1940.....	205
Figura 111. Espacialização da ocupação do território pela família Siqueira.....	205
Figura 112. Espacialização da ocupação do território de Bragança pela Família Siqueira e Leme.....	206
Figura 113. Imagem do fim do século XIX, largo das pedras, ao fundo teatro Carlos Gomes e Cadeia Nova.....	208
Figura 114. Imagem do início do século XX, largo das pedras, ao fundo Teatro Carlos Gomes e Cadeia Nova	208
Figura 115. Interpretação da distribuição produtiva da Fazenda Caethê.....	210
Figura 116. Fachada principal da sede da Fazenda Caethê.....	210
Figura 117. Fachada lateral da sede da Fazenda Caethê.....	210
Figura 118. Terreiro e aqueduto Fazenda Caethê.....	211
Figura 119. Aqueduto Fazenda Caethê.....	211
Figura 120. Reprodução do mapa apresentado no livro <i>Mappas das Parochias da Arquidiocese de São Paulo</i> , 1911.....	218
Figura 121. Reprodução do mapa apresentado no livro <i>A Parochia</i> de autoria de Cônego José Aguirre, 1919.....	219
Figura 122. Sobreposição e interpretação dos limites geográficos de Bragança no início do século XX.....	220
Figura 123. Imagens das Capelas Filiais de São Sebastião, Santo Antonio, São José, Nossa Senhora das Dores, Santa Cruz e Mãe dos Homens	227
Figura 124. Foto do registro de provisão da capela de D. Anna de Moura Cintra.....	228
Figura 125. Localização das Capelas Filiais de Bragança no território rural e a interpretação dos limites geográficos de Bragança no início do século XX.....	229
Figura 126. Imagem da Capela do Belém em 1999.....	230

Figura 127. Imagem da Capela do Belém em processo de restauro, 2018.....	231
Figura 128. Imagem Capela do Asilo em 1910.....	234
Figura 129. Vista Cidade de Bragança Paulista. Em destaque, a Capela do Asilo, ao lado Teatro Carlos Gomes e à direita, a cadeia da cidade em 1910.....	234
Figura 130. Imagem do casarão no qual foi instalado o Sanatório de Immaculada Conceição.....	235
Figura 131. Imagem do casarão no qual foi instalado o primeiro Colégio Sagrado Coração de Jesus.....	237
Figura 132. Imagem da Santa Casa de Misericórdia, 1903.....	239
Figura 133. Evolução da rede urbana do século XVI ao XX.....	243

Lista de tabelas:

Tabela 1. Relação de fogos, população livre e população escrava na Freguesia Nossa Senhora da Conceição do Jaguary nos anos de 1767, 1775, 1785 e 1796.....	49
Tabela 2. Relação de fogos, população livre e escrava na Freguesia Nossa Senhora da Conceição do Jaguary nos anos de 1767, 1775, 1785 e 1796, por bairros.....	49
Tabela 3. Relação de fogos, população livre e escrava da Vila Nova Bragança nos anos de 1798, 1799, 1809, 1818 e 1828.....	66
Tabela 4. Relação de fogos, moradores livres e escravos na Vila Nova Bragança nos anos de 1798, 1799, 1809, 1818 e 1828.....	67
Tabela 5. Relação dos bairros existentes na Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Jaguary e na Vila Nova Bragança nos recenseados dos anos de 1767, 1775, 1785, 1796, 1798, 1809, 1818 e 1828.....	67
Tabela 6. Relação de proprietários de 10 ou mais escravos que moravam na Vila Nova Bragança no ano de 1798.....	72
Tabela 7. Relação de proprietários de 10 ou mais escravos que moravam na Vila Nova Bragança no ano de 1809.....	74
Tabela 8. Relação de proprietários de 10 ou mais escravos que moravam na Vila Nova Bragança no ano de 1818.....	76
Tabela 9. Relação de capitães dos bairros da Vila Nova Bragança nos anos de 1798, 1799, 1809, 1818 e 1828.....	79
Tabela 10. Relação de proprietários de 10 ou mais escravos que moravam na Vila Nova Bragança no ano de 1828.....	80
Tabela 11. Relação de todos os bairros recenseados nos <i>Maços de População</i> entre 1767 e 1828.....	82
Tabela 12. Tabulação dos moradores do bairro rural do Rio do Peixe em 1835.....	91
Tabela 13. Tabulação da produção de toucinho e milho em Bragança nos anos de 1798, 1803, 1805, 1815, 1818, 1855 e 1827.....	95
Tabela 14. Dados demográficos para a Vila de Bragança no <i>Ensaio d'um quadro estatístico da Província de S. Paulo</i> de Daniel Pedro Müller de 1838.....	101
Tabela 15. Quadro comparativo da produção de café em Bragança no século XIX.....	143
Tabela 16. Greves e paralizações em São Paulo das primeiras décadas do século XX.	154
Tabela 17. Quadro comparativo da produção de café em Bragança no século XIX.....	163
Tabela 18. Quadro comparativo da população de Bragança no século XIX.....	164
Tabela 19. Quantidade de fogos, moradores livres e escravos nos anos 1785, 1796 e 1798 do bairro rural do Lopo.....	167
Tabela 20. Junção das listagens dos <i>Registros Paroquiais</i> dos distritos que ficam no município da Vila Nova Bragança, anos 1854-1856.....	184
Tabela 21. Descrição dos bairros que inicialmente faziam parte do território do Município de Bragança.	188
Tabela 22. Produtores bragantinos com mais de 100 mil pés de café em 1929.	193
Tabela 23. Transcrição da tabela de Capelas Filiais encontrada nas páginas 65 e 66 do livro <i>A Parochia</i> do Cônego José de Aguirre, 1919.....	224
Tabela 24. Transcrição da tabela de Capelas Filiais arquivada na Cúria Metropolitana de São Paulo.....	226
Tabela 25. Tabela de rede urbana do século XVI ao XX. Início na cidade de São Paulo, sentido Bragança.....	245

Lista de gráficos

Gráfico 1. Pessoas com posse jurídica de terras na Freguesia de São João Batista do Atibaia, próximas ao rio Jaguary e ao Morro do Lopo até o ano de 1766.....	36
Gráfico 2. Relação dos bairros rurais de Vila de Bragança, ente 1854 e 1856, a partir das solicitações de registro de terras.....	117

Lista de abreviaturas e siglas

Apesp	Arquivo Público do Estado de São Paulo
CMSP	Cúria Metropolitana de São Paulo
CDAPH	Centro de Apoio à Pesquisa em História da Educação
Capes	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Seade	Sistema Estadual de Análise de Dados Estatísticos
USF	Universidade São Francisco
PÓSURB-ARQ	Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo
Ipae	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

Sumário

Introdução.....	15
Capítulo 1. As primeiras ocupações entre os rios Atibaya e Jaguary, na região do Morro do Lopo e a formação da Freguesia de Jaguary.....	29
1.1. Conquista e colonização da região do Morro do Lopo.....	30
1.2. Doação do Patrimônio religioso e construção da Capela Nossa Senhora da Conceição do Jaguary.....	37
1.3. A ocupação do território na Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Jaguary.....	44
Capítulo 2. A Vila Nova Bragança e a delimitação de seu termo, política e economia.....	53
2.1. Elevação da Vila Nova Bragança, os conflitos políticos e a delimitação de seu território.....	54
2.2. Vila Nova Bragança, economia agropastoril e o surgimento de agentes economicamente ativos nos <i>bairros rurais</i>	64
2.3. Formação de novas freguesias e registro no território bragantino.....	83
2.3.1. Fronteira oeste, consolidação da Freguesia de Nossa Senhora do Amparo.....	84
2.3.2. O desenvolvimento do bairro rural do Rio do Peixe e sua elevação à Freguesia de Nossa Senhora do Rio do Peixe.....	88
2.3.3. Registro de Toledo, mais um marco na divisa entre São Paulo e Minas Gerais.....	91
Capítulo 3. Transformações no território bragantino com a economia do café.	97
3.1. A Chegada do café e o primeiro levantamento demográfico do século XIX.....	98
3.1.1. Primeiro recenseamento do século XIX para a Vila Bragança.....	100
3.2. Lei de Terras no Brasil, levantamento geográfico e demográfico na região bragantina.....	106
3.2.1. Reconhecimento geográfico da região bragantina feito por Carlos Rath.....	110
3.2.2. Segundo levantamento demográfico paulista do século XIX.....	113
3.3. Solicitação de registro de terras no município de Bragança.....	114
3.3.1. Desmembramento da Freguesia de Nossa Senhora Amparo em 1857.....	120
Capítulo 4. Transformações do território da região bragantina: conexões, política, economia, desmembramentos e rede férrea.....	123
4.1. Estratégias políticas e o avanço dos trilhos no território em estudo.....	124
4.1.1. Segundo desmembramento do município de Bragança, Socorro em 1873.....	127
4.2. O avanço dos trilhos no território da região bragantina no final do século XIX.....	128
4.2.1. Estrada de Ferro Bragantina.....	139
4.3. Tuiuti, terceiro distrito a se formar no município de Bragança.....	148
4.4. Novas estações e ampliações dos trilhos dentro do município de Bragança.....	153
4.5. Novos distritos no município de Bragança.....	163
4.5.1. Vargem, o novo distrito de Bragança em 1929.	165
4.5.2. Pedra Grande, o novo distrito de Bragança em 1929.....	174

4.5.3. O novo distrito de Bragança em 1936, Pinhalzinho.....	177
4.6. Os bairros rurais e as novas configurações do território.....	182
Capítulo 5. Famílias, fazendas e política: compreensão das atuações das famílias Leme e Siqueira na ocupação do território rural do município de Bragança.	191
5.1. Principais produtores de café em Bragança.....	192
5.2. Famílias Leme e Siqueira.....	194
5.2.1. Família Leme.....	194
5.2.2. Família Siqueira.....	199
5.3. Fazendas agropastoris.....	209
Capítulo 6. A Igreja Católica como agente na ocupação do território.	212
6.1. Divisões territoriais, relações administrativas e eclesiásticas.....	213
6.2. Capelas Filiais no território eclesiástico da Paróquia de Bragança.....	221
6.3. Relação entre Igreja Católica e elite - agentes de transformações urbanas.....	232
Conclusão.	240
Referências.	249
ANEXO 1. Lista nominal dos moradores que solicitaram registro de terras (1954-1956)	255
ANEXO 2. Reprodução da foto filmagem do “Registro Paroquial de Terra” (1854- 1856).	290
ANEXO 3. Tabela de Capelas Filiais no território do Município de Bragança em 1919.....	292

Introdução

A presente pesquisa é fruto da inquietação para compreender o território da região bragantina, no estado de São Paulo, e visa a dar continuidade à dissertação de mestrado *Formação do território e espaço urbano de Bragança Paulista: dos primórdios a 1830*, concluída em 2016 no Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Arquitetura e Urbanismo da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PÓSURB-ARQ/PUC-Campinas).

Por meio da dissertação foi possível compreender a formação de uma região fronteiriça, movida pela economia agropastoril, cuja produção excedente se destinava a vilas vizinhas produtoras de monocultura açucareira, regiões mineradoras voltadas exclusivamente à extração de ouro e também à exportação para a capital paulista. Jaguary, povoado embrião da cidade de Bragança Paulista surgido no século XVIII, era, inicialmente, bairro rural da cidade de São Paulo. Para inserir este povoado em um contexto geral recorreremos, primeiramente, aos estudos de Nestor Goulart Reis Filho, 2013.

O livro *As minas de ouro e a formação das Capitânicas do Sul* esclarece e ajuda a compreender que o planalto paulista foi, desde o século XVI, um grande ponto de partida para o reconhecimento do território das minas. A partir dele surgiram vários caminhos que, no futuro, foram usados no segundo e grande ciclo do ouro nas Capitânicas do Sul (REIS FILHO, 2013).

Nesta pesquisa compreende-se quais foram os primeiros caminhos que levaram os colonizadores à região de estudo, quais bairros rurais, freguesias ou vilas estavam inseridos na rede urbana inicial e quais relações foram indispensáveis para a formação do território ao norte da cidade de São Paulo. Desta análise, que inclui pessoas, política e economia, busca-se apresentar os contextos iniciais da formação territorial da região de Bragança.

Para uma simples comparação, nos dois primeiros séculos de colonização nas Capitânicas do Norte – Rio Grande do Norte e Porto Seguro –, existiam 18 vilas e duas cidades; no mesmo período, existiam 19 vilas e duas cidades na Repartição Sul. Portanto, em termos quantitativos, em 1700 o sistema urbano do Sul igualava-se ao das regiões de maior prosperidade econômica da colônia (REIS FILHO, 2013).

Logo, é possível compreender que, nas Capitânicas do Sul, havia uma movimentação econômica e uma busca pela ocupação do sertão. Erroneamente apontado, muitas vezes, como um sistema econômico insignificante para o

desenvolvimento da colônia, esse sistema econômico dos primórdios das capitâneas do Sul tinha o foco na ocupação do território paulista e no crescimento populacional, onde há uma miscigenação entre índios e portugueses e, portanto, a formação da população paulista.

Após estudo e mapeamento para compreender a rede urbana paulista nos séculos XVI e XVII, se analisará a aliança entre Coroa e Igreja, que promoveu o desenvolvimento e o controle do território em processo de formação. Tal relação também é objeto de estudo desta pesquisa, cujo fio condutor se encontra na análise da formação do núcleo urbano e do território rural.

Estudo recente, publicado no fim de 2020, o *Dossiê história da colonização em terras paulistas: dinâmicas e transformações (séculos XVI a XX)* insere esta pesquisa em um sistema econômico eficaz e fundamental para a sobrevivência e o desenvolvimento da Colônia, especificamente nas Capitâneas do Sul. Arruda, em sua contribuição ao dossiê, expõe que seu artigo “[...] constitui-se num manifesto em prol da história da ruralidade na imensa capitania vicentina dos tempos coloniais” (ARRUDA, 2020, p. 1). Não é mais cabível apresentar a história urbana paulista como um sistema estruturado de forma isolada, tampouco acreditar que a ocupação do sertão da Colônia acontecia de forma aleatória.

No Período Colonial, a ocupação do território é uma estratégia dinâmica que acentua e favorece o domínio da Colônia e os crescimentos populacional e econômico. Arruda (2020, p. 4) apresenta o conceito de “fazendas mistas”, característica econômica já identificada por nós para o estudo de Bragança Paulista, reforçando a ideia de que se trata de um sistema econômico fundamental, que avança e sobrevive no decorrer dos tempos com características próprias:

O caráter distintivo da fazenda mista é a diferenciação produtiva. Sua marca indelével é a diversificação que se manifesta em escalas variadas conforme a temporalidade e a espacialidade em que se insere, e que acaba por erigir um sistema econômico e social definido pela resistência e duração, pela incrível maleabilidade de ajustar-se às injunções do tempo, às induções emanadas das circunstâncias imediatas coloniais, locais ou regionais, bem como às pulsões ditadas pelos movimentos econômicos do Império português enfiado na competitiva dinâmica dos Impérios da época moderna, exibindo uma notável capacidade de amoldar-se às circunstâncias, de se expandir e se contrair sem perder seus traços estruturais de origem, razão de sua longevidade. Um modo de vida *sui generis*, que poderia transitar do autoconsumo à condição de células abastecedoras dos centros mais ativos, fossem eles complexos açucareiros ou mineradores, e regredir à quase autossuficiência. (ARRUDA, 2020, p. 4).

Aos produtores das fazendas mistas cabe incluir os que são muito bem-sucedidos, personalidades que movimentam a economia e a sociedade, relações enfatizadas pelo autor:

A diversificação econômica de São Paulo produziu empreendedores de alto quilate, agentes envolvidos em múltiplas atividades no espaço rural e urbano, tradicionalmente diversificados em suas atividades de proprietários de terras, de índios, de casas comerciais, e intermediários dos produtos processados em suas propriedades, adquiridos nas cercanias ou nas redes internacionais (ARRUDA, 2020, p. 4).

O conceito apresentado por Arruda conduz para a compreensão do território em estudo, um conjunto de fazendas mistas próximas umas das outras e inseridas no território rural, denominadas, nesta pesquisa, de *bairros rurais*.

Bairro é a forma que encontramos de nomenclatura nos *Maços de População*, documento primário usado como fonte estruturadora da análise da população. O documento censitário vigorou na Capitania de São Paulo entre 1765 e 1850. O termo rural é nomenclatura utilizada nesta pesquisa para diferenciar o núcleo urbano dos outros bairros que se formavam.

Procurou-se adotar aqui o conceito apresentado por Bueno sobre a atual História da Urbanização, que objetiva ampliar o campo de visão e estudar não apenas o urbanismo (isto é, os espaços projetados como uma forma de intervenção erudita e evidente), mas todos os espaços produzidos pela urbanização como processo social. Ao analisar as diversas formas de configuração dos processos sociais, esta nova abordagem não se limita ao exame morfológico ou às ideias e ideologias que fomentaram planos, projetos e intervenções. Embora também inclua a história das cidades, não se limita a isolar casos, atentando sempre para as lógicas e os papéis dos núcleos no âmbito de um “sistema urbano” mais alargado. Esta é, portanto, a chave interpretativa dos estudos de história da urbanização adotada na perspectiva de análise (BUENO, 2012, pp. 2-6).

Até agora, compreendeu-se a história urbana da região bragantina como uma ocupação do território estimulada por um primeiro ciclo do ouro e uma população miscigenada por índios e portugueses, como apresentada por Reis Filho, em que a fixação de pessoas no espaço rural foi movida por uma economia agropastoril dispersa em fazendas mistas, como conceituado por Arruda, e voltou-se para um olhar amplo pelo território, visando à observação do “sistema urbano” retratado por Bueno.

Ampliando-se o olhar sobre o território, foi possível inserir o objeto de estudo desta pesquisa, desde o Período Colonial, em um importante “sistema urbano”, do qual

Reis destaca o eixo comercial agropastoril ao redor da cidade de São Paulo, onde havia diversas vilas e freguesias, que estimularam o comércio entre diferentes localidades, inclusive a capital e o comércio exterior:

Desde o início as localidades em tela foram agrícolas, produzindo essencialmente produtos típicos de subsistência e abastecimento interno. Havia plantações de feijão, algodão, milho, arroz etc. Desenvolvia-se a criação de porcos, cujo toucinho foi importante na dinâmica econômica desta área... Além de produzir para consumo próprio, essas localidades beneficiaram-se do comércio com outras regiões e da influência dessas e algumas produziram, em alguma medida, produtos de interesse no mercado internacional (REIS, 2020, p. 2).

Nossa abordagem considera que o processo de estruturação urbana está diretamente ligado aos acontecimentos históricos, ao desenvolvimento econômico e ações governamentais. Esse movimento constante estimula o desenvolvimento urbano, criando um traçado que explica e dá continuidade aos feitos políticos, econômicos e sociais que permeiam a cidade em diferentes temporalidades e espacialidades.

Tal interdisciplinaridade é definida por Lepetit como as relações entre práticas científicas especializadas. Segundo ele, é um processo complexo, pois remete a lógicas e temporalidades distintas, não coincidentes. A apropriação das várias ciências sociais para a análise da História Urbana exige uma confrontação cruzada das interrogações das ciências humanas. Para o autor, a interdisciplinaridade é evidenciada no que chama de “teia social”, termo que utiliza para destacar as dinâmicas e trajetórias dos atores sociais no tempo, constituindo, assim, o espaço urbano. Logo, para reconstituir a história urbana, parte-se da consolidação da cidade atual. (LEPETIT, 2001).

Os estudos clássicos de Murilo Marx (1991), Mauricio de Almeida Abreu (2010), Claudia Damasceno Fonseca (2011) e Maria Fernanda Derntl (2013) sobre o processo de fundação de cidades são o ponto de partida para explicar o surgimento da cidade a partir da formação do patrimônio religioso, processo que poderia acontecer usualmente e de maneira generalizante: um proprietário ou um conjunto de proprietários, a partir de interesses próprios ou conflitos locais, doavam uma faixa de terra a um santo de devoção. Esta passava a formar o patrimônio deste santo, daí o termo “patrimônio religioso”. Imediatamente após o reconhecimento do patrimônio doado, começava-se a construir as primeiras moradas, a capela, os traçados das ruas e os espaços destinados ao encontro. Surgia, então, o povoado.

Estudos recentes sobre história urbana dão novas interpretações e evidências a camadas outrora imprecisas, uma vez que não se ocupa um território ou se entende uma rede de cidades debruçando-se somente em um nó ou no maior deles.

Entre estas novas interpretações, aquela que aborda um cenário conduzido por diversos acontecimentos e mudanças de conectividades permite melhor entender a história urbana, considerando governo, economia, teia social, rede de cidades, desmembramentos e Igreja. Tão importante quanto seu conceito, ao dar tamanha importância ao espaço e à cidade, para Torrão Filho, a vida da cidade está associada a um espaço de longa dimensão, de onde vêm seus homens, onde estão suas relações comerciais, cidades, vilas e mercados que aceitam os seus pesos e medidas ou suas moedas, ou que falam a sua língua dialetal (TORRÃO FILHO, 2015).

Esta pesquisa procura transitar nas generalidades e particularidades como forma de distanciar-se do formato já conhecido e compreendido das formações das cidades coloniais no Brasil para, conseqüentemente, apresentar um estudo de caso sem utilizar formatos repetidos já constatado em outros estudos de caso. Neste momento, porém, a intenção é descrever as situações particulares da região bragantina e aprender com elas.

A estrutura da tese busca revisitar e dar continuidade aos estudos iniciados em 2014 com a elaboração da dissertação de mestrado *Formação do território e espaço urbano de Bragança Paulista: dos primórdios a 1830*, que buscou analisar a formação do território da atual cidade de Bragança Paulista, investigando desde a formação dos primeiros caminhos do sertão paulista, que partiam da cidade de São Paulo em direção à região de estudo. Analisou-se a importante rede de cidades que se forma na região do Morro do Lopo e as conseqüentes transformações do domínio do território no Período Colonial, como: formação da divisa entre as Capitanias de São Paulo e Minas Gerais e os agentes envolvidos nesta transformação; a formação do patrimônio religioso, (Capela); a chegada do poder civil (Freguesia) até a emancipação, quando esta se torna Vila de Nova Bragança em 1797.

O estudo mencionado buscou vincular estas transformações à economia da Colônia e da Metrópole, enfatizando a importância dos bairros rurais para a consolidação do núcleo urbano da Vila de Nova Bragança, que inicia sua atividade econômica baseada na subsistência e, posteriormente, se desenvolve por estar inserida em uma estratégia de abastecimento em uma economia agropastoril com incentivos governamentais. Neste trabalho, demos ênfase à análise do território contemporâneo da cidade de Bragança Paulista e às transformações que aconteceram concomitantemente ao crescimento urbano, destacando o recorte cronológico do início da presença de colonizadores no território até o ano de 1830.

A proposta para a redação da tese foi aprofundar os estudos da história econômica e social dos primeiros bairros rurais no território bragantino e compreender suas transformações – visto que a Vila de Nova Bragança se torna um importante nó da rede de cidades do território – analisando a região bragantina, ou seja, o território formado na constituição da Vila de Nova Bragança em 1797, seu termo, que sofreu diversos desmembramentos territoriais ao longo de sua história que formariam os municípios contemporâneos de Amparo, Socorro, Tuiuti, Vargem, Pedra Bela e Pinhalzinho.

Entre os novos estudos sobre formação territorial no Brasil, alguns são fundamentais para a análise aqui empreendida, assim como referências para a abordagem metodológica.

O trabalho de Jucá Neto – especialmente sua tese de doutorado *A urbanização do Ceará Setentista: as vilas de Nossa Senhora da Expectação do Icó e de Santa Cruz do Aracati* – revela que, ao se distanciar do formato generalizado português de fundar cidades do Período Colonial, tem-se acesso a diferentes situações e lógicas na formação e ocupação do território. O autor nos revela a lógica da interiorização do sertão do Ceará movido pela pecuária e seus caminhos que se estruturavam na necessidade de comercialização do gado. Na tese já citada, nos é apresentada a construção do espaço urbano de Icó e Aracati, traçados impostos pela Coroa, porém distante da fiscalização da mesma, a falta de capital e mudanças de interesses constituem um núcleo urbano com características particulares (JUCÁ NETO, 2013).

Procuramos compreender as peculiaridades da formação da região-território como demonstra Jucá Neto em seu trabalho que discute a importância da formação dos caminhos para a ocupação do território, que surgiam em função de moradias e comércio. O autor enfatiza que para uma melhor capitalização da economia pecuarista, o Estado lusitano fundou vilas em lugares estratégicos, onde, primeiramente, se fixaram os sesmeiros e a Igreja. Os caminhos descritos anteriormente foram se desenhando gradualmente, construindo bairros rurais, freguesias e vilas. De acordo com Jucá Neto, os caminhos trilhados pelos agentes envolvidos na conquista do território foram fundamentais para a urbanização do espaço, com diferentes etapas de ocupação, formando pequenos povoados em pontos estratégicos para a circulação das mercadorias (JUCÁ NETO, 2013).

Posteriormente, a fundação das vilas no espaço estruturado pela rede urbana foi uma estratégia usada por Portugal para a ocupação do território, firmando, assim, sua soberania e fundando vilas nas fazendas setentistas com o intuito de controlar a

produção agrária (JUCÁ NETO, 2013). É por meio da compreensão da formação de caminhos, fundamental para a ocupação, que se interligam os estudos, uma vez que a interiorização do sertão paulista se dá por caminhos abertos pelos bandeirantes. O trabalho de Jucá Neto é fundamental para compreender a dinâmica do movimento de ocupação. Mesmo que motivado por incentivos econômicos diferentes, ele abrange o mesmo conceito de ocupação e não fornece um único fator para o desenvolvimento de bairros, freguesias e vilas, e sim uma somatória de fatores que resulta na formação urbana do território da Colônia.

Andrade, no livro *O outro lado da baía: a gênese de uma rede urbana colonial*, apresenta o recôncavo baiano inserido em uma importante rede 17 de cidades, permitindo o entendimento do conjunto singular de cidades que se desenvolve entre “nós” e teias sociais, compreendendo que o estudo da história urbana deve ser analisado sob diversos parâmetros (ANDRADE, 2013).

O autor, ao analisar a rede urbana no Recôncavo Baiano no Período Colonial, observa que ela se materializa por meio dos caminhos que conectam os pousos e povoados ao longo do século XVI no Nordeste do país. Esta configuração do território é denominada por Andrade de “nós” e também pode ser observada na configuração paulista desde o século XVI. Na configuração da rede urbana, o elemento de conexão é o caminho. Os nós são as formações urbanas; a malha que os liga constitui a base física, onde a rede se processa. Sua existência simplesmente não redundava na rede, pois esta só se realiza mediante o estabelecimento de fluxos. Entretanto, não é possível pensar em uma rede sem linhas de conexão (ANDRADE, 2013).

Ao se debruçar em busca da compreensão da formação da rede urbana em que a cidade de Salvador, que é, sem dúvida a cabeça da rede de cidades local, Andrade (2013) dedica-se ao Recôncavo. Conforme o autor, sua unidade regional foi determinada pelas relações que ali se estabeleceram.

Fonseca (2013), em *Arraiais e Vilas d'el Rei: espaço e poder nas Minas setentistas*, reúne uma riquíssima fonte de pesquisa sobre a formação e consolidação do território de Minas Gerais, desde sua ocupação devido à busca do ouro. O estudo discute a importância da Igreja, a ação da Coroa com a descoberta de ouro na atual cidade de Ouro Preto e como foi a urbanização local (FONSECA, 2011).

Borsoi (2013), em *Nos traços do cotidiano: Cunha entre as vilas de serra acima e os portos da marinha (1776-1817)*, faz um estudo urbano macro e micro das relações da atual cidade de Cunha, relacionando o território rural com o núcleo urbano e,

principalmente, desvendando a ocupação social e a relação mercantil do período colonial.

Blaj (2002), em *Nas tramas das tensões: o processo de mercantilização de São Paulo colonial*, desvenda a cidade de São Paulo no Período Colonial, os agentes mercantis e suas relações com a cidade.

Torrão Filho (2007), em *Paradigma do caos ou cidade da conversão?*, descreve a teia social de São Paulo, cidade à qual a Vila de Nova Bragança se mantém profundamente conectada desde seu surgimento, e discute quem eram seus habitantes (BLAJ, 2002).

A compreensão da ocupação do sertão paulista nos períodos Colonial e Imperial, no início da República, e os conflitos de fronteiras entre as capitanias de São Paulo e Minas Gerais são temas de investigação no grupo de pesquisa “História das Cidades: Formação Territorial e Ideários Urbanos”, do Posurb-Arq/PUC-Campinas, que produziu trabalhos que foram referência para o avanço das investigações sobre a formação do território paulista.

Entre os estudos citados, destaca-se Piccinato Júnior (2012), com a dissertação *Terra urbana, patrimônio fundiário: uma análise histórica da apropriação do solo na configuração do urbano no nordeste paulista (1800-1930)*, que analisou a formação da rede urbana da região de Ribeirão Preto, no Estado de São Paulo (SP). Na tese *Em chão urbano, o senhorio é santo: urbanização e aforamento de terras no Bispado do Ribeirão Preto entre o Brasil Império e a Primeira República*, Piccinato Júnior (2016) discutiu o aforamento de terras pela Igreja Católica no século XIX no território paulista.

A urbanização do Sertão do Rio Pardo foi estudada por Polito (2013), em *Territórios de civilidade: o papel das ‘Mogis’ na formação e reestruturação do leste paulista, século XVII-XIX*. Em, *A oeste da capital: urbanidade caipira, configuração e reconfiguração da rede urbana, entre 1830 e 1910* Polito (2018) estuda a formação do binômio das “Mogis” (Mogi Mirim e Mogi Guaçu), a estruturação do território e uma rede urbana no Caminho dos Guaiasses (POLITO, 2018).

Em *Formação da rede urbana e fundação de cidades na região de Itu - 1796 a 1830*, Sampaio (2015) revelou a formação urbana e desmembramentos da atual cidade de Itu, incluindo em sua pesquisa os usos e ocupação do espaço urbano.

Almeida (2016), em *A formação do território sul mineiro – núcleos urbanos, fazendas e caminhos* permitiu compreender a formação do sul de Minas Gerais, especificamente o território formado a partir do desmembramento de Campanha, no Estado de Minas Gerais (MG), região de divisa com o território paulista.

Entre conflitos e fronteiras: aspectos fundiários da formação do Sertão do Rio Pardo, 1775 – 1865, de Ferreira (2017), aborda o conflito de fronteiras e a formação fundiária na região do Rio Pardo, permitindo a compreensão da ocupação do território paulista a partir da distribuição de sesmarias.

Souza (2017) busca demonstrar, em *Lógica de organização territorial Guarani e as sobreposições produzidas pelos processos de urbanização*, que a cultura Guarani possui uma lógica de organização territorial que alcança as escalas locais, regionais e macrorregionais, dando destaque à organização territorial a partir da cultura indígena.

Acompanhando a interpretação de análise dos formatos de viver, em *Casa, mundo, quintal: ser-arquitetura-da-arquitetura no modo de vida caipira*, Cordova (2018) analisou o habitat e o modo de ser deste antigo habitante paulista, investigando de que maneira estes traços ainda persistem.

Finalmente, Almeida (2019), em *A rede urbana a oeste do rio Sapucaí em meados do século XVIII até 1833: conflito entre as capitânicas, províncias e bispados de Minas Gerais e São Paulo*, esclarece os conflitos entre os bispados de Minas Gerais e São Paulo na região de fronteira entre as duas capitânicas no século XVIII.

Contudo, tem-se para essa tese, como objeto de estudo, a região de Bragança Paulista no século XVIII, saindo de São Paulo em direção à Serra da Cantareira, a área denominada de Morro do Lopo. Para chegar ao Morro do Lopo eram utilizados alguns caminhos abertos desde o primeiro ciclo do ouro. Nesta região, iniciou no século XVIII, um povoado que passou a ser chamado de Jaguary, que se formou no território da cidade de São Paulo. Esta tese busca esclarecer quais foram os motivos que fizeram com que o bairro rural do Jaguary se firmasse e estivesse inserido em um política regional.

Nesta região, em 1763, Antonio Pires Pimentel doou o patrimônio religioso para formar a Capela Nossa Senhora da Conceição do Jaguari, que seria elevada à Freguesia de Nossa Senhora Conceição do Jaguari em 1765 e, posteriormente, à Vila de Bragança Paulista em 1797, o estudo de caso aqui apresentado.

Além de compreender o território como uma rede de cidades que faz com que a ocupação, a teia social e a economia funcione, foi possível inserir em discussões as transformações locais, o aumento do número de bairros rurais, elevações e desmembramentos – acontecimentos capazes de ativar a economia e o desenvolvimento do território.

O bairro rural de Jaguari, no século XVIII, faz parte de uma rede de cidades do oeste paulista, do qual a cidade de São Paulo é a cabeça de rede. A compreensão ao

tratar algo interligado transforma as ações em um efeito relacional, contribuindo para a transformação e ocupação do território por meio dos caminhos abertos e usados no ir e vir de viajantes. Vale enfatizar, no entanto, que as relações entre nós e caminhos se alteram com o passar do tempo, podendo se intensificar ou se perder.

Fonseca, em *Arraiais e Vilas d'el Rei: espaço e poder das Minas setentistas*, fornece importantes e ricas fontes de pesquisa a cada novo capítulo. Sua obra é base para este estudo, principalmente no que se refere à relação da Igreja com a ocupação do território, embasando teoricamente o estudo de campo em busca de pequenas capelas que compuseram a estruturação da região bragantina. A autora afirma:

É preciso notar que nem sempre capelas eram construídas por iniciativa de uma população rural carente de “assistência espiritual” podia estar vinculada com o interesse de padres em busca de rebanho, ou religiosos seculares sem vínculo definido. Por outro lado, concessão de terreno para fundar capela, poderia ser bastante útil para um fazendeiro em busca de mercado de consumo, ou ainda para ajudar aumentar o valor de suas terras. (FONSECA, 2013, p. 114).

Na região bragantina, há mais de 53 capelas espalhadas no município, chamadas de “Capelas Filiais” que, segundo a autora foram construídas longe da Matriz e podem ser chamadas de capelas rurais, filiadas à Matriz. O número de Capelas Filiais, na segunda metade século XVIII, está estreitamente associado à expansão da fronteira agrícola. Pode-se dizer que, em cada nova zona ocupada por um grupo de fazendeiros, surgia uma pequena capela, porém nem de todos brotavam arraiais. (Para essa pesquisa, novos *bairros rurais*.) (FONSECA, 2013).

Por tratar-se de uma região de fronteira entre as Capitânicas de Minas Gerais e São Paulo, com limites não definidos, é importante compreender também a formação do território mineiro para assim entender a formação da fronteira e, conseqüentemente, aplicar, em alguns casos, tais compreensões para a região bragantina.

A Capitania de São Paulo é somente ponto de partida para as minas de ouro? A cidade de São Paulo foi considerada por muitos historiadores um local decadente, então, como entender a relevância da região bragantina? Para isso, buscou-se compreender o que representava a cidade de São Paulo: a Capitania era realmente, no século XVIII, berço de viajantes, mas com uma representação insipiente?

O clássico trabalho de Blaj (2002), *A trama das tensões: o processo de mercantilização de São Paulo colonial, 1681-1721*, mostra que não. A autora analisou os múltiplos movimentos geográficos e sociais dos vários grupos que têm, em comum, o movimento e o desejo de ascensão, da constituição e do fortalecimento da família, entendida como núcleo econômico, social e político – talvez, a célula básica da

sociedade colonial de São Paulo, que tinha inserida em seu território o bairro rural de Jaguari, atual Cidade de Bragança Paulista.

A autora afirma que o comércio foi responsável pelo crescimento vertiginoso de São Paulo no século XVIII, sendo praticado por tropeiros, sertanistas e fazendeiros que, às vezes, voltavam ricos a São Paulo ou enriqueciam sem sair da cidade. Há um aumento extraordinário e contínuo da população regional em todo o século XVIII, não havendo, segundo Blaj (1998), a decadência de algo que não foi grande. Ao invés de reproduzir a tão propalada “decadência” paulista, nos mesmos moldes de boa parte dos estudos sobre o tema, procurou-se, aqui, identificar a complexidade econômica e social que esta região vivenciava durante a segunda metade do século XVIII e inserir a região bragantina neste contexto.

Torrão Filho (2004), em *Paradigma do caos ou cidade da conversão?* traz subsídios para compreender em que cidade o bairro rural de Jaguari estava inserido, apresentando uma revisão da historiografia específica sobre São Paulo e procurando discutir as imagens de vazio, pobreza, isolamento e desordem perpetuadas pela tradição interpretativa. Embora o autor esteja mais preocupado com as características urbanas de tais imagens, pôde contar com estudos que já desenvolveram perspectivas semelhantes, como o de Blaj (2002). Em contraposição às visões tradicionais, Torrão Filho (2004) destaca os diferentes modos pelos quais a cidade atuou na obra da colonização, detendo-se em temas da maior atualidade nos debates historiográficos, por exemplo, a ação das Câmaras Municipais, o papel das elites coloniais e os nexos entre urbano e rural.

A região de Bragança Paulista foi historicamente conectada a um território que crescia em ocupação, economia e população, o que fortaleceu os bairros rurais e forçou a construção de uma capela. Marx destaca que a tendência após a implantação da capela era de o povoado continuar a se desenvolver, ganhando autonomia, passando à freguesia e, posteriormente, à vila. Contudo, nem toda capela é, necessariamente, elevada à freguesia, e nem toda freguesia é, necessariamente, elevada à vila (MARX, 1991).

Tal processo pode ser verificado na região em estudo. Nos bairros rurais, a relação social ocorria em torno de uma capela. No entanto, muitas vezes as capelas eram construídas nas fazendas e sítios da região, em terras pertencentes a um sesmeiro. Enquanto não havia a doação de um patrimônio religioso, as capelas particulares não podiam ser vinculadas a uma freguesia e nem gerar fundos para o sustento de um pároco. Portanto, as capelas não estavam integradas à rede eclesiástica

oficial. Há a formação do núcleo urbano, conforme explica Borsoi (2013), que procura desvendar a apropriação e o cotidiano dessa sociedade colonial, cruzando informações de diferentes fontes primárias – como cartas de sesmarias, *Maços de População*, décima urbana e cartografia da Vila de Cunha, anteriormente Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Facão.

Borsoi, (2013) traz importantes discussões sobre a forma de ocupação do território, as atividades desenvolvidas e procura inserir esta lógica no funcionamento da rede urbana, atribuindo aos atores um papel ativo na configuração do território sem deixar de especializar e fortalecer a relação dos bairros rurais com o núcleo urbano.

A tese de Diogo Borsoi (2013), avança para a primeira metade do século XX e torna-se fundamental analisar a chegada, a contribuição e as mudanças políticas, sociais e econômicas da chegada do café. Logo, será apresentado o avanço dos trilhos no território de estudo, as articulações políticas, as companhias férreas envolvidas e o rearranjo social que, naquele momento, tem dois pilares, Governo e Igreja.

Após a análise da contribuição da literatura científica contemporânea sobre o tema é possível reafirmar a complexidade da formação do território brasileiro. Com o estudo de caso de Bragança Paulista propõe-se desvendar as particularidades e generalidades desse modo luso-brasileiro de ocupar o território e, posteriormente, o modo brasileiro de administrar, criando leis e dinâmicas econômicas próprias.

Como metodologia será utilizada cartografias históricas, buscando interpretar a temporariedade. Serão utilizados mapas referentes à data de estudo para cada momento da tese, que percorre o século XVIII até a primeira metade do XX, com mapas bases de 1750 a 1909. A série de mapas elaborada e publicada pela Secção Cartográfica da Companhia Lith. Hartmann-Reichenbach, São Paulo e Rio, que se encontra no Arquivo Público do Estado de São Paulo (Apesp), será utilizada por sua qualidade de resolução, por mapear um território amplo, que faz parte do estudo, e por não ter nesta linhas políticas de divisa, conceito por nós adotado para a compreensão do território.

Buscou-se, ainda, cruzar informações contidas nas documentações primárias, como os recenseamentos publicados no século XVIII e XIX, levantamentos geográficos, listas de registro de terras e tabelas das capelas que faziam parte do território. Toda documentação é fundamental para a compreensão da formação do território, ora demonstradas como tabela, ora interpretada em mapas.

Houve a necessidade de elaborar novos mapas, pois conforme as respostas e pesquisas avançavam, o mapeamento tornou-se uma importante metodologia para

demonstrar uma conclusão. Os mapas produzidos seguem a metodologia apresentada por Fonseca, (2011), que enfatiza importantes elementos do território, deixando o tema principal a ser discutido, demonstrado e evidenciado. Ou seja, para o nosso estudo; rios, *bairros rurais*, vilas, freguesias e linhas férreas, uma interpretação cartográfica limpa e simplificada se fez necessária.

Foi necessário, também, percorrer o território de estudo, o que se denomina “estudo de campo”. Visitamos o território rural, caminhos, capelas, refazendo o percurso do trem, utilizando como base estações e ocupações remanescentes. O estudo de campo, fundamental para as análises conclusivas, evidenciou como histórias e comprovações de diferentes teorias estão espalhadas pelo território. Foi possível evidenciar e perceber tempos, formatos de economia e vida que já não fazem mais parte do século XXI.

Tem-se a intenção de apresentar, nesta tese, a revisita aos motivos e como foi consolidado o território do bairro rural de Jaguary, além de compreender e analisar a história, a sociedade, o território e a economia da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Jaguary, aqui chamada de “agropastoril”. Buscou-se inserir a economia agropastoril em uma economia ampla, regional e fundamental. A pesquisa também apresenta como foi a elevação da Vila Nova Bragança e seu novo papel de cabeça de rede; o aumento, o crescimento e a inserção dos bairros rurais na economia, com o território adquirindo novas relações, fortalecendo bairros e elevando freguesias e vilas.

Apontam-se as mudanças governamentais e políticas que ocorreram no decorrer do século XIX, discorrendo sobre a agricultura cafeeira e a implantação da ferrovia na região. Apresenta-se a “Lei de Terras”, mostrando quem são os mencionados e onde estavam esses registros no município e distrito de Bragança. Faz-se uma análise social de duas famílias (Leme e Siqueira) que foram agentes na ocupação e consolidação do território, movidas, principalmente, pela política e a cafeicultura; uma reflexão sobre o período cafeeiro de Bragança, analisando se o café cedeu espaço para ser uma monocultura na região ou se foi agregado às vocações coloniais agropastoris.

Por fim, faremos uma análise das diferentes alianças que existiram entre Coroa, Império e República com a Igreja Católica, relações que interferem e impulsionam a ocupação e consolidação do território de Bragança Paulista não só nos primórdios, com a construção da primeira capela, mas também na ocupação do território rural pela Igreja, com as Capelas Filiais que se espalham por 53 pontos. Buscamos mapear e compreender o que é ainda preservado e o que se transformou e analisar as relações sociais da população com o pároco, que podem ter resultados urbanos importantes para

o caso de Bragança, uma atuação de ocupação do território rural e transformações urbanas com novas construções no núcleo urbano, no fim do século XIX e início do século XX.



Capítulo 1

As primeiras ocupações entre os rios Atibaya e Jaguary na região do Morro do Lopo e a formação da Freguesia de Jaguary

Neste capítulo, serão investigadas quais foram as primeiras relações sociais e econômicas que, de alguma forma, estimularam a conquista e o domínio do território paulista pelo colonizador, sentido norte da Colônia, local se formaria o bairro rural de Jaguary.

Serão tratadas e desvendadas, também, as conexões desse sertão, as imposições governamentais, as personalidades influentes, as relações com a Igreja Católica e a construção da primeira capela.

Há fragilidades nas linhas limítrofes do território entre São Paulo e Minas Gerais, portanto, a Coroa utiliza estratégias como instalações de registros; concessões de sesmarias pelo território; elevação de freguesias e fundações de vilas para impor domínio, procuraremos compreender como se deu este processo.

Entre caminhos, conexões e trocas comerciais é iniciada a economia de subsistência. Gêneros diversos são produzidos no território, em pontos que vão sendo ocupados aos poucos, formando os bairros rurais, impulsores da economia da região do Morro do Lopo e formadores estruturais de “nós” para o fortalecimento da rede de cidades locais.

1.1. Conquista e colonização da região do Morro do Lopo

Na rota que saía de São Paulo em direção a Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso, num processo lento de ocupação territorial, seria instaurado, em 1755, o Registro¹, nas margens do rio Mandu, entre os territórios paulista e mineiro e, em 1763, a Capela de Nossa Senhora da Conceição do Jaguary, no termo da Cidade de São Paulo.



Figura 1: Imagem aérea do Morro do Lopo 1940. Fonte: Fotos Oblíquas IGC.

O início da ocupação do atual território da cidade de Bragança Paulista, no século XVIII, foi marcado pela instalação deste registro e desta Capela e pela distribuição de sesmarias ao longo do caminho que ligava São Paulo a Minas Gerais.

Todavia, como lembra Reis Filho (2013), o território paulista já fora objeto de ocupação nos séculos anteriores. O autor traz a hipótese de que existiram dois ciclos de mineração no Brasil. O primeiro, mais modesto, seria o da Repartição do Sul, que teve início em 1593, ou antes. O segundo, um desdobramento do anterior, nas Gerais, no Mato Grosso e em Goiás. Cada um destes ciclos teve características específicas. O apogeu e fim do primeiro ciclo do ouro na Repartição sul estaria entre os anos de 1697 e 1711.

¹ Para controlar a saída do ouro e cobrar os direitos de entrada sobre os artigos de consumo da região mineira foram criados, por volta de 1700, os registros. Mecanismos de arrecadação tributária ficavam em pontos estratégicos, não eram fixos, podendo ser transferidos de uma região para outra, conforme necessário.

Caracterizados por um modo particular de organização social, os primeiros habitantes do território paulista eram identificados externamente como um grupo homogêneo, pois a ampla miscigenação com os indígenas e a adoção de suas formas de relação com a natureza foi fundamental para as definições das técnicas específicas de busca por ouro e exploração do território.

Segundo Nestor Goulart Reis Filho:

[...] nas áreas das Capitanias do Sul cada córrego era apropriado por um indivíduo poderoso que explorava com seus sócios e índios como um latifúndio, sem dividir a extração com outros mineradores. A consequência era uma baixa densidade demográfica. (REIS FILHO, 2013, p. 63)

Assim, em um século de exploração – aproximadamente entre 1592 e 1697 –, formou-se, na Repartição Sul, um sistema urbano pouco denso, mas com um número significativo de aglomerações. Estas não estavam junto das lavras, mas nos caminhos de acesso a elas, servindo os mineradores de vários pontos, pois cada um destes pontos era habitado por poucos portugueses e mamelucos. Este esquema apresentava-se nas Capitanias do Sul e se difere completamente do que viria a ser implantado nas Gerais a partir de 1705.

É preciso enfatizar que, para cada percurso, existiam variantes e, nos trechos de serra, trilhas que faziam a ligação da rota principal com outros pontos, os caminhos eram intrincados e formavam uma rede complexa. Até 1730, quando teve início o transporte de mueres, com o carregamento de mercadorias no lombo de burro, as povoações eram articuladas entre si e com o exterior pelo aproveitamento dos antigos caminhos, frutos da ocupação da região pelas tribos tupi e guarani.

Para Martins e Laurito (1943), a expedição mais antiga que passou na região do Morro do Lopo foi a de D. Francisco de Souza, em 1601, na qual relata atravessar e fazer parada no Morro do Lopo.

Já o caminho mais antigo que passava pela região onde se formou a Capela Nossa Senhora da Conceição do Jaguary, segundo Leite (1974), foi aberto pelo bandeirante Matias Cardoso de Almeida, na segunda metade do século XVII, com o objetivo de chegar às Gerais. No entanto, não era o trajeto preferido; o mais usado na época continuava sendo o Caminho dos Guaiases. O caminho aberto pelo bandeirante Matias Cardoso de Almeida, que saía da Cidade de São Paulo antes de passar pelo bairro rural de Jaguary, onde seria instalada a Capela Nossa Senhora da Conceição do Jaguary, passava pela Freguesia de Santanna, Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Guarulhos, Capela Nossa Senhora do Desterro de Juquery e Freguesia de São João Batista de Atibaia, todos no termo da Vila de São Paulo (Figura 2).

Numa derivação do Caminho dos Guaiases também havia uma ligação entre a Vila de Jundiay e a Freguesia de São João Batista do Atibaya, onde passava o caminho que o Bandeirante Matias Cardoso de Almeida iniciou e que, posteriormente à expedição de Fernão Dias Paes Leme, iniciada em 1674, usufruiria. Este caminho foi denominado Caminho de Fernão Dias (Figura 2).

Esta expedição, uma bandeira de Fernão Dias Paes Leme, teve 600 homens, cerca de 40 brancos ou mamelucos, e o restante, índios. Entre eles, o filho de Fernão Dias Paes Leme, Garcia Rodrigues Pais, e seu genro Manuel da Borba Gato, casado com Maria Leite. O Caminho chegou às terras do Sul de Minas a partir de São Paulo. Durante este percurso, de sete anos, a comitiva chegou até a região da atual Sabará (MG), relatando parada na região do Morro do Lopo (LEITE, 1974).

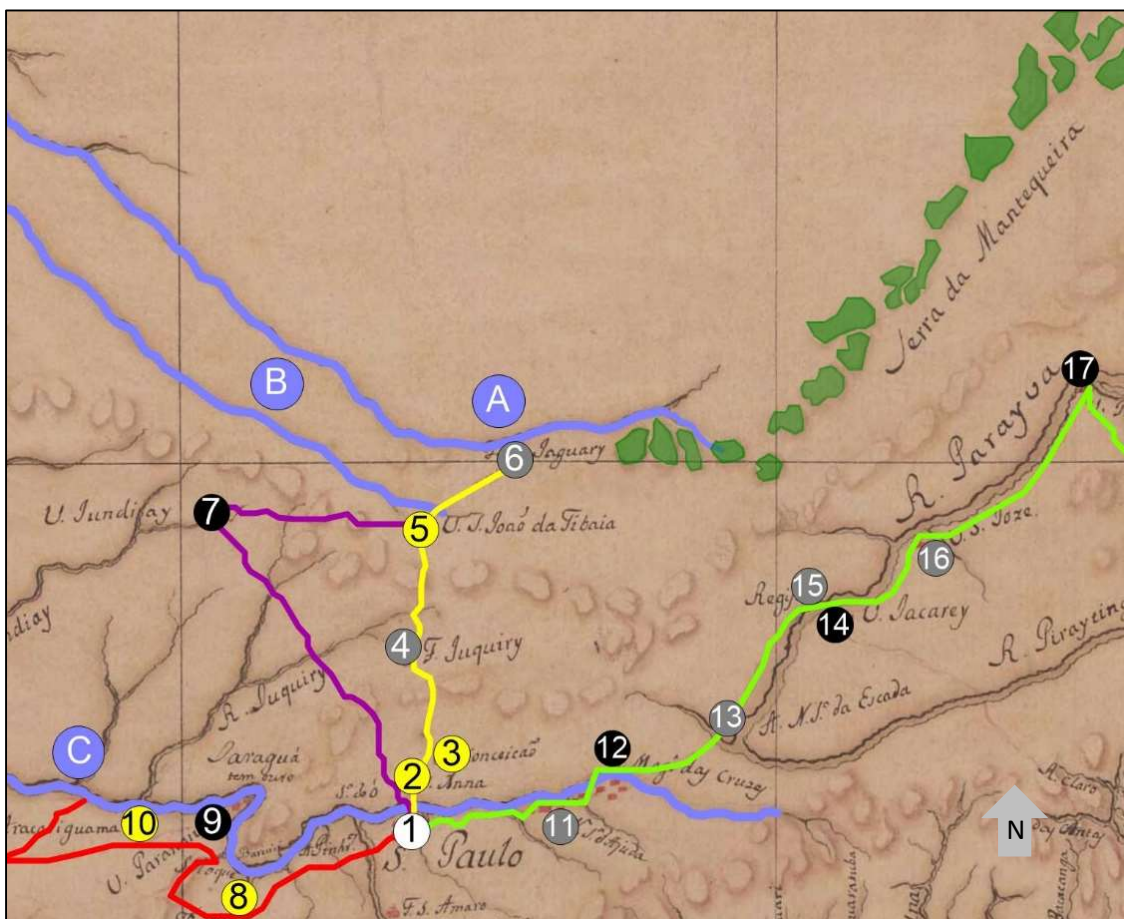


Figura 2: Recorte de Mapa datado de 1750 - Costa do Brasil desde a ponta de Itapetinga, São Paulo, até o rio Imbou ao sul da Ilha de Sta. Catarina. Em destaque, caminhos por terra: Caminho de Fernão Dias (amarelo), Caminho dos Guaiases (roxo), Caminho Geral do Sertão (vermelho) e Caminho dos Paulistas (verde). Caminhos por água (em azul): rio Jaguary (A), rio Atibaia (B) e rio Tietê (C). Vilas representadas em preto, freguesias em amarelo, Capelas, Registros e Aldeia em cinza. Cidade de São Paulo (1), Freguesia de Santana (2), Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Guarulhos (3), Capela Nossa Senhora do Desterro de Juquery (4), Freguesia de São João Batista de Atibaia (5), Registro do Jaguary (6), Vila de Jundiay (7), Freguesia de Nossa Senhora do Monte Serrat de Cotia (8), Vila de Parnaíba (9), Capela de Araçariguama (10), Capela de Nossa Senhora da Ajuda (11), Vila de Santana das Mogis das Cruzes (12), Capela Nossa Senhora da Escada (13), Vila de Jacarey (14), Registro próximo ao rio Parayba (15), Vila de Sarayua (16), Vila de Sarayua (17).

(15), Aldeia de São José do Parayba (16), Vila de São Francisco das Chagas Taubaté (17). Em verde, a Serra da Mantiqueira. Fonte: Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Elaborado por Carolina Nunes, 2021.

No século XVIII, com a notícia do grande achado, “as minas”, os mesmos caminhos já percorridos desde o século XVII, alguns desde o século XVI, foram usados para levar mais longe os exploradores bandeirantes. A descoberta do ouro desencadeou a ocupação do território das Gerais e das regiões que lhe davam acesso. Assim, começa a se formar um novo território na região em estudo, habitado por uma população heterogênea, crescente e que vivia, originalmente, numa economia de subsistência.

O importante movimento de reconhecimento e domínio do sertão, iniciado pelos bandeirantes paulistas, gerou, segundo Derntl (2010), sucessivas redefinições administrativas que contribuíram para a transformação e estruturação interna do território da capitania de São Paulo no século XVIII.

Em 1720, com o único interesse de obter maior domínio e garantia de arrecadação de impostos, Minas Gerais se separa do território paulista quando é criada a Capitania de Minas Gerais.²

Em 1730, os espanhóis estavam empenhados em invadir a Colônia. A Coroa, para defender seu território, usa a estratégia de desmembrar de São Paulo regiões mais vulneráveis, dando autonomia, controle fiscal e administrativo para novos territórios: Minas Gerais (1720), Rio Grande de São Pedro e Ilha de Santa Catarina (1738), Laguna (1742), Goiás (1744) e Mato Grosso (1748).

Conforme abordado por Derntl, o território paulista, no decorrer do século XVIII, se desmembrou, principalmente, devido à estratégia da Coroa Portuguesa para defendê-lo e dominá-lo. A abertura de caminhos, a fixação de povoados e a formação de um fluxo de passagem de pessoas e mercadorias apresentavam ao território paulista suas primeiras características e identidade.

A autora aponta a fragilidade da afirmação de alguns autores sobre a decadência do território paulista no século XVIII e apresenta o trabalho de Blaj (202), que traz uma análise crítica sobre esta afirmação, apontando a ênfase na crescente mercantilização de São Paulo. Segundo esta nova perspectiva, a ligação do território paulista com o mineiro impulsionou o desenvolvimento da capitania no decorrer do século XVIII e proporcionou condições para o desenvolvimento de lavouras para exportação em suas terras na segunda metade do século XVIII (DERNTL, 2010).

² A questão da definição da fronteira entre São Paulo e Minas Gerais criou discussões e conflitos, sendo alterada algumas vezes no decorrer dos séculos XVIII, XIX e início do XX, mas especificamente nessa região, não se conhece sérios conflitos.

Como visto, a Capitania de São Paulo já era cortada por importantes caminhos no final do século XVII, o que a coloca em posição privilegiada na comunicação entre Minas Gerais e o Porto de Santos.

É neste contexto que assistimos, em 1748, o rei D. João V destituir a capitania paulista, deixando seu território subordinado ao Rio de Janeiro e, no campo militar, sendo administrada pelo governador de Santos.

O início da ocupação do território em estudo ao longo do Caminho de Fernão Dias foi se formando, também, pela distribuição de sesmarias. Embora haja dificuldade em levantar dados precisos sobre as primeiras sesmarias doadas na região do Morro do Lopo, especificamente na área das atuais cidades de Atibaia e Bragança Paulista, é possível mapear informações relevantes. As primeiras concessões de terra, partindo da Cidade de São Paulo e seguindo o Caminho de Fernão Dias datam de 1638, às margens do rio Juqueri para o norte, área da atual cidade de Mairiporã³. O processo de doação de sesmaria constituiu-se ao longo deste caminho e suas derivações, saindo da Vila de São Paulo rumo a Minas Gerais, acompanhando, também, os leitos dos rios da região.

Embora não tivesse muito valor em si, o acesso à terra classificava as classes sociais no Brasil Colonial. Dava-se prestígio e valor a um sesmeiro, enquanto um posseiro era considerado pertencente a uma classe inferior. Ligados aos sesmeiros e aos posseiros encontravam-se agregados, escravos, mascates e aventureiros que não eram donos de terras, portanto, encontravam-se à margem da sociedade. A terra, mesmo com pouco valor de mercado, era o elemento que conferia prestígio ao colono. (FONSECA, 2011).

Segundo Leite (1974), após o início das concessões de sesmarias na região, é possível que, paulatinamente, a ocupação do território estivesse em curso, sem agregar um núcleo ou bairro específico num primeiro momento. (LEITE, 1974).

Somente a partir do século XVIII, em 1738, há registro da posse jurídica de terras próximas ao rio Jaguary⁴ e ao Morro do Lopo, na então Freguesia de São João Batista do Atibaya, na época parte do termo da Cidade de São Paulo:

Pascoal Nunes de Sousa, (1738) morador da freguesia de Atibaia pediu uma sorte de terra, cinco léguas distante da freguesia com uma

³ Antiga Capela de Nossa Senhora do Desterro, em território de São Paulo. Ignora-se a lei e a data de criação da Freguesia, com a denominação de Juquery. A Lei 34 de 23-3-1880 transferiu-a para o Município de Guarulhos. Elevada a Município pela Lei 67 de 27-3-1.889. Instalado a 29-3-1890. A Lei 233 de 24-12-1948 mudou a denominação para Mairiporã. (FUNDAÇÃO SEADE,).

⁴ Esta relação se encontra no livro denominado *Repertório das Sesmarias*, elaborado em 1994 pela Comissão de Arquivos do Arquivo Público do Estado de São Paulo, que buscou catalogar, por ordem alfabética, o nome das pessoas que receberam sesmarias na Capitania de São Paulo entre os anos 1721 e 1821.

légua de testada e três de sertão, principiando no ribeirão Brás Cubas, correndo até passar o Jaguary, rumo ao morro do Embacuva.

Salvador Cardoso de Oliveira. (1743) Uma légua de terras em quadra no sertão de freguesia de São João de Atibaia começando onde acabam as terras dos Garcias correndo o sertão até o rio Jaguary, partindo de uma parte de João do Prado Camargo e da outra até onde findar a dita légua.

João Prado de Camargo e Jeronymo Camargo Bueno⁵ que obtiveram uma sesmaria de três quartos de légua de testada, partindo do rio Atibaia, onde acabam as terras de Joana de Siqueira, por duas léguas do sertão, correndo rumo ao noroeste e o **Padre José de Moraes Aguiar**, vigário de Nazaré, recebeu uma sesmaria para a parte de Jundiaí, com uma légua de testada e três de sertão.

Narciso Cardoso de Oliveira. (1766) Uma légua de terras em quadra no sertão de freguesia de São João de Atibaia começando onde acabam as terras dos Garcias correndo o sertão até o rio Jaguary, partindo de uma parte de João do Prado Camargo e da outra até onde findar a dita légua.

João Pires Pimentel. (1766) Uma légua de terras de testada e légua e meia de sertão na freguesia de N. S. da Conceição de Jaguary, termo desta cidade de São Paulo, compradas a **Manuel Ribeiro de Siqueira** e este as houve de **João do Prado de Camargo**, como constava na escriptura de dela constava ser uma nesga que principiava do acabamento da medição que o reverendo padre **Jeronymo de Camargo Bueno** fez das tuas terras, tendo de testada uma légua e de sertão légua e meia até o rio Jaguary, cuja testada principia do Feital de **João de Moraes** até o campo novo onde mora **Antonio Pires** (REPERTÓRIO DAS SESMARIAS, 1994, pp.151, 242, 438, 444, 462, grifo nosso).

Ainda que algumas sesmarias não apresentem a data precisa de concessão, é possível construir uma análise sobre a posse jurídica das terras que deram origem ao bairro rural do Jaguary. O registro de uma das primeiras ocupações deste território se refere a uma sesmaria de Pascoal Nunes de Souza, padre morador da Freguesia de São João Batista do Atibaya, registrada em 1738. Esta sesmaria foi passada por direito, através de herança, para Narciso Cardoso de Oliveira, em 1766, morador da mesma freguesia.

Outro registro de distribuição de sesmaria nesta região, na mesma época, é relativo a uma sesmaria que foi atribuída a Salvador Cardoso de Oliveira, em 1748, que iniciava na Freguesia de São João Batista do Atibaya e se estendia até o rio Jaguary. Salvador Cardoso de Oliveira vendeu, sem data precisa, parte de sua sesmaria para João Prado de Camargo, morador da Freguesia de São João Batista do Atibaya. João Prado de Camargo venderia, também sem data precisa, parte de sua sesmaria para

⁵ Jeronymo era filho de João Prado de Camargo; ambos são mencionados nesta sesmaria.

Manuel Ribeiro de Siqueira, que não foi localizado no *Repertório de Sesmarias* (1994). Porém, consta que foi Manuel Ribeiro de Siqueira que vendeu estas terras para João Pires Pimentel em 1766, e que essas terras se localizavam no sertão da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Jaguary. A sesmaria adquirida por João Pires Pimentel foi confirmada no ano seguinte, 1767, em Lisboa (LEITE, 1974, p. 32).

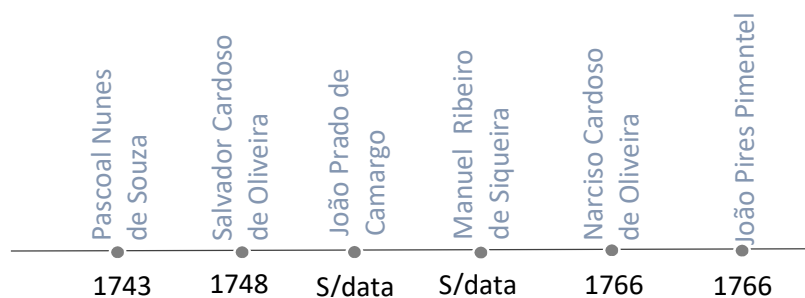


Gráfico 1: Nomes das pessoas com posse jurídica de terras na Freguesia de São João Batista do Atibaia, próximas ao rio Jaguary e ao Morro do Lopo até o ano de 1766. Linha do tempo das sesmarias desenvolvida pela autora, 2020. Fonte: Arquivo Público do Estado de São Paulo; *Repertório das Sesmarias* 1994.

Para uma sesmaria ser concedida, era necessário o reconhecimento prévio da área, mesmo que parcial. Segundo Abreu (2010), o sistema sesmarial de concessão de terras no Brasil contribuiu diretamente para o processo de formação e fundação de núcleos urbanos. As sesmarias, que tendiam a ser latifúndios, implicavam em exagerados custos, particularmente com a mão de obra escrava, de modo que a maioria dos sesmeiros, com exceção dos ricos, não tinham condições de custeá-las. Os sesmeiros ricos obtinham a concessão de antigas sesmarias ou parte delas, enquanto a maioria dos pequenos tornavam-se agregados daqueles, constituindo uma classe pobre que habitava o campo destituída de bens de raiz (ABREU, 2010 pp. 232-233).

Ao consultar o livro *Repertório das Sesmarias*, visando à localização de sesmarias da região da atual cidade de Bragança Paulista, verifica-se que traz a numeração do livro e das folhas do arquivo original, porém não apresenta as datas em que foram concedidas. Foi encontrado o registro da sesmaria adquirida por João Pires Pimentel, constando que esta sesmaria se estendia até as terras de Antônio Pires⁶, morador do “campo novo”. Como a historiografia local considera Antônio Pires Pimentel como o doador do patrimônio religioso que formaria a Capela de Nossa Senhora da Conceição de Jaguary, portanto, o fundador da Vila Nova Bragança, há dúvidas se este

⁶ No livro *Repertório das Sesmarias*, localizamos duas vezes Antonio Pires: como morador do “circuito da paragem vulgarmente chamada de Taquarussu” (p. 430), no Termo da Villa de Apiahy; como morador no rio Piraupava, distrito da Villa de Iguape (p. 446). Não fica claro se tratar de Antonio Pires Pimentel, considerado o fundador de Bragança Paulista.

Antônio Pires seria Antônio Pires Pimentel e se teria relação de parentesco com João Pires Pimentel.

1.2. Doação do patrimônio religioso e construção da Capela Nossa Senhora da Conceição do Jaguary

Encontra-se no *Anuário de Bragança*, datado de 1901 e arquivado no Centro de Documentação e Pesquisa Histórica da Universidade São Francisco (CADPH-USF), o documento mais antigo localizado pelos historiadores de Bragança, a partir do qual Lima afirma que Antônio Pires Pimentel foi o responsável por construir a primeira capela na região, a Capela de Nossa Senhora da Conceição de Jaguary:

Foi devido à generosidade dos paulistas Antônio Pires Pimentel e sua mulher d. Ignácia da Silva, que em 1764 foi edificada uma capella sob a invocação de Nossa Senhora da Conceição de Jaguary, no território de Atibaia, então freguesia. Teve deste modo começo a povoação, com o nome de Jaguary, e que hoje é a cidade de Bragança, sede da comarca do mesmo nome, do Estado de S. Paulo.

A escriptura de doação com que Antônio Pires Pimentel e sua mulher cederam o terreno necessário para o levantamento da modesta capella, traz a data de 15 de Dezembro de 1763; e tal incremento tomou a povoação que, apenas decorridos dous annos de sua fundação, foi elevada freguezia em 13 de Fevereiro de 1765.

Revolvendo-se aos archivos, encontra-se o nome do seu primeiro parochio, padre Joaquim de Camargo Bueno, que logo após a sua investidura, ministrou o sacramento do baptismo pela primeira vez, a 17 de Fevereiro de 1765 (LIMA, 1901, p. 33).

Lima (1933) afirma que, apesar das dificuldades para encontrar arquivos e escrituras, na documentação relativa ao patrimônio da capela, doado pelo casal Antônio Pires Pimentel e sua mulher, consta a data de 1763 para a doação do terreno. Em 1764, teria sido erguida a primeira Capela dedicada à Nossa Senhora da Conceição. Esta seria elevada à Freguesia dois anos após a doação do patrimônio religioso, em 1765.

A *Parochia*, do Cônego José de Aguirre, livro publicado em 1919, é uma importante e reconhecida fonte histórica sobre a fundação da Freguesia de Jaguary. O autor, após ser nomeado vigário da paróquia de São José do Belém, no território da cidade de São Paulo, em 9 de agosto de 1908, foi nomeado Vigário de Bragança em 5 de março de 1911⁷.

⁷ Nesta condição permaneceu por 13 anos, onde se tornou uma pessoa respeitada, influente e ativa politicamente em prol da Igreja Católica. Dom José Carlos de Aguirre nasceu em 28 de abril de 1880, na fazenda Paraíso, pertencente ao município de Rio Claro, mas passou a infância em São Carlos (SP). Estudou no Seminário Episcopal de São Paulo de 1896 a 1904, quando foi ordenado Presbítero em 8 de dezembro de 1904. Trabalhou como secretário e professor do Colégio Diocesano de São Paulo de 4 de fevereiro de 1905 a 31 de dezembro de 1907. Foi nomeado Coadjutor da paróquia de Santa Cecília em São Paulo e assistente eclesiástico da Legião de São Pedro, em 1º de janeiro de 1908. Em 4 de julho de 1924, Dom José Carlos de Aguirre foi eleito como o primeiro Bispo de Sorocaba. Tomou posse do Bispado de Sorocaba em 1º de janeiro de 1925 e faleceu em 10 de janeiro de 1973 em Sorocaba. Dom Aguirre recebeu a incumbência de pesquisar e registrar a história e o desenvolvimento da Paróquia de Bragança. Desta

Em sua obra, o Cônego Aguirre enfatiza a dificuldade de ter acesso a documentações primárias para aprimorar as investigações sobre a formação da Paróquia de Bragança e reescreve as informações do *Anuário* (1901), quando informa que o primeiro livro do Tombo da Paróquia de Bragança data de 1857, no qual não encontrou dados sobre a origem da paróquia. Recorreu, então, aos livros de batizados, tanto de livres como de escravos, verificando que, em 1763, Antonio Pimentel e sua mulher Ignacia da Silva edificaram, na colina fronteira à margem direita do ribeirão Canivete, uma capela dedicada à Nossa Senhora da Conceição, doando-a, junto com terras adjacentes, com o intuito de ali fundar um povoado:

Atendendo a que o primeiro livro, do Tombo da parochia de Bragança date de apenas de 18 de março de 1857 (data da Visita Pastoral do apostólico Bispo D. Antonia Joaquim de Mello) e não traga nenhum retrospecto histórico, no sentido de colligir estes modestos apontamentos que sirvam, mais tarde, para pennas melhor aparadas completarem a história da parochia, recorri a alguns documentos civis esparsos e aos livros de batizados, tanto de livres como de escravos, livros que muito pouca cousa me poderiam revelar. O producto da colheita assim respigada aqui exponho, sem mais preâmbulos. No anno de graça de 1763, o sr. Antonio Pimentel e sua mulher D. Ignacia da Silva, em cumprimento de um voto, edificaram na collina fronteira à margem direita do ribeirão Cannivete (erroneamete Tapuchinga) uma capella dedicada a Nossa Senhora da Conceição e doaram a capella e terras adjacentes com o intuito de ali se fundar um povoado. Este povoado ficou se chamando "Conceição do Jaguary". II A parochia deve ter sido creada em fins de janeiro ou em princípios de fevereiro de 1765, pois o termo de abertura do primeiro livro de batizados traz a data de oito de fevereiro daquelle anno, e reza assim: Este livro ha de servir para se fazerem os assentos de batizados da nova freguezia de Nossa Senhora da Conceição de Jaguary, o qual vai numerado e rubricado com a rubrica de que uso — Prof. — e no fim leva o termo de encerramento. S. Paulo, 8 de fevereiro de 1765 (AGUIRRE, 1919, pp. 10-11).

Logo, José Maximo Pinheiro Lima, no *Anuário de 1901*, afirma que o patrimônio da Capela foi doado, portanto, em 1763, e a construção da capela ocorreu em 1764. Já Aguirre (1919), afirmava a dificuldade de acessar a documentação primária e descreve que a capela foi construída em 1763, no patrimônio doado por (1903) Antônio Pires Pimentel e Ignácia da Silva. Para Aguirre, a data da elevação da freguesia também não

pesquisa nasceu o livro *A Parochia*, do qual restam pouquíssimos exemplares. O consultado está arquivado na Diocese de Bragança Paulista. Por restarem poucos exemplares, existem poucas documentações primárias arquivadas referentes à Cidade de Bragança Paulista, e julgou-se válido analisar a obra como um todo. É possível acessar o livro digitalizado, disponibilizado pela Biblioteca Brasileira. Nele José Aguirre descreve o surgimento do povoado de Conceição do Jaguary, deveres dos paroquianos, regras da Paróquia de Bragança, divisão territorial do Bispado, as instituições católicas em funcionamento no povoado, dias santos, Capelas Filiais e normas do sacristão. Aqui será explorado o Capítulo II, no qual o autor se debruça na história da Paróquia da Bragança.

era precisa, afirmando que, no termo de abertura do primeiro livro de batismo, consta a data de 8 de fevereiro de 1765.

A consulta às sesmarias concedidas na região de Bragança permite a identificação da origem fundiária da formação do patrimônio da capela, território doado por um sesmeiro. Todavia, a estrutura fundiária local ganha complexidade ao analisarmos as demais formas de acesso à terra no período.

Brioschi e Bacellar (1999), ao estudar o processo de ocupação territorial nas paragens do Sertão do Rio Pardo, no oeste paulista, destacam que havia um efetivo interesse da Coroa em promover o povoamento ao longo do Caminho que lhe dava acesso. Contudo, deveria haver pouco interesse por parte das pessoas em fixar moradia em locais distantes, com quase nenhum proveito econômico na época. Diante destas suposições, a concessão de sesmarias a funcionários graduados da própria Coroa poderia fazer parte do esforço povoador, e, provavelmente, explicaria o motivo de grande parte destas mesmas sesmarias não terem obtido êxito, visto que os funcionários jamais teriam condições ou interesse de se fixarem às margens do caminho.

Além do povoamento através da sesmaria, único facilmente detectável e possuidor de título de propriedade de terra, havia outro meio de se instalar nas terras do Sertão. Pela posse, pura, simples e mansa, inúmeras famílias de pouca ou nenhuma posse se organizaram em pequenos roçados. Poucos vestígios foram deixados, mas os registros paroquiais de Mogi Guaçu atestam a presença de inúmeros indivíduos cujos nomes não constam entre aqueles que receberam uma sesmaria (BRIOSCHI; BACELLAR et al., 1999).

No processo de ocupação do território brasileiro era pressuposta a institucionalização de um documento de propriedade – as sesmarias. Todavia, a comprovação em relação à demarcação das terras e à existência do cultivo era de difícil controle. Na consulta ao cadastramento de bens rústicos, de 1818, de Bragança, Mogi das Cruzes e Jacareí, Reis (2020, pp. 19-20) verificou que os dados sobre as estruturas fundiárias revelam:

[...] mais do que estabelecer a possibilidade da presença de terras passíveis de serem tomadas por posse ou sesmaria, a antiguidade da ocupação das terras implicava em sucessivas fragmentações dos terrenos por herança ou transações comerciais, sendo esperada, passadas sucessivas gerações desde a ocupação original do território considerado, uma redução nas extensões verificadas para as propriedades, o que [...] configura-se na presença majoritária das referidas pequenas propriedades.

A autora destaca que, dentro do território paulista, a partir do final do século XVIII, eram poucas as possibilidades de remanescerem ainda áreas devolutas a serem ocupadas. Entretanto, na região limítrofe ao sul das Minas Gerais, como na Serra do Selado em Nazaré e no Morro do Lopo em Bragança – locais conhecidos por antigas expedições, mas que tiveram povoamento efetivo somente a partir do final século XVIII –, Reis (2020, p. 20) encontrou poucas sesmarias arroladas para a data de 1818 no cadastramento de bens rústicos:

Embora houvesse terras passíveis de serem ocupadas, em alguma medida, variável com o passar do tempo e o local, e o acesso à terra fosse aparentemente fácil, pois a terra em si pouco custava aos que a recebiam em doação de sesmaria ou dela tomavam posse, certo é que, no período colonial, somente uma minoria se beneficiou do sistema de sesmarial.

Algumas lacunas ainda permanecem para a compreensão do surgimento do bairro rural de Jaguary. A construção da Capela se daria entre 1763 e 1764. Já em relação a Antônio Pires Pimentel, doador do patrimônio religioso para a formação da capela, não há registro de sua sesmaria no *Repertório das Sesmarias* arquivado no Apesp.

Portanto, podemos afirmar que, entre os anos de 1763 e 1764, foi edificada a primeira capela no bairro rural de Jaguary, dedicada à Nossa Senhora da Conceição. Como já visto, ela foi erguida no patrimônio religioso doado para a Igreja Católica por Antônio Pires Pimentel – informação não confirmada, mas descrita com frequência na historiografia local. Esta edificação segue o padrão português de fundar povoação, onde se busca um local alto, longe de inundações, próximo à água e com espaço suficiente para a construção de novas residências, crescimento, deixando um espaço adequado na frente da capela, denominado “adro”, onde aconteciam festividades e encontros.

O rio Jaguary é referência para o desenvolvimento do bairro rural. O local escolhido para a construção da primeira capela se localiza no alto de um morro, entre dois afluentes do rio Jaguary: o Ribeirão Canivete, posteriormente denominado Lavapés, e o Ribeirão Anhumas. Não existem registros icnográficos da primeira capela, no entanto, existem registros da construção de uma torre, elemento que diferenciou a primeira capela da segunda.

Com base nestas informações, fez-se a relação entre o rios Jaguary e os ribeirões com o primeiro território ocupado após a doação do patrimônio, onde se formaria, posteriormente, o espaço urbano. Para isto, foi utilizado como base o mapa, elaborado e publicado pela Secção Cartográfica da Companhia Lith - Hartmann – Reichenbach, São Paulo e Rio de Janeiro (Figura 3).

A imagem da capela é um trabalho que produziu uma montagem em cima da foto onde consta a torre, e foi retirada para elaborar um registro aproximado do que teria sido a primeira Capela de Nossa Senhora da Conceição no bairro rural de Jaguary. Arquivos paroquiais demonstram que a primeira capela solicitou três verbas para reforma: a primeira e a segunda para reparos e conservação da estrutura; a terceira para a construção da torre, em 1858, reforma autorizada após uma visita pastoral do Bispo D. Antônio Joaquim de Mello (AGUIRRE, 1919).

O entorno da rua direita e de todo o espaço do adro⁸ foi destinado à construção de residências, configurando em 1765, portanto, o embrião que viria a ser o núcleo urbano (Figura 3).

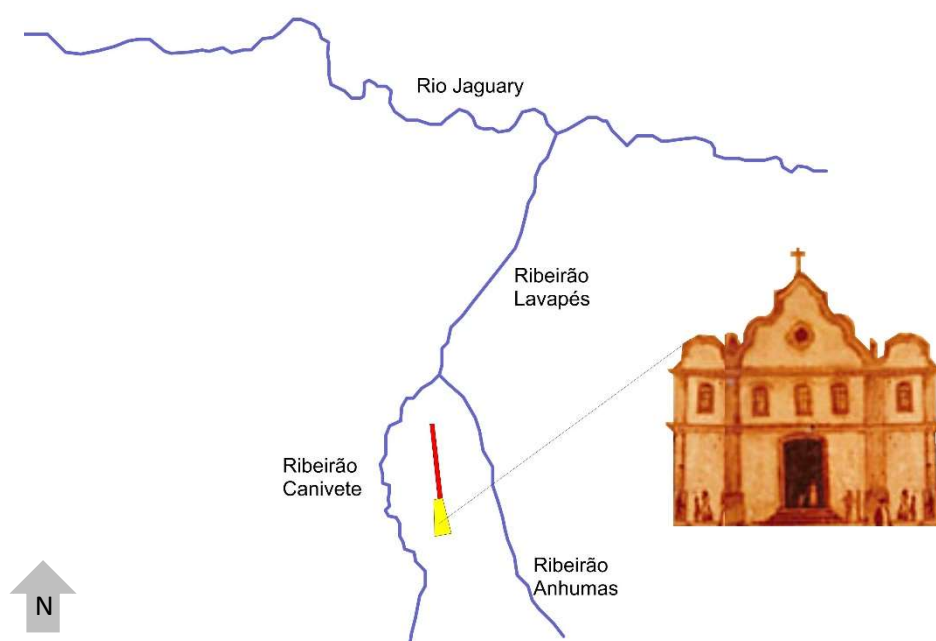


Figura 3: Relação entre a rede hídrica local e a escolha do local para a construção da primeira Capela do bairro rural do Jaguary. Rio Jaguary, Ribeirão Lavapés, Ribeirão Canivete e Ribeirão Anhumas. Em amarelo, o espaço onde foi construída a capela e determinado o adro, espaço triangular. Em vermelho, o acesso à rua direita. Fonte: Elaborado pela autora, 2021 utilizando como base a Cartografia de 1909, mapa elaborado e publicado pela Secção Cartográfica da Companhia Lith-Hartmann–Reichenbach, São Paulo e Rio de Janeiro- Folha de Bragança.

Com a distribuição das sesmarias na região, na metade do século XVIII, intensificam-se as buscas por ouro na Capitania de Minas Gerais. Isto levou o Governo a instalar em 1755, na fronteira entre as capitanias de Minas Gerais e São Paulo, na

⁸ Pátio externo descoberto, e por vezes murado, localizado em frente ou em torno de uma igreja; peribolo, átrio.

beira do rio Mandu, um posto fiscal, um registro, destinado a evitar o desvio clandestino de ouro, principalmente para São Paulo e Santos, aplicando a cobrança de impostos.

Em 1764, nove anos depois de o registro ser instalado nas margens do rio Mandu e um ano após a construção da Capela de Nossa Senhora da Conceição do Jaguary, ele é transferido pelo Governador de Minas Gerais, General Luiz Diogo Lobo da Silva (1763-1768), para a margem esquerda do rio Jaguary, recebendo o nome de Registro de Jaguary⁹, situado entre dois importantes pontos de referência da época, o rio Jaguary e o Morro do Lopo. A transferência do Registro para a parte sul da Capitania de Minas Gerais intensifica o corredor comercial que já existia nesse percurso e reforça a ideia de política de ocupação da região (RIBEIRO, 2008).

Destaca-se a localização do registro de Jaguary na Carta Chorographica da Capitania de São Paulo, em *Que Se Mostra a Verdadeira Citação Dos Lugares Por Onde Se Fizerão As Setes Principais Divisoens do Seu Governo Como o De Minas Geraes*, mapa datado de 1766 (Figura 4).

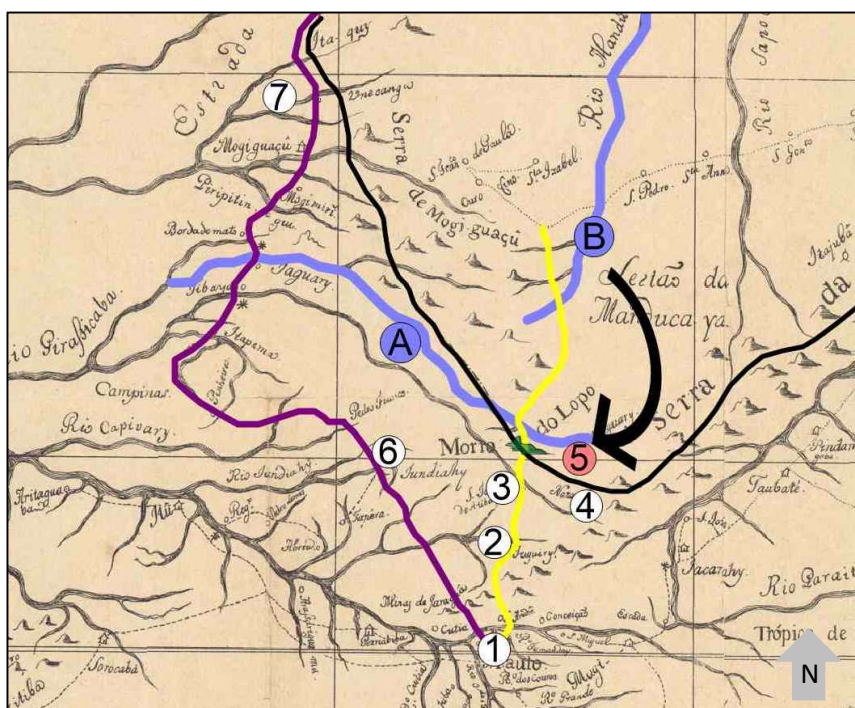


Figura 4: Interpretação da localização do Registro de Jaguary no recorte da "CARTA CHOROGRAPHICA DA CAPITANIA DE S. PAULO" Ano 1766. Onde 1, São Paulo; 2, Capela de Juquery; 3, Freguesia de São João Batista do Atibaya; 4, Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Nazareth; 5, em vermelho, Registro de Jaguary; 6, Vila de Jundiahy; 7, Vila de Mogi Guaçu. Em azul destaca-se: A, rio Jaguary; B, rio Mandu. Em verde, o Morro do Lopo. A seta preta destaca a mudança do rio Mandu para a margem do rio

⁹ Assim denominado desde 1755. Em 1832, foi construída no local a primeira capela dedicada à Santa Rita, com a denominação de Santa Rita da Extrema. Pela Lei Estadual 319, de 16 de setembro de 1901, desmembrou-se de Jaguary (elevado à Vila em 1849, recebeu o nome de Camanducaia em 1868), tornando-se Vila de Santa Rita de Extrema. Em 1911, torna-se município de Santa Rita de Extrema. Pela Lei estadual 663, de 18 de setembro de 1915, tanto o município como seu distrito único tiveram denominação simplificada para Extrema. Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Jaguary, mais próximo à fronteira, entre as capitanias de São Paulo e Minas, destacadas em preto. Fonte: Arquivo Público Mineiro. Elaborado pela autora, 2021.

Assim como a análise cartográfica de 1750 (Figura 1), outro documento de 1764 (Figura 5) permite contextualizar a ocupação do território na metade do século XVIII, quando foram instalados na região o Registro de Jaguary e a Capela de Nossa Senhora da Conceição de Jaguary. Na cartografia de 1750, foi possível observar a rede de cidades e freguesias que estava se formando no território paulista. Já na cartografia de 1764, verifica-se como esta ocupação avança no território mineiro, na região do Morro do Lopo, entre as capitanias de São Paulo e Minas Gerais.

Vale ressaltar que a Capitania de São Paulo viria a ser restaurada somente em 1765. As formações de povoados, freguesias e vilas paulistas revelam as estratégias de ocupação para proteger o território de invasões espanholas. Também foram um modo de garantir o recebimento de impostos. Assim, a construção de registros servia para arrecadação e identificação de fronteira.

Para Bueno (2009), as fronteiras não são linhas imóveis, mas zonas que, na maioria das vezes, no século XVIII, estão em disputas em terras paulistas. Os diversos contornos assumidos pelo atual Estado de São Paulo oscilaram ao sabor de interesses oficiais e extraoficiais, materializando-se numa complexa rede urbana, viária e fluvial, viabilizada pela associação entre índios e portugueses.

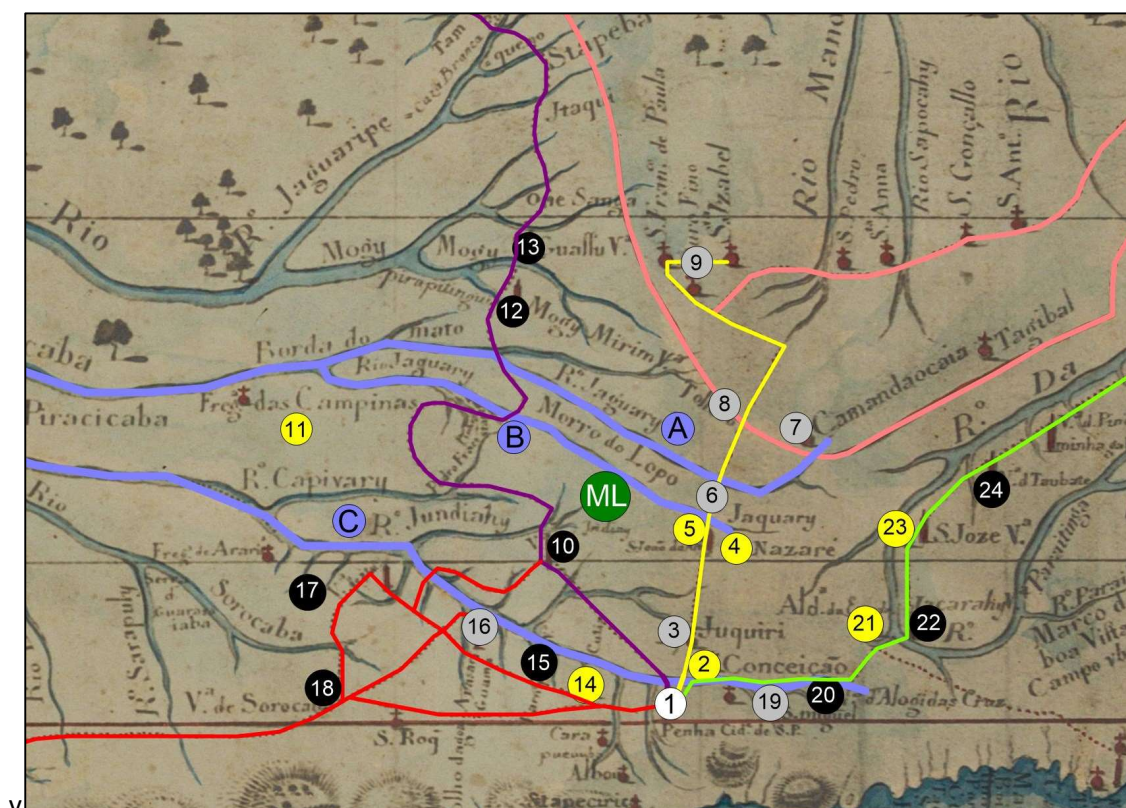


Figura 5: Recorte da *Carta Cartográfica da Capitania de São Paulo e seu “certão”*. Data, escala e legenda não constam no mapa. A data aproximada, informada pelo Arquivo Público do Estado de São Paulo, é 1764. Em destaque, Caminhos por terra: Caminho de Fernão Dias (em amarelo); “Caminho das tropas” ou “Caminho para Sorocaba” (em vermelho) e sua ligação com a Vila de Jundiá; Caminho dos Guaiases (em roxo); “Caminho dos Paulistas” (em verde). Caminhos por água (em azul): rio Jaguary (A); rio Atibaia (B) e rio Tietê (C); em verde, o Morro do Lopo; círculo em branco, Cidade de São Paulo; círculos em preto referem-se às Vilas; círculos em amarelo referem-se às freguesias; em cinza referem-se às capelas: Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Guarulhos (2), Capela Nossa Senhora do Desterro de Juquery (3), Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Nazareth (4), Freguesia de São João Batista de Atibaia (5), Registro do Jaguary (6), Capela de Camandocaya¹⁰ (7), Capela de São José do Toledo (8), Capela de Ouro Fino (9), Vila de Jundiá (10), Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Mato Dentro de Campinas (11), Vila de Mogi Mirim (12), Vila de Mogi Guaçu (13), Freguesia de Nossa Senhora do Monte Serrat de Cotia, (14) Vila de Parnaíba (15), Capela de Araçariguama (16), Vila de Itu (17), Vila de Sorocaba (18), Capela de Nossa Senhora da Ajuda (19), Vila de Santana das Mogis das Cruzes (20), Capela de São Francisco das Chagas de Taubaté (24). Fonte: Arquivo Público do estado de São Paulo. Elaborado pela autora, 2021.

Logo, é possível espacializar uma rede que se conectava por vários caminhos, importantes nós que fortaleciam e interligavam diversos bairros, registros, capelas, freguesias e vilas com a Cidade de São Paulo, ativando relações sociais, políticas e econômicas na região do Morro do Lopo, do Registro de Jaguary e da Capela de Jaguary na metade do século XVIII.

1.3. A ocupação do território na Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Jaguary

Desde os primeiros séculos do Período Colonial, em terras paulistas, desenvolveu-se uma agricultura comercial voltada à demanda das capitanias produtoras de açúcar, Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro. Este território citado tornou-se um provedor de alimentos para o resto da Colônia, antecipando um processo análogo que impulsionaria a agricultura de Minas no final do século XVIII (GONÇALVES; OLIVEIRA; MONT SERRATH, 2020).

Segundo Gonçalves, Oliveira e Mont Serrath (2020, p. 9), a partir de uma revisão feita por Blaj (2002) sobre a historiografia de São Paulo, é possível afirmar que:

[...] embora não fizesse parte do grande eixo mercantil da colônia, algum nível de produção, comércio e riqueza desenvolveu-se na região paulista durante todo o período colonial, com momentos de maior e de menor integração de agentes e de mercadorias aos grandes circuitos mercantis.

Já na década de 1930, Prado Júnior chamava atenção para a importância de vilas como Atibaia e Bragança, que, além da função de abastecer a capital, situavam-se na rota da estrada em direção ao sul de Minas. Desde 1765, a freguesia de Jaguari

¹⁰ Em 1775, a capela de Camandocaya foi elevada à freguesia; em 1849, esta foi elevada à categoria de vila com o nome de Jaguary. Finalmente, a Lei 1527, de 20 de julho de 1868, criou a cidade de Jaguary, que em 1925 retornou ao seu primitivo nome, Camanducaia, que até hoje conserva. Fonte IBGE.

produziu pequena quantidade de cana-de-açúcar, apenas para aguardente, e uma variedade significativa de gêneros agrícolas, distinguindo-se a Vila de Atibaia como “celeiro” da capital (MICHELI, 2018).

Nossa Senhora da Conceição do Jaguary foi freguesia por 32 anos, entre 1765 e 1797. Tornou-se freguesia um ano após a construção de sua Capela. O território da Freguesia do Jaguary foi ocupado lentamente, no sentido norte do atual estado paulista, em direção ao estado de Minas Gerais. Quando fundada (doação do patrimônio e construção da capela), pertencia ao termo da cidade de São Paulo, porém passa a pertencer ao termo da Vila de São João Batista do Atibaya em 1769, quando esta é elevada de freguesia à vila. Estas alterações também aconteceram com o bairro rural vizinho, Nazareth.

Estes três bairros rurais, Atibaya, Nazareth e Jaguary, eram os mais distantes no sentido norte da cidade de São Paulo, o que fez muito dificultoso cumprir as obrigações civis e religiosas da época. As longas distâncias e trajetos ruins proporcionavam a perda de controle de nascimentos, batismos, casamentos e óbitos.

Seguindo a estratégia de ocupação da Coroa, faz parte desse processo elevar vilas e freguesias para que a população tenha serviços civis fundamentais, mais acessíveis. Neste contexto, os bairros rurais de Nazareth, Atibaya e Jaguary se tornam Freguesia de Nossa Senhora de Nazareth em 1676, Freguesia de São João Batista do Atibaya em 1747 e Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Jaguary em 1765.

A Freguesia de São João Batista do Atibaya se torna Vila de São João de Atibaya em 1769, quando as freguesias de Nazareth e Jaguary deixam de pertencer ao termo de São Paulo e passam a pertencer ao termo da Vila de São João Batista do Atibaia (Figura 6).

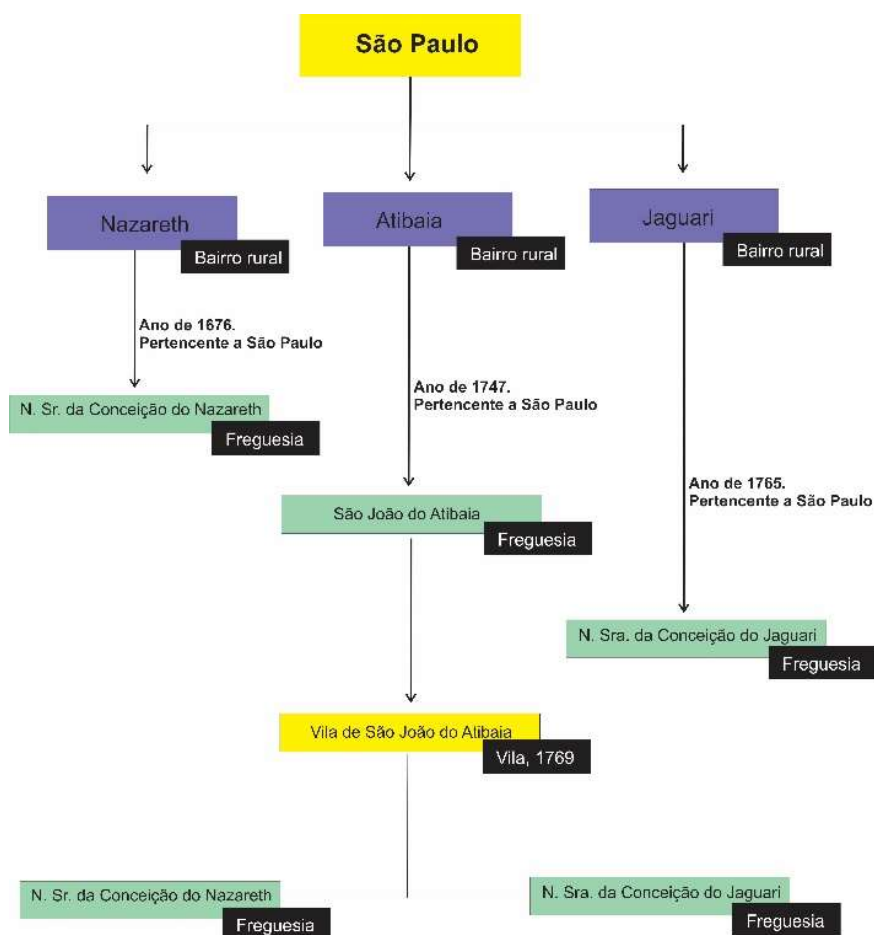


Figura 6: Esquema do desmembramento na região de estudo no final do século XVIII. Desmembramento dos bairros rurais Atibaya, Nazareth e Jaguary da Cidade de São Paulo. Em amarelo, núcleos em condição de Vilas; em verde, em condição de Freguesia; em roxo, na condição de bairro rural. Fonte: Elaborado pela autora, 2019.

No século XVIII, a cidade de São Paulo, que não possuía terras férteis – e seus vizinhos diretos estavam todos dedicados à monocultura do açúcar –, necessitava de abastecimento de gêneros diferenciados para a sobrevivência de seus habitantes. A população da capitania estava aumentando e os grandes engenhos tinham um elevado número de escravos trabalhando nas plantações de cana-de-açúcar. Neste contexto, a Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Jaguary, que possuía uma economia de subsistência na sua origem, passa a desenvolver uma economia agropastoril que envolve a criação de porcos e o cultivo de feijão e milho, economia que ganharia força por orientação da própria Coroa.

Para Micheli (2018, p. 197), os arredores da capital da Capitania de São Paulo possuíam um conjunto de vilas, Bragança, Atibaia, Mogi das Cruzes, Cotia e Santa Ana do Parnaíba que se articulava em grande medida com a capital. Embora mantivessem

trocas mercantis com outras áreas da capitania, “[...] era da venda de suas produções para a cidade que mantinham sua economia”.

Em 1765, o Governador Luís Antônio Botelho Mourão, o Morgado de Mateus, assume o governo da Capitania de São Paulo e incentiva a entrada das vilas paulistas no mercado internacional de açúcar, criando condições favoráveis para a implantação de engenhos em algumas vilas. Contudo, o açúcar não monopolizou a economia da região, ficando para as vilas do norte da capitania (próximas ao Rio de Janeiro) e as vilas do Oeste (próximas ao sul de Minas Gerais) a produção de gêneros variados, como arroz, feijão, milho, farinha e carnes, destinados tanto para consumo interno dos moradores como para o consumo regional e exportação:

As vilas do norte e oeste¹¹ estavam em posição estratégica para o desenvolvimento desses gêneros, elas estavam situadas nos limites da capitania, eram paragem para viajantes e tinham contato frequentes com os tropeiros. Constituíam, portanto, uma importante fonte de alimento para aqueles que estavam de passagem e, ao mesmo tempo garantia mercado para aqueles que plantavam (BORSOI, 2013, p. 106).

A criação de porcos e a produção de toucinho rapidamente se tornam importantes ferramentas econômicas para a Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Jaguar, firmando seu comércio com a Cidade de São Paulo e região mineradora.

Borsoi (2013, p. 152) assinala a importância da criação de porcos e da produção do toucinho para abastecer as minas no período colonial: “A falta de carne bovina na região das minas fez com que os moradores vizinhos habitassem a criar suínos, que praticamente foi o único animal criado nas vizinhanças de cata, pois não exigiam pastos extensos”.

Há, portanto, o vínculo da criação de porcos na Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Jaguar, tanto para o abastecimento das regiões mineradoras, produção transportada pelos tropeiros e bandeirantes de passagem pela freguesia seguindo o sentido norte da Capitania de São Paulo, quanto para o abastecimento da Cidade de São Paulo, seguindo sentido sul da capitania, para o qual era de extrema importância a chegada desses gêneros para a alimentação da população de ambas regiões, além do consumo interno.

A Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Jaguar passou de uma sociedade principalmente de subsistência para uma economia agropastoril e crescentemente comercial, especialmente quanto a cereais e carne de porco. Esses

¹¹ Aqui entende-se vilas do oeste não como oeste do Estado de São Paulo atual, mas a região oeste ao porto de Paraty, oeste colonial.

gêneros eram produzidos em pequena quantidade, mas por diversos agricultores. Esta produção agropastoril pode ser entendida a partir do conceito de Arruda (2020, p. 6), que define a “fazenda mista paulista” como a essencialidade agropastoril da economia colonial que, desde o século XVI, desenvolve uma “[...] economia de base agrária que se especializara no abastecimento das populações, na oferta de alimentos e víveres à população em geral e ao complexo exportador açucareiro e extratífero mineral, em especial”.

A criação de porcos exigia pouco espaço e esforços, ficando muitas vezes em áreas de quintais cuidados pela própria família, exigindo pouca mão de obra escrava para o desenvolvimento e engorda dos animais. O alimento dos porcos era principalmente o milho, o que também justificava sua forte presença na freguesia. No entanto, seu cultivo exigia mais espaço e mão de obra, se comparado à criação de porcos. Isso explica a criação de porcos em vários fogos¹² da freguesia com pouco ou nenhum escravo; já a atividade de cultivo de milho é exclusiva para fogos que detêm espaço e mão de obra escrava. O cultivo de feijão se complementava ao do milho, assim como o cultivo do milho se complementava à criação de porcos. O transporte desses gêneros era feito no lombo dos burros, o transporte de muares. Neste momento, a economia da região voltava-se, portanto, para a produção agropastoril, produzindo um excedente que atendia à política de crescimento e ocupação que se implantava no território.

Esta política, adotada pelo então governador Luiz Antônio Botelho de Mourão (1765-1775) para a Capitania de São Paulo, torna-se estratégica para a consolidação do território da capitania por meio da fundação de “povoados”, com a instalação de capelas, elevação das já existentes à condição de freguesia e a criação de novas vilas.

Em 1765, a prioridade no discurso de posse deste governador era fundar cidades como estratégia de ocupação e domínio. Para Bueno (2009, p. 252), na documentação oficial “[...] não por acaso, os termos ‘conquista’ e ‘domínio’ aparecem como sinônimos de ‘Colônia’ e sempre vinculados à ação humana” (BUENO, 2009, p. 252).

O processo de elevação das capelas à condição de freguesias seria fundamental para a consolidação dos “povoados” no território paulista, pois permitiria controles territorial e demográfico mais eficaz na medida em que, com a delimitação dos termos das freguesias, a Igreja exerceria um controle maior dos seus fregueses por meio dos registros civis. O Governador Luiz Antônio Botelho de Mourão instaura, a partir de 1765,

¹² Termo relativo à unidade habitacional e presente nos recenseamentos populacionais instaurados na Capitania de São Paulo a partir de 1765, que serão utilizados como fonte primária neste estudo e esclarecidos a seguir.

o recenseamento populacional sistemático. Estes levantamentos censitários vigoraram na Capitania de São Paulo entre 1765 e 1856.

A análise dos recenseamentos demográficos da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Jaguarý¹³ entre 1767 e 1796, um ano antes de sua elevação à vila, revela o crescimento populacional da freguesia (Tabela 1), o surgimento dos seus primeiros bairros rurais assim como a população que habitava no bairro da freguesia, ou seja, o bairro que se formou sobre o patrimônio religioso da capela, urbanos. (Tabelas 1 e 2).

ANO	FOGOS	POPULAÇÃO LIVRE	POPULAÇÃO ESCRAVA	POPULAÇÃO TOTAL
1767	308	1.730	13	1.743
1775	487	2.665	127	2.792
1785	730	4.120	276	4.396
1796	1.024	5.705	305	6.010

Tabela 1: Relação de fogos, população livre e população escrava na Freguesia Nossa Senhora da Conceição do Jaguarý nos anos de 1767, 1775, 1785 e 1796. Fonte: Arquivo Público do Estado de São Paulo. *Maços de População da Vila de São João Batista do Atibaia.*

Desde a sua origem, a freguesia era essencialmente formada por uma população rural, que em 1767 somava 1.743 pessoas, das quais apenas 13 eram escravos. Essa população estava dispersa em cinco bairros rurais: Canivete, Campo Novo, Jaguarý, Guaripocaba e Jacarey e no bairro da freguesia, que possuía apenas seis fogos com 37 moradores, dos quais 32 livres e cinco escravos. O bairro rural do Canivete apresentava 48 fogos, 240 moradores livres e cinco escravos; o bairro rural do Campo Novo era constituído, em 1767, por 36 fogos e 234 moradores livres, não havia escravos; o bairro rural do Jaguarý tinha 80 fogos, 446 moradores livres e dois escravos; o bairro rural do Guaripocaba apresentava 35 fogos, 228 moradores, sendo um escravo; o bairro rural do Jacarey, que tinha 103 fogos e 551 moradores livres (Tabelas 1, 2 e Figura 7).

N°	ANO	1.767			1.775			1.785			1.796		
		Fogos	Livres	Escravos	Fogos	Livres	Escravos	Fogos	Livres	Escravos	Fogos	Livres	Escravos
1	Freguesia	6	32	5	14	57	24	28	156	48	54	258	64
2	Canivete	48	240	5	51	269	3	61	380	24	86	644	40
3	Campo Novo	36	234	0	80	447	21	103	595	26	52	250	0
4	Jaguarý	80	446	2	79	456	11						
5	Guaripocaba	35	227	1	54	269	3	38	283	7	33	190	5

¹³ Os dados de recenseamentos da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Jaguarý para os anos de 1767 a 1796 encontram-se anexados aos dados da Vila de São João Batista do Atibaia. A partir de 1797, a Vila Nova Bragança passa a ser recenseada separadamente.

6	Jacarey	103	551	0	153	834	65	40	229	38	101	600	24
7	Anhumas				56	333	0	100	525	59	94	545	7
8	Rio Acima							171	906	33			
9	Rio Abaixo										182	1043	84
10	Lopo							86	256	13	74	357	48
11	Boa Vista							20	115	2	16	83	1
12	Itapeva							16	301	9			
13	Matto Dentro							67	374	17			
14	Couto										52	250	0
15	Campanha										104	584	54
16	Araraz										101	508	4
17	Curralinho										75	393	19
	Total	308	1730	13	487	2665	127	730	4120	276	1024	5705	350

Tabela 2: Relação de fogos, população livre e escrava na Freguesia Nossa Senhora da Conceição do Jaguary nos anos de 1767, 1775, 1785 e 1796. Fonte: Arquivo Público do Estado de São Paulo. *Maços de População da Vila de São João Batista do Atibaya.*

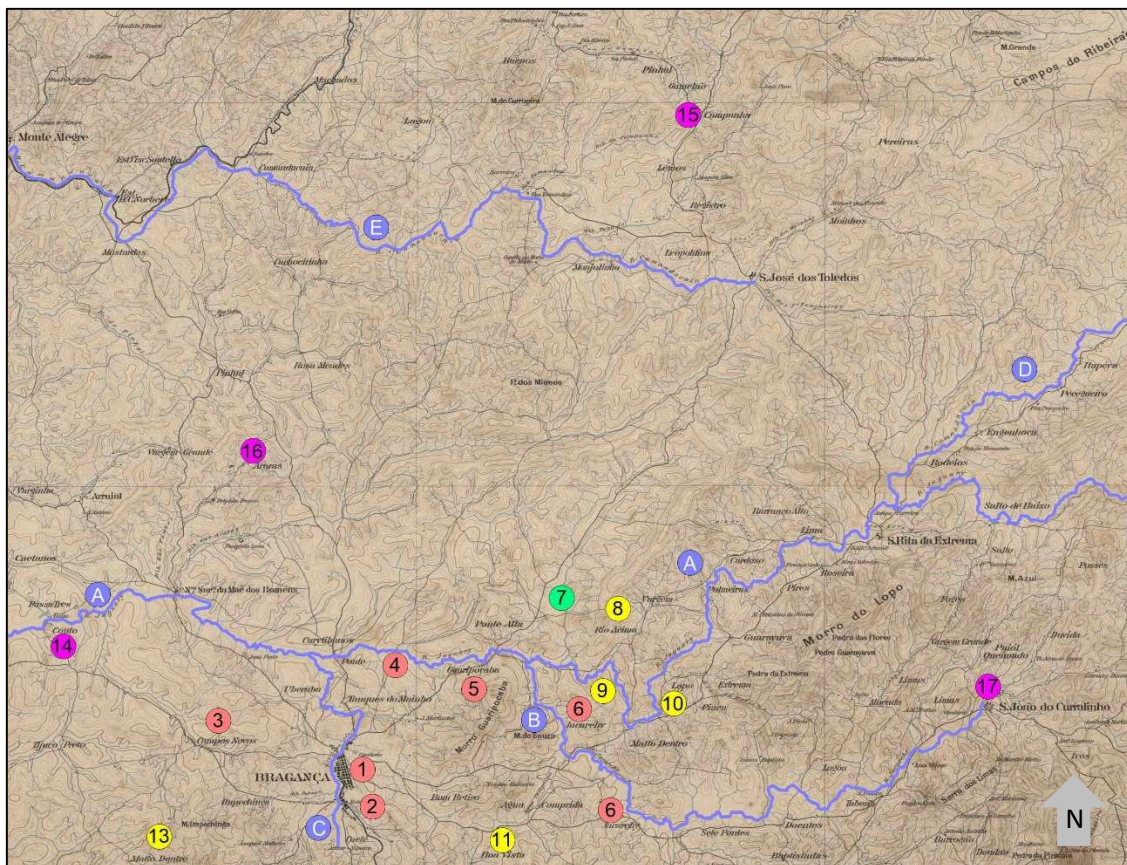


Figura 7: Bairros rurais da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Jaguary e bairro da Freguesia, formados entre 1767 e 1796, interpretados na cartografia de 1909¹⁴, mapa elaborado e publicado pela Secção Cartográfica da Companhia Lith-Hartmann – Reichenbach, São Paulo e Rio de Janeiro, a partir dos dados presentes nos *Maços de População* de 1767, 1775, 1785 e 1796. Em vermelho, os bairros que constam nos *Maços de População* de 1767, o bairro da Freguesia (1) e os bairros rurais de Canivete (2),

¹⁴ A cartografia aqui utilizada foi a de 1901 por registrar o maior número dos bairros estudados. A identificação de suas localizações coincide com as encontradas em peças cartográficas do século XIX, todavia em cada peça são registrados apenas alguns bairros.

Campo Novo (3), Jaguary (4), Guaripocaba (5) e Jacarey (6); em verde, o bairro Anhumas (7), registrado em 1775; em amarelo, os novos bairros recenseados em 1785, Rio Acima (8), Rio Abaixo (9), Lopo (10), Boa Vista (11), Mato Dentro (13); em rosa, os bairros registrados em 1796, Couto (14), Campanha (15), Araraz (16) e Curralinho (17). O bairro rural de Itapeva (12 na tabela 2) não foi localizado. Em azul, o rio Jaguary (A), o rio Jacarey (B) e o ribeirão do Lavapés (C). Fonte: Arquivo Público do Estado de São Paulo. Elaborado pela autora, 2020.

É dentro desse território, onde se distribuem diversos bairros rurais, que surge e se fortalece uma economia agropastoril na Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Jaguary. As políticas adotadas pelos governadores da Capitania de São Paulo entre 1765 e 1802 beneficiaram diretamente o fortalecimento desta economia na região do Morro do Lopo.

O Governador Luís Antônio de Sousa Botelho Mourão (1765-1775), que elevou a capela de Nossa Senhora da Conceição do Jaguary à Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Jaguary em 1765, isentou o recrutamento dos homens da região do Morro do Lopo dos combates contra espanhóis no sul, não prejudicando o abastecimento dos gêneros consumidos na Cidade de São Paulo. Também incentivou o cultivo de feijão e milho e a criação de porcos, fazendo com que os Juízes Ordinários fiscalizassem o desenvolvimento dessa produção.

O Governador Bernardo José de Lorena (1788-1797) melhorou as vias de acesso até o porto de Santos e proibiu, em 1789, o comércio da Capitania de São Paulo com o porto do Rio de Janeiro, concentrando toda a exportação da Capitania de São Paulo para Portugal pelo porto de Santos, o que incentivou ainda mais a produção de gêneros excedentes para a exportação na região.

Segundo Borsoi (2013), esta medida beneficiou muito o porto de Santos e as vilas do oeste paulista, incluindo a Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Jaguary. No entanto, prejudicou as vilas do norte, pois comercializavam principalmente com o Rio de Janeiro, devido à proximidade. Esta medida seria extinta em 1798, um ano após a elevação da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Jaguary à condição de vila, por ordem do Governador Capitão Antônio Manuel de Mello Castro e Mendonça, gerando revolta das vilas do oeste e de pessoas envolvidas com o porto de Santos.

A Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Jaguary, em 1796, segundo os *Maços de População*, somava 1.024 fogos, com uma população de 5.705 indivíduos livres e 350 escravos distribuídos em 12 bairros, entre eles 11 bairros rurais: Canivete, Campo Novo, Guaripocaba, Jacarey, Anhumas, Rio Abaixo, Lopo, Mato Dentro, Couto, Campanha, Araraz, Curralinho e o bairro da freguesia, onde se localizava a capela. A economia da freguesia se consolidava como agropastoril. Em 1797, a freguesia foi

elevada à Vila Nova Bragança, quando o seu termo foi delimitado, desmembrado da Vila de São João de Atibaya (Figura 8).

O governo de Antônio Manuel de Mello Castro e Mendonça, durante sua gestão (1797-1802), manteve o incentivo para a produção, principalmente de gêneros agropastoris para consumo interno, a comercialização com Minas Gerais e a exportação para a Cidade de São Paulo, na Vila Nova Bragança.

Como mencionado, as povoações da região do Morro do Lopo tinham incentivos governamentais para desenvolver a pecuária e a agricultura de produtos diversos, incentivos estes que passaram a gerar excedentes voltados, em um primeiro momento, para o mercado interno. Outra postura governamental que influenciou economicamente a região foi a isenção de homens adultos ao recrutamento para combates diversos no território. A ausência desses homens em suas plantações e criações prejudicava diretamente o abastecimento da Cidade de São Paulo, já que as propriedades ficavam praticamente abandonadas, afetando a quantidade de arrobas e a extensão de alqueires produtivos. É neste cenário que, em 1797, a freguesia é elevada à Vila Nova Bragança.

Portanto, entende-se que a região do Morro do Lopo começou a ser ocupada no início do século XVII, após a passagem de algumas expedições e a abertura de novos caminhos entre São Paulo e as Gerais. No século XVIII, inicia-se na região as concessões de sesmarias, distribuídas no território entre os rios Jaguary e Atibaya. Ainda que algumas sesmarias não tenham sido localizadas, existindo lacunas na historiografia local sobre a data precisa da doação do patrimônio religioso para a construção da primeira capela e até mesmo sobre o doador Antonio Pires Pimentel, é possível identificar alguns aspectos do processo inicial de ocupação deste território.

O bairro rural de Jaguary localizava-se nas últimas terras ocupadas do território da Cidade de São Paulo e, posteriormente, já na condição de freguesia, teria sua subordinação alterada para a Vila de São João Batista do Atibaia. A freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Jaguary se desenvolve, tornando-se importante abastecedora de gêneros agropastoris, assim como outras importantes vilas no entorno da Cidade de São Paulo. A Freguesia de Jaguary se especializa na produção de milho, arroz e na criação de porcos, assim se mantendo nas primeiras décadas em que esteve na condição de vila até a chegada do café. Impulsionada pelas produções dos gêneros agropastoris, o território foi ocupado no sentido norte, no vale do rio Jaguary.



Capítulo 2

A Vila Nova Bragança e a delimitação de seu termo, política e economia

Neste capítulo, vamos discutir o processo de fundação de vilas no Período Colonial, seu processo, as regras a serem seguidas na elevação de uma freguesia à vila, práticas utilizadas nas vilas fundadas nesse período. No entanto, ainda que se estabeleçam regras, há, na formação do território, contextos particulares de cada fundação. A Vila Nova Bragança passa por esse processo e, levando em conta essa lógica, cria sua história e identidade com alguns agentes envolvidos nesse processo.

Ao tornar-se vila, é fundamental para o domínio do colonizador estabelecer fronteiras e delimitar os territórios rural e urbano. Utilizando como base documentos primários, será apresentada neste capítulo a hipótese da demarcação de termo e rossião da Vila Nova Bragança, a discussão sobre a formação de novos bairros rurais e a consolidação dos bairros rurais formados no período da freguesia. A produção agropastoril da Vila Nova Bragança também será destacada.

O desenvolvimento do território rural traz a necessidade de compreensão de quem tinha acesso à terra, o tamanho das propriedades e a discussão de como a sociedade da Vila Nova Bragança passava a se distribuir em camadas socioeconômicas diferentes com o surgimento de uma elite politicamente ativa.

Finalmente, serão apresentadas as primeiras freguesias que foram elevadas na segunda metade do século XVIII, no termo delimitado para a Vila Nova Bragança, a Freguesia de Nossa Senhora do Socorro e a Freguesia de Nossa Senhora do Rio do Peixe, apresentando suas localizações no território, aspectos geográficos e econômicos, e analisando, ainda, a formação do segundo registro da região, o Registro de Toledo, destacando suas relações com a Vila Nova Bragança.

2.1. Elevação da Vila Nova Bragança, os conflitos políticos e a delimitação de seu território

De acordo com Marx (1991), que retrata o processo de fundação de cidades no Brasil Colonial e no Império, as etapas de passagem de capela à capela curada, de capela curada à freguesia e a elevação desta à vila eram práticas comuns em todo o território de domínio português.

A criação de uma vila no Período Colonial, segundo Fonseca (2011), implicava necessariamente na imposição de uma instituição jurídica sobre um núcleo urbano formalmente integrado à Coroa Portuguesa. A autora esclarece que o mais correto seria referir-se às vilas como “concelhos”, unidade territorial mínima inserida em um âmbito civil, cujo governo estava a cargo da Câmara, pois a maior parte dos conselhos tinham sede em uma vila. Logo, as palavras vila e conselho acabaram se tornando sinônimos.

No ato de elevação de uma freguesia à vila, conforme Derntl (2010, p. 74), eram definidos o termo e o rossio:

No ato de elevação a vila, atribuía-se a cada um dos conselhos um termo de rossio. O termo era todo o território de jurisdição da municipalidade, onde podia haver vários bairros e paróquias. O rossio designava os terrenos cedidos da Coroa, por meio de carta foral, para constituir patrimônio da municipalidade. O rossio era de usufruto comum, podendo ser utilizado para pastos, plantações e obtenção de lenha. Servia ainda de reserva para futura expansão da vila, seja para moradia ou para abertura de caminhos e praças. Competia aos edis da Câmara parcelar o rossio e fornecer as datas de terra aos moradores mediante pagamento de um imposto anual, o foro. Este modelo tradicional de organização local do território utilizado pela monarquia portuguesa apresentava pequenas diferenças entre sua configuração no Reino e na Colônia.

A Casa de Câmara e Cadeia são instaladas na área central do núcleo urbano, geralmente no lado oposto da Igreja Matriz, com o pelourinho frontal à Casa de Câmara e Cadeia. Em muitos casos, a construção da Câmara não acontecia imediatamente à fundação da vila, e as reuniões do Conselho eram feitas na casa de um morador influente.

No momento em que uma freguesia era elevada à vila, a elite interessada e engajada em desenvolver a autonomia do local tomava a frente das decisões, assumindo funções de administração e jurisdição por meio de eleições. Ressalta-se que apenas homens brancos com poder econômico, os chamados “homens bons”, eram elegíveis e votavam.

A fundação de uma vila no período colonial significava autonomia administrativa. Borsoi (2013) explica após a fundação fazia-se a eleição de um Concelho composto por um Juiz Presidente – que poderia ser Juiz Ordinário, quando eleito pelo próprio

Concelho, ou Juiz de Fora, quando nomeado pelo Rei –, dois ou três Vereadores, um Procurador, Almotacés, Escrivão, Juiz de Órfão, Porteiro Juiz de Vintena, cargos que variavam de vila para vila.

O governador da Capitania de São Paulo, Antônio Manoel de Mello Castro e Mendonça, no seu primeiro ano de governo, em 22 de novembro de 1797, enviou correspondência ao Secretário de Estado, Dom Rodrigo de Souza Coutinho, informando sobre algumas medidas tomadas que visavam a responder às instruções que havia recebido do rei de Portugal, que pretendia, em seus vastos domínios, aumentar a riqueza, ordenando promover o aumento do comércio, a permuta recíproca dos gêneros e a manufatura entre o reino e a Capitania de São Paulo. Nesta correspondência, o governador também informava que havia procurado animar a agricultura, o comércio, promovido a elevação de quatro freguesias à condição de vila, Antonina, Porto Feliz, Nova Bragança e São Carlos (futura Campinas), e que pretendia promover a elevação de duas povoações à condição de freguesia, Bananal e Piracicaba (SALGADO; PEREIRA, 2017).

A elevação da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Jaguary à condição de Vila Nova Bragança revela conflitos entre os moradores da freguesia e a Câmara de Atibaia, que não queria perder parte do seu termo. Em 26 de agosto de 1797, o Ouvidor-Geral, Caetano Luiz de Barros, encaminhou ao Governador Castro e Mendonça uma petição assinada por 78 moradores da Freguesia de Jaguary, no termo da Vila de São João de Atibaya, requerendo a elevação da freguesia à condição de vila. Argumentavam os peticionários que a freguesia era populosa, com 1.106 fogos e 4.446¹⁵ pessoas; que muitos crimes ali praticados ficavam impunes, por ser a freguesia confinante com Minas Gerais; que os moradores da freguesia eram obrigados a exercer os cargos da República em Atibaya em detrimento do cuidado de suas lavouras, famílias e casas; que os seus últimos moradores ficavam em Mogi e Ouro-Fino de Minas, a oito e dez léguas da freguesia, respectivamente; o núcleo da freguesia estivesse distante quatro léguas da Vila de São João de Atibaya, não podendo a justiça prestar a tempo com suas obrigações. (SALGADO; PEREIRA, 2017, p. 10).

Fica evidente com as argumentações dos moradores e solicitantes do desmembramento da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Jaguary da Vila de São João de Atibaya que o território da freguesia era grande, com diversas povoações, e que as divisas com Mogi Mirim e Minas Gerais, especificamente com Ouro Fino,

¹⁵ O *Maço de População da Vila de São João do Atibaya* do ano de 1796, aqui analisado, registra para a Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Jaguary 6.055 moradores entre livres e escravos, e 1.024 fogos (Tabela 2).

deixavam o território com difícil controle, tanto para cumprir e fiscalizar as regras como para a possível perda do território para a Capitania de Minas Gerais.

No mesmo ano de 1797, a Câmara da Vila de São João de Atibaya encaminhou ao Ouvidor Geral e Corregedor da Comarca uma manifestação contrária à petição dos moradores de Jaguary, argumentando que não havia receita suficiente para formar nova Casa de Câmara e Cadeia e que a Freguesia de Jaguary era responsável por boa parte da arrecadação da Vila de São João de Atibaya. Argumentavam os membros da Câmara que os moradores de Jaguary não poderiam servir aos cargos da República, pois se tratava de “[...] um povo grosseiro, sem cultura, nem civilidade, são raros os que sabem ler e escrever [...] o maior corpo daquele Povo são oriundos do gentio da terra, bastardos, mulatos, e gente de ínfima plebe” (SALGADO; PEREIRA, 2017, p.10).

O Cônego José Aguirre transcreveu o documento que o Conselho da Vila de São João de Atibaia elaborou para o Governador da Capitania Paulista, Antônio Manoel de Mello Castro e Mendonça, para solicitar à Coroa que não desmembrasse a freguesia do Jaguari do termo da Vila de São João de Atibaia (atual cidade de Atibaia), destacando a formação do núcleo urbano, sede da freguesia de Jaguary, com sua igreja matriz cercada de casas de taipa de pilão, e outras de madeira, somando 25 fogos. Já o termo da freguesia possuía 1.106 fogos:

Da extensa informação que da Villa de Atibaia forneceram, em 1. de outubro de 1797. Ao Ouvidor Geral e Corregedor da Comarca – Antônio Manoel de Mello Castro e Mendonça, – são interessantes os tópicos seguintes que retratam a topographia e o estado de Bragança naquella epocha: “O arraial e freguezia de Jaguary está formado em um logar muito aprazível e alegre. A sua conformação é um espigão de campo com bastante planície em cima, de maneira que tem uma grande praça em cujo meio está situada a Igreja Matriz. Pelo lado esquerdo está cercada a Matriz de casas; pelo lado direito, pouco falta para se fechar. Pela banda que faz frente á Igreja, tem de um e outro lado casas, e pelo meio dellas, no alinhamento da porta principal da Igreja, tem uma rua larga, do comprimento de duzentos passos, pouco mais ou menos, cujas casas são fabricadas de taipa de pilão, algumas de madeira, e quasi todas cobertas de telha. Do fim desta rua, e dos quintaes que têm as casas delia, para a parte esquerda logo descae para um ribeirão e, da parte direita, vae com o seu declive suave até fazer ladeira para um córrego, e nesta suave descida tem capacidade para se formarem mais ruas. Pelo lado esquerdo a cerca em ribeirão; e pelo lado direito, um córrego, que, pela parte de diante, vae fazer barra naquelle ribeirão; e supposto que estas aguadas têm alguma distancia, não farão maior fadiga. **A capital** de Jaguary tem vinte e cinco fogos existentes. Tem o **districto de Jaguary** quatro mil quatrocentas e quarenta e seis pessoas somente de confissão, e comprehende 1106 fogos. As rendas se fundam nos estancos, no talho do açougue, na affirção e nas entradas das águas ardentes que entram de fora (AGUIRRE, 1919, pp. 12-13, grifo nosso).

O que o Cônego Aguirre denomina no seu relatório como “districto de Jaguary” seria todo o termo da freguesia, com os bairros rurais que faziam parte da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Jaguary.

Apesar da oposição da Câmara da Vila de São João de Atibaya, o Governador Castro e Mendonça, em portaria de 17 de outubro de 1797, consoante com a política de consolidação dos domínios do Reino de Portugal, ordenava que se fizesse erigir a povoação de Jaguary em vila, com a denominação de Nova Bragança. Além de destacar que a freguesia possuía um número expressivo de moradores, 4.446 habitantes, argumentava que aquela povoação era frequentada por comerciantes em direção à Capitania de Minas Gerais.

A observação do Governador Castro e Mendonça revela a característica da Freguesia de Nossa Senhora do Jaguary como um local de passagem e parada de viajantes, sentido Minas Gerais e ou Cidade de São Paulo. Situação geográfica esta que fortalece a característica econômica do local, com produção de gêneros agrícolas e pecuários para o abastecimento dos moradores e dos viajantes.

O governador, nesta decisão, manifestava concordar com os argumentos dos moradores de Jaguary, afirmando que, de fato, como havia pleiteado os moradores da freguesia, era incômodo terem que se deslocar até a Vila de São João de Atibaya para servir aos cargos públicos, assim como o fato de estarem afastados da justiça, o que facilitava que os criminosos ficassem impunes e fugissem para as terras de Minas Gerais (SALGADO; PEREIRA, 2017).

Na elevação da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Jaguary à condição de Vila Nova Bragança, ocorreu uma cerimônia que foi realizada em dois dias. No dia 29 de novembro de 1797, reuniram-se em praça pública os oficiais da Câmara da Vila de São João de Atibaia e os moradores da Freguesia de Jaguary. A solenidade contou com a presença do Ouvidor Geral e Corregedor da Comarca de São Paulo, Caetano Luiz de Barros Mendonça, o escrivão a seu cargo, Vicente Ferreira de Almeida, quando foi apregoado em alta voz pelo porteiro José Garcia da Rocha, que se erigia a dita povoação em Vila com o nome de Nova Bragança. Em seguida foi lavrado o “Auto de Ereção” no livro específico assinado pelos oficiais da Câmara da Vila de São João de Atibaia e demais moradores da freguesia presentes, somando 34 membros, entre eles o escrivão e o ouvidor geral.

Nesse processo de elevação da freguesia à vila, existem duas importantes delimitações: uma visa à delimitação da área urbana; a outra, ao estabelecimento das

fronteiras políticas do território da nova vila, ou seja, as demarcações da área urbana e rural da Vila Nova Bragança.

Marx esclarece que, quando há elevação de uma freguesia à vila, é fundamental a delimitação do *rossio* e do termo que irão delimitar o espaço urbano e a área rural, assim como é imprescindível a instalação da Casa de Câmara e Cadeia e a fixação do pelourinho. A marcação dos limites da área do *rossio* era fundamental para se estabelecer a ocupação no espaço urbano, que apresentaria configurações diferentes do espaço ocupado no meio rural, alterando, assim, a relação entre espaços urbano e rural e modificando a relação da nova vila na rede de cidade local (MARX, 1991, p. 53).

Salgado e Pereira (2017) esclarecem que o governador da capitania de São Paulo, Luís Antônio de Sousa Botelho Mourão, encaminhou, em 1770, ao Capitão-mor Regente, o Tenente-coronel João Miz Barros, um documento denominado “Ordem para se fundar Villa na Povoação e Praça dos Prazeres de Guatemy”, com o objetivo de erigir em vila a Povoação e Praça de Nossa Senhora dos Prazeres do Rio Iguatemy. Este documento, que deveria orientar os procedimentos no ato de fundação da vila, estabelece uma ritualística que remete à tradição portuguesa de formar vilas, procedimentos estes que podem ser observados na fundação de vilas na gestão do governador Castro e Mendonça e no caso da fundação da Vila Nova Bragança em 1797 (SALGADO; PEREIRA, 2017).

Segundo os procedimentos estabelecidos neste documento, o termo de fundação da Casa de Câmara e Cadeia deveria assim ser anunciado:

*Termo de escolha de Lugar para fundar casa da Câmara e Cadeia. E logo no mesmo **dia, mes e ano** declarados no termo retro nesta nova Villa no Largo que fica **em tal parte com tais sinais**, aonde foi vindo **Fulano** comigo escrivão abaixo declarado e sendo aí em presença dos Povoadores, que aí se achavam, se fez exame para se **sentar lugar certo**, em que se havia de fundar a **casa da Câmara e Cadeia**, e por todos uniformemente foi assentado, que a **melhor paragem** era, a em que se achavam, que é o que acima se declara, e de como assim se assentou entre todos, mandou o dito termo, em que se assinou com os que presentes se achavam: e eu **Fulano** escrivão, que o escrevi (vã as assinaturas) (SALGADO; PEREIRA, 2015, p. 10).*

Apesar de o decreto determinar onde seria construída a Casa de Câmara e Cadeia, esta construção podia demorar anos, décadas para acontecer. Enquanto a construção não acontecia, as funções públicas eram exercidas na casa de algum morador influente da Vila.

No entanto, suas funções, que eram múltiplas, começaram a partir de 1798 no caso da Vila Nova Bragança. Diziam respeito a questões político-administrativa, judicial,

fazendária, fiscalizadora e de polícia. Cabem, porém, algumas considerações acerca da formação da Câmara e do processo eleitoral que, em princípio, denota uma aparente democracia. Na verdade, nesse período, somente os “homens bons” da localidade, que detinham certo prestígio social e econômico, podiam participar como eleitores e como candidatos aos cargos, restringindo o processo eletivo a um pequeno círculo de pessoas.

Após o anúncio em praça pública que aquela freguesia havia sido elevada à vila, os seguintes procedimentos eram, por tradição e conforme as determinações régias, cumpridos: estabelecimento do “Termo de Levantamento de Pelourinho”, sinal de jurisdição da vila. Para o levantamento do pelourinho na nova Vila Nova Bragança, Asprino Júnior (1902, p. 27, grifo nosso) descreve que:

[...] foi escolhido hum terreno livre, e desembaraçado de todas as partes, que se acha nos fundos da Igreja Matriz, por parecer o melhor para nelle de levantar o Pelourinho, e depois de apregoado pelo Porteiro em alta voz que se levantava o Pelourinho para sinal de jurisdição, mandou levantar o dito Ministro nesse lugar para a parte da rua, e principal estrada, **o qual he hum pao de Operoba Oictavado**, e para constar mandou lavrar este termo, que assinou com os officiaes da Câmara de Atibaya, e mais pessoas que presentes se achavam, e Vicente Ferreira, e Almeida, Escrivam da Ouvidoria Geral.

Deu-se, portanto, a escolha para a fixação do pelourinho. Porém, saindo um pouco dos padrões convencionais, que, na maioria das configurações dos núcleos urbanos coloniais, a casa de Câmara e Cadeia era construída em frente à Igreja Matriz, fixando o pelourinho em frente à Casa de Câmara e Cadeia, na Vila Nova Bragança foi escolhida a parte de trás da Igreja para a sua construção, voltada para a rua lateral. Na figura 9, apresenta-se uma hipótese de localização do pelourinho.

Para o caso da Vila Nova Bragança, a Capela se manteve no mesmo local após a elevação à vila, estabelecendo o local de construção da Casa de Câmara e Cadeia atrás da Capela, dentro do adro já delimitado, e o pelourinho em frente à Casa de Câmara e Cadeia, aproveitando os arruamentos existentes para a liberação de novos lotes para construção de casas (Figura 9).

Fonseca (2011) apresenta um esquema em desenho para demonstrar como se media o rossio. A autora propõe que, a partir do pelourinho, media-se uma légua para cada lado, (norte, sul leste e oeste). Formando um quadrado de duas léguas de lado, com o pelourinho no centro, esta área interna é o chamado rossio (Figura 8).

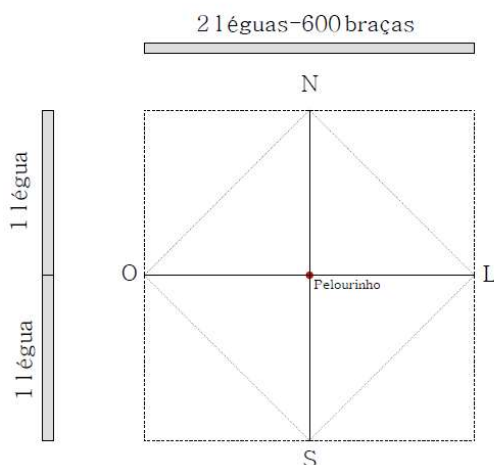


Figura 8: Esquema de medição do rossio. Fonte: Damasceno (2011, p. 468).

Asprino Junior transcreve no *Anuário* de 1903 o “Termo de Declaração de Rossio”:

Ao primeiro dia do mez de Dezembro de mil settesentos, noventa, e setteannos, **nesta Nova Bragança [...] foi determinado, que o Rocio, que devia ter esta Villa, para logradouro dos habitantes della, e fundarem suas cazas, sem alguma função de foro, era de hum quarto de Legoa, sendo medido do Pelourinho para quatro Lados, no fim dos quaes se poria em cada hum marco para signal do limite do dito Rocio, e mandou que a Câmara, logo, que principiasse a servir mandasse fazer a dita medicao, e demarcacao na forma referida, e para constar mandou lavrar este termo, que assignou cornos Officiaes da Camara de Atibaya, e os moradores, que presentes se acha vão, eu Vicente Ferreira, e Almeida, Escrivam da Ouvidoria geral, e Correycam, escrevi.** (ASPRINO JUNIOR, 1903, p. 27-34, grifo nosso).

Logo, para a demarcação do rossio, foram seguidos os padrões de fundação de cidades do método português, ficando, na área interna do quadrado, de um quarto de léguas, aproximadamente 1,2 quilômetros de lado (medidas atuais) destinado à área urbana da Vila Nova Bragança. Considerando a hipótese de localização do pelourinho e as normas de delimitação do rossio, tem-se como espaço urbano inicial da Vila Nova Bragança, no ano de 1797, a hipótese apresentada na Figura 9.

Não foram localizadas plantas da Vila Nova Bragança correspondentes à data de elevação da freguesia à vila, porém, utilizando como base um mapa do século XX, e

considerando que o traçado atual da cidade não foi alterado, propôs-se a hipótese de como seria o rossio, implantado no ano de 1797.

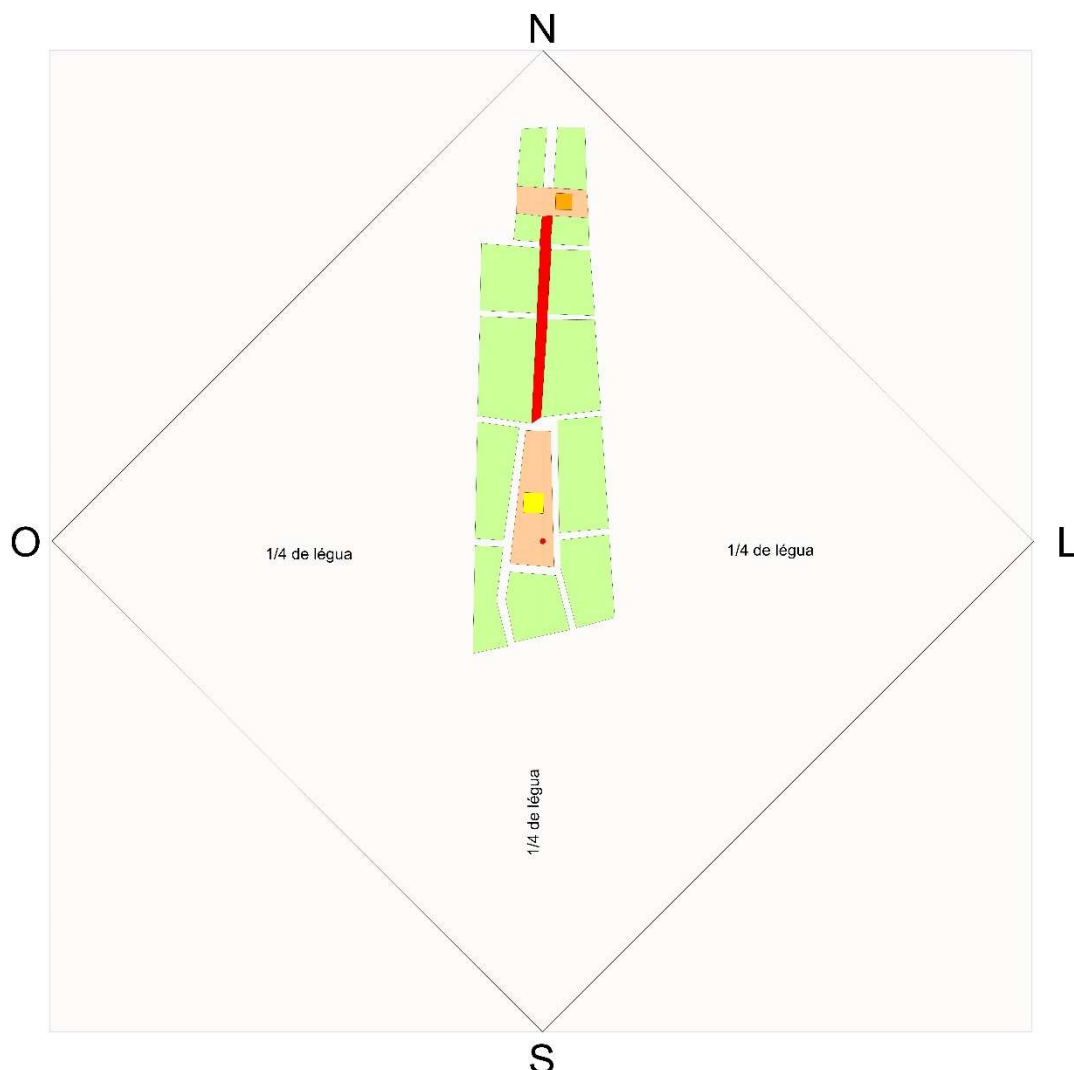


Figura 9: Hipótese de demarcação do rossio da Vila Nova Bragança em 1797. Onde existiam dois largos, Matriz (em amarelo) e do Rosário (em laranja). Espaço destinado para a construção de casas (em verde) em verde; pelourinho (pontuado em vermelho) dentro do largo da Matriz; a Rua Direita (em vermelho), que liga o Largo do Rosário até o Largo da Matriz. Mapa base de 1905. Fonte: Elaborado pela autora, 2020 com mapa base de 1905. Arquivo pessoal Sr. Francisco Araújo.

No processo de elevação da freguesia à vila, a delimitação do “Termo de Divisão de Limites”, ou seja, a demarcação da porção do território da nova vila deveria ser definida. A Vila de São João Batista do Atibaya, que seria desmembrada, cederia parte do seu território para a Vila Nova Bragança. Em reunião realizada na casa do Ouvidor Geral no primeiro dia de dezembro de 1797, os limites geográficos e linhas confrontantes com as vilas vizinhas foram estabelecidos, delimitando, assim, o território pertencente à nova vila, ou seja, o seu “termo”.

Principiava esta delimitação pela estrada que ia para Ouro Fino¹⁶ até o “Ribeirão da Extrema”, depois o chamado ribeirão “Camandocaya”. Esta linha demarcatória de limites descia por este ribeirão até encontrar a “ponta da Serra Negra”, dali descendo pelo “Rio do Peixe” e seguindo pela mesma serra até o “Ribeirão Camandocaya”. Em seguida, este limite descia pelo Rio do Peixe abaixo até a “Serra de Craguata”, que atravessava a estrada que ia para Mogy-Mirim e dali pegava uma direção reta até o “Rio Jaguari”. Deste rio, ia até a ponta do “morro barreiro”, também chamado de “Cellado”, em direção a “Itapimirim”. A partir deste ponto, ia em direção a “Itajupira¹⁷, respeitando a Estrada que, desta Vila, vai para Atibaya”. Neste ponto, imaginou-se uma linha reta na direção do “Vento Nordeste”, que ia dar no alto da “Boa Vista” e dali, seguindo o mesmo vento, até o rio “Cachoeira”, fazendo a divisa com a Freguesia de Nazareth. Tal linha subia este rio acima até o “Destricto de Minas”, dali seguindo “pela *Extrema* abaixo até o referido Ribeirão de Camandocaya”, onde ficava a “Guarda de Tolledo” no referido caminho de Ouro Fino. Nesta delimitação ficava esclarecido, também, de forma complementar, as distâncias da nova vila em relação aos seus vizinhos: seis léguas de Ouro Fino, dez léguas de Mogymirim e, aproximadamente, uma légua da Vila de São João de Atibaya (SALGADO; PEREIRA, 2017, p. 18).

A extensão territorial da Vila Nova Bragança em 1797 incluía, portanto, um vasto território: ao sul, uma linha imprecisa dividia o território da nova vila com o da Vila de São João do Atibaya, em parte com a Freguesia de Nazaré; a leste, era limitado pelos rios Camanducaya mineiro e Camanducaya paulista e pelo caminho em direção a Ouro Fino, na Capitania de Minas Gerais, fazendo divisa com Itajubá¹⁸; ao norte, abrangia vasto território entre os rios Jaguary e Camanducaya e entre este e o rio do Peixe, na fronteira com a Capitania de Minas Gerais, fazendo divisa com Ouro Fino; a oeste, fazia divisa com a Vila de Mogi-Mirim na Capitania de São Paulo (Figura 10).

¹⁶ No arraial de Ouro Fino, foi edificada a capela de São Francisco de Paula, que acabaria por ser elevada à paróquia em 8 de março de 1749, ficando sob jurisdição da Vila de São João Del Rey, mas pertencente ao Bispado de São Paulo, e depois, em 1799, da Vila de Campanha. Em 1831, foi criado o município de Pouso Alegre, ficando Ouro Fino seu distrito até 22 de julho de 1868, quando foi elevado à condição de vila.

¹⁷ Bairro rural da Vila de São João do Atibaya, que consta nos *Maços de População* desde 1765.

¹⁸ Em 18 de setembro de 1753, o arraial denominado Soledade de Itajubá foi elevado à categoria de curato. Em 14 de julho de 1832, o Decreto Imperial criou a Freguesia de Boa Vista de Itajubá na Vila de Campanha, sendo desta desmembrada pela Lei 355, de 27 de setembro de 1848, quando recebeu foro de vila. A instalação do então município ocorreu em 27 de junho de 1849.

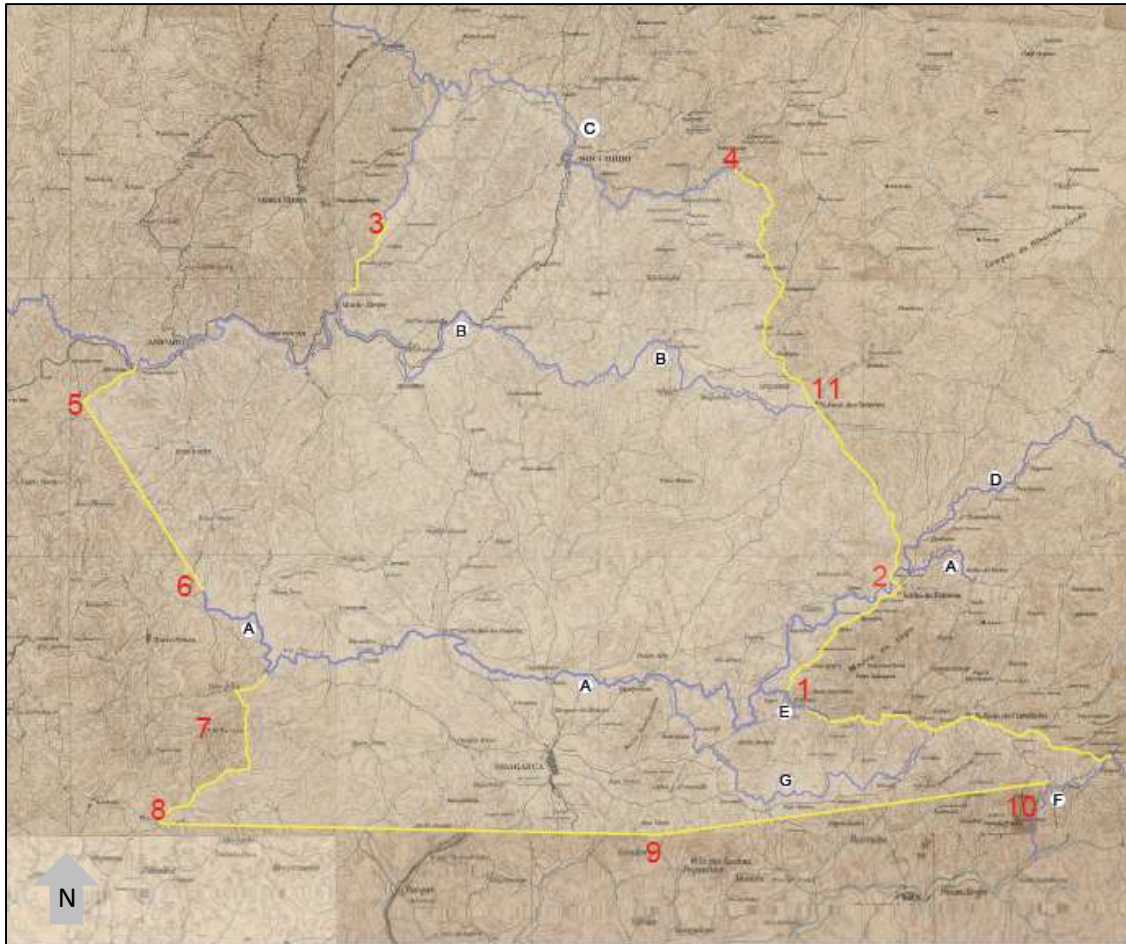


Figura 10: Interpretação do termo da Vila Nova Bragança na cartografia de 1909, utilizando as folhas de Atibaia, Jundiá, Campinas e Bragança. De 1 a 11, pontos indicados no “termo de divisão de limites”. 1: Ribeirão Extrema; 2: Ribeirão Camanducaya; 3: Serra Negra; 4: Rio do Peixe; 5: Serra de Cragatá; 6: Rio Jaguar; 7: Morro do Barreiro; 8: Itajupira; 9: Boa Vista; 10: Rio da cachoeira; 11: Guarda do Toledo. Em azul: Rio Jaguar (A) Rio Camanducaia paulista (B), Rio do Peixe (C), Camanducaia mineiro (D), Ribeirão de Extrema (E), Rio da cachoeira (F) e Rio Jacarey (G) Fonte: Arquivo Público do Estado de São Paulo. Elaborado pela autora, 2020.

Em 1797, na configuração territorial da Vila Nova Bragança, os bairros rurais identificados ficaram assim distribuídos dentro do termo: no território ao sul, entre o rio Jaguar e a fronteira com a Vila de São João de Atibaya, encontravam-se os bairros rurais de Canivete, Campo Novo, Jacarey, Jaguar, Guaripocaba, Rio Abaixo, Lopo, Curralinho, Mato Dentro, Boa Vista e Couto e o bairro da Vila; no território entre o rio Jaguar e o rio Camanducaya paulista, os bairros rurais de Rio Acima, Anhumas, Pântano e Araras; no território ao norte, entre os rios Camanducaya paulista e o do Peixe, encontrava-se o bairro rural de Campanha.

O desenvolvimento da Vila Nova Bragança, durante o século XVIII, foi marcado pelo fortalecimento de seus caminhos conectores, o desenvolvimento de uma economia agropastoril, a consolidação dos primeiros bairros rurais e a transformação da primeira

capela em Matriz da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Jaguary. Houve um aumento quantitativo dos números dos bairros rurais e de seus habitantes, somando um total de 16 bairros rurais e um urbano, espalhados dentro do termo delimitado com a elevação da Freguesia à Vila Nova Bragança.

Procurou-se estabelecer a relação da delimitação do termo com a delimitação do rossio para reforçar a participação e importância dos **bairros rurais** na consolidação do território da Vila Nova Bragança. Pode-se observar as proporções do território rural, enfatizando ainda que é dentro desse território rural que estão as produções agrícola e pecuária, o fortalecimento de uma elite que influenciaria a política e as ações econômicas da região (Figura 11).



Figura 11: Correlação entre o termo da Vila Nova Bragança em cinza, com o rossio delimitado, em vermelho. Destaca-se em azul os rios que compõe a delimitação desse termo em 1797. Todo o termo contornado em amarelo. Fonte: elaborado pela autora em 2020, utilizando como base a Cartografia de 1909 utilizando as folhas de Atibaia, Jundiá, Campinas e Bragança, arquivadas no Arquivo Público de São Paulo.

2.2. Vila Nova Bragança, a economia agropastoril e o surgimento de agentes economicamente ativos nos bairros rurais

O bairro rural do Jaguary, que inicialmente produzia gêneros para subsistência, teve, no decorrer da segunda metade do século XVIII, o crescimento dessa produção agrícola e pecuária, tornando-se uma vila de importante abastecimento de regiões vizinhas. Outras vilas ao redor da cidade de São Paulo também possuíam economia agropastoril, estratégia para que as regiões voltadas à monocultura ou extração de minério não ficassem desabastecidas.

Reis (2020) esclarece que a base produtiva da Vila de Nova Bragança, nas três primeiras décadas do século XIX, assentava-se na policultura, em dispersão pelos fogos, sendo o milho a principal cultura para toda a área observada nas primeiras décadas do século XIX. O milho fazia parte do sustento da população livre e cativa, na forma de grão e de seu principal derivado, a farinha. Alimentava grande parte dos animais, em especial os porcos. Junto ao milho aparece, principalmente, o feijão, cuja presença foi constante entre os cultivos anotados nas listas nominativas (REIS, 2020, pp. 7-8).

Neste período, paralelamente aos cultivos tradicionais, a pecuária esteve fortemente representada, com destaque para a criação de porcos para a produção do toucinho, gênero que se tornou especialidade da Vila Nova Bragança, destinado ao abastecimento regional e comercializado na capital. A produção e venda do toucinho, em 1803, foi de 3.227 arrobas, crescendo para 5.334 arrobas em 1816 e 11.477 arrobas em 1830 (REIS, 2020, p. 10).

Para o estudo da formação dos bairros rurais na Vila Nova Bragança, consultamos os *Maços de População* dos anos de 1798, 1799, 1809, 1818 e 1828. A seleção dos anos de análise considerou a qualidade das informações disponibilizadas, pois, além do perfil das listas mudarem ao longo do tempo, o responsável pela coleta de informações apresentava graus de precisão e detalhamento distintos. Nos anos de 1798 e 1799, os *Maços de População* apresentam nome e idade do responsável pelo fogo, sua patente militar, nome e idade da esposa, filhos e agregados, nome e idade de seus escravos, sua ocupação e, em alguns casos, o quantitativo da produção de determinado fogo. Para os anos de 1809, 1818 e 1828, além destas informações, há a inclusão da origem dos escravos. Nos anos de 1818 e 1828, os *Maços de População* registram também um balanço da produção, consumo e exportação dos gêneros produzidos na Vila Nova Bragança.

Uma primeira observação geral sobre os bairros rurais a destacar é que, na Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Jaguary, no período em que foram analisados os recenseamentos populacionais, entre 1767 e 1796, foram encontrados 17 bairros no total: o bairro da Freguesia e os bairros rurais do Canivete, Campo Novo, Jaguary, Guaripocaba, Jacarey, Anhumas, Rio Acima, Rio Abaixo, Lopo, Itapeva, Boa Vista, Mato Dentro, Couto, Campanha, Ararás e Currálinho. No recenseamento de 1796, ano que antecede a elevação à vila, são registrados 13 bairros: o bairro da Freguesia e os bairros rurais do Canivete, Campo Novo, Guaripocaba, Jacarey, Anhumas, Rio Abaixo, Lopo, Boa Vista, Couto, Campanha, Araras e Currálinho.

Sabe-se que os recenseamentos não eram sistemáticos, podendo suas metodologias serem diversas a cada ano. Assim, a documentação preservada pode não ser a completa. Para melhor interpretação dos dados foi sistematizado o crescimento populacional e de fogos da Vila Nova Bragança nos recenseamentos entre 1798 e 1828 (Tabela 3).

ANO	FOGOS	POPUPAÇÃO LIVRE	POPULAÇÃO ESCRAVA	POPULAÇÃO TOTAL
1798	1.037	5.817	470	6.287
1799	947	5.881	382	6.263
1809	1.353	6.461	759	7.220
1818	1.539	7.613	1.209	8.822
1828	1.997	9.033	1.840	10.873

Tabela 3: Relação de fogos, população livre e escrava da Vila Nova Bragança nos anos de 1798, 1799, 1809, 1818 e 1828. Fonte Arquivo Público do Estado de São Paulo. *Maços de População da Vila Nova Bragança*.

Na análise da segunda série de recenseamentos para a Vila Nova Bragança, entre 1798 e 1828, verificam-se estes dados: em 1798, os *Maços de População* informam 1.037 fogos distribuídos em seis bairros; o bairro urbano da vila possuía 263 fogos, 1.324 moradores livres e 181 escravos. Os bairros rurais recenseados foram o Jacarey com 181 fogos, 988 moradores livres e 55 escravos; o bairro rural Rio Abaixo apresentava 173 fogos, 1.016 moradores livres e 105 escravos; o bairro rural do Couto possuía 192 fogos, 1.148 moradores livres e 12 escravos; o bairro rural de Campanha distribuía-se em 93 fogos, com 551 moradores livres e 50 escravos; os bairros rurais do Lopo e Curralinho, excepcionalmente nesta data foram recenseados juntos, apresentando 135 fogos, 790 moradores livres e 67 escravos. No ano que antecede a elevação da Freguesia de Jaguary à Vila, ou seja, em 1796, tem-se uma diferença de 287 moradores a menos, entre livres e escravos, em comparação ao ano de 1798, o ano seguinte à elevação. Ainda que a população tenha aumentado, o número de bairros recenseados foi menor em 1798, somente seis, enquanto em 1796 foram recenseados 13 bairros (Tabela 4).

n°	ANO	1798			1799			1809			1818			1828		
		Bairro	Fogos	Livres	Escravos	Fogos	Livres	Escravos	Fogos	Livres	Escravos	Fogos	Livres	Escravos	Fogos	Livres
1	Vila	263	1324	181	170	864	139	273	1191	212	135	550	147	182	666	234
2	Canivete										130	647	16	125	573	89
3	Campo Novo				138	772	67	280	1233	139	130	593	65	127	549	54
4	Guaripocaba										130	748	84	161	738	142
5	Jacarey	181	988	55	176	1018	56	226	1107	79	122	567	59	122	600	77
6	Anhumas I										117	614	144	167	772	219
	Anhumas II										130	654	77			
7	Araraz													238	1129	137
8	Lopo															
9	Curralinho	135	790	67	132	778	53	152	741	102	132	804	98	227	1139	152
10	Rio Abaixo	173	1016	105	186	1078	27	184	930	141	127	632	184	115	509	184
11	Couto	192	1148	12	145	1371	40	238	1259	86	134	687	83	164	788	113
12	Campanha	93	551	50												
13	Pantano										128	561	199	200	807	334
14	Cascalho										124	556	53	169	763	105
15	Total	1037	5817	470	947	5881	382	1353	6461	759	1539	7613	1209	1997	9033	1840

Tabela 4: Relação de fogos, moradores livres e escravos na Vila Nova Bragança nos anos de 1798, 1799, 1809, 1818 e 1828. Fonte: Arquivo Público do Estado de São Paulo. *Maços de População da Vila Nova Bragança*.

Como mencionado, o método de recenseamento dos bairros variava, não seguia igual sistemática ao longo dos anos, resultando em certa heterogeneidade nas informações dependendo do ano analisado. Todavia, considerando-se todos os bairros rurais listados durante o período analisado, na Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Jaguary e na Vila Nova Bragança, apesar de variações nos recenseamentos quanto à presença da totalidade dos bairros, os bairros apareciam na listagem ao longo do tempo, ora não constando determinado bairro num determinado ano, ora eles voltavam a ser mencionados em outro ano. Foi possível listar um conjunto de bairros rurais que se formou neste território e registrar o crescimento do número de fogos e o aumento populacional no período em análise (Tabela 5).

Bairros	1767	1775	1785	1796	1798	1809	1818	1828
Freguesia								
Canivete								
Campo Novo								
Jaguary abaixo								
Jaguary acima								
Guaripocaba								
Jacarey								
Anhumas								
Rio Acima								
Rio Abaixo								
Boa Vista								
Lopo								
Curralinho								
Mato Dentro								
Itapeva								
Araras								

Couto								
Campanha								
Pântano								
Cascalho								

Tabela 5: Relação dos bairros existentes na Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Jaguary e na Vila Nova Bragança nos recenseados dos anos de 1767, 1775, 1785, 1796, 1798, 1809, 1818 e 1828. Fonte: Arquivo Público do Estado de São Paulo. *Maços de População da Vila Nova Bragança*.

Reis (2020) estudou o processo histórico da formação da estrutura fundiária de Bragança, Jacareí e Mogi das Cruzes, em especial, a forma como a terra se dividia em faixas de tamanho e as formas de aquisição das propriedades, observando os registros do Cadastramento de terras arquivados no Arquivo Público do Estado de São Paulo, AESP, documentos que datam de 1818 e arrolam as propriedades e os proprietários de terras, descrevendo, no tombamento, a relação das propriedades existentes na localidade, seus proprietários e medidas, a forma de aquisição do quinhão declarado e suas divisas.

A autora analisou, para o ano de 1818, o cadastramento de bens rústicos da Vila Nova Bragança, encontrando uma estrutura fundiária bastante concentrada, com 530 propriedades correspondendo a 73.185 alqueires paulistas. Para ela, o modelo concentrador de terras não se alterou em nenhuma das localidades estudadas, Bragança, Jacareí e Mogi das Cruzes,

[...] independentemente da dinâmica de suas economias e das consequentes possibilidades de acesso ao mercado de terras que estas dinâmicas poderiam gerar, posto ser a aquisição de terrenos via compra aquela predominante (REIS, 2020, p. 15).

Entre as 530 propriedades arroladas em Bragança em 1818, sua distribuição, de acordo com as faixas de tamanho, era a seguinte: 479 propriedades (83,2%) entre 0 e 50 alqueires paulistas, correspondendo a 15,2% da área total; 80 propriedades (13,9%) entre 50,1 e 300 alqueires paulistas, correspondendo a 30,2% da área total; 17 propriedades (2,9%) acima de 300,1 alqueires paulistas, correspondendo a 54,6% da área total cultivada (REIS, 2020).

Cruzando os dados dos *Maços de População* com os pedidos dos moradores locais para elevação da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Jaguary à Vila em 1797, e também com as informações sobre a organização político-social nos primeiros tempos da vila, pode-se observar o papel dos principais agentes sociais no momento de emancipação da Vila de São João de Atibaya, como o Capitão-Mor, o Juiz Ordinário e o Sargento-Mor da nova vila.

Em 1798, Jacinto Roiz Bueno é o Capitão do Bairro da Vila e morador do fogo número um. Já no ano de 1796, quando Jaguary ainda era freguesia, aparecia no recenseamento como Capitão do bairro rural do Lopo, também morador do fogo um. Não conhecemos a lógica de registro dos fogos nestes censos demográficos, mas é possível que se iniciasse pelo registro do principal morador do local, o capitão do bairro recenseado. O nome deste morador também consta entre os moradores da freguesia que assinaram a solicitação de elevação da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Jaguary à condição de vila, solicitação endereçada ao Governador Antônio de Melo Castro e Mendonça. Seu nome também está presente no documento de confirmação do Auto de Ereção da Vila Nova Bragança, como eleito o primeiro Capitão-Mor da Vila Nova Bragança no ano de 1797, quando foi instaurada a Câmara.

Já Antônio Leme da Silva, capitão do bairro rural Rio Abaixo, em 1798, tem sua assinatura no documento que solicitou a elevação da freguesia à vila e foi eleito para o cargo público de Juiz Ordinário da Vila Nova Bragança em 1797. Outro morador, José Garcia Leal, Capitão do bairro rural de Campanha, teve sua assinatura identificada nos documentos de solicitação de elevação da freguesia e nos do Auto de Ereção da Vila Nova Bragança. O cargo público para o qual se elegeria era o de Sargento-Mor da vila no ano de 1797.

Apesar das grandes transformações civis, tratava-se de uma região em que as mudanças apresentavam ritmo lento, oscilações pequenas e crises não muito profundas. A economia não era farta e estava, como mencionado, passando de economia de subsistência para economia agropastoril voltada ao abastecimento da região das minas e da capital, São Paulo.

Em 1796, o bairro da freguesia possuía 54 fogos; em 1798, quando passa a ser o bairro da vila, possuía 263 fogos, um aumento cerca de 400%, entre os anos anteriores e posteriores à elevação da freguesia à vila, em 1797. É possível que, em 1798, o recenseamento do bairro da vila tenha agregado os moradores do bairro rural do Canivete, ambos muito próximos (Figura 12), pois foram encontrados no recenseamento de 1798, no bairro da Vila 36, moradores que no ano de 1796 haviam sido recenseados no bairro do Canivete. É importante destacar que o bairro do Canivete não consta no recenseamento de 1798. Dos 1.037 fogos da Vila Nova Bragança recenseados em 1798, registrou-se a presença de 5.817 moradores livres e 470 escravos.

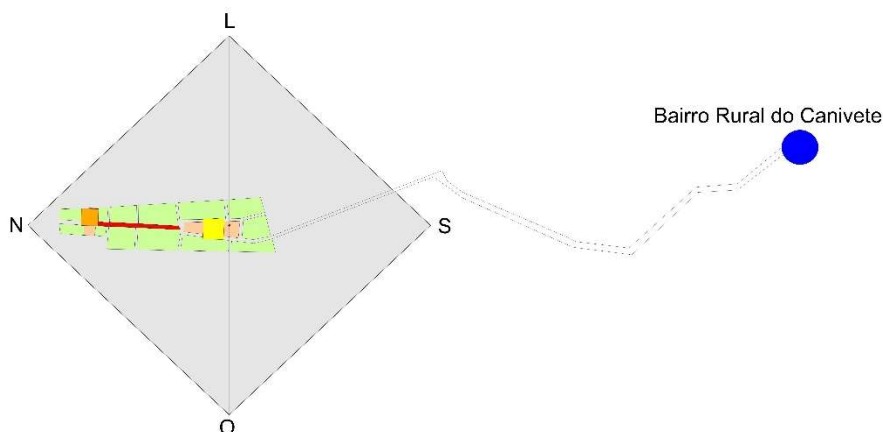


Figura 12: Relação do núcleo urbano, do rossio delimitado. Em azul, o bairro rural do Canivete. Elaborado pela autora em 2020, com mapa base de 1905. Arquivo pessoal Sr. Francisco Araújo.

Em 1798, a Vila Nova Bragança exportou para São Paulo diversos gêneros. No balanço de sua produção neste ano, destacaram-se o milho, com 67.946 alqueires (95,7% para exportação), o feijão, com 6.436 alqueires (70,4% para exportação) e o toucinho, com 6.553 arrobas (100% para exportação). Também neste ano, a vila produziu pequenas quantidades de farinha de milho, farinha de trigo, aguardente, potros e bestas, a maioria para exportação, amendoim, algodão e fumo, sobretudo para consumo local. Destaca-se que a vila não produzia açúcar (MICHELI, 2018).

Reis (2020, p.13) analisou a ocupação agrícola e pecuária nas localidades paulistas de Bragança, Mogi das Cruzes e Jacareí, territórios periférico da capital, nas três primeiras décadas do século XIX, observando que:

O toucinho e a plantação de milho e feijão, assim como o algodão, além de permitirem o autoconsumo, permitiam o comércio local, onde deveriam ser transacionados nos vários “negócios de vendas” ao que parece, espalhados pelas vilas e seus termos. Possibilitava, ainda, ingressar no mercado regional com produtos facilmente comercializáveis, afinal eram parte importante da subsistência não somente daqueles que os produziam, mas de toda a população, inclusive aquela parcela ligada à prestação de serviços na própria vila ou em centros urbanos mais distantes.

Na análise da produção agrícola da Vila Nova Bragança, nas três primeiras décadas do século XIX, os principais gêneros cultivados nos fogos se apresentaram com estas proporções: no ano de 1803, a produção de milho estava presente em 99,8% dos fogos, e a de feijão em 37,2%; no ano de 1816, a produção de milho continua sendo a mais importante, presente em 99,7% dos fogos, e a de feijão aumenta, comparecendo em 76,5% dos fogos. Em 1830, há o registro de uma produção de milho em 99% dos fogos, e de feijão em 88,8% (REIS, 2020).

Em estudo sobre a economia açucareira em Campinas, Teixeira (2020, p. 24) observou que “[...] a posse de escravos foi importante fator de diferenciação social e econômica, constituindo em prestígio para os seus detentores, o que vale dizer que a propriedade escrava constituía grande parte de sua riqueza”. No período estudado, entre 1774 e 1829, o autor constatou a ocorrência de “[...] intensificação do processo de concentração de riqueza na forma de escravos entre o final do século XVIII e início do XIX, momento este em que a lavoura canavieira assumiu importante papel econômico na vila campineira [...]” Ao observar a posse de escravos nas mãos dos proprietários de cativos percebe-se a seguinte distribuição para o ano de 1794: 16,2% dos proprietários de escravos possuíam um escravo; 39,2% possuíam de dois a quatro escravos; 18,9% possuíam de cinco a nove escravos; 20,3% possuíam de 10 a 19 escravos; 4,1%, de 20 a 39 escravos; 1,3%, mais de 40 cativos. Para o ano de 1829, a distribuição foi a seguinte: 21,4% dos proprietários de escravos possuíam um escravo; 26,9% possuíam de dois a quatro escravos; 16,2% possuíam de cinco a nove escravos; 14,4% possuíam de 10 a 19 escravos; 9,5% de 20 a 39 escravos; 11,6% mais de 40 escravos (TEIXEIRA. 2020, p. 24).

A posse de escravos na Vila Nova Bragança foi analisada para período similar ao de Campinas, com destaque para os anos de 1798, 1809 e 1818. Enquanto para Campinas, no ano de 1794, 4,1% dos proprietários de escravos possuíam entre 20 a 39 escravos e 1,3% possuíam mais de 40 escravos, na Vila Nova Bragança, no ano de 1798, um único morador possuía 19 escravos, a maior cifra registrada para o ano, e um outro morador possuía 19 escravos, dois moradores possuíam 17 escravos cada, dois moradores possuíam 16 escravos cada, uma moradora possuía 15 escravos e 3 moradores possuíam 10 escravos, a maioria de proprietários de escravos possuíam menos de 10 escravos. No ano de 1809, dois moradores da Vila Nova Bragança possuíam mais de 30 escravos, sete moradores possuíam entre 11 e 29 escravos e quatro moradores possuíam 10 escravos. Comparado com o plantel de escravos dos proprietários de cativos de Campinas para o mesmo período, fica evidente que, na economia açucareira de Campinas, existiam grandes senhores de engenho com mais de 40 escravos; já para a economia agrícola/pastoril da Vila Nova Bragança, o maior plantel de escravos em 1798 foi de um proprietário com 21 escravos; para o ano de 1809, o maior plantel de escravos seria de um morador que possuía 33 cativos; para o ano de 1818, apenas um morador possuía mais que 34 escravos, precisamente 42 cativos.

Percebe-se, portanto, que no ano de 1798 e nos anos seguintes, a maioria dos moradores que possuíam mais de 10 cativos registrou moradia no bairro da vila. Em

1798, estes moradores no bairro da Vila eram: Felipe Silva D'Avila, com 21 escravos; Aleixo Correia da Cunha, com 19 escravos; Antônio Gomes Machado, com 17 escravos; Jacinto Ruiz Bueno, com 16 escravos; Joana Nunes, com 15 escravos; José Pedrozo Pinto, com 10 escravos. No bairro rural de Jacarey, os proprietários que possuíam mais escravos eram: Lourenço Reis de Siqueira (17 escravos) e Francisco de Lima (16 escravos). No recenseamento de 1798, constavam Lourenço Antônio Leme, morador do bairro rural do Couto, com 10 escravos, e José Jeronimo Pereira, morador do Lopo ou Currallinho. Lembrando, no recenseamento deste ano, estes dois bairros foram listados juntos, também dono de 10 escravos.

Proprietários de escravos - 10 ou mais no ano de 1798			
N°	Nome do morador	Quant. de escravos	Bairros
1	José Pedrozo Pinto	10	Bairro da Vila
2	Lourenço Antonio Leme	10	<i>Bairro rural do Couto</i>
3	José Jerônimo Pereira	10	<i>Bairro rural Lopo/Currallinho</i>
4	Joana Nunes	15	Bairro da Vila
5	Francisco de Lima	16	<i>Bairro rural de Jacarey</i>
6	Jacinto Ruiz Bueno	16	Bairro da Vila
7	Antonio Gomes Machado	17	Bairro da Vila
8	Lourenço Reis de Siqueira	17	<i>Bairro rural de Jacarey</i>
9	Aleixo Correia da Cunha	19	Bairro da Vila
10	Felipe Silva D'avila	21	Bairro da Vila

Tabela 6: Relação de proprietários de 10 ou mais escravos que moravam na Vila Nova Bragança no ano de 1798. Fonte: Arquivo Público do Estado de São Paulo. *Maços de População da Vila Nova Bragança*.

Na maioria dos fogos da Vila Nova Bragança, onde existe a presença de escravos, estes são um ou dois, ligados a atividades na agropecuária e na agricultura em áreas pequenas. Geralmente, a própria família cultivava os gêneros alimentícios.

Para o ano de 1799, os *Maços de População da Vila Nova Bragança* apresentam bairros que constavam no ano de 1798, como o bairro da vila e os bairros rurais de Campo Novo, Jacarey, Rio Abaixo, Couto e Currallinho, este sem vínculo com o bairro do Lopo, como em 1798. No recenseamento de 1799, não consta o bairro da Campanha.

Dos cinco bairros presentes nos recenseamentos de 1798 e de 1799, quatro apresentam diminuição no número de fogos: o bairro da vila, recenseado com 263 fogos em 1798, registra 170 fogos em 1799; no bairro rural de Jacarey, de 181 fogos, cai para 176; no bairro rural do Couto, de 192 para 145; no bairro rural Currallinho, de 135 para 132. O bairro rural do Rio Abaixo foi o único que não sofreu redução, indo de 173 fogos para 186. Entre 1798 e 1799, a redução total foi de 90 fogos. O número de moradores

livres na Vila Nova Bragança cresceu de 5.817 para 5.881, e a quantidade de escravos da vila foi reduzida de 470 em 1798 para 382 em 1799 (Tabela 4).

Outros aspectos que revelam que passa a existir, na economia local, a produção de um excedente voltado à comercialização são o aumento da produção e o registro da comercialização deste excedente. No caso da roceira Joana Nunes, por exemplo, embora o número de seus escravos tenha sido reduzido de 15 para 12, entre 1798 e 1804¹⁹, quando a sua produção de feijão tinha sido reduzida de 20 alqueires para sete, a produção de milho, que não constava no ano de 1798, aparece como sendo de 200 alqueires em 1804. Jacinto Ruiz Bueno, em 1798, apresentou uma produção de 100 alqueires de feijão e 260 arrobas de toucinho. Em 1804, sua produção sobe para 700 alqueires de milho, sendo 100 destinados à venda, 20 alqueires de feijão destinados ao consumo, e 20 porcos são destinados à venda. A produção de milho, que não constava no ano de 1798, torna-se um gênero de consumo importante para a economia da Vila Nova Bragança.

No começo do século XX, a Vila Nova Bragança teve uma queda na produção do feijão que se manteve até 1820. O mesmo ocorreu com a produção de milho e arroz. Neste período, houve uma valorização no preço do toucinho. Bragança continuou exportando, neste período, feijão e milho para a capital, e uma quantia pequena de farinha de milho, tornando-se o toucinho, todavia, “[...] sua mercadoria de venda por excelência” (MICHELI, 2018 p. 198).

Em 1801, destaca-se, na produção de Bragança, o milho, com 55.657 alqueires (95,7% para exportação), o feijão, com 2.687 alqueires (89,9% para exportação) e o toucinho, com 7.950 arrobas (100% para exportação para a capital). A vila também produziu pequenas quantidades de farinha de milho, farinha de trigo e aguardente, basicamente destinadas ao mercado regional, e arroz, a maior parte para consumo local (MICHELI, 2018).

No recenseamento de 1809 da Vila Nova Bragança destacam-se entre os moradores Jacinto Ruiz Bueno, possuidor do maior número de escravos, que continua a ser o Capitão do bairro da Vila, embora com número menor de escravos, 14 no total, sendo que em 1804 possuía 20 escravos; Fernando Dias Paes Leme, comerciante que possuía o maior número de escravos na vila, 33, oito a mais que no ano de 1804. Dos bairros rurais há o registro de Aleixo Correia da Cunha, com 24 escravos, morador do bairro rural Rio Abaixo; Lourenço Antônio Leme, com 31 escravos, morador do bairro

¹⁹ Apesar do recenseamento presente nos dos *Maços de População* de 1804 ser incompleto, é possível analisar dados econômicos da vila presentes em planilhas gerais ali apresentadas, como dados de produção e de exportação.

rural do Couto, e Francisco de Lima Bueno, com 25 escravos, morador do bairro rural do Campo Novo (Tabela 7).

Proprietários de escravos 10 ou mais no ano de 1809			
Nº	Nome do morador	Quant. de escravos	Bairros
1	Antonio José Ruiz	10	<i>Bairro da Vila</i>
2	Pedro Antonio Fagundes	10	<i>Bairro rural do Campo Novo</i>
3	Ignácio Silva	12	<i>Bairro rural do Rio abaixo</i>
4	Ignácio Anunciação Cintra	12	Bairro da Vila
5	Jacinto Ruiz Bueno	14	Bairro da Vila
6	Antonio Alves de Oliveira	14	<i>Bairro rural de Jacarey</i>
7	Antonio Leme da Silva	15	<i>Bairro rural do Rio abaixo</i>
8	Aleixo Cirreia da Cunha	24	<i>Bairro rural do Rio abaixo</i>
9	Francisco de Lima Bueno	25	<i>Bairro rural do Campo Novo</i>
10	Lourenço Antonio Leme	31	<i>Bairro rural do Couto</i>
11	Fernando Dias Paes	33	<i>Bairro da Vila</i>

Tabela 7: Relação de proprietários de 10 ou mais escravos que moravam na Vila Nova Bragança no ano de 1809. Fonte: Arquivo Público do Estado de São Paulo. *Maços de População da Vila Nova Bragança*.

O incremento da produção de toucinho na Vila Nova Bragança, nas primeiras décadas do século XX, estava atrelado ao crescimento do “[...] número de agricultores, que, em 1803, totalizavam 1.044 e, dezessete anos mais tarde, chegavam já a 1.488, aumento da ordem de 42%. A mesma expansão pôde ser verificada no número de fogos da vila, que, em 1798, somavam 1.041 e, no ano de 1818, chegavam a 1.515, número 45% mais alto” (MICHELI, 2018, p. 201).

Em 1807, Bragança exportou grande quantidade de toucinho para a capital, 17.060 arrobas, mantendo até 1815 quantias elevadas de exportação deste gênero: 9.199 arrobas em 1808; 10.236 arrobas em 1809; 17.760 em 1812; e 13.258 em 1815. Ainda que a produção de toucinho fosse difusa em toda a capitania, em nenhum outro lugar se produziam as quantidades registradas para Bragança. O milho e o feijão, em pequenas quantidades, também continuaram a ser exportados da Vila Nova Bragança para a capital neste período (MICHELI, 2018).

Em 1809²⁰, a Vila Nova Bragança, somando a população do bairro da vila e a dos bairros rurais, alcança 1.353 fogos, 6.461 moradores livres e 759 escravos, um crescimento de 406 fogos, 580 moradores livres e 377 escravos. Neste ano, não houve

²⁰ Logo após a transferência da Família Real Portuguesa para o Rio de Janeiro (1807/1808), Portugal, na figura de seu príncipe regente Dom João de Bragança, assinou o *Decreto de Abertura dos Portos às Nações Amigas*, em 1808, que, na prática, colocou fim ao “pacto colonial” ao permitir que colônias portuguesas pudessem estabelecer relações comerciais com outras nações europeias. Este teria sido um dos primeiros movimentos em direção ao processo de independência do Brasil.

registro de bairro novo, no entanto, ressalta-se que os bairros recenseados em 1799 são os mesmos do ano de 1809 e apresentaram crescimento nesses 10 anos.

Em 1818, o bairro da Vila segue com o mesmo capitão, Jacinto Roiz Bueno, desde a elevação da freguesia à vila, nela sendo registradas 135 fogos, 138 a menos que no recenseamento de 1809. É possível, que neste ano, os moradores do bairro do Canivete, muito próximo ao bairro da vila, que registrava nesta data 130 fogos, tenham sido recenseados separadamente.

No ano de 1818, outros bairros também registraram população menor, como o bairro rural do Rio Abaixo, com 127 fogos, 57 a menos que no ano de 1809; o bairro rural do Couto, com 134 fogos, 104 a menos, se comparado ao ano de 1809; o bairro rural do Campo Novo, com 130 fogos, onde foram recenseados 280 fogos em 1809; o bairro rural do Currallinho, com queda de 20 fogos registrada, somando 132 fogos em 1818. Todavia, como a população geral da Vila Nova Bragança cresceu no período, passando o registro de fogos de 1.353 em 1809 para 1.539 em 1818, um crescimento de 20%, é provável que o critério de recenseamento tenha sido alterado, pois a média de fogos de cada bairro registrada em 1809 foi de 213 fogos, e a de 1818 foi de 130 fogos. Reforça esta ideia o fato de terem sido registrados apenas seis bairros no ano de 1809, além do bairro da vila, os bairros rurais de Jacarey, Rio Abaixo, Coito, Currallinho e Campo Novo; em 1818, foram registrados doze bairros, o bairro da vila e os bairros rurais de Jacarey, Rio Abaixo, Currallinho, Couto, Campo Novo, Canivete, Guaripocaba, Anhumas I, Anhumas II, Pântano e Cascalho. Reforça esta ideia o fato de o bairro de Anhumas ter sido recenseado em duas partes: Anhumas I e Anhumas II. Os dados gerais recenseados no ano de 1818 revelam crescimento, principalmente no número de escravos, se comparado ao ano de 1809, passando de 759 para 1.209 escravos; quanto ao número de fogos, passou de 1.353 para 1.539, e o número de moradores livres passou de 6.461 para 7.613.

A Vila Nova Bragança, no ano de 1818, apresentou uma economia voltada principalmente para a produção de feijão, milho e toucinho, destinada ao consumo na vila e ao comércio interno regional, principalmente para a Cidade de São Paulo. Em dezembro de 1818, o preço médio da arroba de milho destinada ao consumo local e ao mercado interno foi de 200 réis o alqueire, e o preço médio para exportação foi de 320 réis o alqueire; quanto ao feijão, esta média passava de 800 réis para 1.120 réis, respectivamente; para o toucinho, passava de 640 réis para consumo local e 960 réis para exportação para a capital paulista. (ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 1818).

Em 1818, praticamente em todos os bairros da Vila Nova Bragança, existiam alguns moradores com mais de 10 escravos, com exceção dos bairros rurais de Mato Dentro, Canivete e Cascalho. Entre os moradores do bairro da vila, quatro possuíam mais de 10 escravos: o Capitão Jacinto Roiz Bueno, roceiro que comercializava excedente de sua produção, com 17 escravos, três a mais que o montante registrado em 1809; Francisco da Cunha Ramos, roceiro que também comercializava excedente de sua produção, morador antigo da vila, presente no dia de elevação da freguesia à vila, era proprietário de 14 escravos; o comerciante Jeronimo Gonçalves Pereira, que possuía 14 escravos, em 1808 aparece como proprietário de 22; Theodoro Roiz, roceiro que registra possuir 14 escravos. Nesse momento é possível observar que, na Vila Nova Bragança, já estava presente uma pequena parcela de proprietários de escravos que ampliam os seus plantéis de cativos. Em 1809, somente 11 moradores em toda a Vila Nova Bragança eram proprietários de 10 ou mais escravos; nove anos depois, esta lista aumentou para 27 pessoas (Tabela 8).

Proprietários de escravos 10 ou mais no ano de 1818							
Nº	Nome do morador	Quant. de escravos	Bairros	Nº	Nome do morador	Quant. de escravos	Bairros
1	Joaquim ?	10	<i>Bairro rural</i> de Jacarey	15	João Bueno da Cunha	16	<i>Bairro rural</i> do Pântano
2	João Gomes	10	<i>Bairro rural</i> do Anhumas I	16	Jacinto Ruiz Bueno	17	Bairro da Vila
3	João Garcia de Toledo	10	<i>Bairro rural</i> do Anhumas I	17	Joaquim Paes de Almeida	17	<i>Bairro rural</i> do Currallinho
4	Bento da Fonseca	10	<i>Bairro rural</i> do Couto	18	Joaquim José de Faria	17	<i>Bairro rural</i> do Pantano
5	Lourenço Justiniano	11	<i>Bairro rural</i> do Currallinho	19	Ignácio Xavier César	18	<i>Bairro rural</i> do Anhumas I
6	Francisco Pires de Moraes	11	<i>Bairro rural</i> Campo Novo	20	Antônio ?	19	<i>Bairro rural</i> do Jacarey
7	Joaquim Maciel	11	<i>Bairro rural</i> do Anhumas I	21	José Gonçalves	20	<i>Bairro rural</i> do Rio abaixo
8	José Pires Cardoso	11	<i>Bairro rural</i> Guaripocaba	22	Jeronimo Gonçalves Pereira	22	Bairro da Vila
9	João da Roxa Lima	13	<i>Bairro rural</i> do Pântano	23	Vicente Gomes Moreira	22	<i>Bairro rural</i> Campo Novo
10	Esperança Cintra do Prado	13	<i>Bairro rural</i> Guaripocaba	24	Manuel Roiz Silva	25	<i>Bairro rural</i> do Rio abaixo
11	Francisco da Cunha Ramos	14	<i>Bairro</i> da Vila	25	Antônio Leme ?	32	<i>Bairro rural</i> do Rio abaixo
12	Theodoro Ruiz	14	<i>Bairro</i> da Vila	26	Lourenço Antônio Leme	34	<i>Bairro rural</i> do Couto
13	Antonio Dias Paes	14	<i>Bairro rural</i> Guaripocaba	27	Fernando Dias Paes Leme	42	<i>Bairro rural</i> do Anhumas I
14	Jacinto Bueno de Oliveira	15	<i>Bairro rural</i> Guaripocaba				

Tabela 8: Relação de proprietários de 10 ou mais escravos que moravam na Vila Nova Bragança no ano de 1818. Fonte: Arquivo Público do Estado de São Paulo. *Maços de População da Vila Nova Bragança*.

A análise dos *Maços de População da Vila Nova Bragança* de 1818 e 1828 revelam que, neste período de dez anos, houve um aumento de população significativo, de 8.822 habitantes para 10.873, um crescimento de 24%.

Entre estes últimos 10 anos analisados (1818 a 1828), é preciso ressaltar que em 1822, Dom Pedro declara a independência do Brasil, iniciando o Primeiro Reinado. Já havia acontecido importantes mudanças desde a chegada da Família Real ao Brasil.

Com a transferência do reino para o Rio de Janeiro, em 1808, inicia-se o processo de independência. A chegada da Família Real e o fim do monopólio comercial marcam, de fato, o fim do Período Colonial²¹. A abertura dos portos para as nações amigas (Inglaterra) estimularia ainda mais o comércio entre as nações, favorecendo todos os excedentes produzidos em território nacional.

Dom Pedro tinha que lidar com grandes revoltas e descontentamentos da população, devido, principalmente, aos altos impostos cobrados para a comercialização internacional, quando recebeu a exigência de Portugal de recolonizar o país e impedir o desenvolvimento econômico em curso. A partir daí, surgiu mais uma insatisfação dos brasileiros em relação a Portugal, dando continuidade ao processo de independência iniciado em 1808 e liderado por Dom Pedro, nomeado por seu pai como regente do país. Os desgastes nas relações entre Brasil e Portugal fizeram com que Dom Pedro proclamasse a independência do Brasil, convertendo-o em uma monarquia, e fosse coroado o Imperador Dom Pedro I.

Dois anos depois, aconteceram importantes mudanças: Dom Pedro I convocou dez membros aliados para a confecção da primeira Constituição do Brasil, outorgada pelo próprio rei em 1824. Entre as decisões, o voto censitário, que colocaria a elite para escolher e votar a favor dos próprios interesses, e a declaração do catolicismo como religião oficial do Brasil. É neste momento que a parceria entre Coroa e Igreja, que durante todo o Período Colonial existiu, começa a se desfazer²²; a Igreja Católica passa a ser subordinada ao Estado e o poder político dado a D. Pedro I se amplia.

É importante ressaltar que o cenário político-econômico, a partir de 1822, vai se distanciando do Período Colonial. Novos interesses surgem e, lentamente, as mudanças são aplicadas. Porém, no que diz respeito aos recenseamentos populacionais, se mantêm no formato e modos anteriormente produzidos, os *Maços de População*.

Para o ano de 1828, os *Maços de População* apresentam um balanço da produção da Vila Nova Bragança no qual é possível observar uma especialização na produção de toucinho. Neste ano, há o registro de uma produção de cerca de 30 mil arrobas, destinadas integralmente à exportação. Para viabilizar esta produção a vila produz, no mesmo ano, para consumo interno, aproximadamente 199 mil alqueires de

²¹ Em 1810, escrito por Antônio Rodrigues Veloso de Oliveira, *Memória sobre o melhoramento da capitania hoje província de São Paulo*, descreve a Capitania Paulista, critica diversas posturas da Coroa e é publicado em 1822 por ordem de D. Pedro primeiro, que se faz guiar pelas orientações de prosperidade do autor.

²² No Segundo Reinado, em 1840, começa um novo período na história da Igreja no Brasil, conhecido como romanização do Catolicismo, voltado à colocação da Igreja sob as ordens diretas do Papa, e não mais como uma instituição vinculada à Coroa luso-brasileira (AZEVEDO, 2004).

milho e 29 mil arrobas de feijão, quase totalmente destinadas ao consumo na paróquia, ou seja, destinado à viabilização da produção do toucinho. (ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 1828).

A Vila de São João do Atibaya, vizinha da Vila Nova Bragança e da qual se desmembrara, está, neste momento, interessada em investimentos maiores visando à inserção na economia de café. A Vila Nova Bragança acompanha esse interesse de forma mais tímida: as primeiras mudas de café foram introduzidas em pouca quantidade e somente por volta de 1830 se iniciaria o plantio do café em maiores quantidades, o que mudaria o rumo da economia local.

Segundo Reis (2020, p. 11), que observou a produção por fogos, a característica marcante da produção da Vila Nova Bragança era a presença, nos diversos domicílios, de milho, feijão e porcos, sendo o objetivo final principal o toucinho:

A produção local de milho [...] estava diretamente ligada à produção de toucinho, ou seja, à criação de porcos posto que, particularmente na alimentação desses animais, o milho teve papel fundamental, era o principal alimento dado a essa criação e, portanto, era insumo utilizado indiretamente na produção do toucinho, base da alimentação no Brasil Oitocentista [...] Em 1830 foi de 100% o montante de criadores que também plantavam milho.

Entre os anos de 1818 e 1828, há registro de mudanças significativas no que se refere aos capitães dos bairros (Tabela 9). Dos 12 bairros listados no recenseamento de 1828, apenas dois permaneceram com os mesmos capitães, o bairro rural de Jacarey, com Joaquim de Souza Moraes, e o *bairro rural* de Rio Abaixo, com Antonio Joaquim Leme, o que revela a presença de novos agentes sociais. Entre estas mudanças, a mais significativa é a do bairro da vila, que tinha como Capitão da vila, em 1828, João da Roxa Lima, que em 1818 era Capitão do bairro rural do Pântano, um roceiro que produzia excedente para comercialização e registra neste ano de 1828 possuir 17 escravos. Jacinto Ruiz Bueno, um roceiro que produzia para comercialização de excedentes que exercera longa liderança política local e fora Capitão do bairro da vila em todos os recenseamentos anteriores analisados, perde esta condição.

Bairro	1798	1799	1809	1818	1828
Vila	Jacinto Roiz Bueno	Jacinto Roiz Bueno	Jacinto Roiz Bueno	Jacinto Roiz Bueno	João da Roxa Lima
Canivete				Ignácio Dias de Moraes	Luis Gonzaga de Moraes
Campo Novo		Vicente Gomes Moreira	Vicente Gomes Moreira	Vicente Gomes Moreira	José Gonçalves Pereira
Jaguary					
Guaripocaba				Salvador Bueno de Oliveira	José Ortiz de Camargo
Jacarey	José Deo Luiz Preto	José Deo Luiz Preto	Joaquim de Souza Moraes	Joaquim de Souza Moraes	Joaquim de Souza Moraes
Anhumas I				Ignácio Xavier César	Ignácio Xavier César
Anhuma II				José Fernandes da Silveira	
Araraz					Francisco José Gonçalves
Lopo					
Currallinho	José Jeronimo G. Pereira	José Jeronimo G. Pereira	Francisco Antonio Pereira	Joaquim Paes de Almeida	José Bonifácio Gonçalves
Rio Abaixo	Antonio Leme da Silva	Antonio Leme da Silva	Antonio Leme da Silva	Antonio Leme da Silva	Antonio Leme da Silva
Couto	Lorenço Antonio Leme	Lorenço Antonio Leme	Lorenço Antonio Leme	Lorenço Antonio Leme	Salvador Godoi Moreira
Campanha	José Garcia Leal				
Pântano				João Roxa da Lima	Pedro Rodrigues Lopes
Cascalho				Manuel Jacinto	Manuel Jacinto

Tabela 9: Relação de capitães dos bairros da Vila Nova Bragança nos anos de 1798, 1799, 1809, 1818 e 1828. Fonte: Arquivo Público do Estado de São Paulo. *Maços de População da Vila Nova Bragança*.

Entre 1818 e 1828, a vila passa de 1.539 fogos para 1.997 fogos. Os bairros rurais de Currallinho, Couto, Canivete, Guaripocaba, Pântano e Cascalho têm crescimento em número de fogos, sendo o bairro rural que mais cresceu nestes 10 anos o de Currallinho, com 95 fogos a mais. O bairro rural do Pântano 72, do Cascalho 45, do Couto aumentou 37 fogos, e do Guaripocaba cresceu para 31 fogos (Tabela 4).

O *Maço de População de 1828*, entre todos os analisados, é o que registra o maior número de moradores com 10 ou mais escravos, poucos deles com duas, três e até quatro dezenas. E são esse os proprietários do maior número de cativos na vila, fruto do crescimento da economia agropastoril local, que iriam investir no plantio de café a partir de 1830. A somatória de moradores, no ano de 1828, é de 10.873, 9.033 livres²³ e 1840 escravos. O número de fogos na vila neste ano era 1.997, distribuídos em 12 bairros.

Em 1828, praticamente em todos os bairros da Vila Nova Bragança, existiam moradores com mais de 10 escravos, com exceção dos bairros rurais de Mato Dentro e Cascalho. A maioria dos moradores listados em 1828 com 10 escravos ou mais não foram listados em 1818; eram, provavelmente, novos-ricos. Chamou atenção Maria Francisca Godoi, moradora recenseada no ano de 1828, responsável pelo fogo em que residia e proprietária de 43 escravos, a maior proprietária de escravos neste ano. No recenseamento de 1818, ela foi listada como esposa de Jerônimo Gonçalves Pereira, que possuía, na época, 22 escravos. Maria Francisca Godoi, provavelmente, herdou do marido esses bens, que passavam de 22 escravos em 1818 para 43 escravos em 1828.

²³ Ainda que as leis para abolir a escravidão datem da segunda metade do século XIX, aparecem, a partir dos *Maços de População de 1818*, negros livres, o que leva a entender de forma diferente a tabulação da população, livres e escravos, e não mais brancos e escravos.

Os demais moradores do local, que possuíam 10 ou mais escravos em 1828, eram apenas roceiros, com exceção de Salvador Antunes Campos, que também negociava o excedente de sua produção. Entre toda a Vila Nova Bragança, em 1828, encontram-se 48 pessoas. Destacam-se José Roxa Lima, o novo capitão do bairro da vila, com 17 escravos, e Vicente Gomes Moreira, com 19 escravos, morador do bairro da vila que, em 1809, era morador e capitão do bairro rural do Campo Novo.

Esses 48 moradores com 10 ou mais escravos se distribuíam por 11 dos 12 bairros recenseados. Somente no bairro rural do Cascalho não foi listado nenhum morador com 10 ou mais escravos (Tabela 10).

Proprietários de escravos 10 ou mais no ano de 1828							
Nº	Nome do morador	Quant. de escravos	Bairros	Nº	Nome do morador	Quant. de escravos	Bairros
1	Felipe Antunes Pereira	10	Bairro da Vila	25	José Bonifácio Gonçalves	14	Bairro rural do Curralinho
2	Vicente de Vaz ?	10	Bairro rural do Curralinho	26	Joaquim de Godoi Moraes	15	Bairro rural do Pantano
3	? Francisco Ramalho	10	Bairro rural do Rio abaixo	27	Francisco Tozi de Godoi	15	Bairro rural do Campo Novo
4	Modesto José ?	10	Bairro rural do Anhumas	28	Francisco de Lima	15	Bairro rural do Anhumas
5	Manuel Cardoso	10	Bairro rural do Anhumas	29	Luís Gonzaga de Moraes	15	Bairro rural do Canivete
6	Jacinto Lopes de Moraes	10	Bairro rural do Guaripocaba	30	Salvador de Godoi Moreira	16	Bairro rural do Couto
7	Francisco ?	10	Bairro rural do Pântano	31	José Francisco ?	17	Bairro da Vila
8	Joaquim Souza de Moraes	11	Bairro rural de Jacarey	32	João Roxa Lima	17	Bairro da Vila
9	Aleixo de Godoi	11	Bairro rural do Couto	33	José Pires Cardoso	18	Bairro rural do Rio abaixo
10	Catharina Bueno	11	Bairro rural do Pântano	34	Vicente Gomes Moreira	19	Bairro da Vila
11	Victo de Godoi Bueno	11	Bairro rural do Araras	35	Joaquim ? Cardoso	19	Bairro rural do Canivete
12	José Félix Lima	11	Bairro rural do Anhumas	36	José Gonçalves da Cunha	19	Bairro rural do Araras
13	Antônio Pires ?	11	Bairro rural do Canivete	37	Antônio Soares Munis	19	Bairro rural do Couto
14	Vania ? De Melo	12	Bairro rural do Canivete	38	Antônio de Oliveira	20	Bairro rural do Jacarey
15	Mariana Rocha	12	Bairro rural do Curralinho	39	Dulcena Maria	21	Bairro rural do Pântano
16	João Gomes Ferreira	12	Bairro rural do Anhumas	40	João Baltazar Dias	24	Bairro rural do Pântano
17	Manuel Dias Paes	12	Bairro rural do Guaripocaba	41	Manuel leite	25	Bairro rural do Couto
18	Ignácio da Silva	12	Bairro rural do Rio abaixo	42	Pedro Antônio Nunes	25	Bairro da Vila
19	José Pedroso Pinto	12	Bairro da Vila	43	Gertrudes Lima	26	Rio abaixo
20	Salvador Antunes Campos	13	Bairro da Vila	44	Ignácio Xavier César	27	Bairro rural do Anhumas
21	Joaquim Moreira	13	Bairro rural do Pântano	45	Maria de Oliveira	29	Bairro rural do Pântano
22	Lourenço Antônio de Moraes	13	Bairro rural do Pântano	46	Roza Maria	31	Bairro rural do Rio abaixo
23	João Maciel da Cunha	14	Bairro rural do Anhumas	47	Fernando ? Leme	38	Bairro rural do Anhumas
24	João Gomes da Silva	14	Bairro rural do Curralinho	48	Maria Francisca Godoi	43	Bairro da Vila

Tabela 10: Relação de proprietários de 10 ou mais escravos que moravam na Vila Nova Bragança no ano de 1828. Fonte: Arquivo Público do Estado de São Paulo, *Maços de População da Vila Nova Bragança*.

Entre 1797 e 1828, a economia na vila se consolida, acentuando, com o passar dos anos, a produção de milho, feijão e toucinho, colocando a Vila Nova Bragança em posição de destaque no mercado. Isto resulta na possibilidade de acúmulo lento de bens, suficiente para dar possibilidade de inserção da vila no cultivo do café, que, na região, começa por volta de 1830 e transformaria a sociedade local na segunda metade do século XIX.

A análise das informações dos *Maços de População* entre 1767 e 1828 revela que os bairros da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Jaguary, e posteriormente da Vila Nova Bragança foram paulatinamente ocupando o território delimitado no termo da vila em 1797 (Figura 13).

Para o ano de 1830, Reis (2020, p. 12) analisou os mapas de comércio encontrados nas listas nominativas para a Vila Nova Bragança e observou que os três produtos principais da vila, milho, feijão e toucinho, foram enviados exclusivamente à cidade de São Paulo. O toucinho “[...] foi em sua totalidade levado ao mercado, respondendo por 95,3% do valor das exportações bragantinas (o percentual restante era devido ao milho, 3,3% e ao feijão, 1,4%)”.

Ainda que o desenvolvimento da atividade econômica na Vila Nova Bragança tenha se fortalecido ao longo dos anos, somente dois novos bairros rurais surgiram num período de 30 anos, entre 1798 e 1828. Alguns bairros rurais mais antigos já haviam sido formados nos tempos da freguesia, totalizando 17, o bairro da freguesia (depois bairro da vila) e os bairros rurais Canivete, Campo Novo, Jaguary, Guaripocaba, Jacarey, Anhumas, Araras, Lopo, Curralinho, Rio Acima, Rio abaixo, Boa Vista, Itapeva, Mato Dentro, Couto e Campanha. Destes, cinco bairros rurais não aparecem mais nas listas nominativas após a elevação da freguesia à Vila Nova Bragança: os bairros rurais de Jaguary, Rio Acima, Boa Vista, Itapeva e Mato Dentro. Portanto, no período analisado de 30 anos da vila, entre 1798 e 1828, o total de bairros encontrados é de 14 bairros, entre eles o bairro rural do Pântano e o bairro rural do Cascalho são os novos bairros rurais do período.

No conjunto, nas séries analisadas dos recenseamentos populacionais para a fase da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Jaguary, anos de 1767, 1775, 1785 e 1796, e para a fase da Vila Nova Bragança, anos de 1798, 1799, 1809, 1818 e 1828, encontram-se 19 bairros, o bairro da freguesia (depois bairro da vila) e 18 bairros rurais: Canivete, Campo Novo, Jaguary, Guaripocaba, Jacarey, Anhumas, Rio Acima,

Rio Abaixo, Lopo, Boa Vista, Itapeva, Mato Dentro, Couto, Campanha, Araraz, Curralinho, Pântano e Cascalho (Tabela 11).

Nº	Bairros	ANO
1	Freguesia	1767
2	Canivete	
3	Campo Novo	
4	Jaguary	
5	Guaripocaba	
6	Jacarey	
7	Anhumas	1775
8	Rio Acima	
9	Rio Abaixo	
10	Lopo	
11	Boa Vista	
12	Itapeva	1785
13	Mato Dentro	
14	Couto	
15	Campanha	
16	Araras	1796
17	Curralinho	
18	Pantano	
19	Cascalho	1818

Tabela 11: Relação de todos os bairros recenseados nos *Maços de População* entre 1767 e 1828, numerados em função do ano em que aparecem pela primeira vez nos recenseamentos. Em azul, os bairros que apareceram uma única vez. Fonte: Arquivo Público do Estado de São Paulo. *Maços de População da Vila Nova Bragança*.

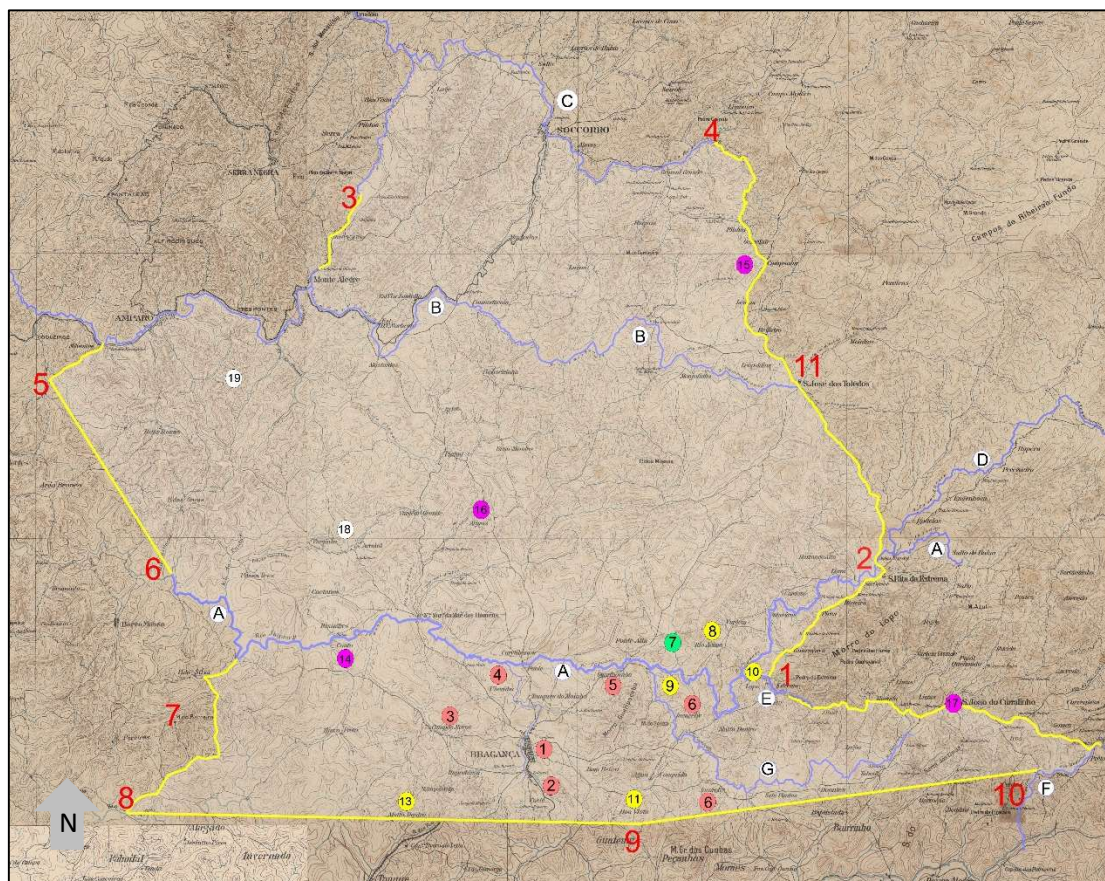


Figura 13: Os Bairros da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Jaguary, entre 1767 e 1828, destacados em recorte da cartografia de 1909. Mapa elaborado e publicado pela Secção Cartográfica da Companhia Lith-Hartmann – Reichenbach, São Paulo e Rio de Janeiro, folhas Atibaia, Jundiá, Campinas e Bragança. Em vermelho, os bairros que constam nos *Maços de População* de 1767, o bairro da freguesia (depois bairro da vila) (1) e os bairros rurais do Canivete (2), Campo Novo (3), Jaguary (4), Guaripocaba (5) e Jacarey (6); em verde, o bairro rural de Anhumas (7), registrado em 1775; em amarelo, os novos bairros rurais recenseados em 1785, Rio Acima (8), Rio Abaixo (9), Lopo (10), Boa Vista (11), Mato Dentro (13); na cor roxa, os bairros rurais registrados em 1796, Couto (14), Campanha (15), Araraz (16) e Curralinho (17). Em branco, o bairro rural do Pântano, que apareceu em 1818, juntamente com o bairro rural do Cascalho (19). Em destaque (azul), o rio Jaguary (A), o rio Camanducaia paulista (B), rio do Peixe (C), rio Camanducaia mineiro (D), Ribeirão Extrema (E), rio da Cachoeira (F) e rio Jacarey (G). Em amarelo, a hipótese de delimitação do Termo da Vila Nova Bragança em 1797. Fonte: Arquivo Público do estado de São Paulo. Elaborado pela autora em 2020.

Segundo Reis, “[...] paralelamente às formas tradicionais de acesso à propriedade rural existia um mercado fundiário que independia da legislação corrente”. A autora encontrou para a região estudada alguns pedidos de sesmarias com menção à compra da gleba requerida, feita anteriormente pelo requisitante. O acesso às propriedades variava: “[...] quem possuía poucos recursos comprava uma pequena parte de terras, os detentores de maiores cabedais ou mais fácil acesso ao crédito adquiriam grandes fazendas” (REIS, 2020, p. 21).

Quanto às formas de aquisição das propriedades, na Vila Nova Bragança, a análise do cadastramento dos bens rústicos de 1818 permite afirmar que a forma primordial de acesso à terra foi a compra, representando 73,8% o percentual das terras assim possuídas entre as 527 propriedades, em contraposição ao acesso por sesmarias, que representou apenas 0,2% do total. Já o acesso por herança representava 17,1%, e pelas demais formas (doação, posse, compra e herança simultaneamente e outros) correspondeu ao percentil restante, 8,9%. Percebe-se, portanto, que a forma preponderante de acesso à terra em Bragança ocorreu via mercado fundiário, os próprios donos de terras construíram seus patrimônios, de forma gradativa, sem necessariamente receberem terras por herança. Vale lembrar que, “[...] apesar de ter algum valor de mercado, em termos monetários a terra valia pouco”. (REIS, 2020, p. 22).

2.3. Formação de novas freguesias e registro no território bragantino

O território bragantino em formação desde o século XVIII, a princípio bairro rural da cidade de São Paulo, posteriormente elevado à freguesia, desmembra-se da Vila de São João do Atibaya, a Vila Nova Bragança, que esteve inserida na economia agropastoril, se vê, na primeira metade do século XIX, como cabeça de uma microrrede de cidades.

Os caminhos fortalecem os nós, novas conexões se estabelecem no território bragantino, ocasionando relações sociais, políticas e econômicas fundamentais para rearranjar as delimitações.

Alguns bairros rurais, não como regra, mas como consequência, são elevados à freguesia e, posteriormente, desmembram-se. Não se trata de um formato único, sendo importante salientar que nem todos os bairros rurais se tornam freguesia e nem todas as freguesias se tornam vilas.

No território da Vila Nova Bragança, ainda na primeira metade do século XIX, dois bairros rurais são elevados à freguesia, Amparo e Rio do Peixe, ambos limítrofes do termo estabelecido para a Vila Nova Bragança. Também neste momento, a fronteira entre São Paulo e Minas Gerais se acentua, pois o registro de Toledo, junto com o registro de Extrema, vão auxiliar na marcação dessa divisa. (Figura 13).

2.3.1. Fronteira oeste, consolidação da Freguesia de Nossa Senhora do Amparo

Em relação ao território já analisado, que continuou sendo ocupado, outras sesmarias foram localizadas, além das já mencionadas do início do século XVIII. A primeira data de 1795, localizada no livro de *Repertório das Sesmarias*. Foram doadas para Joaquim Antônio Azevedo, José Rodrigues Bueno, Manuel José Villaça e José Pedroso Pinto, que descreve:

Duas léguas de terras em quadra na paragem chamada o **sertão de Jaguary**, distrito da Villa de São João de Atibaia, onde passa uma picada que vai ter a estrada que segue para Goyas e sahe da parte de cá da Villa de Mogy Mitim, servindo de pião a referida picada para dela se dividir uma légua de cada banda com suas quadras; cujos rumos devem ser de Oeste a Leste e de Norte a Sul, tendo princípio a demarcação em um ribeirão chamado cascalho, correndo pela mesma picada a buscar o Rio Jaguary (REPERTÓRIO DAS SESMARIAS, 1994, p. 259).

A outra sesmaria, sem data precisa, é referente à região chamada de Pirapitinguy, que se tornaria um engenho na região de posse de Francisco Xavier dos Santos, Antônio Cunha Lobo e Francisco Vaz:

Meia légua de terras de testada e quatro de sertão na paragem chamada Pirapitinguy distrito de Mogi Mirim entre os moradores de Jerebatuba que ficam na parte esquerda, entre alferes Felisberto e seus irmãos que ficam para a parte direita, correndo testada de Sul a Norte pela extrema da Lagoa dos Guambes a rumo de Leste. (REPERTÓRIO DAS SESMARIAS, 1994, p. 184).

Estas sesmarias se referem à área limítrofe do termo da Vila Nova Bragança, região oeste do termo (Figura 10). Trata-se da formação da atual cidade de Amparo, originalmente bairro rural da Vila Nova Bragança.

Procurou-se interpretar esses pontos de referências que constam nas sesmarias dessa região para compreender as localizações e as relações de distâncias na *Carta da Província de São Paulo*, de Carlos Rath, publicada em 1877. No entanto, ressalta-se que os dados nela publicados foram levantados no ano de 1854. Foi possível analisar

que o local onde foi construída a Primeira Capela de Nossa Senhora do Amparo e o Ribeirão do Cascalho ficava à direita do Caminho dos Guayases. O Ribeirão do Cascalho é um afluente do rio Jaguary, a leste. A paragem de Pirapinguy fica do lado esquerdo do Caminho dos Guayases, e o Ribeirão de Pirapinguy, também afluente do rio Jaguary, encontra-se a noroeste. Este território é cortado pelo Caminho dos Guayases (na Figura 14 observa-se a dimensão do sertão e as dificuldades em definir uma fronteira precisa). Nos estudos e tabulações dos bairros rurais que faziam parte do território da Vila Nova Bragança, encontrou-se, em 1818, o bairro rural do Cascalho, com 124 fogos, 556 moradores livres e 23 escravos.

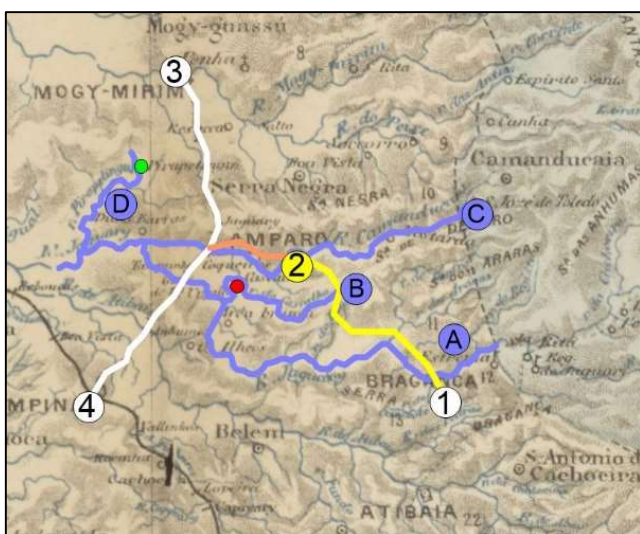


Figura 14: Interpretação do território em formação que viria a se tornar a atual cidade de Amparo na *Carta da Província de São Paulo*, de Carlos Rath, publicada em 1877: 1. Vila Nova Bragança; 2. em amarelo, Capela de Nossa Senhora do Amparo; 3. Vila de Mogy Mirim; 4, Vila de São Carlos (Campinas). Em branco, o Caminho dos Gayases; em amarelo, o caminho da Vila Nova Bragança e a Capela de Nossa Senhora do Amparo; em laranja, o caminho da Capela de Nossa Senhora do Amparo até o Caminho dos Gayases. Ponto verde: paragem de Pirapinguy; ponto vermelho: bairro rural do Cascalho. Em azul, os rios Jaguary (A), Ribeirão do Cascalho (B), rio Camomducaya (C) e ribeirão de Pirapinguy. Fonte: Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Elaborado pela autora em 2020.

A formação do território da atual cidade de Amparo seguiu a lógica de ocupação dispersa, ocupando caminhos próximos aos rios, originando mais bairros rurais, pequenos aglomerados que, gradativamente, cresceram e se fortaleceram, produzindo e comercializando suas produções. Este território era passagem e parada de bandeirantes que utilizavam o Caminho dos Goyases, que conectava São Paulo a Goyas.

Segundo Lima (1988), o território da região da atual Amparo esteve em disputa entre as Vilas de Mogi Mirim e Nova Bragança quando da elevação da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Jaguary à Vila Nova Bragança em 1797. A delimitação de seu termo incluiu parte deste “sertão”, território que estava sendo ocupado. Ou seja,

alguns bairros rurais em processo de consolidação eram: Cascalho, Duas pontes, Pirapitinguy e Camanducaia, no termo da Vila Nova Bragança (Figura 14). No início do século XIX, Mogy Mirim questionou a subordinação do bairro rural das Duas Pontes em um processo judicial denominado “Questão de Duas Pontes”, que ficaria sem solução até 1914 (LIMA, 1998).

É notória a existência da tentativa de delimitar e marcar as fronteiras políticas entre as vilas e freguesias, mas, muitas vezes, existiam questionamentos e conflitos se estendendo por muitos anos sem solução definitiva. O que se pode compreender com a questão da Capela de Nossa Senhora do Amparo é que, no território, existiam alguns bairros rurais. Entre eles, uns passaram a ser parte do termo da Vila Nova Bragança; outros foram questões de litígio. Exemplo disso é o caso do bairro rural das Duas Pontes, que não estava no termo da Vila de Mogy Mirim, porém Mogy Mirim considerava-o parte de seu termo, questionando este fato.

Em 1828, após 10 anos do primeiro recenseamento do bairro rural do Cascalho, ocorrido em 1818, contabilizam-se para o bairro rural do Cascalho 169 fogos, 763 moradores livres e 105 escravos; um aumento significativo do número de escravos, já que, em 1818, foram contabilizados 53, o que salienta o crescimento e o desenvolvimento da economia local.

Em 1797, parte do território que formaria a Freguesia de Amparo torna-se oficialmente subordinado à Vila Nova Bragança. Em 1824, tem-se a notícia da construção da primeira capela, erguida nas margens do Rio Camonducaya em devoção à Nossa Senhora do Amparo. No entanto, o local onde se localizava a capelinha era passível de sofrer com enchentes do rio Camonducaya. Então, a primeira capela foi demolida e outra construída no alto da colina, no patrimônio religioso doado por Manoel Miranda Antunes e João Bueno.

Segundo Marx (1991), o número de fiéis aumentava a cada novo povoado que surgia na região. Naquele momento, os moradores se reuniam e solicitavam ao bispado local autorização para erigir uma capela. Marx adverte, contudo, que não era suficiente apenas construir o templo, era fundamental sacralizá-lo. “A sacralização iria tornar esse abrigo uma ermida também para a Igreja, uma capela reconhecida como tal, uma capela curada, ou seja, visitada regularmente por um padre” (MARX, 1991, p. 19).

Quando a nova capela ficou pronta, também em devoção de Nossa Senhora do Amparo, foi-lhe concedida o curato, isto é, o reconhecimento da Igreja Católica em relação à edificação. Este torna a capela apta a receber um pároco para celebrar as

missas, logo, a população passa a ter acesso a elas, algo muitas vezes difícil nesse território, devido às distâncias e à qualidade das estradas.

Vale ressaltar que, em 1829, como afirma Marx (1991), o Brasil encontrava-se independente, e a Igreja Católica não trabalha mais com funções civis na formação desse território, como no Período Colonial. Todavia, as regras para o funcionamento oficial de um templo religioso, a doação do patrimônio para que se tornasse “curado” e a solicitação deste título para o bispado local seguem os mesmos padrões do Período Colonial. Ainda que vigorassem novas regras políticas no Império, salienta-se que a Igreja e o Governo ainda se matem unidos em vários interesses.

Nas análises dos *Maços de População*, encontra-se, no ano de 1835, a relação de moradores do Distrito de Paz da Capela Curada de Nossa Senhora do Amparo, em 49 páginas, subdivididas em seis partes. Porém, é possível perceber que está incompleto, pois faltam quatro “quarteirões”; os que se encontram legíveis são os 5, 7, 9 e 10. Quanto a outros dois quarteirões, não é possível ler o número ao qual se referem. Na primeira subdivisão ilegível, constam 30 fogos; na segunda, também ilegível, 38 fogos; na terceira, chamada de “quarteirão 5”, constam 30 fogos; na quarta, denominada “quarteirão 7”, constam 67 fogos; na quinta subdivisão, o “quarteirão 9”, constam 50 fogos; na sexta, o “quarteirão 10”, constam 25 fogos, somando um total de 240 fogos.

Em 1839, no entorno da Capela de Nossa Senhora do Amparo, já existe uma população fixa. Assim como em outros locais deste território, a população dos bairros rurais cresce e se fortalece. É neste cenário que se opta por elevar a Capela de Nossa Senhora do Amparo à Freguesia de Nossa Senhora do Amparo, visto que o território limítrofe do termo da Vila Nova Bragança se encontra consolidado – tornando-se conveniente para a população, que busca autonomia, e para o governo, que busca o controle da população – a elevação à freguesia. A Freguesia de Nossa Senhora do Amparo assim permanece por 28 anos.

A Freguesia de Nossa Senhora do Amparo, que faz parte do termo da Vila Nova Bragança, contribui para a economia agropastoril da Vila Nova Bragança com o plantio, principalmente, de feijão, milho, arroz, algodão e a criação de suínos. Entretanto, a maior parte dessa produção era escoada pelo Caminho dos Guayases, muitas vezes não utilizando os caminhos internos da Vila Nova Bragança. Essa condição territorial torna a Freguesia de Nossa Senhora do Amparo conectada com a Vila Nova Bragança por delimitações políticas, mas com forte ligação comercial com as Vilas de Mogy Mirim, Mogi Guaçu e São Carlos (Campinas).

2.3.2. O desenvolvimento do bairro rural do Rio do Peixe e sua elevação à Freguesia de Nossa Senhora do Rio do Peixe

Outra localidade que se encontrava na região limítrofe do termo da Vila Nova Bragança, a norte, próximo ao rio do Peixe, era o bairro rural do Rio do Peixe, atual cidade de Socorro. Conhecido desde as bandeiras, se faz importante no final do século XIX (Figura 10).

Existem dois fortes propósitos que fazem com que o bairro rural do Rio do Peixe tenha notoriedade. O primeiro, como afirma a historiografia local, era o fato de que a região era habitada por índios. A presença de índios Kaingangues em Socorro foi objeto de estudo e pesquisa científica, nos anos de 1970, com a iniciativa do Sifete – Campinas²⁴, contando com a colaboração de arqueólogos, antropólogos, assistentes e guias locais. Os membros da expedição promoveram escavações ao redor do leito do rio do Peixe e encontraram pontas de flechas, lascas e fornos como evidências de aldeamentos Kaingangues na região. O curto tempo de pesquisa não definiu de maneira clara a data dos artigos encontrados como centenários ou milenares, mas foi possível afirmar que a região era habitada inicialmente por indígenas, que, provavelmente, foram alvos de captura dos bandeirantes, que, além de desbravar o território, capturavam e escravizavam os indígenas. O segundo se relaciona a um personagem de nome Simão Toledo Pizza. Simão, como era chamado, era um desbravador português que se instalou, inicialmente, na Cidade de São Paulo. A historiografia local afirma que recebeu uma sesmaria, dando-lhe direito legal de ocupar as terras da região. No entanto, não foi possível localizá-la, nem em arquivos paulistas e nem em arquivos mineiros. Isso porque, Simão de Toledo Piza, vai desbravar uma região que hoje se encontra dividida entre os Estados de São Paulo e Minas Gerais, e não era diferente no século XVIII. (Revista Cidade e Cultura nº01).

O livro *Repertório das Sesmarias*, que se encontra no Apesp, publicado em 1994, apresenta sesmarias concedidas a partir de 1721. Simão de Toledo Piza, não foi localizado vinculado a alguma sesmaria. Nos arquivos mineiros do Arquivo Público, ele aparece vinculado a órgãos públicos e envolvido nas questões sobre a definição de fronteira entre as capitânicas de São Paulo e Minas Gerais. Como consta nesta correspondência entre Simão de Toledo Piza e o Comandante de Ouro Fino, transcrita nos “Documentos Interessantes” mineiros:

²⁴ A Sifete – Pesquisa Científica foi fundada em 2 de agosto de 1975. A sigla significava, inicialmente, Sociedade de Investigações de Fenômenos Terrestres e Extraterrestres, tendo como objetivo buscar esclarecer e elucidar fenômenos científicos nas áreas de Arqueologia, Antropologia, Mineralogia, Paleontologia.

V. M. quer saber da demarcação das Capitâneas, e informações que diz a esse respeito ao Ajudante Domingos Soares de Barros foi o que me escreveo pedindo a informação, a qual era por ordem do Ulmo. E Exmo. Snr. Conde declarando tudo o que se perguntou. Como disse eu a V. M. informei que a demarcação ou marco que se poz era lopo, caminho velho e segundo o que me praticou o Capitão Veríssimo João de Carvalho não so liuma vez senão muitas vezes que foi o que se achou com o Ouvidor Rubim que mandou passar o termo, ou lavrar dizia que daquelle marco correria rumo direito a buscar o caminho de Guayazes acima da Freguezia de Mogy Guassu duas léguas, e daly correria pelo caminho de Guayazes até o Rio Grande o qual rumo não poderia correr de sul a norte, e que poderia ser de sul a nordeste, e nesta forma poderia passar o caminho que hoje serve para Jacarehy pelo Lima chamado pouco mais ou menos nesta forma informey. Ouro Fino 22 de Março de 1771. De V. M. Primo Amante e Atento Ven.or e obrigadissimo. Luiz de Freitas Villalva (DOCUMENTOS INTERESSANTES, 1896, pp. 105-106).

Simão questiona a linha de fronteira entre as duas capitâneas em 1771, porque teria encontrado ouro em 1770 nessa região, o que fez com que procurasse autoridades de ambas capitâneas para saber como proceder. Diante deste achado, a Capitania de Minas Gerais resolve instalar um registro em suas terras, próximo do achado. O registro mais próximo ficava nas margens do rio Mandu, em Ouro Fino, instalado em 1755. Fica configurado, portanto, no final do século XVIII, a norte da Região Bragantina o registro da Campanha de Toledo, onde foi encontrado ouro, e o bairro rural do Rio do Peixe, ocupação remanescente da fixação indígena, atual cidade de Socorro (Revista Cidade e Cultura n°01).

O ouro encontrado por Simão de Toledo Piza era de cata, em pouca quantidade, e não viria a ser alvo de cobiça por muito tempo. O pouco tempo em que ficou em evidência trouxe para o território interessados, novos habitantes que contribuíram para o desenvolvimento do território (Revista Cidade e Cultura n°01).

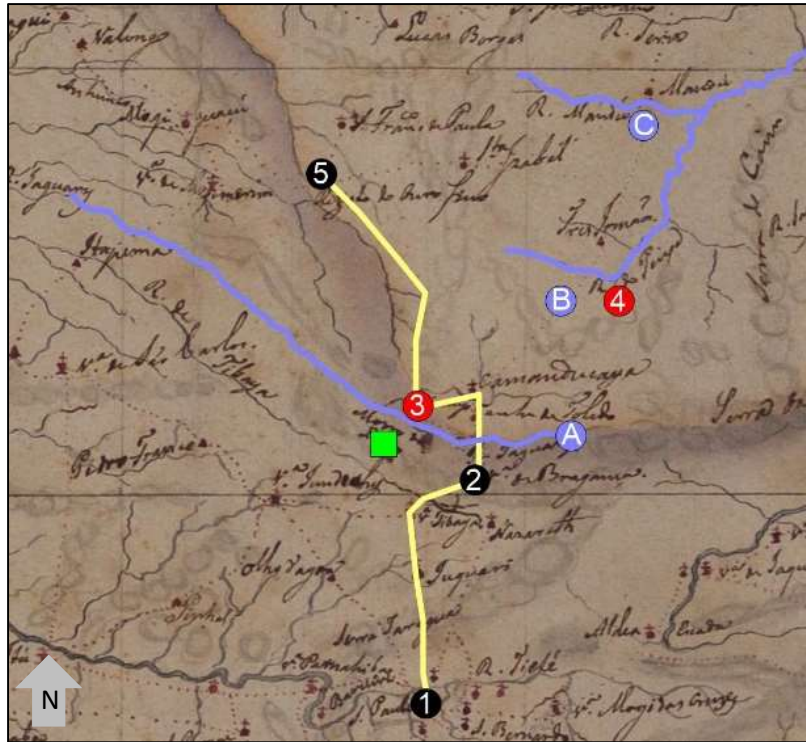


Figura 15: Espacialização da configuração da região do bairro rural do Rio do Peixe no fim do século XVIII, interpretado no Mapa da Companhia de São Paulo em 1817, "ligeiramente copiado do mapa de 1811, do Coronel Almir João Ferreira": 1, Cidade de São Paulo; 2, Vila Nova Bragança; 3, Campanha de Toledo; 4, Bairro Rural do Rio do Peixe; 5, Registro de Ouro Fino. Quadrado verde: Morro do Lopo. Em destaque, em amarelo, o Caminho de Fernão Dias. Em azul: A, rio Jaguary; B, rio do Peixe; C, rio Mandu. Fonte: Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Elaborado pela autora em 2020.

Em consulta à historiografia local e aos dados do IBGE Cidades (2020) pode-se observar que foi construída uma capela, no patrimônio doado à Igreja Católica, por Pedro Silva e Roque de Oliveira Dorta, que doou a imagem de Nossa Senhora do Socorro para a Capela. A data em que foi erguida não é precisa, porém a solicitação para torná-la uma capela curada foi atendida no ano de 1829, transformando o bairro rural em Capela Curada do Bairro do Rio do Peixe, permanecendo nesta condição somente por nove anos. É na data em que a capela passa a ser curada que hoje se comemora o aniversário da cidade. Encontra-se nos registros paroquiais os seguintes dizeres:

Aos nove dias do mês de Agosto de mil oito centos e vinte e nove estra Capella Curada do Rio do Peixe, termo da Villa Nova Bragança do Bispado da Imperial Cidade de S. Paulo, depois de feita a minha visita e benta aditta Cepella pelas facultade a mim concedidas em Virtudes da Provisões a cima Copiadas e Sua Exa Rma. Levantou-se a Pia Batismal na mesma capella, tudo com a decência devida na forma determinada: o que para constar faço este por mim feito e assignado. Capella de Nossa Senhora do Socorro do Rio do Peixe. 09 de Agosto de 1829. (CÚRIA METROPOLITANA DE SÃO PAULO).

Portanto, em 1829, o bairro rural do Rio do Peixe, pertencente ao termo da Vila Nova Bragança, passa a ser Capela Curada de Nossa Senhora do Socorro do Rio do

Peixe. Logo, a Capela Curada de Nossa Senhora do Rio do Peixe é um bairro rural, em um sertão, próximo a áreas de conflitos de fronteira entre São Paulo e Minas Gerais. Nas fontes primárias analisadas, o bairro rural do Rio do peixe passa a ser recenseado pela primeira vez somente em 1832. Nos *Maços de População da Vila Nova Bragança*, estes dados apresentam um total de 1.178 moradores brancos, 525 pardos livres, oito pardos escravos, cinco negros livres e 175 negros escravos, somando 1.891 moradores no bairro rural do Rio do Peixe em 1832 (Tabela 12).

BRANCOS		
Homens	557	1.178
Mulheres	621	
PARDOS LIVRES		
Homens	256	525
Mulheres	269	
PARDOS CATIVOS		
Homens	5	8
Mulheres	3	
NEGROS LIVRES		
Homens	4	5
Mulheres	1	
NEGROS CATIVOS		
Homens	103	175
Mulheres	72	
TOTAL		1.891

Tabela 12: Tabulação dos moradores do bairro rural do Rio do Peixe em 1835. Fonte: *Maços de População da Vila Nova Bragança*, Arquivo Público do Estado de São Paulo.

Dentro desse território, ainda com uma população tímida, em 1839 é elevado o bairro rural do Rio do Peixe à categoria de freguesia, a Freguesia de Nossa Senhora do Rio do Peixe no termo da Vila Nova Bragança, localidade dedicada à produção agropastoril.

2.3.3. Registro de Toledo: mais um marco na divisa entre São Paulo e Minas Gerais

O então registo da Campanha de Toledo, território importante para o fortalecimento do bairro rural do Rio do Peixe, marcava a divisa entre as terras paulistas e mineiras, mais precisamente, entre a Vila Nova Bragança e a Freguesia de Camanducaya, que estava dentro do termo da Vila de Pouso Alegre, na Capitania de Minas Gerais, distante 28 léguas da Vila Nova Bragança (Figura 16).

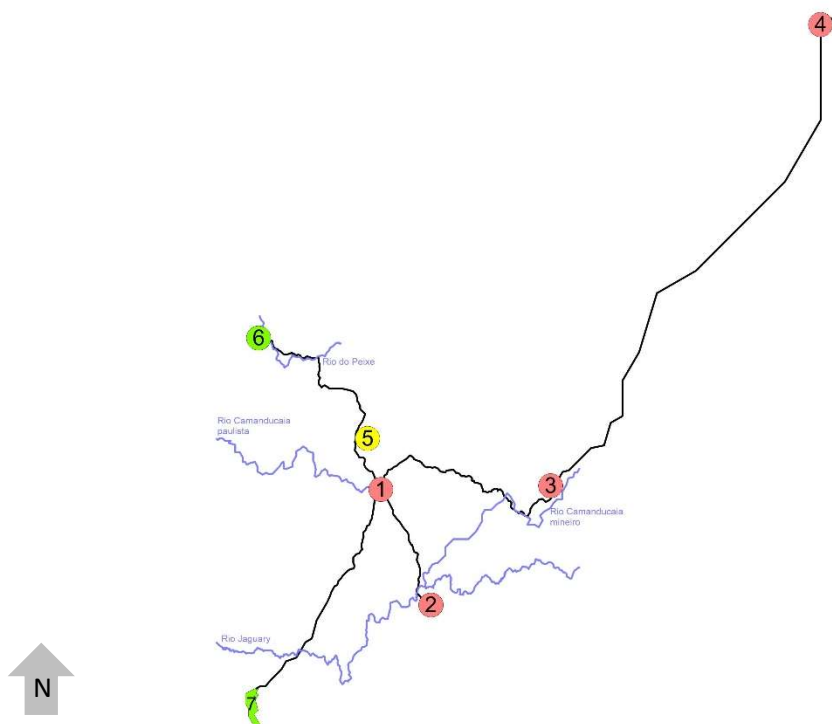


Figura 16: Utilizando como mapa base a Cartografia de 1909, publicada pela Secção Cartográfica da Companhia Lith-Hartmann – Reichenbach, São Paulo e Rio de Janeiro, especialmente as folhas de Bragança e São Bento, escala 1:10000, destacam-se: em vermelho, as povoações mineiras: Toledo (1), Extrema (2), Freguesia de Camanducaia (3), que em 1909 era chamada de Jaguary, Vila de Pouso Alegre (4). Em verde, as povoações paulistas: Socorro (6), Bragança (7). Em amarelo, o Registro de Toledo (4). Destacam-se, também, os rios Jaguary, Camanducaia mineiro, Camanducaia paulista e Rio do Peixe. Em preto, caminhos que conectavam Toledo a outras povoações. Fonte: Arquivo Público do Estado de São Paulo. Elaborado pela autora em 2021.

No Registro da Campanha de Toledo foi construída a Capela de São José de Toledo, sem data precisa. Em 1841, passa a ser uma capela curada. Em 1851, a Capela Curada de São José de Toledo torna-se Distrito de São José de Toledo, pertencente a Camanducaia²⁵.

A formação territorial de Socorro, como já mencionado, divide espaço com a formação territorial da atual cidade de Toledo, no Estado de Minas Gerais. O povoado de Campanha de Toledo fazia parte da região colonizada por Simão de Toledo Piza e, por muito tempo, permaneceu como território de litígio entre as capitânicas de São Paulo e Minas Gerais. Por isso, ficou estabelecido que na margem esquerda do rio Camanducaia, porção sul, ficariam as minas sob jurisdição de São Paulo; pelo lado norte, sob a jurisdição de Minas Gerais:²⁶

²⁵ Somente em 1952 o Distrito de São José de Toledo passou a pertencer ao município de Extrema (MG). Em 1953, é emancipado, tornando-se a Cidade de Toledo.

²⁶ Mais informações em Nunes (2016).

O problema das divisas ficou sem solução durante o reinado de D. João VI, o primeiro governo de D. Pedro I, os 50 anos do segundo reinado de D. Pedro II e os 47 primeiros anos da vida republicana. Em 1936, finalmente os governadores de São Paulo, Armando Sales de Oliveira e de Minas Gerais Benedito Valadares, encerraram a questão: a referência para a divisa passa a ser a Serra da Mantiqueira (NUNES, 2016, p. 54).

Toledo, após a expectativa de exploração do ouro no século XVIII, ficou economicamente vinculada à produção de gêneros diversos em um território com conexões difíceis devido a grandes distâncias e à geografia extremamente montanhosa. Entretanto, desde a segunda metade do século XVIII, a Campanha de Toledo sempre teve papel importante na ocupação do território, garantindo a Minas Gerais “domínio”, atuando como registro. Este fato se comprova nos recortes de mapas em que “Campanha de Toledo”, ou São José do Toledo, ou ainda simplesmente “Toledo” aparecem com frequência, até antes de 1770, quando se encontrou ouro na região.



Figuras 17: Recorte dos primeiros mapas em que foi localizado “Toledo” (Carta Topographica da Capitania de São Paulo e de “Sertão” 1764, Mapa da Companhia de São Paulo em 1817, “ligeiramente copiado do mapa de 1811 e Carta provisória da Comissão Geográfica e Geológica, sem data, chefiada por Orville Derby. A localidade de Toledo aparece sempre próximo à divisa entre as capitanias de Minas Gerais e São Paulo, desde o ano de 1764. Em destaque nos três mapas, em vermelho. Fonte Arquivo Público do Estado de São Paulo e Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

Procurando entender a ocupação e a organização do território, sem limitá-lo ou condicioná-lo a uma fronteira, buscou-se analisar as relações de Campanha de Toledo com as povoações, bairros, vilas e registros ao redor. O Registro de Campanha de Toledo, que não esteve subordinado à Vila Nova Bragança nem na condição de bairro rural, foi um agente impulsionador da ocupação da parte norte do termo da Vila Nova Bragança. Campanha de Toledo, intensificou o papel da Vila Nova Bragança como cabeça de uma micro rede urbana e foi importante ponto estratégico, no que se caracterizava como fronteira entre as Capitanias de São Paulo e Minas Gerais.

O Registro de Campanha de Toledo foi uma linha de divisa para as ocupações dos bairros rurais da Vila Nova Bragança, uma estratégia mineira de ocupação de

território que funcionou para garantir o domínio do território mineiro, como o já mencionado Registro de Extrema, instalado em 1764 (Figura 18).

Ressalta-se que, neste território, há caminhos e rios extremamente importantes para a ocupação e formação dos bairros rurais. Mesmo que o território estivesse em litígio, a ocupação seguia lenta por séculos, criando uma política, teia social e inter-relação com todo o território.

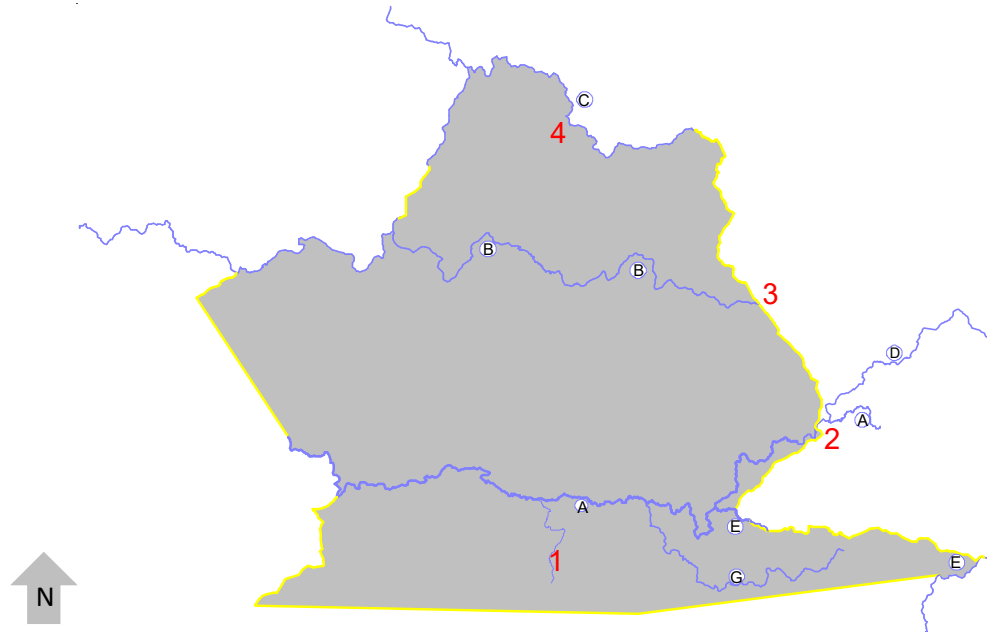


Figura 18: Relação do bairro da Vila (1) com os bairros rurais de Santa Rita de Extrema (2), Campanha de Toledo (3) e Rio do Peixe (4), com o termo da Vila Nova Bragança. A área em destaque é uma hipótese do termo delimitado para a Vila Nova Bragança em 1797, elaborada sob o mapa base da Cartografia de 1909, publicada pela Secção Cartográfica da Companhia Lith-Hartmann – Reichenbach, São Paulo e Rio de Janeiro, Folhas de Atibaia, Jundiaí, Campinas e Bragança. Destacam-se: A, Rio Jaguary, B: Rio Camanducaia paulista, C: rio do Peixe, D: rio Camanducaia mineiro, E: Ribeirão da Extrema, F: rio da Cachoeira, G: rio Jacarey. Fonte: Arquivo Público do Estado de São Paulo. Elaborado pela autora em 2021.

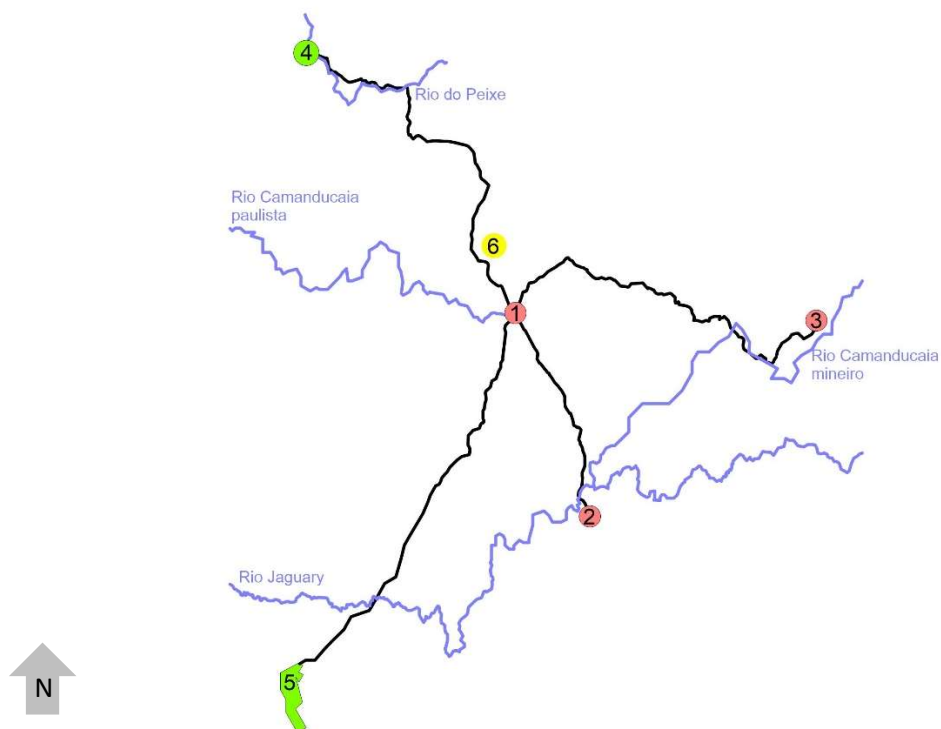


Figura 19: Utilizando como mapa base a Cartografia de 1909, publicada pela Secção Cartográfica da Companhia Lith-Hartmann – Reichenbach, São Paulo e Rio de Janeiro, especialmente as Folhas de Bragança e São Bento, escala 1:10000, para a interpretação do território na primeira metade do século XIX, especificamente os vizinhos diretos de Campanha de Toledo destacam-se: em vermelho, as povoações mineiras: Toledo (1), Extrema (2) e Camanducaia (3), que em 1909 era chamada de Jaguary. Em verde, as povoações paulistas: Socorro (4) e Bragança (5). Em amarelo, o Registro de Toledo (6). Destacam-se também os rios Jaguary, Camanducaia mineiro, Camanducaia paulista e rio do Peixe. Em preto, caminhos que conectavam Toledo a outras povoações. Fonte: Arquivo Público do estado de São Paulo. Elaborado pela autora em 2021.

Em 1825, o café já está estabelecido no Vale do Paraíba e no Vale Fluminense, sul do Rio de Janeiro, próximo à cidade do Rio de Janeiro, apresentando-se como o grande produto gerador da economia; a região bragantina continua inserida na produção agropastoril. Na publicação feita pela Câmara Municipal de Bragança Paulista, em 1998, (Trajetória e Identidades) apresenta-se um balanço da produção de toucinho e milho, informações contabilizadas por Leite (1974), revelando que, em 1827, ainda que a produção de toucinho tenha tido queda de 1.457 arrobas em comparação ao ano de 1822, era um produto ainda produzido. Em contrapartida, o milho teve aumento de 21.903 alqueires no intervalo de cinco anos, entre 1822 a 1827 (Tabela 13).

Produção de Milho e Toucinho em Bragança							
	ANO						
Produto	1798	1803	1805	1815	1818	1822	1827
Toucinho (arrobas)	6.553	9.654	*	13.258	25.915	27.766	26.309
Milho (alqueires)	67.946	77.452	60.559	98.675	144.448	134.543	156.446

Tabela 13: Tabulação da produção de toucinho e milho em Bragança nos anos de 1798, 1803, 1805, 1815, 1818, 1855 e 1827. Fonte: Trajetória e Identidade 1998, p. 75.

Em 1828, a Vila Nova Bragança encontra-se absolutamente inserida na economia agropastoril. A Vila de São João do Atibaya, sua vizinha e da qual se desmembrara, neste momento está interessada em investimentos maiores, visando à inserção na economia do café. A Vila Nova Bragança acompanha esse interesse de forma mais tímida: as primeiras mudas de café foram introduzidas em pouca quantidade; somente por volta de 1830 se iniciaria o plantio do café em maiores quantidades, mudando totalmente o rumo da economia local²⁷.

Portanto, é possível compreender que, a Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Jaguary insere-se na economia agropastoril, como condição estratégica da Coroa, e se consolida com este perfil econômico no seu período de vila entre 1797 e 1830. A Coroa tinha como objetivo o domínio do território e necessidade de produção de alimento para as regiões voltadas para a monocultura. Entende-se, portanto, que a Vila Nova Bragança, assim como outras vilas do território paulista, teve um importante papel de abastecedor na Colônia. A produção agropastoril estimula o crescimento e surgimento de novos *bairros rurais* no território da região bragantina, região esta que se caracteriza por propriedades pequenas e produtores proprietários de um plantel pequeno de escravos, se comparado aos plantéis das principais vilas do quadrilátero do açúcar paulista.

Ainda que a população da região não se caracterize com grandes propriedades e fortunas, é a economia agropastoril que permite a alguns moradores locais acumular posses para em um futuro próximo garantirem propriedades maiores, estarem inseridos em novas economias nacionais e principalmente se tornarem, agentes políticos fazendo de seus interesses prioridades.

²⁷ O Brasil aumentou significativamente a produção de café e se aprimorou nas técnicas de manejo e cultivo. Embora ainda em pequena escala, passou a exportar o produto com mais regularidade. As exportações foram realizadas pela primeira vez em 1779, com 79 arrobas. Somente em 1806 as exportações atingem um volume maior, 80 mil arrobas.



Capítulo 3

Transformações no território bragantino com a economia do café.

Neste capítulo será explorada a economia do café no território paulista e a sua inserção na região bragantina, procurando analisar as transformações na ocupação territorial e como o produto passou a ser o mais cultivado no território no século XIX.

Procuraremos demonstrar que o Estado de São Paulo foi preparado para receber o café, sendo solicitado, primeiramente, um levantamento demográfico pelo Império, seguido de reconhecimento geográfico do território, e um segundo levantamento demográfico no decorrer do século XIX, todos importantes documentos de análise aqui explorados em textos, tabelas e mapas.

Analisaremos também o impacto da “Lei de Terras” nas reconfigurações territorial e econômica da região, procurando contextualizar este tema para compreender quais foram os seus reflexos para a região bragantina. Para a análise desta reconfiguração, as solicitações de registros de terras junto ao Registro de Terras da Província de São Paulo serão utilizadas como documentação primária, assim como a cartografia regional.

Este novo contexto de inserção da cidade de Bragança Paulista na economia do café vai propiciar rearranjos territoriais em que assistiremos a desmembramentos que transformariam as delimitações do município de Bragança.

3.1. A chegada do café e o primeiro levantamento demográfico do século XIX

A introdução do café no Brasil aconteceu por volta de 1727 de forma clandestina, quando o Sargento-Mor Francisco de Mello Palheta trouxe a muda da Guiana Francesa a pedido do governador do Maranhão e Grão-Pará. Chega, inicialmente, na Região Norte, passando para Maranhão, Bahia, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná e Minas Gerais. Com produção inicialmente doméstica, o produto se espalhou rapidamente pelo solo nacional devido ao bom desenvolvimento da planta.

Na Capitania de São Paulo, outros dois produtos tiveram grande importância e antecederam o café em lucratividade: a cana-de-açúcar e o algodão. O açúcar teve um papel influenciador na economia agropastoril na região de Bragança; o algodão foi produzido em pequena escala na região. É o café que, de fato, vai favorecer as transformações da formação do território em estudo.

O café passou, em pouco tempo, de condição secundária para uma produção importante e significativa para a economia paulista. Seu principal produtor era a Guiana Francesa, que entra em crise devido ao longo período de guerra contra a França em busca da independência. Neste momento, a produção da Guiana Francesa perde força, e o Brasil ocupa seu posto. No final do século XVIII, a crise da Guiana Francesa e as condições favoráveis do cultivo de café nos vales do Paraíba e Fluminense mudam o cenário cafeeiro no Brasil (NAGAY, 1999).

Com grandes fazendas de café, o país torna-se o maior produtor e exportador, proporcionando, assim, um acúmulo financeiro. Uma nova elite cafeeira constrói na região dos vales o símbolo da riqueza produzida pelos cafezais, evidenciada nas elegantes mansões dos fazendeiros, que traziam a cultura europeia a teatros, praças e clubes edificadas nos núcleos urbanos, que se tornavam referências no interior paulista.

Ressalta-se que, segundo o historiador Marco Antônio Villa, nesse primeiro momento do cultivo de café, ainda que o Vale do Paraíba estivesse em terras paulistas, a conexão comercial se fazia pelo Rio de Janeiro. Assim, os tributos não se vinculavam à Cidade de São Paulo, fazendo com que a capitania paulista não colhesse frutos financeiros com o café neste primeiro momento. A relação com o porto de Parati e o porto do Rio de Janeiro é incentivada pela Coroa e as questões geográficas do Vale do Paraíba, cujo relevo favorece o transporte via mares por terras cariocas.

Na Figura 20, o recorte da *Carta de L'Aire à Café Du Brésil Central*, na qual o autor destacou em vermelho a área atendida pelos portos do Rio de Janeiro, destaca-se a parte de São Paulo, onde a produção do Vale do Paraíba escoava por terras cariocas.

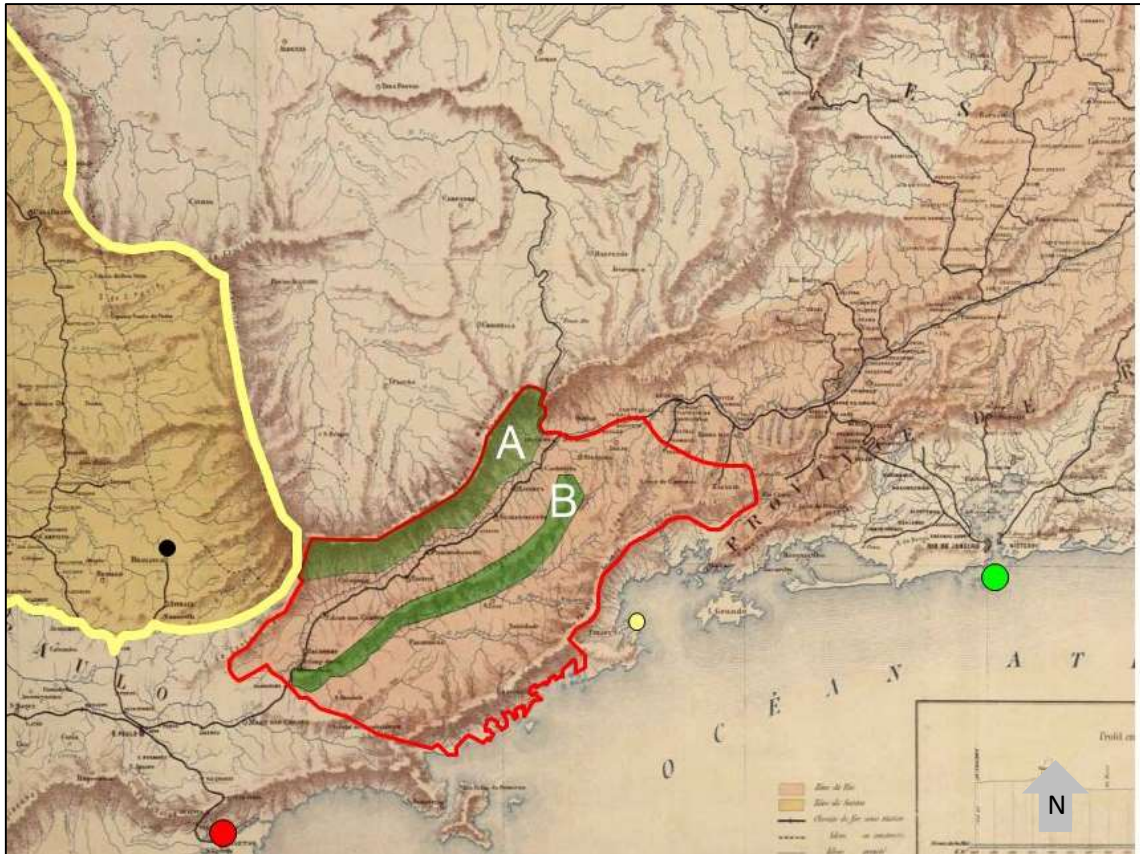


Figura 20: Interpretação da área produtora de café no território paulista, que gerava tributos e escoava sua produção pelos portos do Rio de Janeiro na *Carta de L'Aire à Café Du Brésil Central*. D'après C. F. Van Delden- Laérne. 1884. Círculo vermelho, Porto de Santos; círculo amarelo, Porto de Paraty; círculo verde, Porto do Rio de Janeiro; círculo preto, Bragança. A linha vermelha destaca a área paulista que comercializa o café com o Rio de Janeiro. A: Serra da Mantiqueira e B: Serra Quebra Cansalha, entre o Vale do Paraíba. Linha amarela: terras paulistas que comercializam o café com o porto de Santos. Fonte: Biblioteca Digital Luso Brasileira.

O Vale do Paraíba, o Vale Fluminense e o litoral paulista seguem na produção do café por quase um século, segurando o posto de maiores produtores do produto até um pouco mais da metade do século XIX. O produto colhido na região é reconhecido internacionalmente pela qualidade, e o mercado externo ganha força após baratear e popularizar o consumo do produto, atraindo o interesse de mais produtores, principalmente paulistas. Diante deste cenário, a região bragantina se interessa cada vez mais pela produção do chamado “ouro verde”, atraída pelo lucro e posses dos Barões do café dos vales Fluminense e Paraíba.

A Região Bragantina, no final da primeira metade do século XIX, tem terras, espaço, recursos, uma elite interessada na sua produção e incentivos suficientes para integrar-se no novo investimento. Vale ressaltar que, na primeira metade do século XIX, importantes acontecimentos nacionais com repercussão internacional dariam novo contorno e colorido para a segunda metade do século. Neste período, a Região

Bragantina vê seus bairros rurais se transformarem em fazendas produtoras de café, sem deixar de produzir os gêneros agropastoris.

Após o fortalecimento da economia agropastoril e o início da inserção da Região Bragantina no cultivo do café, a partir de 1830, a Vila de Bragança²⁸ torna-se cabeça de uma microrrede urbana. O centro urbano apresenta-se como um nó nesta microrrede urbana, interligando as diversas vilas e freguesias por meio de caminhos, ao longo dos quais se encontravam distribuídos bairros rurais, capelas e uma vida social interdependente. Andrade (2013, p. 124) esclarece que, na configuração da rede urbana:

[...] o elemento da conexão é o caminho. Os nós são as formações urbanas e a malha que os liga constituem a base física, onde a rede se processa. A sua existência simplesmente não redundava na rede, visto que esta só se realiza mediante o estabelecimento de fluxos, mas também não é possível pensar em uma rede sem linhas de conexão.

Foram os fluxos marcados pelas linhas de conexão que transformaram Bragança Paulista num centro, ou seja, o nó desta rede urbana regional.

3.1.1. Primeiro recenseamento do século XIX para a Vila Bragança

Dados históricos demográficos são importantes ferramentas de pesquisa para analisar a ocupação de territórios. Os *Maços de População* aqui analisados foram produzidos até 1830. Para compreender o movimento demográfico na região bragantina no século XIX, a partir de 1830, utilizou-se o *Ensaio d'um quadro estatístico da Província de S. Paulo*, publicado em 1838, quando a população de Vila de Bragança foi recenseada e registrou 11.618 habitantes e 969 fogos. Todavia, esta somatória se refere ao Distrito da Vila, que corresponde à antiga Freguesia da Vila, não tendo sido contabilizada a população de outros dois distritos.²⁹

Este ensaio foi organizado por Daniel Pedro Müller, entre os anos de 1835 e 1837. Segundo Bassanesi e Bacellar (2002), reveste-se de uma importância especial por ser o primeiro levantamento populacional publicado para São Paulo no século XIX e o único para a primeira metade deste século.

Os dados censitários da população da Província de São Paulo, até a data de publicação do ensaio, restringiam-se aos levantamentos realizados pelas Companhias

²⁸ Na documentação primária consultada, a partir de 1830 a vila é chamada de Vila de Bragança, e não mais Vila Nova Bragança.

²⁹ No Império, do ponto de vista político-administrativo, as vilas passam a ser divididas em distritos, e não mais em freguesias. Na divisão eclesiástica do território, a freguesia continua a existir.

de Ordenanças (1765-1831), posteriormente também realizados pelo Juízo Municipal distrital (1831-1850). Estes recenseamentos estão arquivados, atualmente, no Apesp, os chamados *Maços de População*. Não publicados na época, sua sistematização sempre foi muito difícil, entre outros motivos, pelo estado de conservação dos originais. Mesmo assim, trazem dados essenciais para a análise demográfica de São Paulo no período, tendo sido sistematicamente utilizados pelos historiadores, assim como neste estudo.

O recenseamento de Daniel Pedro Müller, publicado em 1838, registrou a população das cidades e vilas da Província de São Paulo, apresentando diversas classificações: quanto à divisão por faixa etária, à classificação por estado civil e à “Discriminação por Classes”. Esta classificou a população dos municípios, das freguesias e capelas curadas nas seguintes categorias: brancos, índios, pardos livres, pardos cativos, pretos crioulos livres, pretos crioulos cativos, pretos africanos livres e pretos africanos cativos, todas segundo o sexo. Para Bragança, o recenseamento apresenta os seguintes dados: 3.582 brancos (homens) e 3.580 (mulheres); 815 (homens) e 862 (mulheres) pardos livres; 213 (homens) e 217 (mulheres) pardos cativos; 26 (homens) e 27 (mulheres) pretos crioulos livres; 664 (homens) e 519 (mulheres) pretos crioulos cativos; três (homens) e quatro (mulheres) pretos africanos livres; 687 (homens) e 419 (mulheres) pretos africanos cativos (Tabela 14).

População da Vila de Bragança em 1838			
	Homens	Mulheres	Total
Branco	3.582	3.580	7.162
Índios	X	X	X
Pardos Livres	815	862	1.677
Pardos Captivos	213	217	430
Pretos crioulos			
Livres	26	27	53
Captivos	664	519	1.183
Pretos Africanos			
Livres	3	4	7
Captivos	687	419	1.106
Total	5.990	5.628	11.618

Tabela 14: Dados demográficos para a Vila de Bragança no *Ensaio d'um quadro estatístico da Província de S. Paulo*, de Daniel Pedro Müller, 1838. Fonte: Müller (1938, pp. 159-1960).

Para Bassanesi e Bacellar (2002, pp. 119-123), o levantamento estatístico da Província de São Paulo de 1838 “[...] contém erros e lacunas, o que exige do estudioso muita cautela no seu manuseio e análise”. Visando a dirimir algumas destas lacunas, os autores realizaram as somas das tabelas desse recenseamento e compararam com as informações do projeto desenvolvido pelo Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas

(Ipea), denominado “Levantamento, digitação e publicação das Listas Nominativas de Habitantes da Capitania e da Província de São Paulo”. Este levantamento refere-se a seis municípios: Guaratinguetá, Bragança, Jundiaí, São Carlos (atual Campinas), Cananeia e Itanhaém, quando puderam identificar uma série de erros de agregação e/ou transcrição dos números.

O estudo Bassanesi e Bacellar (2002) apresenta um quadro denominado “Comparação entre o total da população de sete municípios do *Ensaio* de 1838 e do levantamento Ipea segundo sexo e condição social”, no qual constam os seguintes dados para o Município de Bragança: o *Ensaio...* de Pedro Muller, de 1838, registrava uma população total de 11.618 habitantes, dos quais 9.250 livres e 2.638 escravos. O levantamento do Ipea registra, para o mesmo período, um total de 3.627 habitantes, dos quais 1.585 livres e 2.042 escravos. De acordo com os autores, estas discrepâncias se explicam, entre outros motivos, no caso da Vila de Bragança, pelo desaparecimento de 16 quarteirões, de um total de 49 (BASSANESI; BACELLAR, 2002).

Considera-se, aqui, que tal discrepância também revela que as análises historiográficas sobre a formação territorial da Vila de Bragança ainda não esclareceram a formação histórica de seus bairros, muitos deles rurais, de suas capelas, freguesias e seus respectivos territórios de abrangência em diversos momentos históricos. É o que se busca realizar nesta tese.

Na análise dos *Maços de População de 1836*, para a Vila de Bragança constam 25 quarteirões, todavia não é possível identificar os nomes dos bairros recenseados devido ao estado de conservação das folhas, mas é possível contabilizar que estes 25 quarteirões correspondiam a 10 bairros pelas informações que se encontram no final do recenseamento. Então, é possível supor que a população revelada na publicação de 1838 para a Vila de Bragança, lembrando que os dados foram coletados entre 1835-1837, é similar ou próxima ao quantitativo da população recenseada em 1836 nos *Maços de População*. Todavia, segundo o *Ensaio...* de 1838, em relação à divisão dos Distritos de Paz, Bragança se dividia em três distritos: o 1º Distrito da Vila, com 24 quarteirões; o 2º Distrito, da Freguesia de Socorro, com 15 quarteirões; o 3º Distrito, da Freguesia de Amparo, com 10 quarteirões, totalizando 49 quarteirões mencionados (MULLER, 1838).

O *Ensaio...* de 1838 permite esclarecer a abrangência territorial da Vila de Bragança que, segundo a Divisão Eclesiástica do Bispado, estava dividida em três freguesias: a Freguesia da Villa e as relativas às Capelas Curadas de Nossa Senhora do Amparo e de Nossa Senhora do Rio do Peixe de Socorro (atual Socorro). Esta

extensão territorial também pode ser analisada pela descrição das freguesias de outros municípios vizinhos, pela divisão eclesiástica dos mesmos: o Município de Atibaia, dividido nas Freguesias da Villa, de Nazaré e de Santo Antônio e a Capela Curada de Campo Largo; o Município de Jundiáhy, dividido nas Freguesias da Vila e de Nossa Senhora do Belém; o Município de Jacuhy, na Província de Minas Gerais, pertencente ao Bispado de São Paulo; a Freguesia de Camanducaia, também na Província de Minas Gerais e pertencente ao Bispado de São Paulo, fazia fronteira com a Vila de Bragança na sua parte nordeste (MULLER, 1838).

O registro no *Ensaio...* de 1838 referente às distâncias entre o centro da Vila de Bragança e as demais freguesias esclarece também aspectos da abrangência territorial da vila, pois menciona as freguesias confrontantes: a Freguesia de Amparo, a noroeste, ficava a sete léguas de distância; a Freguesia de Socorro, a nordeste, a nove léguas. A Vila de Bragança confinava com os distritos das vilas de Atibaia, Mogi Mirim e São Carlos (Campinas), na Província de São Paulo, e com o distrito de Camanducaia na Província de Minas Gerais. As distâncias entre o centro da Vila de Bragança e as populações limítrofes eram: até Atibaia três léguas; até Mogi Mirim, 10 léguas; até São Carlos (Campinas), nove léguas; até Santa Rita, na Província de Minas Gerais, oito léguas. As distâncias em que ficavam seus limites, considerando os percursos nas estradas que saíam do centro da vila, eram: na estrada para Atibaia, uma légua; para Mogi Mirim, oito léguas; para Campinas, quatro léguas; para Santa Rita, oito léguas até Camanducaia (MULLER, 1838).

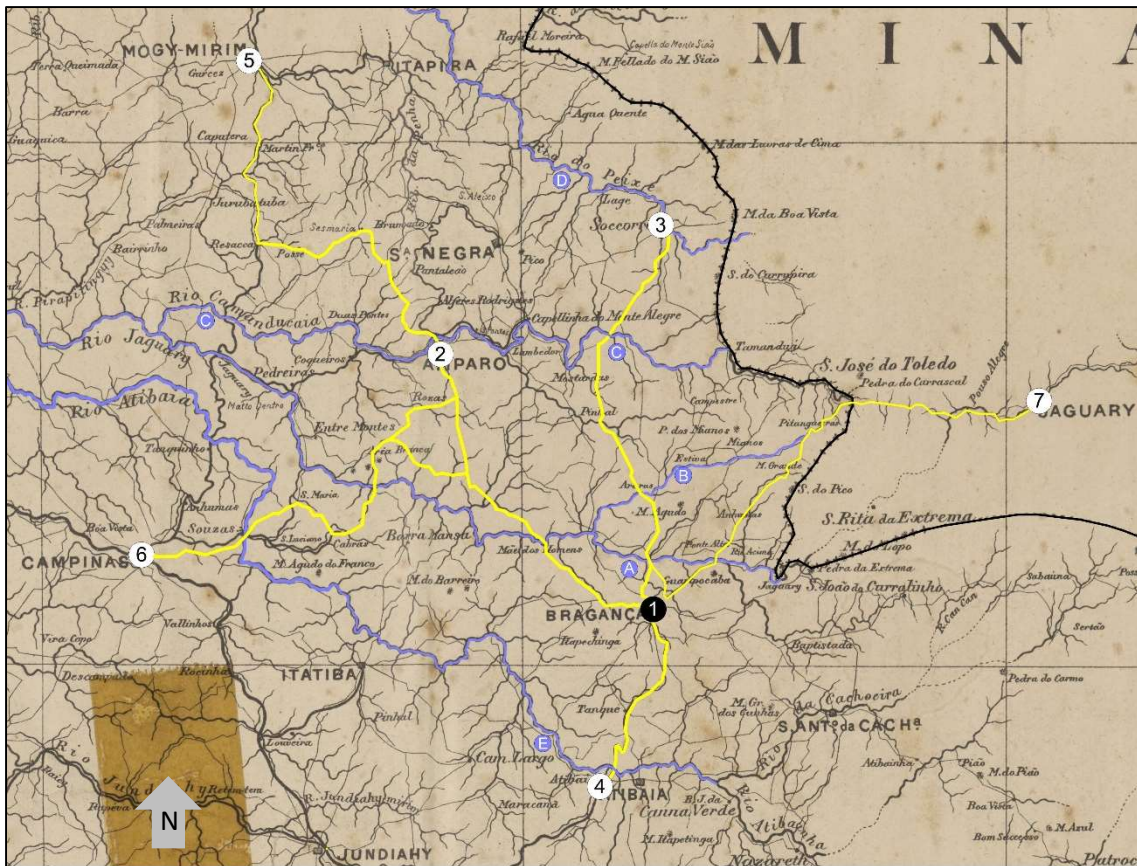


Figura 21: Caminhos e distâncias mencionados no *Ensaio de 1838*, destacados na “Carta provisória dos trabalhos effectuados na escala 1:600.000”. Comissão Geographica e Geológica de São Paulo. Orville A. Derby, Chefe, publicada pela Secção Cartográfica da Companhia Lith- Hartmann-Reichenbach, São Paulo e Rio de Janeiro, s/d. Em amarelo, os caminhos; em azul, os rios: Jaguary (A), Camanducaia mineiro (B), Camanducaia paulista (C), Rio do Peixe (D) e Rio Atibaia (E); em preto, a divisa entre São Paulo e Minas Gerais, as vilas e freguesias: Bragança (1), Amparo (2), Socorro (3), Atibaia (4), Mogi Mirim (5), São Carlos (Campinas) (6) e Camanducaia (7). Fonte: Arquivo Público do Estado de São Paulo. Disponível em: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/repositorio_digital/macos_populacao Acesso em 12 fev. 2020.

Quanto à economia da Vila de Bragança, o *Ensaio...* registrava que o distrito era fértil e que ali se plantava café e outros mantimentos, criavam-se porcos e gado, principalmente vacum. Também registrava que, no distrito, não existiam terrenos devolutos. A produção contabilizada foi de: 2.400 arrobas de café; 640 canadas de aguardente; 3.848 alqueires de arroz; 8.100 alqueires de feijão; 200 mil alqueires de milho; 1.760 arrobas de algodão em rama; 6.748 porcos; gado cavalari com 70 animais; gado muar com 85 animais; gado vacum com 600 animais; 1.700 alqueires de farinha de milho, totalizando um valor de \$15400 (MULLER, 1838).

O *Ensaio...* registrava ainda, para a Vila de Bragança, a existência de 17 fazendas de criar e 10 fazendas de café, produzindo cerca de 2.400 arrobas (MULLER, 1838). O *Ensaio...* não faz referência à produção de milho, arroz, feijão, aguardente e algodão, revelando o interesse em registrar as grandes propriedades, uma vez que,

como relatado, a economia local era marcada pela participação de inúmeros pequenos produtores rurais distribuídos nos bairros rurais.

O cenário estabelecido na Região Bragantina no final da primeira metade do século XIX revela a existência de bairros rurais se consolidando e iniciando investimentos na produção cafeeira após um acúmulo gerado pela economia agropastoril. Entre os 14 bairros rurais recenseados nos *Maços de População*, na primeira metade do século XIX, que estavam dentro do termo da Vila Nova Bragança, dois foram elevados à Freguesia, subordinados à Vila Nova Bragança: a Freguesia de Nossa Senhora do Amparo e a Freguesia de Nossa Senhora do Rio do Peixe, ambas localizadas na região limítrofe do termo. Na parte nordeste do termo delimitado para a Vila Nova Bragança, também encontravam-se dois registros no território mineiro: o Registro de Santa Rita de Extrema e o Registro de Campanha de Toledo (Figura 22).

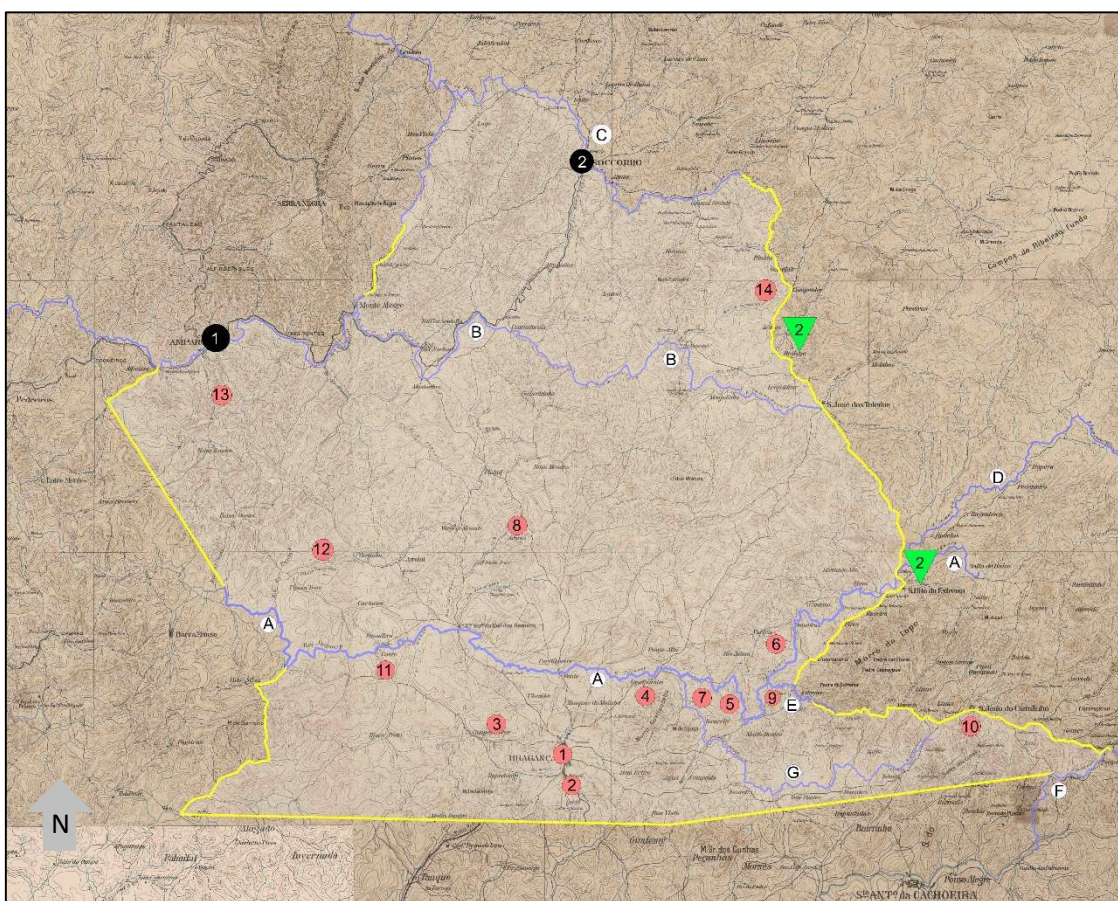


Figura 22: Bairros recenseados na Vila Nova Bragança até o final da primeira metade do século XIX, destacados em recorte da Cartografia de 1909, mapa elaborado e publicado pela Seção Cartográfica da Companhia Lith-Hartmann – Reichenbach, São Paulo e Rio de Janeiro, folhas de Atibaia, Jundiá, Campinas e Bragança. Em vermelho, os bairros que constam nos *Maços de População*: o bairro da Freguesia (1) e os bairros rurais do Canivete (2), Campo Novo (3), Guaripocaba (4) e Jacarey (5), Anhumas (6), Rio Abaixo (7), Araraz (8), Lopo (9), Curralinho (10), Couto (11), Pântano (12), Cascalho (13). Campanha (14). Em preto, as freguesias dentro do termo da Vila Nova Bragança: 1 Amparo, 2 Socorro. Triângulos verdes demarcam os registros 1, Extrema e 2, Toledo. Em destaque, em azul, o Rio Jaguarý (A), o rio Camanducaia paulista (B), rio do Peixe (C), rio Camanducaia mineiro (D), Ribeirão Extrema (E), rio da Cachoeira (F) e rio

Jacarey (G). Na mancha branca, a hipótese de delimitação do Termo da Vila Nova Bragança em 1797. Fonte: Arquivo Público do Estado de São Paulo.

3.2. Lei de Terras no Brasil, levantamento geográfico e demográfico na região bragantina

A questão agrária no Brasil, remonta um longo processo histórico que assinala o problema da concentração de terras nas mãos de uma minoria no Brasil. O Império coloca em prática um dos mais importantes marcos deste processo quando estabelece a Lei de Terras de 1850, que surgiu em uma época de intensas transformações sociais e políticas.

A Lei de Terras de 1850, define as competências da Repartição Geral das Terras Públicas e estabelece que todos os possuidores de terras, qualquer que fosse o título de propriedade ou posse, seriam obrigados a fazer o registro de suas terras nos prazos marcados por Regulamento específico. Os juizes detinham poderes para legitimação, demarcações e medições das terras. Os presidentes das províncias, responsáveis por nomear funcionários, aprovar ou reprovam medições, concediam títulos de propriedades, indicavam funcionários para que lhes fossem encaminhados documentos requerendo as demarcações. Suas decisões eram pautadas, principalmente, nas informações trazidas por estes funcionários por meio da mesa presidencial (DAMETTO, 2019).

Na segunda metade do século XIX, era impossível ter certeza sobre os limites das propriedades. Não havia como saber de forma precisa onde iniciavam e onde terminavam as terras registradas, no entanto, é assim que se inicia o processo de registro de propriedade privada das terras brasileiras no Império.

Em 1842, de acordo com Podeleski (2009), o Governo Imperial solicita à Seção dos Negócios do Império do Conselho de Estado uma proposta de reformulação sobre as Concessões de Sesmarias e Colonização a fim de tornar a proposta uma legislação a vigorar no Estado Nacional. O Conselho de Estado Pleno tinha um papel de mediador entre o Imperador e os governos das Províncias, buscando resolução de conflitos que poderiam interferir no desenvolvimento do Estado-Nação. Na Ata de reunião do Conselho de Estado Pleno de 1 de setembro de 1842, os conselheiros apresentam a aceitação da ordenação do Governo Imperial para o devido exame da legislação das Sesmarias e Colonização estrangeira.

Diversas discussões foram realizadas para se obter alterações no projeto jurídico até então vigente. Aprovou-se, inicialmente, oferecer o registro de posse de terras para aqueles que não as tinham, comprovando serem terras produtivas e mediante pagamento de taxas. Esta posse se valia principalmente da cultura existente na área,

pois as partes sem cultura, teoricamente, deveriam ser devolvidas para a Corte, as chamadas terras devolutas. Até 1850, a posse era a ferramenta de dominação da terra (PODELESKI, 2009).

Ao tratar da Lei de Terras de 1850, Carvalho (1981, p. 82) escreve que a política de terras do Império muito pouco saiu da ordem legislativa, visto que, “[...] sistematicamente foi sabotada e bloqueada ao nível da implementação”. Uma das razões que justifica esta explicação é que a Lei foi elaborada e executada por um grupo de pessoas intimamente ligado ao problema da terra e à sua ocupação: sesmeiros e grandes posseiros, tradicionalmente identificados como senhores e possuidores de áreas agrícolas.

Outro interesse evidente na implementação da Lei de Terras é o objetivo de regularizar a questão da propriedade fundiária, dificultar o acesso fácil à terra para, mediante a extinção do tráfico negreiro, que estava sendo intensamente discutida, garantir a mão de obra necessária ao funcionamento das fazendas, especialmente nas áreas onde se desenvolvia a cafeicultura. Como se pode verificar, todos estes fatores beneficiavam, intensamente, os senhores e possuidores de terras que dominavam o cenário político e econômico do Brasil Imperial.

Em 18 de setembro de 1850, no Brasil Império, é sancionada a Lei de Terras, também conhecida como Lei de Terras de 1850, sobre terras devolutas, sesmarias e posses. Os principais pontos da Lei são apresentados por Podoleski (2009):

- as terras devolutas passaram, então, a ser aquelas que não estariam aplicadas a algum uso público nacional, provincial ou municipal. As que não tinham título que as legitimasse pelas condições de medição, confirmação e cultura e aquelas que não se achavam ocupadas por posses foram legitimadas por esta Lei;
- o governo reservaria parte das terras devolutas para colonização dos indígenas, para fundações de povoações, abertura de estradas, construção naval e outras que julgasse necessário; a venda, preferencialmente para os possuidores de terra com cultura e criação, contanto que tivessem meio de aproveitá-las;
- a terra não medida no prazo perderia seu título de posse e o possuidor ficaria sem a posse de toda a terra inculta que antes estava sob seu poder;
- o Governo determinaria o prazo para a “legalização” das terras, podendo as províncias prorrogá-lo;
- o princípio de cultura não era considerado para os simples roçados, derrubadas ou queima de matos era necessária a comprovação da permanência;

- as terras que tivessem posse mansa e pacífica, achando-se cultivadas ou com princípio de cultura e moradia seriam legitimadas;
- fixou-se a proibição de terras devolutas por qualquer outro título que não fosse de compra, aplicando-se punição de multa para os que se apossassem de terras devolutas ou de alheios;
- o governo, à custa do Tesouro, ficara autorizado a mandar vir, anualmente, certo número de colonos livres, para serem empregados em estabelecimentos agrícolas ou na Administração Pública;
- o governo deveria criar a Repartição Geral de Terras Públicas, que seria encarregada de toda a legalização da terra devoluta, podendo aplicar prisão de até três meses e multas nos Regulamentos da Lei;
- e, por fim, anulava todas as disposições em contrário à Lei.

Em 30 de janeiro de 1854, através do Decreto 1318, é autorizado o Regulamento para execução da Lei de 601 de 18 de setembro de 1850, cujo principal aspecto era a regularização das terras, por meio do registro de todos os possuidores. Como as paróquias eram as “Instituições” mais presentes nas distintas extensões territoriais, ficaram encarregadas de receber as declarações de terras dos proprietários e, posteriormente, encaminhá-las aos órgãos criados pelo Governo Central (PODELESKI, 2009):

Estes registros – os chamados Registros Paroquiais de Terra – tornaram-se obrigatórios para “todos os possuidores de terras, qualquer que seja o título de sua propriedade ou posse”. Eram os vigários de cada freguesia os encarregados de receber as declarações para o registro de terras. Cada declaração deveria ter duas cópias iguais, contendo: “o nome do possuidor, designação da Freguesia em que estão situadas; o nome particular da situação, se o tiver; sua extensão, se for conhecida; e seus limites. (MOTTA, 1998, p. 161).

Sabe-se que essa parte da história do Brasil é complexa e traz à tona questões e controvérsias ainda não resolvidas sobre a Lei de Terras de 1850, seus fundamentos, execução e realizações. Não é objetivo deste trabalho discuti-la, mas inseri-la no momento em que foi aplicada na Região Bragantina, compreendendo que a Lei de Terras redesenhou as posses, possibilitando maiores acúmulos e ampliação de terras agrárias para algumas famílias da Região Bragantina.

Durante o Império, o governo discutia intensamente as questões agrárias e escravocratas, período no qual ocorreram intensas transformações sociais e políticas. Duas semanas antes da aprovação da Lei de Terras, que se daria em 1850 e viria a ser executada em 1854, o Governo Imperial criminalizou o tráfico negreiro no Brasil por

meio da aprovação da Lei Euzébio de Queiroz, no dia 4 de setembro de 1850. Para Nozoe (2005), estas leis estavam intimamente ligadas, pois o fim do tráfico de escravos seria substituído por ações que incentivavam a utilização da mão de obra assalariada dos imigrantes europeus, abrindo um novo cenário nacional.

Para Prado Junior (2012), o século XIX foi um importante período para a expansão cafeeira. Ainda que houvesse a necessidade da mão de obra e de trabalhadores capacitados, o café obteve um crescimento exponencial, acarretando prosperidade e ganho de terras.

Como mencionado, foi dada para as paróquias a responsabilidade de registrar as terras dos moradores de suas localidades, visto que havia grande quantidade de paróquias distribuídas no território nacional, lembrando que, no Período Colonial, a Igreja Católica era responsável pelos registros civis³⁰. A partir desses registros foram elaborados os “Registros Paroquiais de Terras da Província de São Paulo”, subdivididos por municípios.

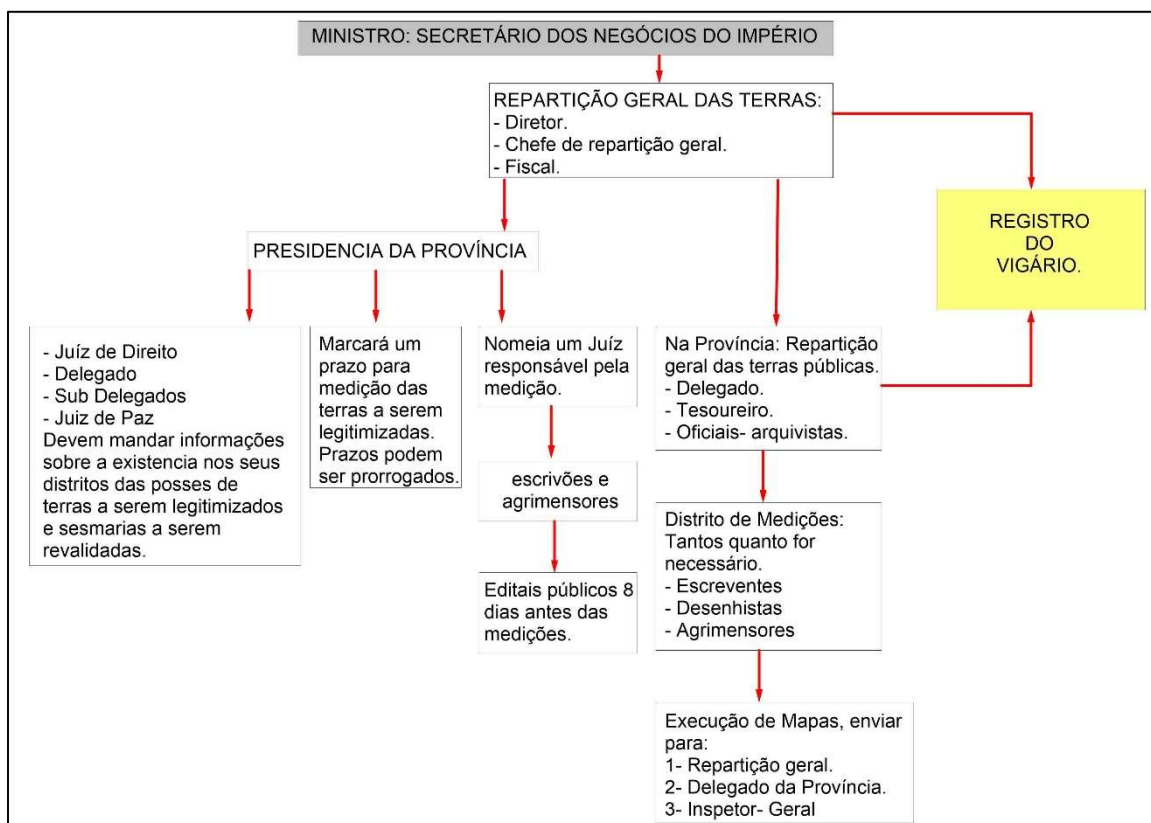


Figura 23: Organograma de funcionamento para a implementação da conferência e geração de registro de terras. Fonte: Silva (1996, p. 179).

³⁰ O registro civil no Brasil foi criado de maneira formal e generalizada com o Decreto 5 604 de 25 de abril de 1874, cujo artifice principal foi o então deputado geral do Império do Brasil, João Alfredo Correia de Oliveira.

O Registro Paroquial de Terras, segundo a Lei de Terras, ocorreria na Região Bragantina após o decreto nacional de 1854³¹, seguindo os moldes mencionados acima.

3.2.1. Reconhecimento geográfico da região bragantina feito por Carlos Rath

Diante da necessidade de conhecer o território paulista para alavancá-lo economicamente, o Império solicita a elaboração do levantamento geográfico das terras paulistas. O intuito que motivou esse levantamento foi, principalmente, obter conhecimento do potencial paulista para a expansão da produção cafeeira. Para a região de Bragança, esse levantamento foi executado por José Carlos Frederico Rath.

Rath (1854) faz um levantamento topográfico da Vila Nova Bragança como parte de um estudo para a confecção da cartografia para a Província de São Paulo, por solicitação do Presidente da Província, Josino Nascimento e Silva. Neste levantamento ele descreve os municípios da 5.^a Comarca de São Paulo, que naquela data eram as Vilas Nova Bragança, Atibaia e Nazaré.

Na descrição sobre a Vila Nova Bragança³², o autor (1854) registrou aspectos da sua conformação geográfica, aspectos de sua economia e identificou as diversas povoações ali existentes, com suas populações e com a localização das mesmas em relação aos rios, morros e distâncias entre elas. Na descrição da geografia local, comentava que o terreno era montanhoso, com vários morros, como o Tapitinga, o Guaripoaba, o Anhumas, a Serra das Araras e o Morro do Lopo. Sobre o Morro do Lopo, Carlos Rath o descreve como parte da Serra da Mantiqueira fazendo divisa entre a Província de São Paulo e a Província de Minas Gerais, esclarecendo que se estendia nas direções nordeste e norte, com “[...] 4,900 pés de altitude sobre o nível do mar e 1,920 pés sobre o nível do rio Jaguari”, que corre nos pés dele:

Esta Serra do Lopo é um braço adiantado da Serra da Mantiqueira, que faz neste lugar um ângulo, um braço que corre para o norte e nordeste, o outro braço corre para leste e depois sudoeste.... No pé dessa montanha a oeste se acha a estrada para a vila Camanducaia ou Jaguari, da Província de Minas e com esta os limites da Província de São Paulo. Lá se acha o registro chamado também Jaguari onde se cobram os direitos de entrada e saída dos diversos gêneros que passam duma província para outra (RATH, 1854).

O autor registrava a topografia e demais condições geológicas do território de Vila de Bragança a partir das estradas locais. A estrada de Atibaia para Bragança,

³¹ Decreto 1.318, de 30 de Janeiro de 1854. Manda executar a Lei nº 601, de 18 de Setembro de 1850.

³² Em 20 de abril de 1856, passa a denominar-se Bragança.

segundo ele, era péssima, não só devido aos terrenos montanhosos como pelos lugares barrocos e pantanosos. A estrada para a Freguesia de Nossa Senhora do Socorro passava pela ponte do rio Jaguari, atravessava uma légua sobre morros, depois percorria a planície dos Pinheiros, seguia para as serras e vales dos rios das Araras, do ribeirão Rosa Mendes, do rio Camanducaia até chegar em Socorro. De acordo com o Rath (1854), era uma estrada muito procurada pelos tropeiros, que a consideravam o caminho mais direto para Ouro Fino, se comparado ao caminho pelo rio Camanducaia. A estrada para Campinas e Amparo passava por lugares muito montanhosos, assim como as comunicações para o bairro rural de Santo Antônio (pertencente à Vila de Nazaré) pela estrada da Camanducaia para o bairro rural de Mostarda e para o bairro rural de Campanha de Toledo (RATH, 1854). (Figura 24).

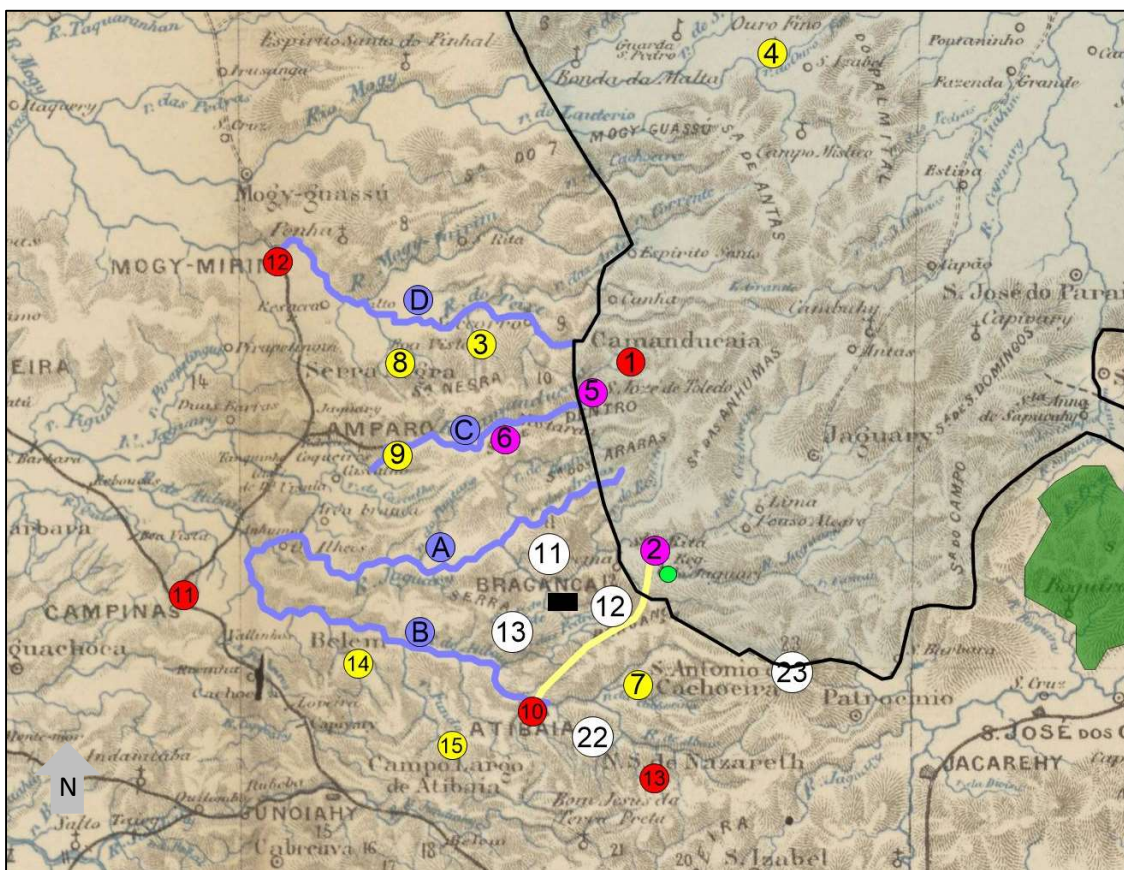


Figura 24: Descrição da Região de Bragança em 1854 por Carlos Rath; anotada na *Carta da Província de São Paulo* de Carlos Rath, publicada em 1877. A Vila de Bragança está marcada com retângulo preto. Outras vilas, em vermelho: Camanducaia (1), Atibaia (10), Campinas (11), Mogi Mirim (12) e Nazaré (13). Em amarelo, as freguesias: Nossa Senhora do Socorro (3), Ouro Fino (4), Santo Antônio da Cachoeira (7), Serra Negra (8), Nossa Senhora do Amparo (9), Nossa Senhora do Belém (14) e Campo Largo (15). Em magenta, os bairros: Santa Rita (2), São José do Toledo (5) e Mostardas (6). Pontuado em verde, o Registro de Jaguary. Em branco, as serras e morros: Serra do Anhumas (11), Serra do Guaripocaba (12), Morro Tapijunga (13), Morro Itapitinga (22) e Morro do Lopo (23). Em azul, os rios Jaguari (A), Atibaia (B), Camanducaia (C) e Rio do Peixe (D). A linha preta indica a divisa entre São Paulo e Minas Gerais. Destaque em verde para a Serra da Mantiqueira. Fonte: Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.

Sobre a Freguesia de Socorro, Carlos Rath registrou que sua sede estava a 3.015 pés de altitude sobre o nível do mar, situada nas margens do Rio do Peixe. Sua

economia consistia, unicamente, em engordar porcos e na cultura de café. A estrada que saía de Socorro e ia para Minas Gerais era muito ruim, segundo o autor, e para alcançar a povoação da Serra Negra havia muitas voltas.

Conforme Rath (1854), na Freguesia de Socorro existiam dois bairros, o Bairro de Campanha de Toledo e o Bairro da Mostrada, para os quais faz uma pequena descrição, como mencionado a seguir.

O Bairro da Campanha de Toledo se situava nas margens e nas cabeceiras do Ribeirão das Araras, a quatro léguas a nordeste de Vila de Bragança. Pelo seu lado sul se estendia uma cordilheira de 500 pés de altura, a Serra das Araras. Na descrição da localidade de Toledo do fica evidenciado o aspecto rural do bairro: “[...] algumas 20 casas espalhadas ornaram os campos e margens do ribeirão que vem do nordeste marchando para sudeste”. Ali se criavam animais vacum e cavalari (RATH, 1854).

O Bairro da Mostarda estava situado nas margens do rio Camanducaia do lado esquerdo a três léguas, acima da Freguesia de Amparo e quatro de légua e meia da Vila de Bragança. Ali se cultivavam milho, feijão e, “mais recentemente,” se plantava café, criavam-se porcos e algum gado; as casas deste bairro também eram “espalhadas” e “consistem em uma rua” (RATH, 1854).

Sobre a Freguesia de Amparo, registrava a existência de duas povoações, a da freguesia e outra, denominada Feixo. Na povoação da freguesia havia criação de porcos, cultura de mantimentos e “[...] no último tempo de café o que já tem 4,000 pés plantados [...]. Cada pé resulta uma colheita de 50,000 arrobas” (RATH, 1854).

A freguesia estava “colada na fralda de um morrinho comprido”, na margem esquerda do rio Camanducaia, sobre o qual passavam três pontes de madeira: uma pertencente à estrada que ia para a Vila de Mogi Mirim; a outra para a Freguesia de Serra Negra e o Bairro da Mostarda; a terceira passava por um pasto e olarias. O autor registrava ainda a existência de dois morros “mais distantes da freguesia” do lado direito de um lugar, uma “povoação”, denominado Feixo, onde corria o rio Camanducaia (RATH, 1854).

Em 1854, com a solicitação do levantamento geográfico da província, é organizado o início de um novo levantamento populacional, algo urgente, pois os *Maços de População*, ainda que apresentassem todas as suas fragilidades, não eram produzidos desde 1831. Houve municípios que tiveram o recenseamento continuado para os anos entre 1831 e 1850, responsabilidade do Juízo Municipal distrital. Não foi o caso de Bragança, que ficou mais de 20 anos sem coleta de dados populacionais.

3.2.2. Segundo levantamento demográfico paulista do século XIX

O segundo levantamento estatístico provincial, publicado em meados do século XIX, foi organizado por José Joaquim Machado de Oliveira nos anos de 1854 e 1855. Muito provavelmente, sua realização não só atendia a uma circular de 1854 do Ministério do Império, solicitando estimativas das populações provinciais, mas também refletia uma série de esforços que vinham sendo envidados desde 1850 pelos governos Imperial e Provincial visando à realização do Censo Geral do Império e do Censo da Província, respectivamente, e à implementação do Registro Civil, iniciativas não bem-sucedidas. Tais esforços certamente se relacionavam ao momento de grandes transformações que marcou o início de uma nova fase das histórias brasileira e paulista:

No plano socioeconômico, esta iniciativa está evidentemente relacionada ao crescimento da lavoura cafeeira no Vale do Paraíba e seu avanço em direção ao Velho Oeste Paulista, bem como à decretação da lei de terras, da lei de ferrovias, ao fim do tráfico negreiro (ocorridos em 1850) e ao início das primeiras experiências de introdução de mão de obra (sic) livre estrangeira em São Paulo. (BASSANESI; BACELLAR, 2002, p 116).

Os resultados do censo de 1854 encontram-se inseridos no Relatório do Presidente da Província de São Paulo, apresentado à Assembleia Legislativa Provincial no dia 15 de fevereiro de 1855 por José Antônio Saraiva (BASSANESI; BACELLAR, 2002). O relatório apresenta para a Vila de Bragança uma população total de 7.666 habitantes (SARAIVA, 1855), contrastando com o efetivo contabilizado no *Ensaio...* de Pedro Muller de 1838, que registrara para a mesma vila uma população total de 11.618 habitantes. Provavelmente, esta somatória populacional se refira ao 1º Distrito de Bragança, não tendo sido contabilizadas as populações dos demais distritos, Amparo e Socorro.

Quanto à divisão Eclesiástica, o censo de 1854-1855 registra como pertencentes à 5ª Comarca Eclesiástica a Vila de Bragança, a Freguesia de Amparo e a Freguesia de Socorro. Neste levantamento foram registrados dados para o Município de Bragança sobre os estabelecimentos rurais voltados à produção do café, revelando que o município registrava cem fazendas de café, com o total de 183 trabalhadores agregados, quatro colonos, 859 escravos, mil animais de condução utilizados na colheita, um total de 36.755³³ arrobas de café colhidas naquele ano e a importância em réis da colheita

³³ Na segunda metade do século XIX, com o solo já desgastado e com o fim do tráfico negreiro em 1850 as plantações de café do Vale do Paraíba sofrem um grande impacto negativo, uma geada que devastou as plantações assim, o Vale do Paraíba sede, de maneira forçosa espaço para a região do velho oeste³³ paulista se tornar o grande produtor e exportador de café.

no ano de 113.345 réis, um crescimento de 1.400% em comparação a produção mencionada de 2.400 arrobas em 1836.

Quanto à divisão política da província, o relatório registrava que a Vila de Bragança e suas duas freguesias, Amparo e Socorro, pertenciam à Comarca de Campinas (SARAIVA, 1855).

Portanto, após a análise geográfica da Região Bragantina elaborada por Carlos Rath (1854) e o recenseamento populacional elaborado por José Joaquim Machado de Oliveira, (1854-1855) é possível compreender melhor onde e quem são os moradores que se beneficiarão da implementação da Lei de Terras na Região Bragantina em 1854.

3.3. Solicitação de registro de terras no município de Bragança

Analisando as solicitações de registros de terras, que foram produzidas por freguesias, para a Vila de Bragança há os registros dos distritos que fazem parte do município da Vila de Bragança: Bragança, Amparo e Socorro.

O então distrito de Bragança, dentro da Vila de Bragança, entre 1854 e 1856, permite compreender como os posseiros locais procuraram registrar suas pequenas posses de terras viabilizando a contínua formação dos inúmeros bairros rurais. Neste momento, as fazendas de café e as fazendas de criar gado se formavam como mencionado no *Ensaio...* de 1838, de Muller. Estas solicitações foram registradas no documento denominado “Registro de Terras da Província de São Paulo”, hoje arquivados no Arquivo Público do Estado de São Paulo, índice transcrito nesta tese, organizado por bairros (ANEXO 1). Nele consta uma relação das pessoas que solicitaram os registros de suas terras a partir da Lei de Terras de 1850, com a descrição dos lotes e o registro de suas localizações, mesmo que imprecisas. Pressupõe-se, portanto, que tais pessoas já moravam no local e estavam, a partir da Lei de Terras, confirmando suas posses.

No “Registro Paroquial de Terras da Província de São Paulo” (1854 e 1856), para todo o termo da Vila Nova Bragança constam 1.805 solicitações de registros de posses de terra. Estão distribuídas para a Vila de Nova Bragança com 860 solicitações e para as duas freguesias que estão dentro de seu termo, Freguesia de Nossa Senhora do Amparo com 321 solicitações e Nossa Senhora do Socorro com 624 solicitações. Ressalta-se que no ano seguinte dos registros (1857) a Freguesia de Amparo solicitará e alcançará seu desmembramento.

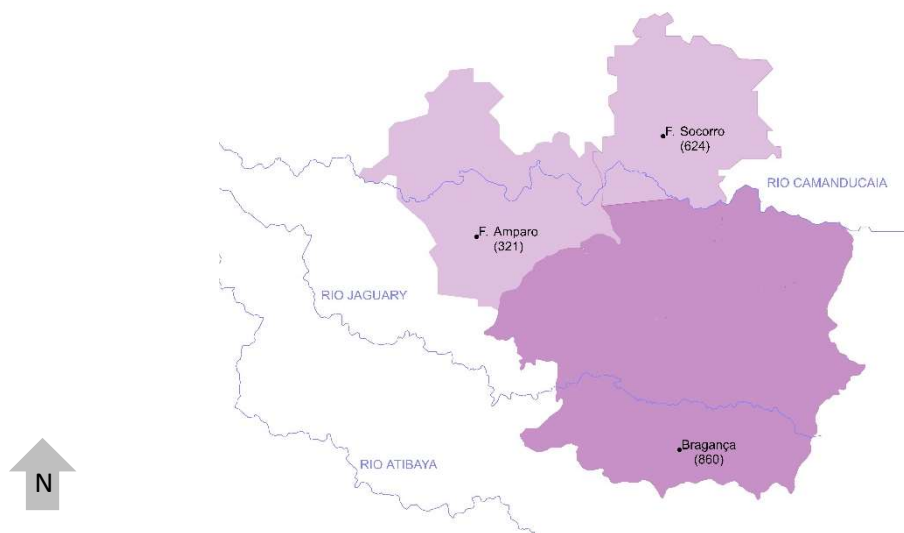


Figura 25: Interpretação de todo o termo da Vila Nova Bragança, onde os Registros Paroquiais de Terras foram divididos em Bragança com 860 solicitações, Freguesia de Nossa Senhora do Amparo com 321 solicitações e Freguesia de Nossa Senhora do Socorro com 624 solicitações. Em destaque os rios Atibaya, Jaguary e Camanducaia. Elaborado pela autora em 2021.

Os registros paroquiais da Vila de Nova Bragança estão distribuídos em 53 bairros rurais, sendo que em apenas 26 destas solicitações não há menção ao nome do bairro. Este documento apresenta os registros que os posseiros/sesmeiros encaminhavam a um responsável e descreviam a dimensão dos terrenos, seus vizinhos e o bairro rural ao qual pertenciam as terras para as quais solicitavam registro. Estas, na Vila Nova Bragança, na maioria dos casos são chamadas de sítios neste documento. Localizamos posseiros/sesmeiros que chegaram a fazer solicitações de registro em até quatro bairros rurais distintos. Nos documentos, pode-se identificar quem solicita e em qual bairro, nomes e localidades aparecem grifadas (ANEXO 2).

Muitos sesmeiros preferiram arrendar suas terras a pequenos lavradores, o que dificultava o controle de verificação do cumprimento da exigência de demarcação e do cultivo. Também dificultava o controle da Coroa sobre esse sistema de distribuição de terras, conseqüentemente, estimulando o crescimento da figura do posseiro.

Devido a tais fatores, muitos problemas se alastraram ao longo do tempo, pois formou-se uma camada de colonos que lavravam a terra, preenchendo, assim, um requisito básico da colonização: o cultivo. No entanto, esses colonos não possuíam determinações régias referentes às sesmarias, ou seja, adquiriram a terra de forma “ilegal”, muitas vezes pagando por ela, o que não era permitido durante o sistema de doações de sesmarias, seja de aluguel ou venda.

Para a Vila de Bragança aqui analisada, fica evidente que a ocupação do seu território se deu por inúmeros posseiros. Isso se verifica tanto pelo grande número de

moradores dos diversos bairros rurais, como pela existência de poucas sesmarias originárias neste território. Reforça esta afirmação a quantidade de solicitações de registro de terra nos bairros rurais de Vila de Bragança nos anos de 1854 e 1856.

A quantidade de solicitações de registro de terra nos bairros rurais da Vila Nova Bragança variou muito, mas concentram-se nos bairros rurais mais antigos. O bairro rural que registra maior demanda é Araras, com 88 solicitações. Este bairro fora recenseado pela primeira vez no ano de 1796, um ano antes de a freguesia ter sido elevada à vila. De maneira geral, os bairros mais antigos são aqueles que registram o maior número de demandas neste período. Entre os antigos bairros, formados ainda no período da freguesia e recenseados desde o ano de 1767, além do bairro rural de Araras, outros também receberam solicitações significativas de registro de terras entre 1854 e 1856: Campo Novo, Jacarey e Guaripocaba, com 63, 45 e 43 solicitações, respectivamente.

Bairros antigos, como o bairro rural de Anhumas, presente no recenseamento de 1785, recebem 63 demandas de registro de terras, e o bairro rural do Lopo, presente nas listas nominativas de 1796, registra 42 solicitações. Entre os bairros rurais existentes no tempo da freguesia, apenas o bairro do Canivete, existente desde 1767, consta com um número menor de solicitações, 16 no total. Contudo, é preciso lembrar sua proximidade com a área urbana. No bairro da vila não há registros de solicitações, pois estas demandas se referiam a terras para uso rural.

Entre os antigos bairros rurais da freguesia, não foram observados na lista de solicitações de terras somente dois: o bairro rural do Jaguary, que apareceu somente no recenseamento de 1767. É preciso considerar que esta nomenclatura (Jaguary) se refere ao rio, sendo possível supor que a referência à localização dos moradores utilizada em 1767 foi alterada com a formação de novos bairros rurais próximos a este rio, ganhando identidade própria.

Outro bairro não identificado na lista é Itapeva, que aparece no recenseamento somente em 1785, deixando uma lacuna sobre sua localização, pois foi o único bairro rural não localizado no termo da Vila Nova Bragança (Gráfico 2).

Como já observado, no período de formação da freguesia foram registrados 16 bairros rurais, mais o bairro da freguesia, e no período de formação da vila, até 1828, surgiram mais dois novos bairros rurais: Pântano, que recebeu 47 solicitações entre 1854 e 1856, e o bairro rural do Cascalho, que não apareceu na lista de solicitações e se localizava próximo ao núcleo urbano da Freguesia de Nossa Senhora do Amparo.

Além dos bairros rurais mencionados acima, o território da Vila de Bragança apresenta outros 38 bairros na lista do Registro Paroquial de Terras, no qual alguns novos bairros rurais foram objeto de significativas solicitações, como Vargem Grande, 36; Arraial, 25; Passa Três, 21; Estiva, 20; Pitangueiras, 17. Já para outros 22 bairros, as demandas variaram de duas a 15 solicitações, e para 14 bairros foi registrada apenas uma solicitação (Gráfico 2).

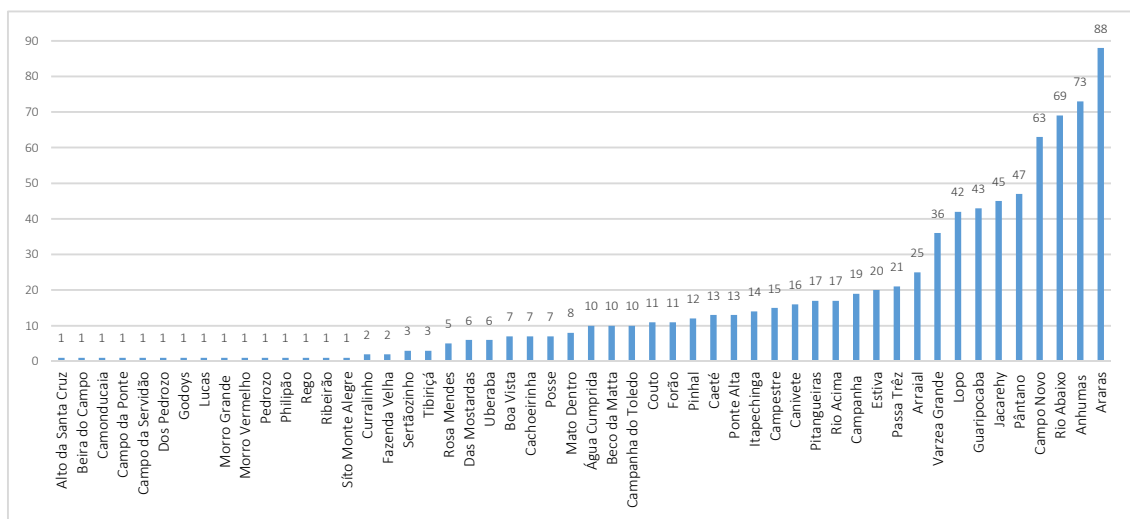


Gráfico 2: Relação dos bairros rurais de Vila de Bragança, ente 1854 e 1856, a partir das solicitações de registro de terras, com indicação do número de solicitações por bairro. Fonte: Arquivo Público do Estado de São Paulo - Registro Paroquial de Terras.

Quanto à localização dos bairros rurais para os quais foram solicitados registros de terra no território da Vila de Bragança, considerando que foram localizados 36 dos 53 bairros listados no “Registro de Terras da Província de São Paulo” (1854 e 1856), observa-se que a ocupação neste período se deu no sentido norte do território em direção à região conflituosa entre São Paulo e Minas Gerais. Entre o rio Atibaia e o rio Jaguary, referências importantes citadas nas primeiras sesmarias distribuídas na região, foram solicitados registros de terras para o bairro da vila e para 15 bairros rurais (e respectivos números de solicitações): Rio Abaixo (69), Campo Novo (63), Jacarehy (45), Guaripocaba (43), Lopo (42), Canivete (16), Itapechinga (14), Caeté (13), Couto (11), Água Cumprida (10), Mato Dentro (8), Boa Vista (7), Uberaba (6), Tibiriçá (3), Curralinho (2) (Figura 26).

Entre o Rio Jaguary e o Rio Camanducaia mineiro, região nordeste do município, localizamos quatro bairros rurais para os quais foram solicitados registros de terras (e respectivos números de solicitações): Araras (88), Anhumas (73), Pântano (47), Rio Acima (17), Ponte Alta (13), Morro Grande (1).

Na região norte do município, no território formado entre os Rios Jaguarý e seu afluente, o Camanducaia mineiro, e o Rio Camanducaia paulista, encontramos 16 bairros rurais para os quais foram registradas solicitações de terra: Vargem Grande (36), Arraial (23), Passa Três (21), Estiva (20), Pitangueiras (17), Campestre (15), Pinhal (12), Campanha do Toledo (10), Cachoeirinha (7), Posse (7), Rosa Mendes (5), Mostardas (6), Fazenda Velha (2) e Camanducaia (1). (Figura 26).

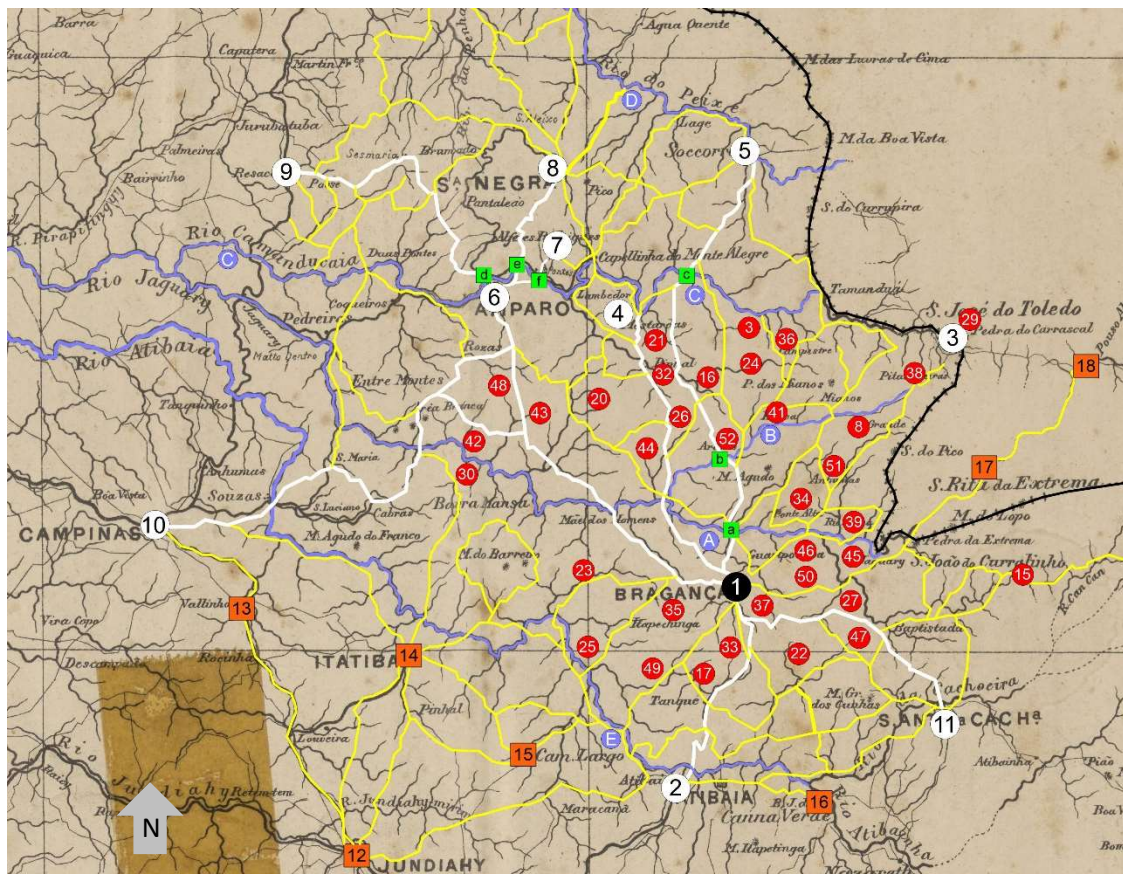


Figura 26: Microrrede urbana de Bragança na metade do século XIX, destacada na cartografia da Comissão Geográfica e Geológica de São Paulo³⁴. Em azul, os rios, Jaguarý (A), Camanducaia (mineiro- B), Camanducaia (paulista-C), rio do Peixe (D) e rio Atibaia (E). Em branco, a interpretação dos caminhos descritos por Rath (1854). Quadrados verdes: “a” (ponte do Rio Jaguarý), “b” (Serra das Araras), “c” (ponte Rio Camanducaia), “d” (ponte que vai para o caminho para Mogi Mirim), “e” (ponte que vai para Serra Negra) e “f” (ponte que vai para Socorro). Em amarelo, destacam-se outros caminhos que passaram a conectar o território após os registros de Rath. Em preto, o nó da rede, a Vila de Bragança (1). Em branco numeradas, vilas e freguesias citadas por Carlos Rath, Vila de Atibaya (2), São José do Toledo (3), bairro dos Mostardas (4), Freguesia de Socorro (5), Freguesia de Amparo (6), bairro das Três Pontes (7), Freguesia de Serra Negra (8), Caminho para Mogi Mirim (9), Vila de Campinas (10), Freguesia de santo Antônio da Cachoeira (11). Pontos importantes da rede urbana não citados por Rath enfatizados com quadrados alaranjados, Cidade de Jundiá (12), bairro Vallinhos (13), Freguesia de Nossa Senhora do Belém (Itatiba 14), Freguesia do Campo Largo (14), Freguesia do Bom Jesus da Cana Verde (15), Registro de Jaguarý, povoado de Santa Rita de Extrema (16), Vila de Camanducaia (17). Em vermelho, os bairros rurais citados na lista de solicitações de Registro de Terras, entre 1854 e 1856, em Bragança, onde Camanducaia (3), Morro Grande (8), Currealinho (15), Fazenda Velha (16), Biriçá (17), Rosa Mendes (20), Mostardas (21), Boa Vista (22), Uberaba (23), Cachoeirinha (24), Mato Dentro (25), Posse (26), Água Cumprida (27), Campanha do Toledo (29), Couto (30), Pinhal (32), Caethé (33), Ponte Alta (34), Itapechinga (35), Campestre (36), Canivete (37),

³⁴ Carta provisória dos trabalhos effectuados na escala 1:600.000. Comissão Geographica e Geológica de São Paulo. Orville A. Derby, Chefe, publicada pela Secção Cartográfica da Companhia Lith. Hartmann-Reichenbach, São Paulo e Rio de Janeiro, s/d.

Pintangueiras (38), Rio Acima (39), Estiva (41), Passa Três (42), Arraial (43), Vargem Grande (44), Lopo (45), Guaripocaba (46), Jacarehy (47), Pântano (48), Campo Novo (49), Rio Abaixo (50), Anhumas (51) e Araras (52). Fonte: Arquivo Público do Estado de São Paulo.

Fica evidente que o território da Vila de Bragança, com ocupação intensa na metade do século XIX, será o território entre o Rio Atibaia e o Rio Camanducaia paulista e o território entre o Rio Jaguary e o rio Camanducaia mineiro.

Na *Carta Chorographica da Provincia de Minas Gerais*, de 1863, é possível observar a rede urbana da região na qual alguns bairros rurais, objetos das solicitações de registros de terras no termo do então Município de Bragança entre 1854 e 1856, estão localizados no território supostamente mineiro, como Estiva (20 solicitações), Freguesia de Curralinho (2 solicitações), São José de Toledo (Campanha de Toledo com 10 solicitações). Nesta cartografia, são destacadas como elementos da rede urbana regional: as Vilas de Bragança, Campinas (São Carlos), Mogi Guassu, Pouso Alegre, Itajubá Jaguary (Camanducaia); as Freguesias de Curralinho, São José do Paraíso, Ouro Fino, Mogi Mirim; as Capelas de Santa Rita, Espírito Santo, Borda da Mata, São José de Toledo, Conceição, São Bento, Capela Parida, Campo Místico; as povoações de Extrema, Serra Negra, Amparo, Lima, Ressaca, Pirapitinga, Penha, Irussanga São João, Boa Vista, Estiva e Registro de Jaguary. (Figura 27).

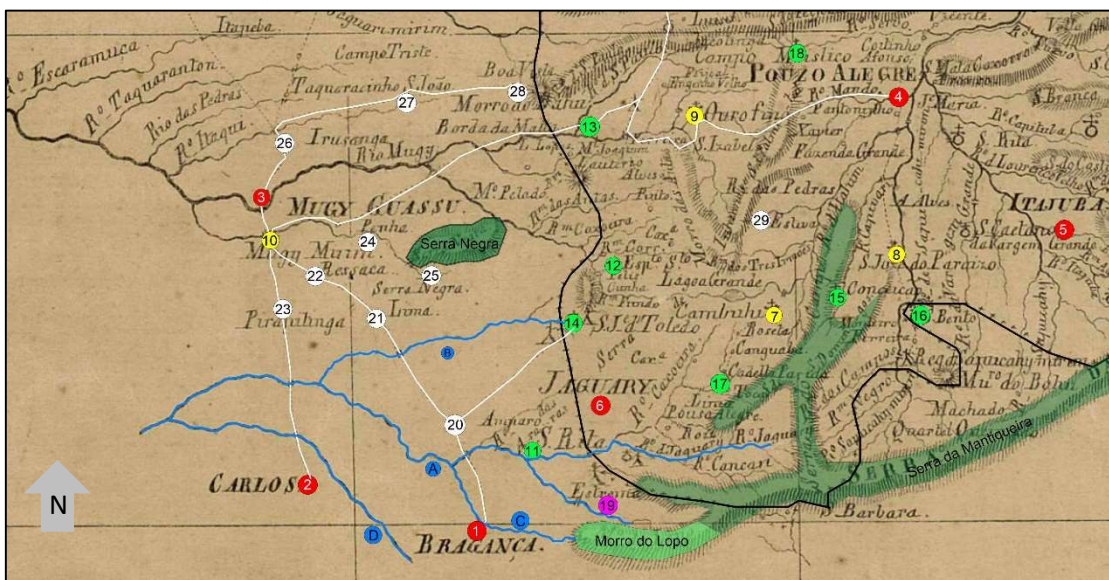


Figura 27: Interpretação da rede urbana na *Carta Chorographica da Provincia de Minas Gerais* de 1863. Em azul, demarca Rio Jaguary (A), Rio Camanducaia (B), Rio Jacarey (C) e Rio Atibaia (D); Em branco destaca caminhos existentes no mapa; destaque em verde para Serra Negra, Morro do Lopo e Serra da Mantiqueira; linha preta divisa entre São Paulo e Minas Gerais. Em vermelho as Vilas de Bragança (1), Campinas (São Carlos, 2), Mogi Guassu (3), Pouso Alegre (4), Itajubá (5) Jaguary (Camanducaia, 6); em amarelo Freguesias de Curralinho (7), São José do Paraíso (8), Ouro Fino (9), Mogi Mirim (10); em verde as Capelas de Santa Rita (11), Espírito Santo (12), Borda da Mata (13), São José de Toledo (14), Conceição (15), São Bento (16), Capela Parida (17), Campo Místico (18); as povoações Amparo (20), Lima (21), Ressaca (22), Pirapitinga (23), Penha (24), Serra Negra (25), Irussanga (26), São João (27), Boa Vista (28), Estiva (29); em magenta, Estrema (19) o Registro de Jaguary. Fonte: Biblioteca digital Luso-Brasileira.

Ressalta-se que não foram registradas solicitações de terras nos bairros rurais a norte do território do município, na parte entre a margem do Rio Camanducaia mineiro e o Rio do Peixe (Figura 26), território este que fazia parte do termo da Vila de Bragança no período, mas que, neste momento, se afirmava como mineiro, o que se confirmaria posteriormente.

3.3.1 Desmembramento da Freguesia de Nossa Senhora do Amparo em 1857

Todas essas novas configurações político-sociais estimularam o primeiro desmembramento, a região limítrofe a leste do território de Bragança, entre Bragança e Mogi Mirim, que se consolida com uma forte economia cafeeira e viria a conquistar sua autonomia ainda 1857. Nesta data, a população da Freguesia de Nossa Senhora do Amparo³⁵ vai solicitar e conseguir o desmembramento de Bragança, passando a ser um Município. Segundo o IBGE-cidades: Amparo tinha em suas terras bastantes propriedades, apresentando, no “Registro paroquial de terras” de 1854-1856, 321 solicitações de registros de terras que eram reduzidas proporções, na sua maioria. Logo, é possível notar que Amparo se torna um município com um território ocupado, economicamente ativo e também disposto a se inserir na economia cafeeira, o que de fato vai acontecer, no entanto, seguindo o formato da Vila de Bragança, com propriedades de pequenas extensões. (CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGANCA PAULISTA, 1998).

Dentro do território de estudo, no decorrer da segunda metade do século XIX, o café se define como o gênero mais produzido na região. É importante ressaltar que muitas fazendas que foram se consolidando não abandonaram a produção dos gêneros agropastoris, mantiveram esta produção e abriram espaços para que o café fosse o produto mais importante da região. O café não compõe a economia somente da região de estudo. Ele redefine as terras do Estado de São Paulo, tanto no que diz respeito à produção do gênero quanto à teia social, interessada em novos investimentos, logísticas e avanço econômico:

Os primeiros pés de café são plantados em Campinas no Distrito de Sosas no ano de 1839, seguindo a marcha para oeste da então

³⁵ Pedreira tem sua história ligada a João Pedro de Godoy Moreira, coronel responsável por fazer o arruamento e a construção de uma Capela em suas terras. Desmembrou-se de Amparo, no entanto, não foi um bairro rural desenvolvido no território bragantino, pois em 1885 surgiu o povoado fruto dos esforços de seu fundador, João Pedro. Amparo já estava desmembrada da Vila de Bragança desde 1857. Em 1890, Pedreira vira distrito de Amparo e, em 1898, torna-se Vila de Pedreira, desmembrando-se definitivamente da Vila de Amparo. Logo, a conexão da formação do território de Pedreira não faz parte diretamente da formação do território bragantino. O mesmo ocorre com o segundo desmembramento de Amparo, Monte Alegre do Sul surge como bairro rural em 1873, data em que a Vila de Amparo já havia se desmembrado da Vila de Bragança. Monte Alegre do Sul se torna distrito em 1887 e desmembra-se de Amparo em 1948.

Província de São Paulo, conhecida historicamente como velho oeste paulista, sentido Mogi Mirim / Mogi Guaçu e Rio Claro / São Carlos (SEMEGHINI, 1991, p. 22).

À medida que os cafezais avançam para dentro das terras paulistas, tornava-se inviável o transporte no lombo dos animais, pois chegava a causar perdas significativas da produção. O sistema de transporte realizado por muares³⁶ era ultrapassado e estava no limite por volta de 1850, chegando a perder 60% da produção colhida, quando levadas por estes animais. Em sua maioria, as mulas não suportavam as cargas, pois levavam duas sacas nas costas, pesando cada uma 60 quilos, totalizando 120 quilos. Devido ao esforço pelo excesso de peso, acabavam morrendo e, quando caíam, com elas iam as mercadorias que levavam, esparramando os grãos de café pelo chão. (ANUNZIATA, 2013). Não havia modo de pegar o produto, que ficava esparramado pelo caminho, dando prejuízo ao cafeicultor, que não recebia nenhum valor, pois a encomenda não seria entregue ao negociador no Porto de Santos para ser vendida. De Campinas, partiam diariamente para o Porto de Santos em torno de quatro muares, 1.200, quantia que a infraestrutura da cidade não mais comportava. Nas estalagens, não havia mais lugares para as pessoas descansarem, a água era insuficiente para o abastecimento do local, o comércio não conseguia atender a demanda, além de outras deficiências deste conjunto urbano em crescimento, ocasionadas pelo excesso de pessoas e animais (SECRETARIA DE TRANSPORTES DE CAMPINAS, 1994).

Amparo articulou-se politicamente a fim de resolver as questões de logística para escoar o café produzido no município. O território entre Campinas e Mogi Mirim era menos montanhoso do que as conexões entre Bragança e Amparo, que buscou sua autonomia política e, no final do século XIX, redesenhou as linhas de delimitação da região bragantina (Figura 28) estimulando o fluxo entre a rede de cidades, a economia, sociedade e política, ciente de que o território estava prestes a receber os trilhos da ferrovia Mogiana.

Este rearranjo é fruto do bem-sucedido cultivo do café na região bragantina. A economia agropastoril subsidiou as primeiras plantações de café e tornou a inserção da economia cafeeira viável. A Lei de Terras de 1850, juntamente com os levantamentos geográficos e demográficos, faz parte das ações implantadas pelo Império para alavancar a economia paulista, que seria a “número 1” do país no século XX com a produção cafeeira.

³⁶ Um muar correspondia em torno de 300 mulas.



Figura 28: Interpretação do primeiro desmembramento do território de Bragança. Em azul, demarca os rios: Atibaya, Jaguar e Camanducaia. Mancha roxa: território de Bragança após o desmembramento. Pontuado em preto, o núcleo urbano. Em laranja, o território do município de Amparo, desmembrado em 1857. Também em destaque, a Freguesia de Nossa Senhora do Socorro.

Capítulo 4

Transformações do território da região bragantina: conexões, política, economia, desmembramentos e rede férrea

Neste capítulo, será discutida e enfatizada a importância da produção do café na região, não só por se tratar do gênero número 1 em exportação no Brasil no final do século XIX e início do XX, mas pelas novas relações estimuladas pelo café, como enriquecimento de uma parcela da população, agentes sociais e suas decisões políticas que irão interferir no território.

Será abordada, também, a logística de escoamento imposto ao café e como essa dinâmica se alterou no final do século XIX e início do XX. O capital estrangeiro estava na região, buscando diminuir as distâncias e o tempo de transporte do produto. Demonstraremos o crescimento da linha férrea no município de Bragança Paulista e na região bragantina, território que produz café, se desenvolve, se enriquece com esta produção e cria estratégias de autonomia e influência política.

No decorrer deste capítulo, serão abordadas as alterações político-territoriais pelas quais o território de Bragança continuou passando e, por fim, compreender a partir deste rearranjo territorial, como ocorreram as novas relações entre os bairros rurais.

4.1. Estratégias políticas e o avanço dos trilhos no território em estudo

O café já é o produto número 1 no território paulista no fim do século XIX, quando importantes e influentes produtores de café começam a se inter-relacionar para resolver um dos maiores problemas destes produtores, o transporte. Os barões do café precisavam de agilidade e eficiência para escoar suas produções. Os produtores paulistas juntaram-se a Saldanha Marinho, governador paulista entre 1867 e 1868, e resolveram construir uma estrada de ferro com recursos locais originários da agricultura cafeeira:

Funda-se em Campinas, no ano de 1868, a Companhia Paulista de Estradas de Ferro, configurando-se como a primeira empresa genuinamente brasileira, detentora de 100% de capital nacional. A estrutura ferroviária monta-se juntamente com as construções necessárias para abrigar a estrada de ferro e, na medida em que essa estrutura se amplia, impulsionada pela alta produção cafeeira, forma-se um conjunto ferroviário extremamente organizado (ANUNZIATA, 2013, p. 31).

A nova estrada de ferro começaria seus trilhos ao lado da ferrovia dos ingleses, na cidade de Jundiaí, finalizando em Campinas, com direito de concessão até Rio Claro. Inicia-se, neste momento, o redesenho comercial e logístico de Campinas, incentivado e motivado pelos lucros cafeeiros. Campinas, pela companhia Paulista, se ligava a Jundiaí, que ,pela São Paulo Railway, chegava ao porto de Santos. As primeiras estações da Companhia Mogiana sentido norte de São Paulo começam a movimentar o território bragantino, visto que são essas estações que no momento se aproximam mais de suas terras (Figura 30).

Em 1870, o café é o principal produto de exportação, sendo as terras paulistas as principais responsáveis por essa produção. O algodão ainda participa ativamente da economia paulista como mostra o relatório da Figura 29, um comparativo das exportações dos anos de 1870 a 1874, com destinos variados como norte, mediterrâneo e sul da Europa e Estados Unidos. Entre 1870 e 1874, a produção do café no Estado de São Paulo passou de aproximadamente 443 sacas em 1870 para 770 em 1874. Já a produção de algodão, que em 1871 era cerca de 70 toneladas, passa a 166 toneladas em 1874, com diferentes destinos, como Rio da Prata, Rio de Janeiro e Europa.

Exportação do café e algodão durante os últimos cinco annos

DESTINO	1870		1871		1872		1873		1874	
	Café S.	Algodão B.	Café S.	Algodão B.	Café S.	Algodão B.	Café S.	Algodão B.	Café S.	Algodão B.
Canal e Norte da Europa	276.500	80.270	326.042	118.724	141.828	161.806	306.156	141.045	626.524	158.474
Mediterraneo e Sul da Europa	28.101	9.382	54.442	20.284	20.051	28.760	31.001	7.220	103.947	6.884
Estados-Unidos	82.927	79.300	82.875	06.130	06.378
S. Thomaz, á ordem	8.072	4.105
Rio da Prata	214	100
Rio de Janeiro	44.413	6.816	69.057	8.523	20.421	11.848	25.026	3.471	38.807	1.825
	443.061	70.470	630.261	147.531	281.314	187.404	500.757	187.404	770.140	100.133

Figura 29: Relatório da exportação dos gêneros café e algodão nos annos de 1870 a 1874 em São Paulo. Fonte: Relatórios Presidenciaes Provinciais de São Paulo, 1875, 77 Mapa. Fonte: Acervo digital, visitado em outubro de 2020.



Figura 30: Desenho esquemático da Conexão do primeiro trecho da Companhia Mogiana com o Porto de Santos. Em preto, a Companhia Mogiana, com as estações 1: Guanabara, 2: Anhumas e 3: Tanquinho. Em amarelo, a Estrada de Ferro Companhia Paulista; em vermelho, a São Paulo Railway e sua relação com o território bragantino. Mancha cinza: delimitação do termo da Vila de Bragança; dentro do termo em vermelho núcleo urbano. A: rio Jaguary, B: rio Camanducaia paulista, C: rio do Peixe, D: Camanducaia mineiro, E: rio Jacarey e F: rio da Cachoeira. Fonte: Disponível em: <http://www.estacoesferroviarias.com.br>. Acesso em: out. 2020. Desenho elaborado pela autora utilizando como base a cartografia de 1909, mapa elaborado e publicado pela Secção Cartográfica da Companhia Lith-Hartmann – Reichenbach, São Paulo e Rio de Janeiro, folhas de Campinas, Bragança e São Paulo.

Com bons números e lucros, os barões do café reuniram-se na Câmara Municipal de Campinas, em primeiro de julho de 1872, sendo os fundadores da Companhia Mogiana: Antônio de Queirós Telles (Conde de Parnaíba), Família Silva Prado e José Estanislau do Amaral, com a participação de outros fazendeiros. Os Diretores eleitos para a gestão inicial foram Antônio Queirós Telles, Tenente Coronel Egídio Aranha, Antônio Pinheiro de Ulhoa Cintra (Barão de Jaguará), Capitão Joaquim Quirino dos Santos e Antonio Manoel de Proença. Confirmando os primeiros acionistas na administração, é dado o primeiro passo para aquela que seria responsável em ligar Campinas ao oeste³⁷ paulista, Minas Gerais, Goyas e Brasília. Esse crescimento aconteceu gradativamente; em 1872 nasce, ainda que “no papel”, a Companhia Mogiana de estradas de ferro.

Um dos primeiros ramais da Companhia Mogiana foi previsto para escoar a produção do território bragantino e ligaria Campinas ao município de Amparo, recentemente desmembrado do município de Bragança Paulista, em 1867:

O projeto da estrada de ferro e como ocorreria a construção foram aprovados na data de 2 de dezembro de 1872, sendo o primeiro trecho de Campinas a Jaguary, hoje Jaguariúna, abrindo um ramal, o de Amparo, e o segundo trecho de Jaguary a Mogi-Mirim. Firma-se e emite-se o contrato da estrada de ferro em 19 de julho de 1873, junto ao Governo Provincial de São Paulo, iniciando então a construção no dia 28 de agosto deste mesmo ano. Na data 13 de novembro é publicado o Decreto Imperial N° 5137 que aprova os estatutos da empresa, autorizando a companhia iniciar o seu tráfego (ANUNZIATA, 2013, p. 46).

É reconhecida a importância e o valor histórico da Companhia Mogiana em sua totalidade. A Companhia se tornou uma grande conectora do território sudeste, porém, para manter a compreensão da ocupação do território da região Bragantina, atenta-se ao primeiro trecho construído, que deriva do ramal que viria a ser responsável por incentivar um redesenho no território em estudo.

³⁷ Trata-se nesse momento, do oeste do atual Estado de São Paulo.

Após firmados acordos, alinhados os interesses e o financiamento aprovado, iniciou-se a construção do que havia de mais moderno no tema transporte e, em 1873, é inaugurado o primeiro trecho da Companhia Mogiana, ligando Campinas à estação Jaguary, atual Jaguariúna³⁸. Para este primeiro trecho existiam mais três estações no percurso: Guanabara, Anhumas e Tanquinho.³⁹ (Figura 32)

É a partir da Estação Jaguary que se inicia a possibilidade de parte do território bragantino também usufruir da velocidade e das vantagens econômicas de escoar sua produção pelos trilhos da Mogiana, formato muito mais ágil para a chegar ao porto de Santos. Produtores de café, já unidos pelos interesses comuns, trabalhando a favor de seus interesses, articulam autonomias, independências e maiores lucros com o avanço dos trilhos da Companhia Mogiana, que levaria um dos seus ramais até Amparo.

4.1.1. Segundo desmembramento do município de Bragança, Socorro, em 1873

A Freguesia de Nossa Senhora do Rio do Peixe (atual Socorro), terceiro distrito formado no termo da Vila de Bragança, na segunda metade do século XIX se insere na cafeicultura, de forma mais lenta que sua vizinha Amparo. Vale enfatizar que a economia de Socorro, ainda que tendo o cultivo de café em suas terras, não abandona a vocação agropastoril, possuindo como contribuintes de sua economia o cultivo de outros gêneros e a criação de animais. No entanto, o fato de a Companhia Mogiana ter chegado a Jaguary (atual Jaguariúna) em 1873 aquece e favorece os investimentos nessa região.

Esse crescimento e desenvolvimento econômico faz com que a freguesia solicite seu desmembramento no mesmo ano da chegada dos trilhos em Jaguary (Jaguariúna), no termo do município de Mogi Mirim. A Freguesia de Nossa Senhora do Socorro do Rio do Peixe esteve na condição de freguesia por 34 anos; em 1873, seu território é desmembrado de Bragança, passando a ser a Vila de Socorro.⁴⁰

O novo município se localiza entre a divisa dos estados de São Paulo e Minas Gerais, região norte do território de Bragança, e demonstra ocupação consistente, visto que em 1856, houve 624 solicitações de registro de terras, deixando evidente uma produção agrícola.

³⁸ Campinas – Jaguariúna é um trecho da Estrada de Ferro Mogiana atualmente em funcionamento, promovido pela Associação Brasileira de Preservação Ferroviária (ABPF), que promove a preservação da memória ferroviária.

³⁹ Na segunda metade do século XX, esse trecho sofre modificações e recebe outras estações, como Pedro Américo, Desembargador Furtado e Carlos Gomes.

⁴⁰ Em 1883, a Vila de Socorro ganha o título de município, passando a ser chamada simplesmente de Socorro.

Aumentavam cada vez mais o número de casas; no núcleo urbano, abriam-se novas casas de comércio e o traçado, que já vinha sendo desenhado desde o século XVIII, se consolida.



Figuras 31: Igreja Matriz de Nossa Senhora do Socorro s/d. Fonte: Prefeitura Municipal de Socorro visitado em maio de 2020.

4.2. O avanço dos trilhos no território da região bragantina no final do século XIX

Os antigos bairros rurais com Cascalho, Areia Branca e Camanducaia estimulariam a formação da Freguesia de Nossa Senhora de Amparo, que em 1857 já havia se desmembrado de Bragança, tornando-se uma vila de pequenos produtores de café. Esses produtores viram na Companhia Mogyana e na aproximação com os Barões Campineiros boas possibilidades de desenvolvimento de suas produções agrícolas. As articulações com a Vila de Bragança eram dificultosas, devido, principalmente, ao relevo montanhoso que separava ambas vilas.

Movida por essa articulação, em 1875 é inaugurada a Estação de Amparo, localidade desmembrada de Bragança em 1857, quando era ainda a Freguesia de Nossa Senhora do Amparo, pertencente ao termo da Vila de Bragança. Entre as Estações Jaguaré e Amparo foram instaladas as estações Pedreiras e Coqueiros. A Estação Coqueiros, posteriormente, teria seu nome mudado para Arcadas. Ambas estações estão dentro do território da Vila de Amparo, sendo a principal a estação de Amparo por ser uma bifurcação dos trilhos.

A estação foi inaugurada também no dia da abertura do ramal de Amparo, com o nome de Coqueiros. “Construída no km 21 do ramal e nos terrenos de José Joaquim de Oliveira⁴¹”.

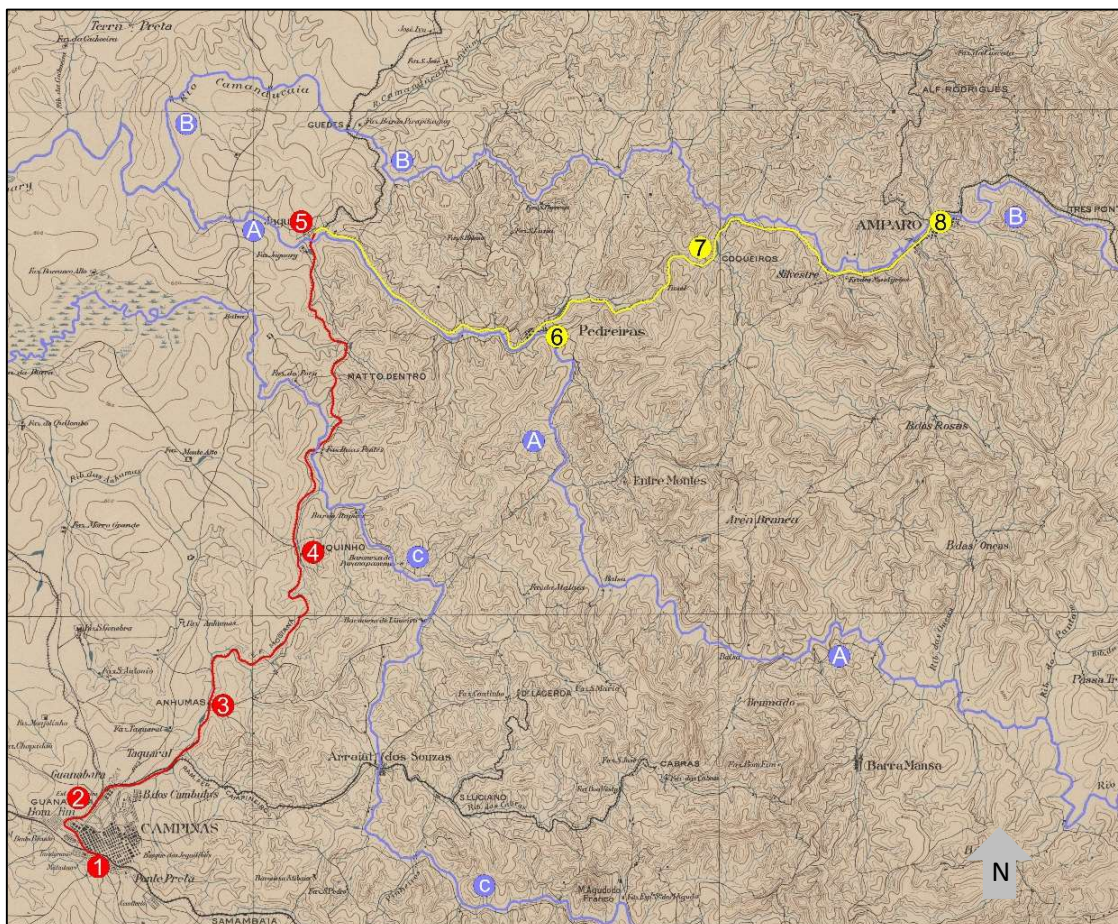


Figura 32: Primeiro trecho (em vermelho) da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro, inaugurado em 1873, com as estações 1: Campinas, 2: Guanabara, 3: Anhumas, 4: Tanquinho e 5: Jaguary. Em amarelo, o entroncamento da estação Jaguary que chegava até Amparo, 8. Passando Pelas estações Pedreiras: 6 e Coqueiro 7. Em azul, destaque para A: rio Jaguary e B: rio Camanducaia paulista e C: rio Atibaia. Interpretado na cartografia de 1909, mapa elaborado e publicado pela Secção Cartográfica da Companhia Lith-Hartmann – Reichenbach, São Paulo e Rio de Janeiro, folhas de Campinas e Bragança. Fonte: Arquivo Público do Estado de São Paulo.

A Estação de Pedreiras foi construída no quilômetro 11 do ramal de Jaguary nas terras do Capitão José Pedro de Godoy Moreira, no território de Amparo. Ela impulsionaria o crescimento desse povoado, que daria origem à atual cidade de Pedreira, sendo José Pedro de Godoy Moreira considerado seu fundador, pois fora o doador das terras para a instalação da ferrovia.

⁴¹ Fonte: <http://www.estacoesferroviarias.com.br>. Acesso em: out. 2020.



Figura 33: Estação ferroviária de Pedreira aproximadamente em 1900.

Fonte: Disponível em: <http://www.estacoesferroviarias.com.br>. Acesso em: out. 2020.

José Joaquim de Oliveira cedeu suas terras para a passagem dos trilhos e a construção da Estação Coqueiros, que posteriormente passaria a ser chamada de Arcadas. A ocupação do bairro rural de Coqueiros, no território de Amparo, aconteceu aproximadamente em 1822, tendo um importante papel no desenvolvimento da região através das plantações de café e ao receber o Curtume Coqueiros por volta de 1880. Posteriormente, receberia também a centenária Fábrica de Cola Rebiéri S/A.

Após a construção da estação de Coqueiros, os fazendeiros estabelecidos nas proximidades daquele bairro rural solicitaram à Vila de Amparo a abertura de estradas, que, além de colocá-los em contato com a estação, permitiam o acesso aos estabelecimentos comerciais, que aumentavam em número e variedade. O primeiro grande comércio do bairro rural de Coqueiros, uma “venda”, como chamado na época, foi o de Joaquim Machado que, em 1878, vendia produtos diversos: “A venda tinha um

bom sortimento de fazendas, chapéus, roupas feitas, ferragens, molhados, açúcar de todas as qualidades, carne seca, sal etc.”⁴².

Fazendo parte do trajeto ferroviário Campinas - Amparo, a Estação de Coqueiros foi um importante impulsionador do crescimento dos bairros rurais vizinhos, como Silvestre, Areia Branca, das Rosas e Entre Montes, tendo um comércio atuante e sendo um entroncamento de abastecimento dos bairros rurais próximos.



Figura 34: Estação ferroviária de Coqueiros (posteriormente Arcadas) com suas primeiras ocupações. Fonte: Disponível em: <http://www.estacoesferroviarias.com.br>. Acesso em: out. 2020.

Em 1894, já no final do século XIX e com uma economia absolutamente inserida na cafeicultura, foi inaugurado no bairro rural a estação de Coqueiros e o Curtume de Coqueiros, cujo proprietário era José Jacobsen, importante impulsionador da economia local devido à produção e empregabilidade.

⁴² Fonte: <http://www.estacoesferroviarias.com.br>. Acesso em: out. 2020.

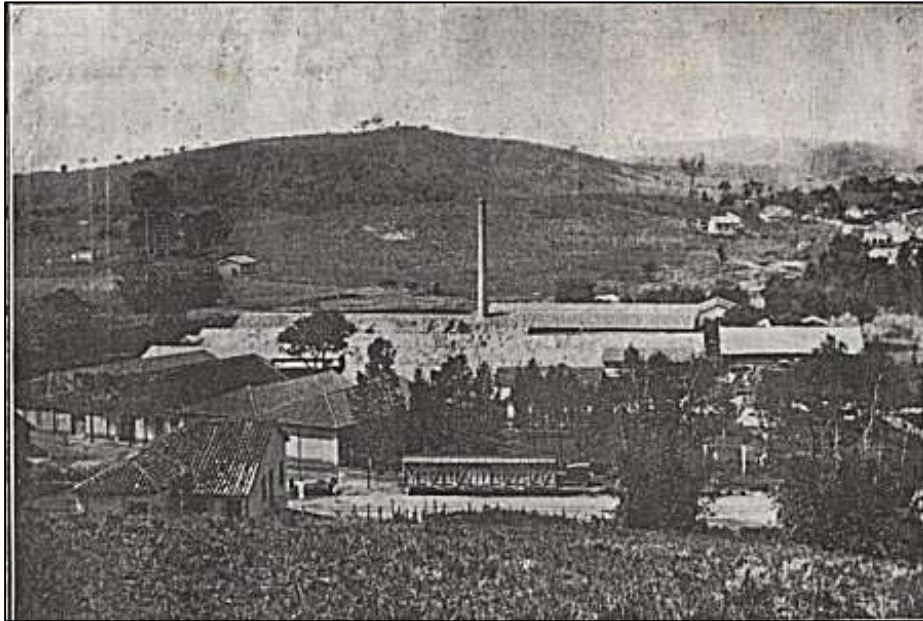


Figura 35: Registro do Curtume de José Jacobsen, 1984.

Fonte: Disponível em: <http://www.estacoesferroviarias.com.br>. Acesso em: out. 2020.



Figura 36: Registro do Curtume de Coqueiros de José Jacobsen, s/d. Fonte: Disponível em: www.arcadas.com.br. Acesso em: out. 2020.



Figura 37: Registro da Estação Coqueiros, sem data. Fonte: Disponível em: www.arcadas.com.br. Acesso em: out. 2020.

A Capela Nossa Senhora Aparecida de Coqueiros⁴³ foi construída em 1904 no bairro rural Coqueiros, próxima à estação de Coqueiros, pelo Major Alfredo de Barros, proprietário da Fazenda do Tanque, hoje conhecida como Fazenda Arcadas.



Figura 38: Registro da Capela Nossa Senhora Aparecida dos Coqueiros, s/d. Fonte: Diocese de Amparo. Acesso em: out. 2020.

⁴³ Em 1948 foi elevada de Povoação de Coqueiros a distrito, com o nome já conhecido até internacionalmente, mas a Companhia Mogiana pediu sua renomeação como Distrito de Arcadas devido à duplicidade de nomes que causava o extravio de mercadorias e correspondências.

Figura 39: Registro da Capela Nossa Senhora Aparecida no atual distrito de Arcadas, margeada pela Rodovia João Beira, que liga Pedreira a Amparo. Fonte: Autora, jan. 2021.

A Estação de Coqueiros é um exemplo do fortalecimento da região no entorno de Bragança, advindo da instalação das estações férreas, onde sociedade, economia e ações governamentais agiam diretamente na formação do território, diversificando o comércio e tornando-os locais atraentes para investimentos, logo, favorecendo o desenvolvimento da região.

Já a Estação de Amparo, em funcionamento desde 1875, foi um importante conector para a região, impulsionando a produção cafeeira. Como mencionado, Amparo já estava desmembrada de Bragança desde 1857; essa estação já nasce com a intenção de ser um suporte para a ampliação dos trilhos da Mogyana, o que de fato acontece. Em 1889, é concretizada a primeira ampliação, no sentido norte do território bragantino, com a construção da Estação Pantaleão, que passava dentro das terras da Fazenda Pantaleão no território de Amparo, primeiro “braço” da bifurcação. (Figura 48).



Figura 40: Foto da Estação de Amparo, entroncamento que seria ampliado em 1889. Fonte: Prefeitura Municipal de Amparo. Acesso em: out. 2020.

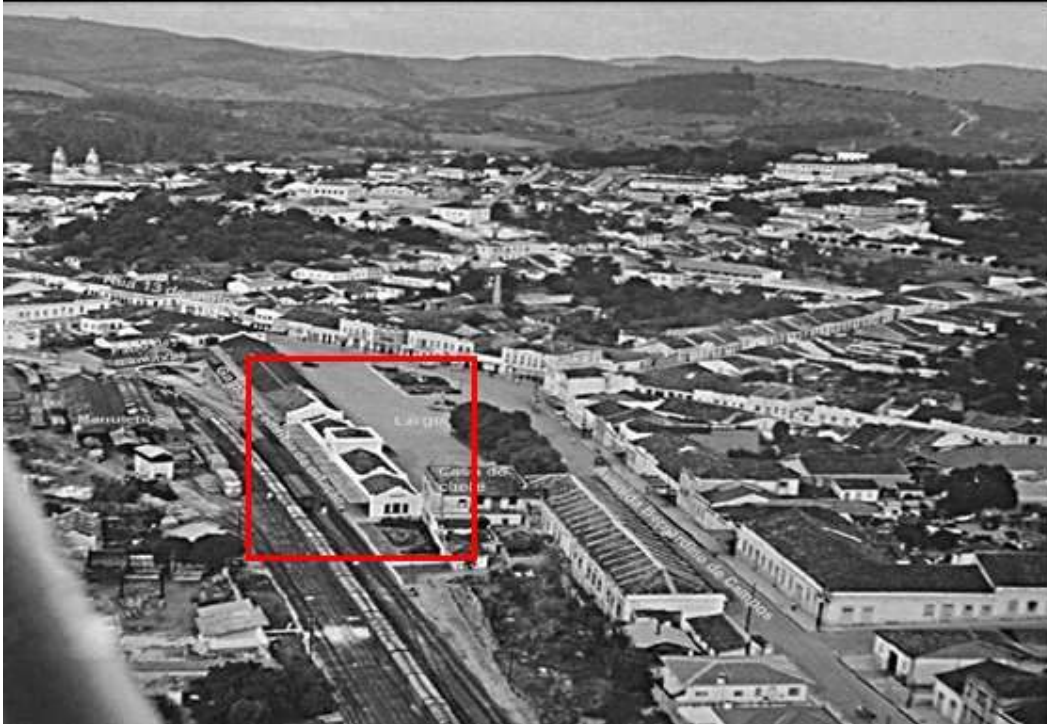


Figura 41: Foto da Estação de Amparo, sem data. Entroncamento que seria ampliado em 1889. Fonte: Prefeitura Municipal de Amparo, disponível em site acesso em out. 2020.

Em 1890, saindo também da Estação de Amparo o segundo “braço” da bifurcação, o ramal se prolonga até o bairro rural de Monte Alegre; entre a Estação de Amparo e a Estação de Monte Alegre, está a Estação de Três Pontes (Figura 48).

As novas estações, assim como as estações instaladas anteriormente no ramal em 1875, trazem para a região um impulso econômico significativo, transformando a ocupação e economia da microrregião, espaço territorial anteriormente vinculado administrativamente à Bragança. No entanto, os vetores econômicos trazidos pelos trilhos da Companhia Mogyana rompem essa relação, que já era frágil devido, principalmente, às dificuldades de ir e vir das pessoas, das mercadorias, ou seja, do desenvolvimento. Essas dificuldades são provenientes da dificuldade de implantação das linhas férreas no terreno montanhoso. Mais dois ramais da Companhia Mogyana, o de Serra Negra e o de Monte Alegre, vão sendo ampliados concomitantemente na região.

As Estações que partiam de Amparo rumo à Serra Negra (Ramal de Serra Negra) passavam pelas estações Pantaleão, Brumado, Santo Aleixo e, finalmente, Serra Negra. São estações próximas, no entanto, fora do município de Bragança. (Figura 48). Vale ressaltar que essas estações são edificações pequenas que nascem, primeiramente, com o objetivo de transportar mercadoria; posteriormente a Companhia passa a transportar pessoas, sem ampliar as Estações.

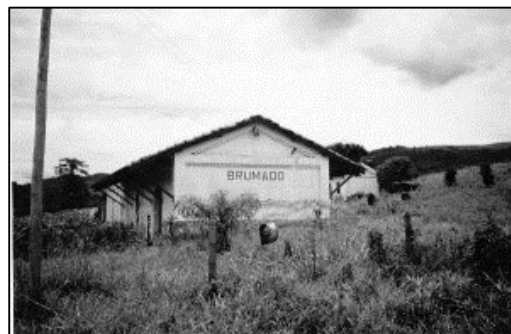


Figura 42: Foto da Estação Pantaleão. Figura 43: Foto da Estação Brumado.
Fonte: Disponível em: <http://www.estacoesferroviarias.com.br>. Acesso em: out. 2020.

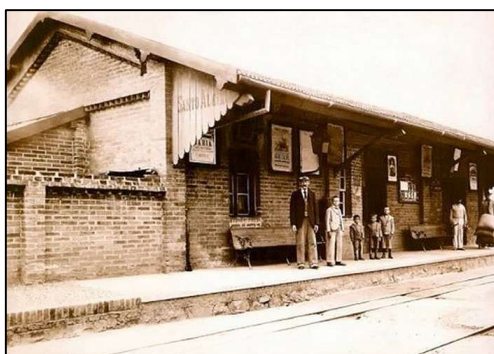


Figura 44: Foto da Estação Santo Aleixo. Figura 45: Foto da Estação Serra Negra.
Fonte: Disponível em: <http://www.estacoesferroviarias.com.br>. Acesso em: out. 2020.

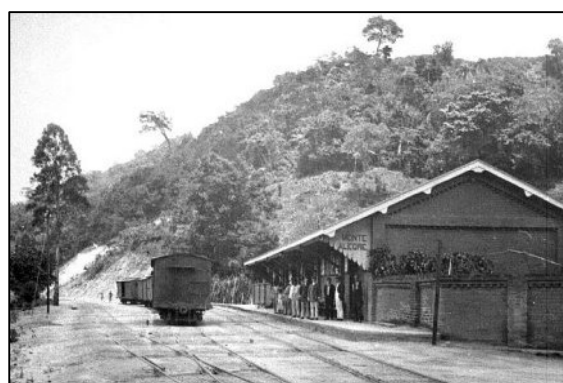


Figura 46: Foto da Estação Três Pontes. Figura 47: Foto da Estação Monte Alegre. Fonte: Disponível em: <http://www.estacoesferroviarias.com.br>. Acesso em: out. 2020.

Ainda que a Companhia Mogyana tenha chegado próximo das terras do município de Bragança, no território que já havia sido de Bragança, esses trilhos não

atendem ao escoamento da produção do município de Bragança, que vive com essa dificuldade no final do século XIX e se vê obrigada a solucionar essa logística.

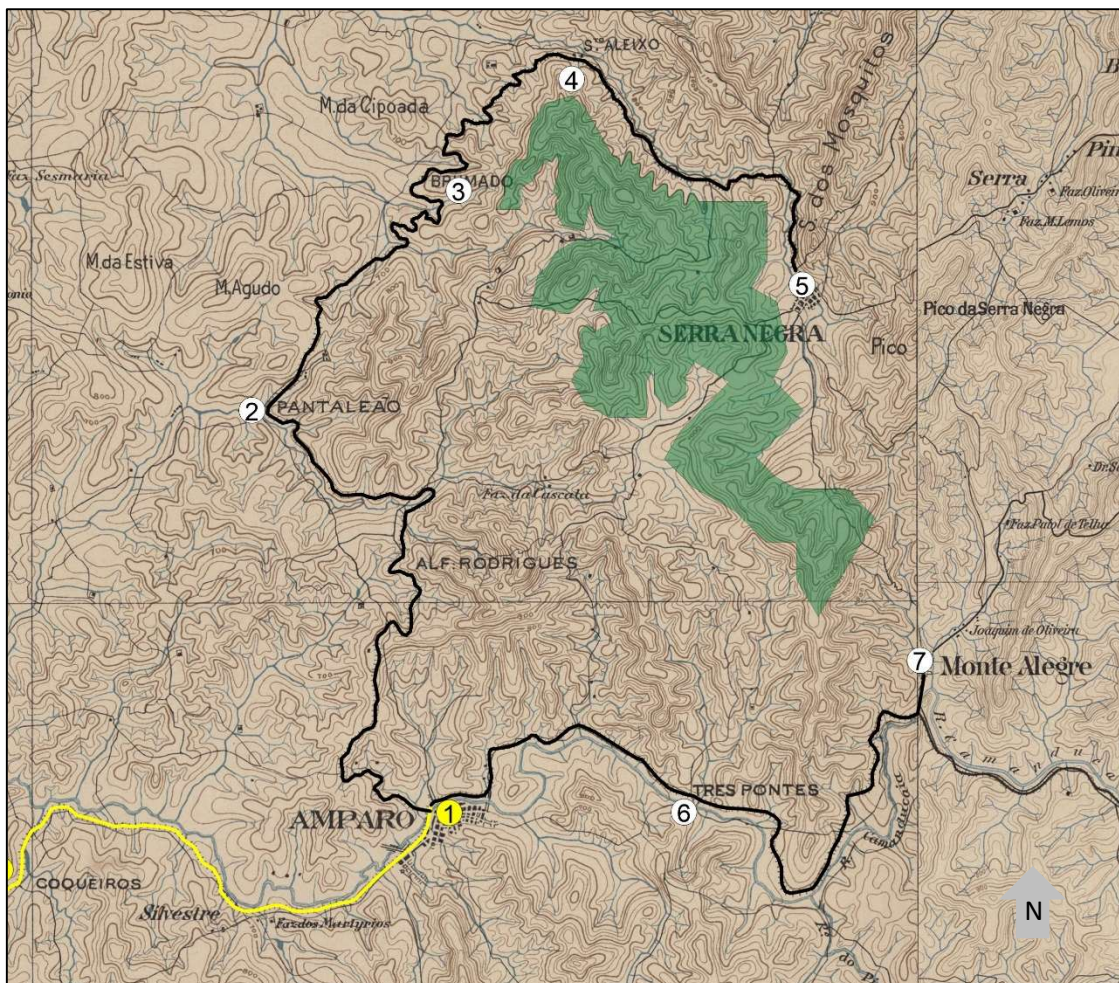


Figura 48: Ampliação do ramal a partir da Estação de Amparo 1 onde 2: Estação Três Pontes, 3: Estação Monte Alegre, 4: Estação Dr. Norberto, 5: Estação Visconde de Soutelo, 6: Estação Socorro. Ramal de Serra Negra, 7: Estação Pantaleão, 8: Estação Brumado, 9: Estação Santo Aleixo e 10: Estação Serra Negra. Fonte: Interpretado na cartografia de 1909, mapa elaborado e publicado pela Seção Cartográfica da Companhia Lith-Hartmann – Reichenbach, São Paulo e Rio de Janeiro, folha de Campinas -Arquivo Público do Estado de São Paulo.

Com os investimentos e crescimento dos trilhos da Companhia Mogiana sentido norte, havia outras duas ferrovias sendo construídas na região no final do século XIX e início do XX, mais a sul do território. A primeira, instalada, mas não muito próspera foi a Estrada de Ferro Itatibense⁴⁴. Segundo o estudioso de ferrovias Ralph Mennucci Giesbrecht, esse ramal saía de Itatiba, antigo bairro rural de Belém pertencente a Campinas, até a Estação de Louveira, apenas 20 quilômetros de ramal que se interligavam à Companhia Paulista de Estradas de Ferro e, posteriormente, à São Paulo Railway. O ramal Itatibense tinha três paradas oficiais, Tapera Grande, Itapema e Itatiba,

⁴⁴ Sempre deficitária, por ser muito curta e ter curvas demais, a pequena ferrovia sobreviveu até 1952, quando, sob protestos da população local, foi fechada definitivamente.

e algumas paradas estratégicas. Era um ramal com muitas curvas, o que deixava a viagem longa e não agradável. Isso fez com que o projeto da Estrada de Ferro Itatibense não prosperasse. As Estações eram pequenas, de madeira; somente a Estação Itapema foi construída com tijolos.

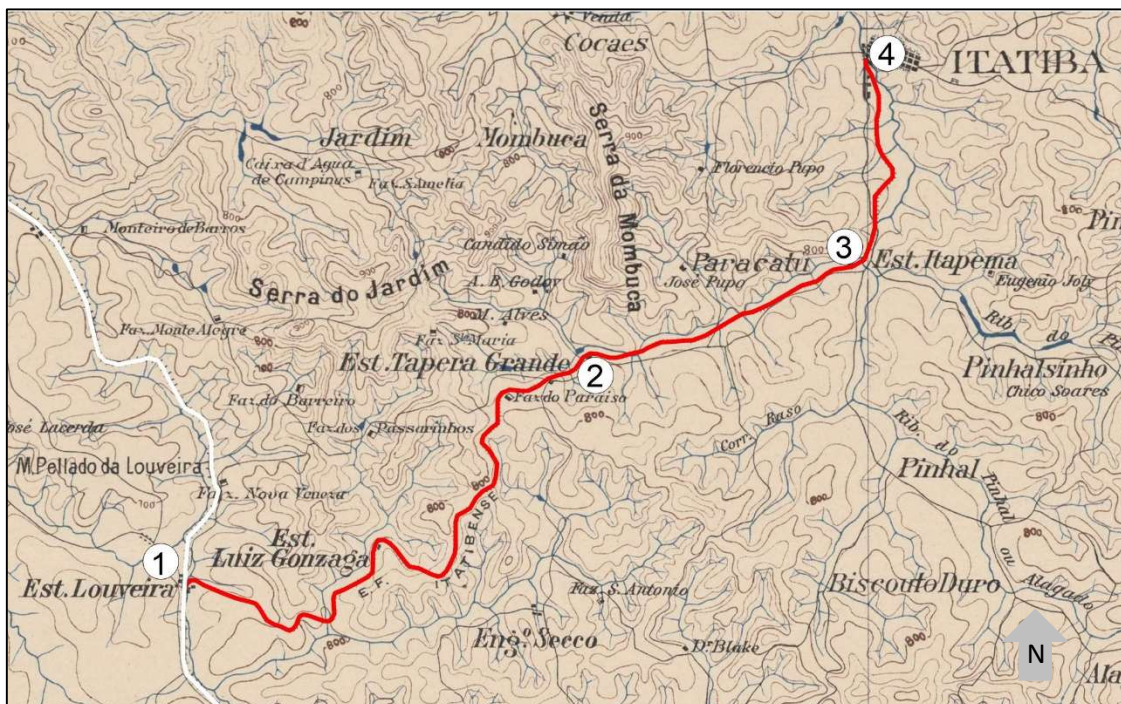


Figura 49: Ramal de Itatiba da Estação Ferroviária Itatibense em vermelho, saindo da estação Louveira (1), Estação Tapera Grande (2), Estação Itapema (3) e Estação Itatiba (4). Em branco, São Paulo Railway. Fonte: Interpretado na cartografia de 1909, mapa elaborado e publicado pela Seção Cartográfica da Companhia Lith-Hartmann – Reichenbach, São Paulo e Rio de Janeiro, folha de Campinas. Arquivo Público do Estado de São Paulo.

Após a Lei de Terras de 1850, muitas das organizações rurais que formavam os bairros rurais com a dinâmica coletiva e produtora de gêneros agropastoris passaram a ser propriedades registradas; havia um dono, e o território foi sendo tomado por diversas fazendas no espaço rural. Estas continuavam a ter um importante papel no desenvolvimento da economia e na conexão do território, papel que se desenvolve desde o Período Colonial. Arruda (2020) afirma:

A essencialidade da produção agropastoril na economia paulista nos séculos coloniais é inquestionável, o que fez da unidade produtiva rural, a fazenda mista, o coração latente do sistema produtivo nas paragens meridionais da colônia.

No século XX, esse sistema produtivo passa a ser registrado, mapeado e expressa uma forma específica de vida social, de cotidianidade, com padrões de sociabilidade próprios que espelham a gênese de uma cultura singular, vinculada a uma importante participação econômica.

4.2.1. Estrada de Ferro Bragantina

Os trilhos da São Paulo Railway e os investimentos da Companhia Mogyana despertaram novos olhares dos produtores de café da Região Bragantina no final do século XIX. Ainda que o território fosse montanhoso, o fato de os trilhos terem vencido a Serra do Mar, entre outros desafios, abria a possibilidade de tornar viável o escoamento da produção de café da Região Bragantina. Assim, iniciam os projetos de ter, em solo bragantino, trilhos que interligassem a produção local ao porto de Santos.

Os dados sobre as produções na região bragantina eram animadores. O livro publicado pela Câmara de Bragança (1998) aponta como a sexta maior produção da província paulista em 1870, com 36 mil arrobas de café, perdendo para Campinas (335 mil arrobas), Limeira (121 mil arrobas), Rio Claro (99 mil arrobas), Mogi Mirim (88 mil arrobas) e Jundiaí (60 mil).

A escala da produção cafeeira na região bragantina composta pelos municípios de Amparo, Socorro, Atibaia, Piracaia e Joanópolis foi proporcionalmente menor, principalmente por conta da extensão das propriedades. Na região estudada, eram propriedades pequenas, que tinham nesse momento em torno de 100 mil pés de café. Para título de comparação, ressalta-se, por exemplo, a propriedade da Família Prado em Sertãozinho, região de Ribeirão Preto, que possuía em sua fazenda a produção em 3.500 milhões de pés de café na mesma época (CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGANCA PAULISTA, 1998).

Neste cenário, os trilhos vão ganhando novos projetos. Vale enfatizar que não foram as fazendas que chegaram próximas aos trilhos, mas sim os trilhos, que de forma estratégica chegam dentro ou muito próximos a algumas fazendas. Isso porque, assim como em outras companhias, a concepção da Ferrovia Bragantina foi fruto de uma articulação política que envolvia uma pequena elite interessada na evolução do “projeto ferrovia”. No mesmo ano em que a Companhia Mogyana saiu da estação Campinas para atingir Jundiaí e Jaguary, os primeiros passos para a Ferrovia Bragantina saiu do papel:

Pela Lei provincial de 6 de abril de 1872, o governo contratou, com os senhores Coronel Luiz Manoel da Silva Leme, Coronel Francisco de Assis Vale Junior, Doutor Braulio Timóteo Urioste, Padre Ezequias Galvão da Fontoura, Major Manuel Jacinto de Moraes e Silva, Capitão Francisco de Assis Vale, Antonio Manoel Gonçalves, João Manoel Vieira Leite Guimarães, Firmino Joaquim de Lima e José Gomes da Rocha Leal, a construção de uma via férrea, que, partindo da Estrada de Ferro da Companhia Inglesa, fosse ter a Bragança, até a divisa de Minas Gerais (OLIVEIRA, 2000).

Nagay (1999, p. 20) afirma que a República permitiu maior autonomia para os governos provinciais. Os fazendeiros de café demonstraram, então, o deslocamento real do centro de poder do nordeste para o sudeste. Cafeicultores executaram, então, políticas compatíveis com os interesses da nova classe dominante. Neste cenário, o primeiro trecho da Estrada de Ferro Bragantina é executado. Em 22 de dezembro de 1878, foram iniciados os trabalhos de construção da linha que partia da Estação Campo Limpo, no município de São João do Atibaia, da Companhia São Paulo Railway, em direção à cidade de Bragança. Um primeiro trecho deste ramal, da Estação de Campo Limpo até Campo Largo, também no município de São João do Atibaia, foi inaugurado em 1881 (Figura 50).

Depois de as obras serem completamente paralisadas por cerca de dois anos, foram retomadas em 2 de janeiro de 1884. Em 4 de maio deste ano, abriu-se ao tráfego o primeiro trecho da linha até a Estação Bragança (Figura 50), entre a Estação do Campo Limpo e a Estação Bragança. Faziam parte deste primeiro trecho, a Estação do Campo Largo, a Estação Atibaia e a Estação Tanque, que seria um importante ponto estratégico de escoamento da produção cafeeira das terras produtoras do sul da Região Bragantina, ainda que o objetivo maior da Ferrovia Bragantina fosse atingir o norte, a divisa com Minas Gérias.

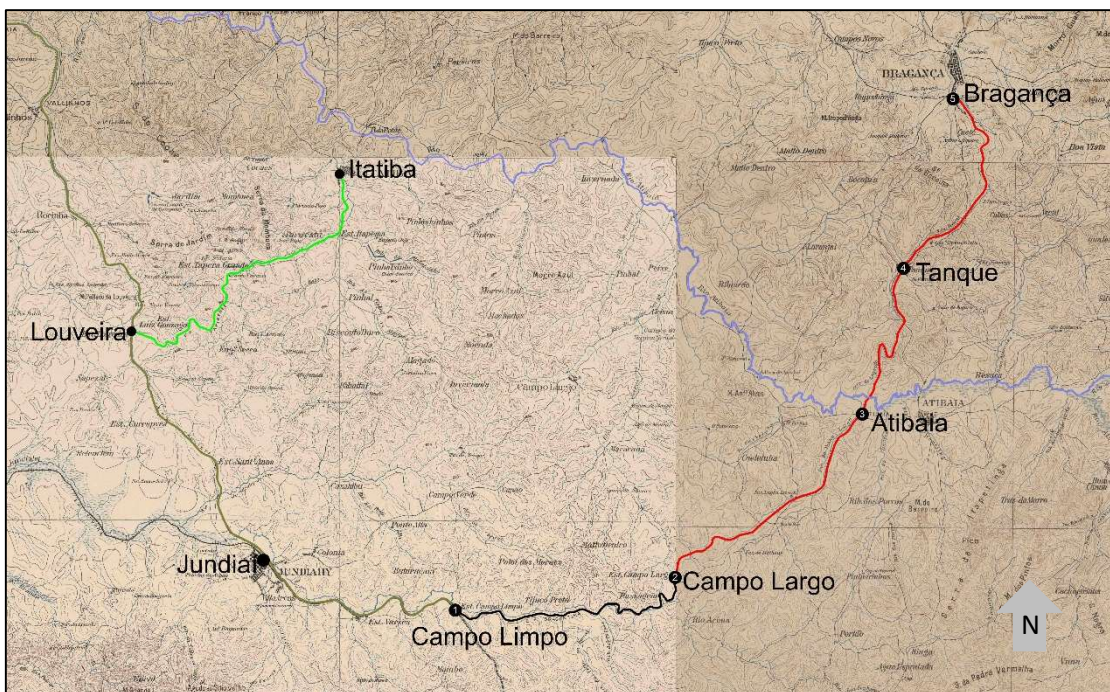


Figura 50: Ramal de Itatiba da Estação Ferroviária Itatibense em verde. Em cinza, São Paulo Railway (Estações de Jundiá e Campo Limpo). Primeiro trecho da Ferrovia Bragantina 1881 de Campo Limpo a Campo Largo em preto. Em vermelho, o segundo trecho da Ferrovia Bragantina de Campo Largo até a Estação Bragança. Fonte: Interpretado na cartografia de 1909, mapa elaborado e publicado pela Seção Cartográfica da Companhia Lith-Hartmann – Reichenbach, São Paulo e Rio de Janeiro, folhas de Campinas, Jundiá, Atibaia e Bragança. Arquivo Público do Estado de São Paulo.

A estação do Campo Largo daria origem à atual cidade de Jarinu. Quando construída, a edificação estava dentro do termo do município de São João de Atibaia⁴⁵, sendo o bairro rural do Campo Largo. O mesmo acontecia com a Estação Tanque, bairro rural do município de São João de Atibaia. Ressalta-se que estes bairros rurais não estão no território de Bragança, e sim na região limítrofe da mesma.



Figura 51: Estação do Campo Largo em 1940, dentro do território da Vila de Atibaia Estação, pertencente à Ferrovia Bragantina. Fonte: Estações Ferroviárias. Acesso em: out. 2020.

Figura 52: Estação Tanque, a última Estação da Ferrovia Bragantina em terras de Atibaia. Fonte: Estações Ferroviárias. Acesso em: out. 2020.

A Estação Atibaia, inaugurada em 1884, mantém este nome até 1914, quando passa a ser chamada de Estação Caetetuba e um novo ramal é inaugurado até Piracaia, o bairro rural de Nazaré Paulista.

A primeira estação em terras bragantinas foi instalada no então bairro mais próximo ao núcleo urbano de Bragança, que, no final do século XIX, já se encontrava conectado por ruas, fazendo com que a malha urbana fosse a junção do bairro da vila com o bairro rural do Canivete (Figura 53), cujo nome foi alterado para Taboão. O bairro rural do Canivete, existente desde as primeiras ocupações da Freguesia de Nossa senhora da Conceição do Jaguary, foi constantemente recenseado por nós. Nas documentações primárias, aparece pela primeira vez nos *Maços de População* desde 1767.

⁴⁵ Pela Lei Provincial 26, em 22 de abril de 1864, recebeu o título de município. Em 20 de dezembro de 1905, pela Lei Estadual 675, o município de São João de Atibaia passou a denominar-se apenas Atibaia.



Figura 53: Relação da primeira estação de trem dentro do território de Bragança com o núcleo urbano. Em vermelho, a Estação Taboão; mancha amarela, malha urbana em 1909; ponto preto, Igreja Matriz. Fonte: Arquivo Público do Estado de São Paulo.



Figura 54: Estação Taboão, em 1910. Fonte: CDAPH - Centro de Apoio à Pesquisa em História- Universidade São Francisco.

As Estações Tanque e Bragança beneficiaram diretamente as fazendas inseridas nos bairros rurais do Biriça, Itapetinga, Caeté, Canivete, Mato Dentro, Bocaina e Campo Novo, todos no termo do município de Bragança. As organizações rurais, os bairros rurais mencionados, muitos se tornaram fazendas com produções principalmente agropastoris, como no caso da Fazenda Caethé, que de bairro rural se torna uma das maiores fazendas produtoras de café no município de Bragança.

Em 1886, conforme Souza e Santos (1999 p. 77), a população de Bragança cresce de 11.618 habitantes em 1836 para 16.214. Estes números estão diretamente ligados ao crescimento das plantações de café, que, no ano de 1886, registraram a produção de 250 mil arrobas de café, mais de 500% em relação a 1854.

Produção de café em Bragança			
Ano	1836	1854	1886
Arrobas	2.400	36.755	250.000

Tabela 15: Quadro comparativo da produção de café em Bragança no século XIX. Fonte: Câmara Municipal de Bragança Paulista – trajetória e Identidade. 1998.

Nesse momento o cenário político é complexo, cheio de insatisfações com o Império vindas da elite cafeicultora, da nova classe média que moram nas cidades, dos militares e da Igreja Católica. As classes mais humildes não têm participação em todo esse movimento que traria à tona as ideias republicanas. Para Carvalho (2013), as classes menos favorecidas têm certa gratidão pelo Império, pois foi responsável pela libertação dos escravos em 1888.

O descontentamento da Igreja Católica existia, pois as interferências de D. Pedro II nas decisões eclesásticas eram numerosas. Os militares e os oficiais de baixo escalão do Exército Brasileiro também estavam descontentes, pois reivindicavam melhores, salários, plano de carreira⁴⁶ e pela determinação de D. Pedro II, respectivamente, que os impedia de manifestar publicamente, nos periódicos, suas críticas ao Império.

Os fazendeiros paulistas que já importavam mão de obra imigrante também estão contrários ao Império, pois buscam maior participação política e poder de decisão nas questões nacionais. Existia também a insatisfação de alguns produtores, por serem desfavoráveis à libertação dos escravos em 1888. Por fim, as classes urbanas em ascensão buscam maior participação política e encontram, no sistema Imperial, um empecilho para alcançar maior liberdade econômica e poder de decisão nas questões políticas.

São dados, portanto, os primeiros sinais de que mudanças viriam acontecer. As ideias republicanas rapidamente se espalham e ganham adeptos. Em artigo de 15 de setembro de 1888, na coluna “Campo neutro”, de O paiz, o monarquista Joaquim Nabuco atesta:

Mas a realidade é outra: a realidade é que o partido republicano é uma força que ninguém pode mais destruir [...]. Para fazer frente ao movimento republicano [...] é preciso uma política que possa ser oposta à república com probabilidade de prevalecer sobre ela na opinião independente e patriótica do país. Sem essa política, está visto que a república não terá competidor [...]. Depois de ter ganho as províncias do sul, onde está quase triunfante, ela ganhará com facilidade as do norte, hereditariamente democráticas (MELO, 2011, p. 125).

⁴⁶ A Guerra do Paraguai havia terminado, e o Brasil, após oito anos, saiu vitorioso, porém com o exército muito prejudicado.

No dia 15 de novembro de 1889, um grupo de militares, dos quais se destaca Benjamin Constant, prepararam um levante militar. Para liderá-los, escolhem o Marechal Deodoro da Fonseca, principal chefe do exército brasileiro, recém-vitorioso da guerra contra o Paraguai e personagem que assumiria a presidência da recém-nascida República.

Neste contexto, a Companhia Mogyana de Estradas de Ferro planejou, em 1889, construir uma nova linha tronco fora da área de privilégio da São Paulo Railway. A nova linha partiria do ramal de Amparo, especificamente da Estação de Monte Alegre, passando por Bragança, seguindo o lado paulista aos pés da Serra da Mantiqueira. Tratava-se da ligação da estação de Guarulhos, da Cantareira, com Bragança, passando por dois (atuais) municípios, Nazaré e Bom Jesus dos Perdões. Era uma nova opção para escoar a produção paulista e sul mineira, privilegiando a Região Bragantina com acesso a outro porto, quebrando o monopólio da São Paulo Railway. Sem dúvida, seria um grande benefício para a Região Bragantina.

O primeiro obstáculo seria cruzar a zona de privilégio da Estrada de Ferro Bragantina, que evidentemente teria muito a ganhar com a nova linha em bitola métrica, ligando diretamente a um porto, possibilidade pela qual os cafeicultores se interessaram.

Nessa época, a estrada de ferro Bragantina já apresentava problemas financeiros, porém, em 1895 suas ações foram adquiridas por um grupo capitalista de São Paulo, liderado por Luís de Oliveira Lins de Vasconcelos⁴⁷, advogado intimamente ligado aos novos investimentos que Bragança, com a elite de fazendeiros, buscavam implantar no território. Os anos seguintes foram marcados por um jogo de interesses envolvendo a São Paulo Railway e a Companhia Mogyana, até que os administradores da São Paulo Railway souberam do projeto da Companhia Mogiana e fizeram uma oferta definitiva a Lins de Vasconcelos. Os planos dos trilhos da Companhia Mogiana cruzar os territórios Bragantinos não saíram do papel (Figura 55).

⁴⁷ Com um escritório de advocacia de sua propriedade (após ter trabalhado no escritório do Dr. Eduardo de Azevedo), foi o advogado das principais famílias paulistas e de grandes empresas, como: Companhia Mogiana de Estradas de Ferro, London Bank, Companhia de Gás de São Paulo, entre outras. Foi diretor e fundador de empresas, como: Estrada de Ferro Bragantina (diretor), Companhia Telefônica Bragantina (diretor e fundador), Companhia Melhoramentos do Paraná (diretor e fundador).

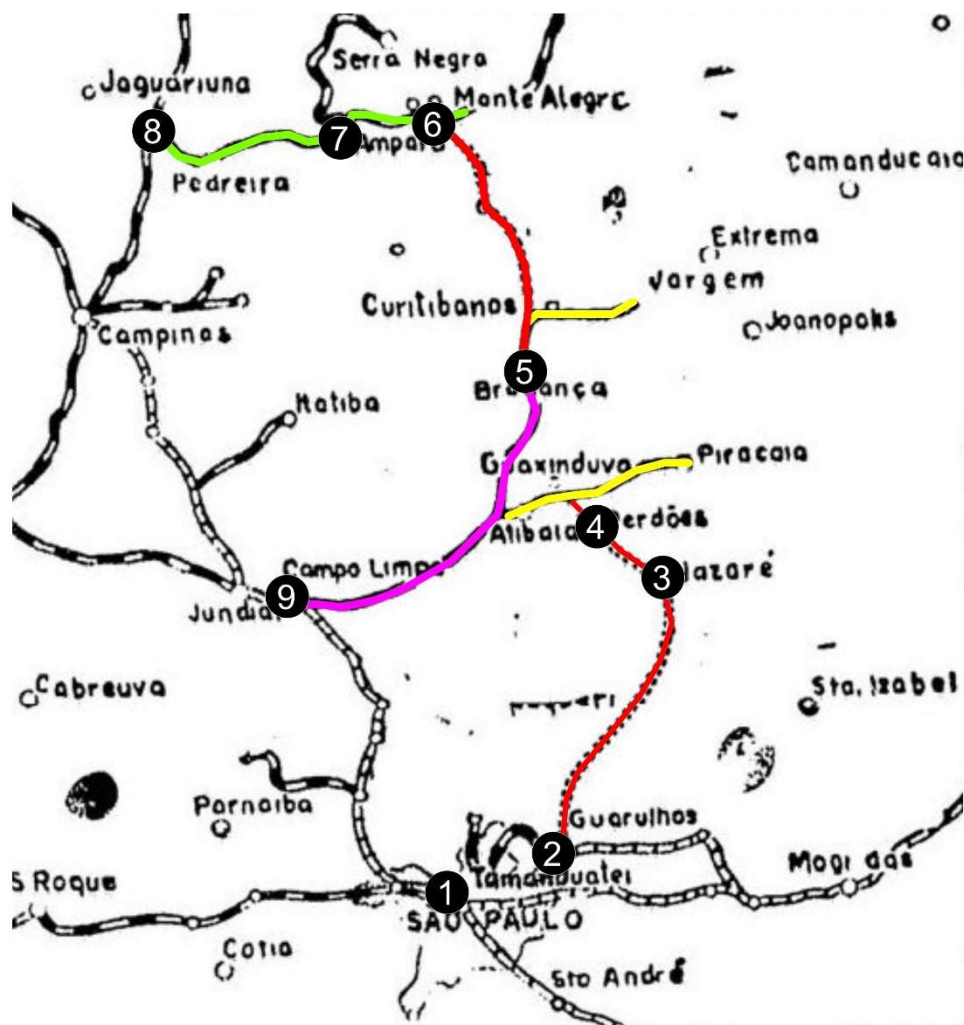


Figura 55: Utilizando como base o croqui das Ferrovias elaborado por Ralph Mennucci Giesbrecht, demarcam-se quais eram as intenções do projeto da Companhia Mogiana. Em vermelho, a linha férrea não executada. Em magenta, a linha Férrea Bragantina; em verde, a linha férrea da Companhia Mogiana; em amarelo, extensões da Ferrovia Bragantina que nesta data ainda não existiam, viriam a ser construídas no início do século XX. Para 1: São Paulo, 2: Guarulhos, 3: Nazaré, 4: Bom Jesus dos Perdões, 5: Bragança, 6: Monte Alegre, 7: Amparo, 8: Jaguariuna e 9: Jundiá. Fonte: blog a salvação da Bragantina, visitado em fevereiro 2021.

Em 1898, consolida-se a primeira grande crise cafeeira. O governo enfrentava dois problemas: a queda dos preços internos e externos do café e as finanças do Estado em pleno declínio, gerando uma crise intolerável. A solução encontrada é a “política de valorização” ou “intervenções valorizadoras⁴⁸”. Assim, a burguesia cafeeira utilizou seu poder de monopólio para manipular os preços internacionais.

⁴⁸ O Convênio de Taubaté é realizado em fevereiro de 1906 pelos três maiores estados produtores de café (São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro) com o objetivo de valorizar o café. Estabeleceu-se: fixação de um preço mínimo para o café, com retenção de parte da produção correspondente ao excedente do consumo mundial. Uma sobretaxa garantiria os recursos necessários à compra do produto no mercado interno. Para o esquema funcionar seria necessária a presença do governo federal, que além de emprestar moeda brasileira garantiria empréstimos externos.

Logo, é possível analisar que, na segunda metade do século XIX, existe uma enorme expansão da cafeicultura na Região Bragantina, formada na maior parte, de acordo com Santos (1999, p. 74), por pequenos proprietários, responsáveis por produções agrícola e pecuária. Estes pequenos proprietários, na maioria posseiros, viram a possibilidade de registrar as suas terras com a Lei de Terras que vigora em 1854, ano em que ocorre um aumento expressivo da produção do café. Poucos conseguem aumentar suas propriedades, mas vale salientar que enormes glebas e grandes casarões não são características das propriedades bragantinas, menores e com construções mais singelas se comparadas, por exemplo, às fazendas da região de Campinas ou Ribeirão Preto.

Na segunda metade do século XIX, após importantes acontecimentos, como a abolição dos escravos e a chegada da República, a Região Bragantina havia passado por dois desmembramentos: Amparo, em 1857, e Socorro em 1873, municípios também inseridos na cafeicultura.

A produção de café estimula o avanço dos trilhos no território paulista, no entanto, ainda que existissem esforços, inicialmente da Companhia Mogyana, seguido da Companhia Itatibense e, quase no final do século XIX, da Ferrovia Bragantina, Bragança encerra o século com apenas uma estação ferroviária de fato no seu território, a Estação do Taboão (Figura 56), que estimula ainda mais a agricultura local. Esta produção se fortaleceu com a produção agropastoril e abriu espaço para o café se tornar o produto número 1. Contudo, segundo Godoy e Zamana (1999), as fazendas de Bragança, juntamente com o café, produziam pecuárias bovina, suína e gêneros agrícolas como milho e feijão.



Pertence a:	Ano de inauguração	Percurso
C.P.E.F	1872	E. Campinas à E. Jundiaí
C.M.	1872	E. Campinas à E. Jaguar
C.M.	1875	E. Jaguar à E. Amparo
E.F.B.	1881	E. Campo Limpo à E. Campo Largo
E.F.B.	1884	E. Campo Largo à E. Bragança
C.M.	1889	E. Amparo à E. Pantaleão
C.M.	1890	E. Pantaleão à E. Brumado
C.M.	1890	E. Amparo à E. Monte Alegre
E.F.I	1890	E. Louveira à E. Itatiba
C.M.	1892	E. Brumado à E. Serra Negra

Figura 56: Linhas férreas construídas na segunda metade do século XIX. A mancha cinza enfatiza o território onde estavam localizados os bairros rurais de Bragança; dentro da mancha, em amarelo, é delimitado o núcleo urbano. Fonte: Desenvolvido pela autora em 2021, mapa base elaborada pela Seção Geográfica e Geológica 1909 e Distritos de Bragança, sem data. Arquivado no Centro de Apoio à Pesquisa em História, Universidade São Francisco.

4.3. Tuiuti, terceiro distrito a se formar no município de Bragança

O início do século XX foi agitado e cheio de acontecimentos que aqueciam a economia e alteravam a rede urbana no território de Bragança. Em 21 de agosto de 1903, a São Paulo Railway adquiriu a Estrada de Ferro Bragantina, extinguindo-se a “Ferrovia Bragantina”, que passou a ser chamada de Ramal Bragantino. A entrada da companhia inglesa trará para o território, na segunda década do século XX, novas estações e um novo ramal, o de Piracaia.

No mesmo ano em que a São Paulo Railway adquiriu a Estrada de Ferro Bragantina, segundo o IBGE, Tuiuti se tornou distrito⁴⁹ de Bragança (1903) e sua origem se deu após a doação de terras por Januário Pinto em 1890, sobre as quais fora construída a primeira capela em 1902. Este local, todavia, fora um bairro rural de Bragança, denominado Pantano⁵⁰. As documentações primárias sobre o município de Tuiuti são escassas; e as produções historiográficas locais, poucas, para não dizer nenhuma, assim como o material icnográfico. Sem base bibliográfica local, iniciam-se as análises da cartografia do local e a pesquisa de campo, que constatarem detalhes relevantes para a compreensão da formação e ocupação deste território, atual município de Tuiuti.

O bairro rural do Pantano foi localizado pela primeira vez nos documentos recenseados *Maços de População da Vila Nova Bragança* em 1818. Neste ano, apresentava 528 fogos, 556 moradores livres e 199 escravos. Ele volta a aparecer nos *Maços de População* em 1828, registrando crescimento neste período de dez anos, passando a 169 fogos, 763 moradores livres e 105 escravos.

O bairro rural do Pantano não foi registrado na cartografia antiga consultada, dos séculos XVIII, XIX e início do XX. Todavia, no mapa de 1909, elaborado e publicado pela Secção Cartográfica da Companhia Lith-Hartmann – Reichenbach, São Paulo e Rio de Janeiro, nas folhas de Bragança e Campinas, foi possível constatar a presença de bairros rurais, nenhum especificamente denominado Tuiuti ou Pantano. Todavia, após visitas de campo, encontram-se estes dois bairros rurais com características morfológicas do século XIX, o que chamou atenção.

⁴⁹ Na prática, os distritos municipais são dependentes da cidade ou município aos quais são vinculados. Assim, não possuem autonomia política para criar leis e aprovar orçamentos próprios, correspondendo à divisão administrativa dos municípios equivalentes às freguesias no Período Colonial.

⁵⁰ Nos *Maços de População* há registros deste bairro rural com a nomenclatura Pântano, e também como Pantano (sem acento). Em visita a campo, pudemos constatar que os moradores denominam o local de Pantano.

Por meio de informações colhidas com moradores, foi possível entender que os bairros rurais do Passa Três e Arraial são ocupações urbanas concomitantes à existência do bairro rural do Pantano, a partir do qual o núcleo urbano da atual Cidade de Tuiuti se originaria. As terras dos dois bairros rurais Passa Três e Arraial não foram fruto de doações de um patrimônio religioso para a Igreja Católica durante o século XIX. Surgiram, provavelmente, no final do século XX, permanecendo na condição de bairro rural, e ali tiveram capelas particulares construídas, mas não reconhecidas pela Igreja Católica.

Analisando o mapa de 1909, contrapondo as informações colhidas na visita de campo com a cartografia atual, pode-se entender que os bairros rurais do Pantano, Passa Três e Arraial estão próximos. O local onde se instalara o bairro rural do Pantano, entre os três bairros rurais mencionados, é o mais próximo ao núcleo urbano da atual cidade de Tuiuti.

Conclui-se, portanto, com informações colhidas em campo e a sobreposição do mapa de 1909 com mapas contemporâneos, que o núcleo urbano da atual cidade de Tuiuti fica às margens do Ribeirão do Pantano, não onde se originou o bairro rural, mas no alto de uma colina próxima à ocupação inicial do bairro rural do Pantano. Outros dois bairros rurais – Passa três e Arraial – faziam parte dessa ocupação e são muito próximos ao atual núcleo urbano da cidade de Tuiuti. No entanto, não foram emancipados, pois a doação de terra referente ao templo religioso aconteceu depois da doação feita por Januário Pinto, definindo, assim, o núcleo urbano. As doações do patrimônio religioso destes bairros rurais foram feitas somente no século XX; hoje se configuram como bairros rurais da cidade de Tuiuti.

Outra ousada e consciente afirmação, trata-se da não localização do bairro rural do Pantano na junção do mapa de 1900 folha de Campinas e 1909, folha de Bragança, visto que o primeiro recenseamento deste bairro rural foi realizado em 1818. Para ter a compreensão geral da região é necessário unir essas duas folhas do levantamento, Campinas e Bragança. Os nove anos que separam a finalização das duas folhas pode ter causado incompatibilidade nas informações.

Identificaram-se, com a junção dos mapas, dois registros do bairro rural de Passa Três e nenhum do Pantano, porém, um deles está à margem do Ribeirão do Pantano, onde se julga que o correto seria a nomenclatura de Pantano ou Pântano, e próximo dali seria a construção da Capela (1902) dentro do patrimônio religioso doado em 1890

por Januário Pinto para a construção da Capela em devoção a São Sebastião (Figura 57.)

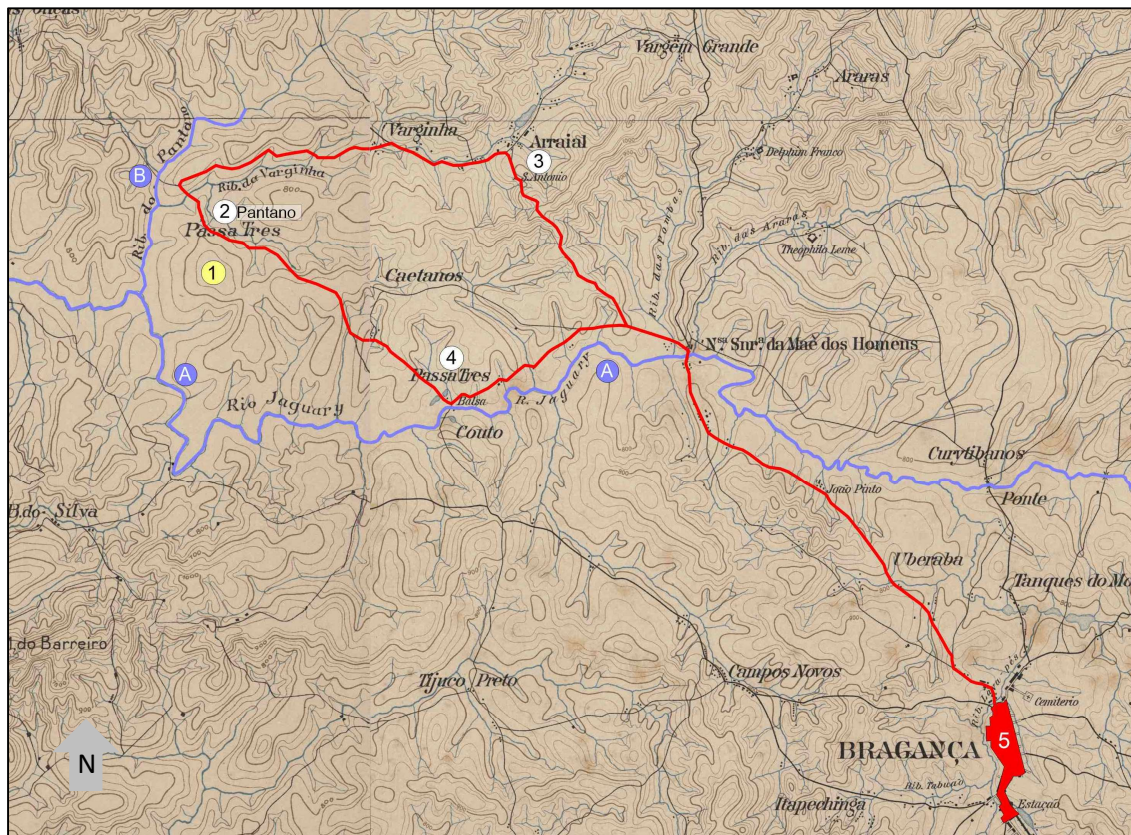


Figura 57: Recorte da cartografia de 1900 e 1909, mapa elaborado e publicado pela Seção Cartográfica da Companhia Lith-Hartmann – Reichenbach, São Paulo e Rio de Janeiro. Folhas de Campinas e Bragança. Destaca-se em azul: A, rio Jaguaray e B, Ribeirão do Pantano. Em amarelo, com a numeração 1, onde foi construída a Capela de São Sebastião (núcleo urbano de Tuiuti), 2: bairro rural do Pantano, que no mapa aparece Passa Três, 3: bairro rural do Arraial, 4: Bairro Rural do Passa Três e 5: Vila Nova Bragança. Em vermelho, o caminho que conectava esses bairros rurais, percorrido na visita de campo. Fonte: Arquivo Público do Estado de São Paulo.

No atual bairro rural do Passa Três, existe uma Igreja em devoção a Santo Antônio, uma praça e as casas que foram construídas no seu entorno. Na figura 58, imagem do que é, possivelmente, o único registro da primeira capela do bairro rural do Passa Três, encontrada colada na parede do Bar São José, no bairro rural do Passa Três. Nessa Praça, encontra-se um totem que indica o doador desse patrimônio, o Capitão Antônio Borelli, benfeitor do bairro.



Figura 58: Primeira Capela do bairro rural do Passa Três, em devoção a Santo Antônio. Fonte: Folha de jornal localizada na parede do Bar São José no bairro do Passa três.

Figura 59: Igreja atual do bairro Rural do Passa Três, em devoção a Santo Antonio. Fonte: Autora, jun. 2019.



Figura 60: Totem instalado na Praça Santo Antonio com o nome do Capitão Antonio Borelli, que doou o terreno para a construção da Igreja. Fonte: Autora, jun. 2019.

No bairro rural do Arraial, ainda existente e por nós visitado, não foi localizada nenhuma foto da antiga Capela. Hoje existe a Igreja, também dedicada a Santo Antônio. No mapa de 1909, publicado pela Secção Cartográfica da Companhia Lith-Hartmann – Reichenbach, São Paulo e Rio de Janeiro, folha de Bragança, pode-se perceber a ocupação do território acontecendo no decorrer do caminho com as típicas características dos bairros rurais em formação⁵¹.

⁵¹ Após tornar-se distrito em 1903, solicitação dos moradores liderados pelo Major Felício, nome dado à praça central da cidade, em 8 de junho de 1903 foram eleitos os primeiros Juizes de paz, Sr.es Basílio V. da Silva, José Paranhos de Almeida e José Antônio de Lima. O desmembramento do distrito somente aconteceria no final do século, em 1991, quando criado o município de Tuiuti no dia Primeiro de abril.

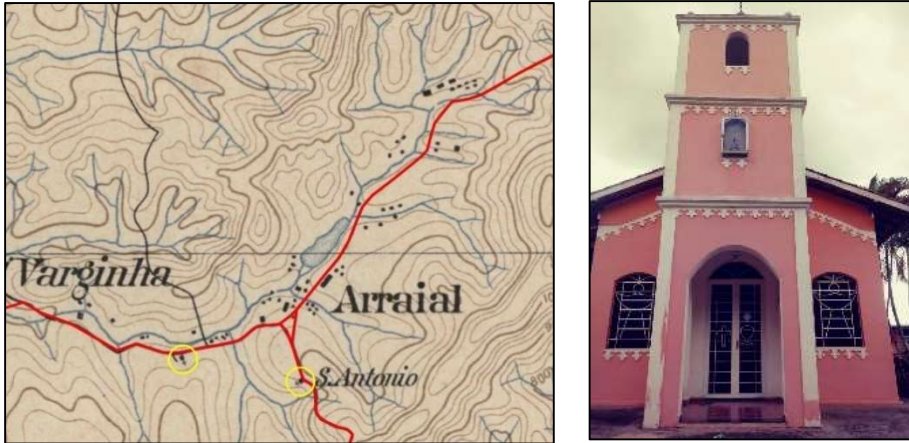
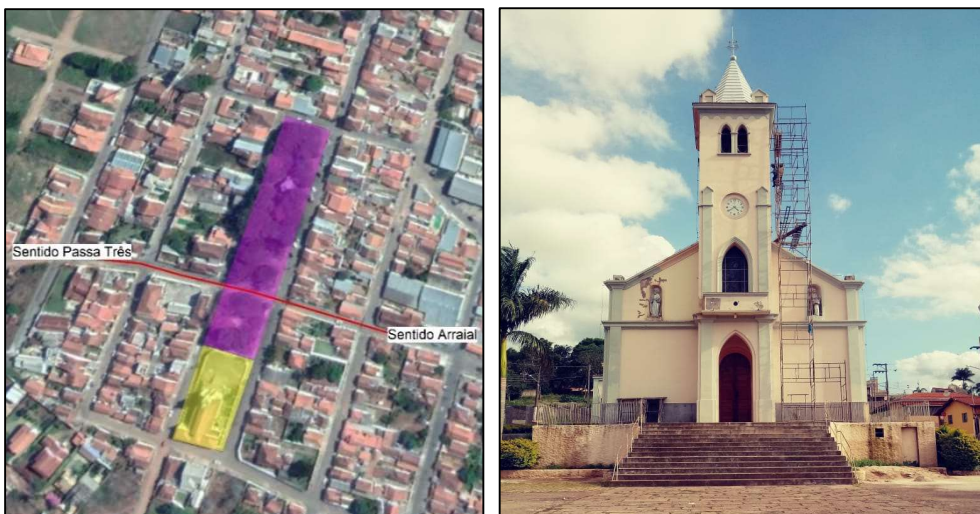


Figura 61: Recorte da Cartografia de 1909, mapa elaborado e publicado pela Secção Cartográfica da Companhia Lith-Hartmann – Reichenbach, São Paulo e Rio de Janeiro. Em destaque em vermelho, encontra-se a formação dos caminhos do bairro rural do Arraial; em amarelo, duas capelas rurais às margens desse caminho, uma com o nome de Santo Antônio. Fonte: Arquivo Público do estado de São Paulo.

Figura 62: Imagem da atual Igreja de Santo Antônio no bairro rural do arraial, Tuiuti. Fonte: Autora, jun. 2019.

Portanto, onde a princípio os mapas apresentam um descampado, um “sertão” desocupado, pode-se concluir, após investigação com o cruzamento de informações de mapas, visita de campo e os “Registro de Terras da Província de São Paulo” (1854 e 1856), dos quais localizamos os três bairros rurais aqui mencionados, que: o território da atual cidade de Tuiuti se forma a partir de três bairros rurais, Pantano, Passa Três e Arraial, e o núcleo urbano foi delimitado nas terras que Januário Pinto doou em 1890, próximas ao rio do Pântano. Na sequência, por volta de 1900, outra doação aconteceria: Joaquim de Lima Bueno doaria mais uma porção de terra para ampliar a praça da Igreja São Sebastião, hoje chamada de Praça Major Felício.



Figuras 63 e 64: Foto aérea extraída do Google Earth da Praça Major Felício. Em amarelo, demarca a doação de Januário Pinto; em roxo, a doação de Joaquim de Lima Bueno; em vermelho, os acessos para os bairros rurais do Passa Três e Arraial. Atual Igreja Matriz de São Sebastião, Fonte: Autora, jun. 2019.

No início do século XX, no território bragantino, Tuiuti se torna distrito, em 1902. Vale enfatizar que, este processo apresentado de bairros rurais se tornarem freguesias/distritos e posteriormente se desmembram, alcançando autonomia, não é necessariamente uma regra de desenvolvimento no território. Existem bairros rurais que são importantes localidades econômicas e sociais e nunca foram elevados à freguesias, a distritos, assim como existem freguesias/distritos que não se desmembraram de seu território de origem. Essa relação de elevações e desmembramentos é uma discussão complexa, que necessita análise da sociedade, política e economia, compreendendo as diferentes dinâmicas, caso a caso, na formação do território.

4.4. Novas estações e ampliações dos trilhos dentro do município de Bragança

Como dito anteriormente, a Estrada de Ferro Bragantina deixou de ter essa nomenclatura em 1902, passando a chamar ramal Bragantino, tendo seus trilhos como parte da empresa inglesa São Paulo Railway.

O romantismo das publicações locais, de fundamental importância para os registos históricos e incentivador da identidade local, deixa, muitas vezes, importantes fatos obscuros, não românticos ou incômodos para a sociedade. A história contada com romantismo, muitas vezes, é uma história de um passado perfeito. As publicações acadêmicas se distanciam do romantismo das publicações locais⁵².

No início do século XX, como aconteceria em âmbito nacional, a segregação social, principalmente após a Lei de Terras de 1850, somada à abolição dos escravos e aos milhares de imigrantes que chegavam ao Brasil transformavam a sociedade. Agora, eram milhares de dezenas de pessoas tendo, muitas vezes, que se submeter a condições precárias de sobrevivência.

Souza (2016, p. 13) apresenta por meio do estudo de um personagem francês, Joseph Jubert, que esteve em terras Bragantinas, professor, intelectual anarquista que buscou trazer à tona a precariedade que existia nas fazendas de café da região bragantina:

O professor Joseph Jubert foi indiciado como responsável pela greve dos colonos nas fazendas de café da região de Bragança no processo-crime de 1911. Ele foi acusado de distribuir um boletim que incitava a

⁵² Os memorialistas são numerosos e variados escritores escrevem sobre história, mas cada um o faz da sua maneira. Esta é a primeira característica diferenciadora de um trabalho historiográfico para um memorialístico: as regras teórico-metodológicas previamente estabelecidas no caso da escrita acadêmica não existem na narrativa produzida por memorialistas. Estes contribuem de forma muito rica para a conservação da história e são importantes instrumentos para a identidade local.

greve e atentava contra a segurança pública. Ponto que tal greve não faz parte da história oficial da cidade nem de obras publicadas pelos memorialistas locais até agora pesquisadas. Existe um silenciamento sobre o fato de que “[...] cerca de 1.000 colonos de meia dúzia de fazendas, na região de Bragança, ficaram paralisados por vinte dias e conseguiram um pequeno aumento de pagamento.

Por meio de Souza (2016), busca-se enfatizar que, a fim de compreender a formação do território de Bragança aqui apresentada, existem importantes questões que devem e merecem ser aprofundadas. Verificou-se a formação de uma elite local, fundamental para a compreensão da formação do território, mas vale enfatizar que, com a formação da elite vem a formação de uma camada da sociedade que sobrevive do trabalho braçal sem direitos e com extrema precariedade. É tomado aqui, a frente de uma sociedade formada por ex-escravos e imigrantes miseráveis que essas camadas sociais formam, juntamente com a elite cafeicultora, a sociedade bragantina, que assistiria a grandes transformações em seus territórios urbano e rural.

Enfatiza-se, ainda, que as condições precárias e a insatisfação dos colonos eram condições regionais que provocaram paralizações e reivindicações (Tabela 16).

GREVE	ANO
Greve nas Docas de Santos (gráficos de São Paulo e marítimos do Rio de Janeiro também aderiram em solidariedade),	1904
Greve Ferroviária em São Paulo (maior de todo Estado).	1906
Greve em Jundiaí (Cia Paulista).	1906
Paralisação em Bragança por apoio aos ferroviários de Jundiaí.	1906
Greve em São Paulo (construção civil no dia 1º de maio, que se alastrou para outras cidades como Santos, Ribeirão Preto e Campinas).	1907
Greve em Bragança Paulista (colonos).	1911
Greve em Campinas.	1911
Greve em Ribeirão Preto (colonos).	1915

Tabela 16: Greves e paralizações em São Paulo nas primeiras décadas do século XX. Fonte: Souza (2016, ANEXO 3).

Mesmo em meio a paralisações e revoltas, os projetos para ampliação da rede ferroviária se iniciam e, em 1913, novas estações são criadas na ampliação do ramal bragantino dentro do município de Bragança. A única estação em terras bragantinas, criada em 1884, deixa de se chamar Estação Bragança e passa a ser chamada de Taboão. Sua extensão chega mais próximo do núcleo urbano e recebe o nome de Estação Bragança, tornando-se a segunda estação na cidade de Bragança. Tanto a Estação Taboão como a Estação Bragança estavam inseridas no perímetro urbano; a linha férrea margeava o lado oeste do espigão, onde se localizava o núcleo urbano (Figura 65).

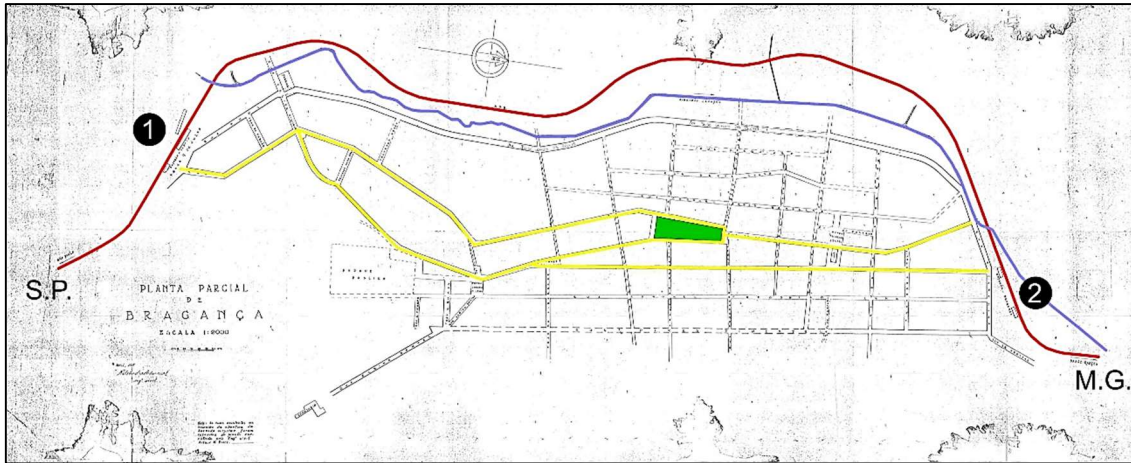


Figura 65: Estações ferroviárias dentro do perímetro urbano do município de Bragança no início do século XX. Linha férrea demarcada em vermelho, em que: 1: Estação Taboão, que inicialmente se chamava Bragança e 2: Estação Bragança, construída em 1913, quando o ramal Bragantino foi estendido. Em verde, o local da Igreja Matriz; em amarelo, a conexão entre as duas estações dentro do núcleo urbano; em azul, o ribeirão Lavapés. Desenho interpretado no Mapa Parcial de Bragança de 1937. Fonte: Prefeitura Municipal de Bragança Paulista.

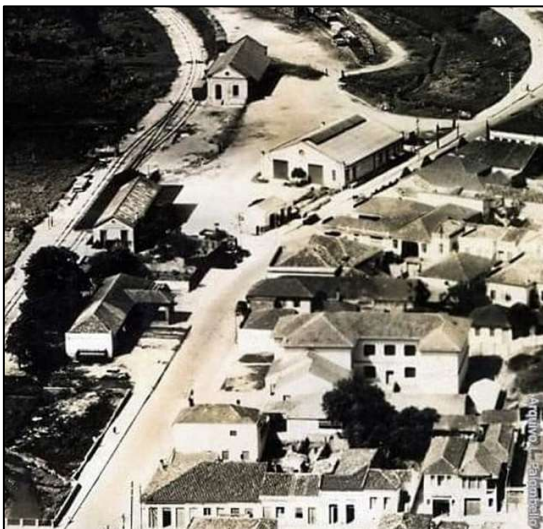


Figura 66: Vista aérea da Estação Bragança, s/d. Fonte: Arquivo Luis Palombello.



Figura 67: Estação Bragança, s/d. Fonte: Arquivo Luis Palombello.

Em 1944, para se diferenciar da Bragança portuguesa e da Bragança do Estado do Pará, o município passa a se chamar Bragança Paulista, e a estação também altera sua nomenclatura.

O ramal Bragantino, além da Estação Bragança Paulista, é ampliado com mais três estações no território rural. As estações Curitibanos, Guaripocaba e Vargem, esta chamada também de Estação Bandeirantes.

Guaripocaba e Vargem são bairros rurais em desenvolvimento no território de Bragança desde há muito tempo. O bairro rural do Guaripocaba foi recenseado por nós pela primeira vez em 1767, no primeiro *Maço de População* produzido para a Freguesia de nossa Senhora da Conceição do Jaguary. O bairro rural de Vargem faz parte do antigo bairro rural do Lopo, recenseado por nós em 1785.

O bairro rural do Guaripocaba mantém, hoje, praticamente a mesma configuração do século XIX. É um espaço rural, com uma estrada de terra que corta o pequeno espaço entre as serras do Araras e Anhumas até chegar à desativada estação de trem do bairro do Guaripocaba na cidade de Bragança Paulista. Esta estrada teve grande importância no ir e vir dos viajantes bandeirantes que passavam a caminho de Minas Gerais ou São Paulo desde o século XVIII. Nela surgiram capelas e produtores que abasteciam os viajantes e absorviam as mercadorias vindas de Minas Gerais. Também por ela grande parte da produção cafeeira dos séculos XIX e início do XX passava, tanto de Minas Gerais quanto das redondezas para seguir para o porto de Santos. Antes e depois da Ferrovia Bragantina, fundada em 1884, o local era um dos pontos de partida da estrada entre as serras e a Estação Ferroviária do Guaripocaba. A estação ali construída se mantém conservada até hoje. A população se firmou ao longo dessa estrada principal e, ao longo dela, foram erguidas igrejas e capelas que formam, atualmente, um rico acervo histórico arquitetônico (NUNES, 2018).

Ressalta-se, ainda, que os bairros rurais do Guaripocaba e Lopo também aparecem na lista de solicitações do Registro Geral de Terras de 1854-1856 com 43 e 42 solicitações respectivamente.

Curitibanos não é um bairro rural dos primórdios do desenvolvimento da Vila Nova Bragança. Não foi recenseado nos *Maços de População* nem listado nas solicitações de registro de terras de 1854-1856, nos “Arquivos Paroquiais de Terras”. Diferente do que aconteceu com as outras estações do ramal bragantino, o bairro rural de Curitibanos surgiu após a instalação da Estação Curitibanos no território bragantino, que estimulou um pequeno povoado no seu entorno, nada muito consistente capaz de alterar a formação territorial.

O ramal Bragantino, até a estação da Vargem, consegue, em 1914, atender um número maior de fazendas instaladas nos bairros rurais do território de Bragança. Os mais próximos dos trilhos no início do século XX são: Couto, Mãe dos Homens, Campos Novos, Uberaba, Mato Dentro, Itapechinga, Bocaina, Caethé, Bom Retiro, Boa Vista, Morro Grande, Água Cumprida, Jacarey, Mato Dentro, Lopo, Guaraiuva, Ponte Alta, Rio Acima, Anhumas, Guaripocaba, Araras, Vargem Grande, Arraial e o sul de Minas Gerais.

Entre esses bairros, alguns se destacam nas solicitações de registro de terras em 1854-1856: Araras com 88 solicitações, Anhumas com 73 solicitações, Campos Novos com 63 solicitações, Jacarey 45, Guaripocaba 43, Mato Dentro, Lopo com 42 solicitações, Vargem grande com 36, Arraial com 25, Itapechinda com 14, Caethé com 13, Couto com 11, Água Cumprida com 10, Boa Vista com 7, Uberaba com 6 e Morro Grande com 1 (Figura 68).

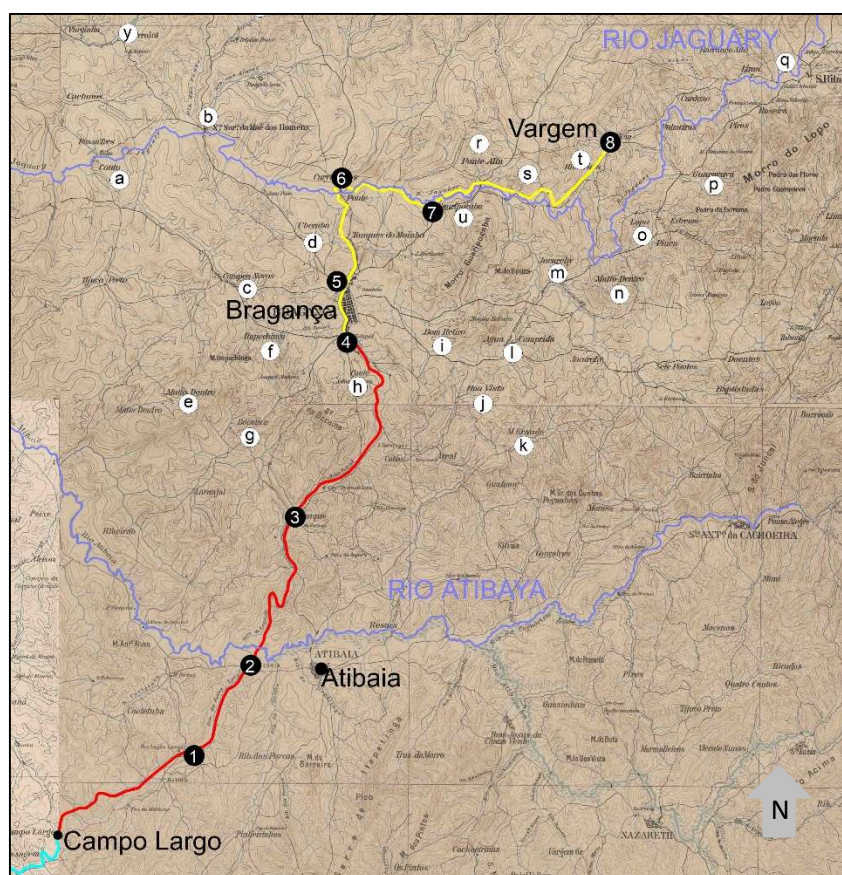


Figura 68: Território bragantino em 1913. Em vermelho primeiro trecho da Ferrovia Bragantina (1881); em preto, numerados, temos: Estação do Campo Limpo, 1: Campo Largo, 2: Estação Caetetuba, 3: Estação Tanque, 4: Estação Taboão. Em amarelo, o segundo trecho do ramal Bragantino: 5: Estação Bragança 6: estação Curitibaanos, 7: Estação Guaripocaba e 8: Estação Vargem. Em destaque em azul, os rios Atibaya e Jaguary. Pontuados em branco, os bairros rurais mais próximos dos trilhos do ramal Bragantino, a: Couto, b: Mãe dos Homens, c: Campos Novos, d: Uberaba, e: Mato Dentro, f: Itapechinga, g: Bocaina, h:Caethé, i: Bom Retiro, j: Boa Vista, k: Morro Grande, l: Água Cumprida, m:Jacarey, n: Mato Dentro, o: Lopo, p: Guaraiuva, q: Extrema MG, r: Ponte Alta, s: Anhumas, t: Rio Acima, u: Guaripocaba, v; Araras, x: Vargem Grande e y: Arraial. Fonte: Interpretado na cartografia de 1909, mapa elaborado e publicado pela Secção

Cartográfica da Companhia Lith-Hartmann – Reichenbach, São Paulo e Rio de Janeiro, folhas de Atibaia Jundiá, Campinas e Bragança. Arquivo Público do Estado de São Paulo. Elaborado pela autora.

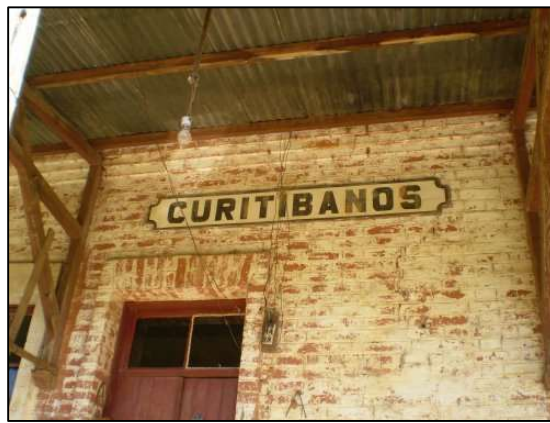


Figura 69: Estação Curitiba, s/d. Fonte: Estações Ferroviárias site visitado em fevereiro 2021.

Figura 70: Estação Curitiba. Fonte: Autora jun. 2019.



Figura 71: Estação Guaripocaba em funcionamento, s/d. Fonte: Site Estações Ferroviárias visitado em janeiro 2021.

Figura 72: Estação Guaripocaba em processo de restauro. Fonte: Autora jun. 2019.



Figura 73: Estação Guaripocaba, s/d. Fonte: Estações Ferroviárias visitado em fevereiro 2021.



Figura 74: Estação Vargem, final do ramal Bragantino, s/d. Fonte: Estações Ferroviárias visitado em fevereiro 2020.

No ano seguinte à ampliação dos trilhos no território de Bragança, em 1914⁵³, houve a inauguração da bifurcação que daria origem a um novo ramal, o de Piracaia, fruto de uma articulação dos produtores de café de Atibaia e do recém-criado município de Piracaia, anteriormente Freguesia de Nossa Senhora da Cachoeira, desmembrado da Vila de Nazaré em 1859. Esse ramal bifurcava da antiga Estação Atibaia, que passou a se chamar Estação Caetetuba e seguia para a nova Estação Atibaia, que ficava dentro do núcleo urbano. Guaxinduva, Canedos, Batatuba, Arpuí e Piracaia eram as estações que faziam parte do novo ramal (Figura 75).

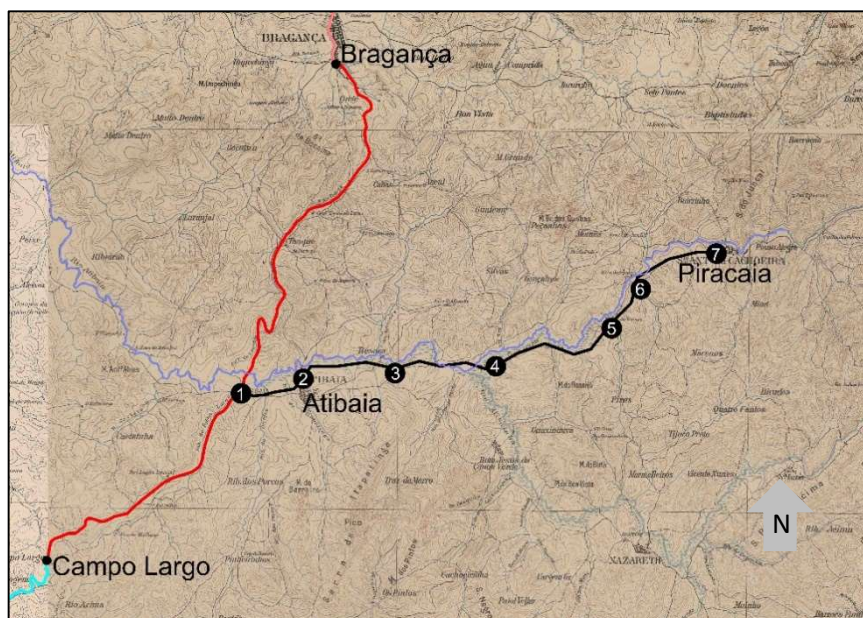


Figura 75: Ramal de Piracaia. Em preto, com numeração das estações, quinta ampliação do Ramal Bragantino: Caetetuba (antiga estação Atibaia) 1, Estação Atibaia (2), Estação Guaxinduva (3) Estação Canedos (4), Estação Batatuba (5), Estação Arpuí (6) e a última do ramal Estação Piracaia (7). Em vermelho, destaca-se o primeiro trecho da Ferrovia Bragantina; em azul, destaca-se o rio Atibaia.Fonte:

⁵³ A participação do Brasil na Primeira Guerra Mundial (1914 a 1918) é um episódio importante da história brasileira, ainda que a atuação do país não tenha sido muito grande e direta.

Interpretado na cartografia de 1909, mapa elaborado e publicado pela Secção Cartográfica da Companhia Lith-Hartmann – Reichenbach, São Paulo e Rio de Janeiro, folhas de Atibaia Jundiá, Campinas e Bragança. Arquivo Público do Estado de São Paulo, elaborado pela autora. Arquivo Público do Estado de São Paulo.



Figura 76: Estação do Caetetuba, antiga Estação Atibaia em 1940, dentro do território da Vila de Atibaia. Pertencente, de início, à Ferrovia Bragantina e, posteriormente, à São Paulo Railwail.
Figura 77: Estação Atibaia, a nova e primeira do ramal de Piracaia, dentro do núcleo urbano da Vila de Atibaia. Fonte: Estações Ferroviárias, visitado novembro 2020.



Figura 78: Estação do Guaxinduva, bairro rural dentro do território da Vila de Atibaia. Figura 79: Estação Canedos no bairro rural da Vila de Atibaia. Fonte: Estações Ferroviárias, visitado 2020.

Para as Estações Batatuba e Arpúí não foram localizados registros antigos. São estações construídas dentro do território rural do atual município de Piracaia.

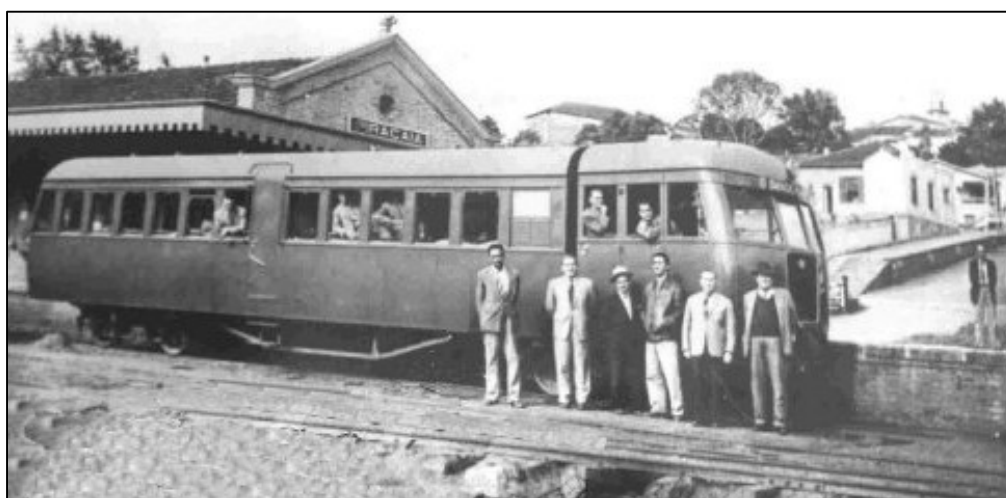
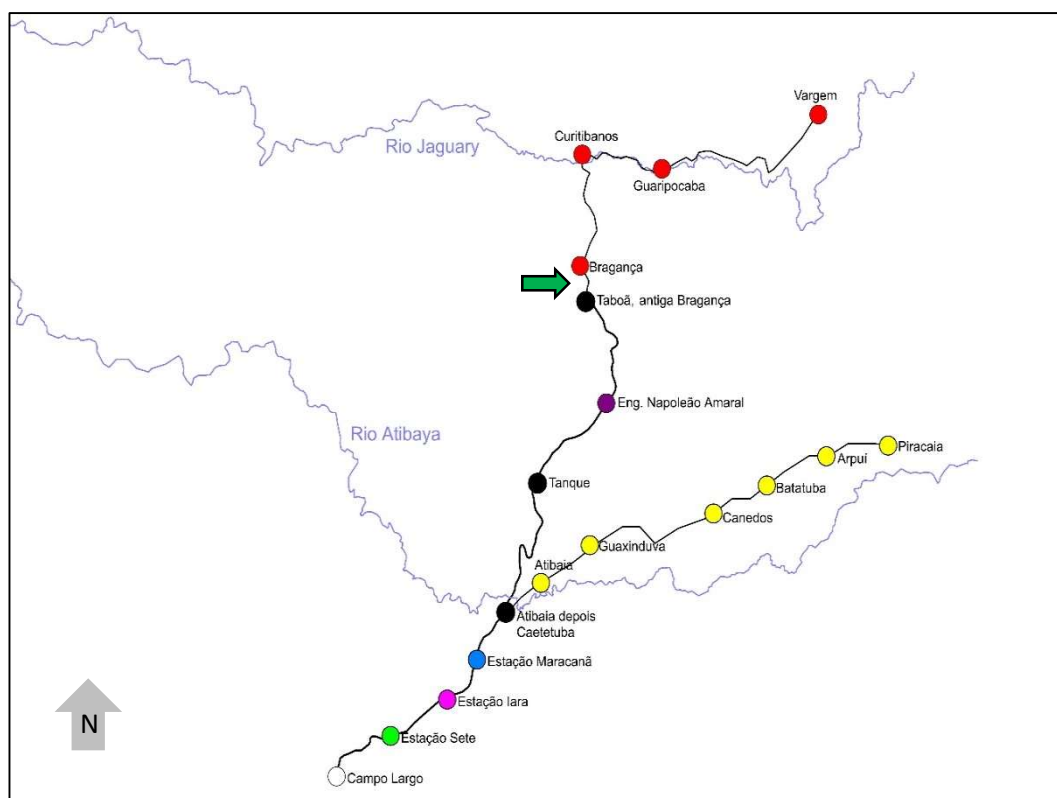


Figura 80: Estação Piracaia, próxima ao núcleo urbano de Piracaia, antiga Freguesia de Nossa Senhora da Cachoeira. Fonte: Estações Ferroviárias, visitado 2020.

Após 1914, o ramal bragantino não teve mais ampliações, porém foram construídas novas estações no decorrer do primeiro trecho e do ramal que chegava à Estação Vargem. Para o primeiro trecho, em 1909 foi inaugurada a da Estação “7”, por ficar no quilômetro sete; também em 1909 a Estação Iara, e somente em 1927 a Estação Maracanã, todas no município de Atibaia.

Para o ramal Bragantino, houve a inauguração da Estação Engenheiro Napoleão Amaral em 1949, no município de Bragança, após a estação Tanque, inaugurada em 1884, a última estação do ramal antes do encerramento de suas atividades⁵⁴.



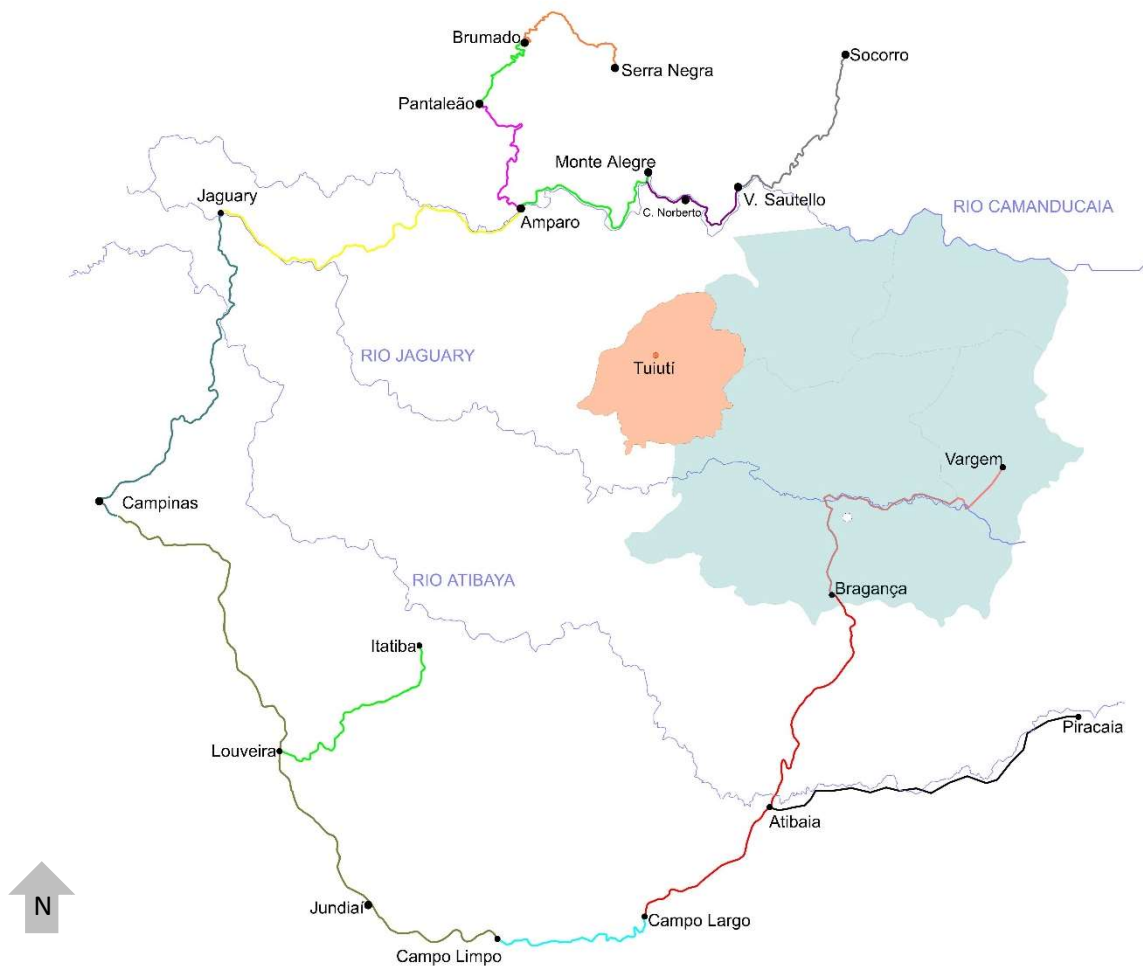
Cores e datas correspondentes à inauguração de novas estações na Estrada de Ferro Bragantina.

1881	1884	1909	1913	1914	1919	1927	1949
------	------	------	------	------	------	------	------

Figura 81: Estrada de Ferro Bragantina. Pontuado em branco, a inauguração das estações em 1881; em preto, inauguração em 1884; em verde, inauguração em 1909; em vermelho, inauguração em 1913, em amarelo inauguração em 1914, em magenta inauguração em 1919, em azul inauguração em 1927 e, em roxo, inauguração em 1949. Seta verde: núcleo urbano de Bragança. Fonte: Desenvolvido pela autora, a partir do mapa base elaborada pela Seção Geográfica e Geológica 1909, folhas Campinas, Atibaia e Bragança, arquivadas No Arquivo Público do Estado de São Paulo.

⁵⁴ Em 1958 surge a Rodovia Fernão Dias, fato esse que impulsionaria o desuso da Estrada de Ferro Bragantina. Ainda assim, a ferrovia sobreviveu até 1967, com seu movimento reduzido.

Nota-se que a Companhia Mogiana, desde a segunda metade do século XIX, já tinha pretensões de chegar no território das terras bragantinas, produtoras de café. Estimulada pela ferrovia São Paulo Railway que se instalou em Jundiaí, a elite cafeeira logo se colocou a articular a Estrada de Ferro Bragantina. Este estímulo dura pouco e, em poucos anos, a Estrada é adquirida pela São Paulo Railway, que segue fazendo ampliações. No final da primeira metade do século XX, a região encontra-se articulada com a ferrovia, mas um grande vazio de trilhos fica no território. Entre eles, os da São Paulo Railway no território de Bragança e os da Companhia Mogiana a norte da região bragantina (Figura 82).



Pertence à	Ano de inauguração	Percurso
C.P.E.F	1872	E. Campinas à E. Campo Limpo
C.M.	1872	E. Campinas à E. Jaguary
C.M.	1875	E. Jaguary à E. Amparo
SP Railway	1881	E. Campo Limpo à E. Campo Largo
SP Railway	1884	E. Campo Largo à E. Bragança
C.M.	1889	E. Amparo à E. Pantaleão
C.M.	1890	E. Pantaleão à E. Brumado
C.M.	1890	E. Amparo à E. Monte Alegre
E.F.I	1890	E. Louveira à E. Itatiba
C.M.	1892	E. Brumado à E. Serra Negra
C.M.	1909	E. V. Soutello à E. Socorro
SP Railway	1913	E. Bragança à E. Vargem
SP Railway	1914	E. Atibaia à E. Piracaia

Figura 82: Ampliação das linhas férreas próximas ao território da região bragantina de 1872 a 1914. Compõem a Companhia Mogiana, Companhia Paulista, Estrada de Ferro Itatibense e Bragantina. Mancha cinza: território Bragantino; rosada, o recém-formado distrito de Tuiuti (1902). Fonte: Desenvolvido pela autora, a partir do mapa base elaborado pela Seção Geográfica e Geológica (1909) e Distritos de Bragança, s/d. Arquivado no Centro de Apoio à Pesquisa em História, Universidade São Francisco e Arquivo Público do Estado de São Paulo.

4.5. Novos distritos no município de Bragança

Os trilhos não avançam mais pelo território bragantino. As ampliações do ramal bragantino deixam de acontecer, mas as produções cafeeiras crescem no final do século XIX para a primeira metade do XX. A rede ferroviária instalada permite escoar uma produção intensa nos primeiros anos e oscilante até os anos de 1940 (Tabela 17).

Em 1905, há um crescimento da produção de café. No último balanço do século XIX, em 1886, a produção de café em Bragança registrou 250 mil arrobas. Para o primeiro balanço da produção do século XX, os índices demonstram um crescimento de aproximadamente 280%, chegando a 712.303 arrobas em 1905.

Nos anos seguintes, a produção de café oscila: de 712.303 arrobas em 1905, cai aproximadamente 250% no ano de 1920, registrando 283 mil arrobas. Esse número volta a subir em 1934, quando registra 506.740 arrobas, um aumento de aproximadamente 180% no período de 14 anos.

O último registro da primeira metade do século XX para a produção cafeeira de Bragança volta a cair entre os anos de 1934 e 1940: uma queda de 163.380 arrobas, com o registro, para o ano de 1940, de 343.360 arrobas.

Produção de café em Bragança							
Ano	1836	1854	1886	1905	1920	1934	1940
Arrobas	2.400	36.755	250.000	712.303	283.000	506.740	343.360

Tabela 17: Quadro comparativo da produção de café em Bragança no século XIX. Fonte: Câmara Municipal de Bragança Paulista – Trajetória e Identidade, 1998.

O crescimento da população também apresenta oscilações nos números totais no decorrer das primeiras décadas do século XX (Tabela 20). Entre os anos de 1900 e 1940, houve um aumento de 19.869 habitantes, no entanto, o ano com maior índice populacional foi 1920, quando Bragança registrou 55.695 habitantes. A queda da população de Bragança entre 1854 com 19.495 moradores, e 1886 com 16.214 moradores, pode ser atribuída aos desmembramentos das Freguesia de Amparo, em 1857, e de Socorro em 1873.

Crescimento populacional em Bragança							
Ano	1836	1854	1886	1900	1920	1934	1940
Arrobas	11.618	19.495	16.214	32.904	55.695	54.695	52.773

Tabela 18: Quadro comparativo da população de Bragança no século XIX. Fonte: Câmara Municipal de Bragança Paulista – Trajetória e Identidade, 1998.

O cenário produtivo de café na região, ainda que apresente altos e baixos, é considerado bom e lucrativo. O ano de 1929 apresenta importantes acontecimentos. O primeiro, internacional e muito impactante, é a queda da bolsa de valores nos EUA, que traria impactos irreversíveis para alguns cafeicultores. Outros dois acontecimentos se deram riam no âmbito regional: o bairro rural da Vargem, berço da última estação do ramal bragantino, e o bairro rural da Pedra Grande, tornam-se distritos de Bragança.

Em dezembro de 1928, o presidente norte-americano Calvin Coolidge (1925-1929) afirmou que todos podiam “[...] olhar o presente com satisfação e o futuro com otimismo”. Isso porque, segundo Rossini, o faturamento do comércio americano havia disparado de 236 milhões em 1923 para 1,25 bilhão em cinco anos (ROSSINI, 2015).

A consequência desse cenário foi a euforia, que gerou uma ampla criação de capital fictício:

Cotações em declínio seriam a nova realidade. Esse foi o desfecho do élan especulativo de 1929. O primeiro dia de pânico em Wall Street foi a chamada Quinta-Feira Negra (24/10/1929), quando ocorreu a venda de 12.894.650 ações que quase não encontraram demanda, fazendo os preços caírem a níveis inéditos. Os bancos intervieram e debelaram a queda. Na segunda-feira, 28 de outubro, a trajetória de queda foi retomada, e na terça-feira cerca de 33 milhões de títulos foram postos à venda frente a uma procura quase nula. Cerca de 15 bilhões de dólares tinham virado fumaça (ROSSINI, 2015, p. 6).

Durante esse período, empresas fecharam suas portas e milhões de pessoas se viram sem emprego, na maioria das vezes sem proteção social, incapazes de pagar

aluguéis, reduzidas à espera das distribuições gratuitas de alimentos e agasalhos, levadas ao despejo, uma situação caótica nos Estados Unidos.

Em 1929, existiam 24 mil pequenos bancos independentes no território dos EUA, que atuavam em pequenos territórios e cujo sucesso ou falência dependiam das condições da região. A fragilidade desse sistema bancário excessivamente fragmentado foi demonstrada quando os agricultores em dificuldade, devido à queda dos preços da produção agrícola, que ocorreu ao longo de toda a década de 1920, não puderam pagar seus empréstimos bancários, provocando a falência de muitas pequenas instituições.

A falência de um banco gerava várias outras, pois os depositantes retiravam dinheiro de outros estabelecimentos, o que estimulava o entesouramento e comprometia as capacidades de crédito e investimento da economia brasileira, levando ao aumento da taxa de juros, o que fragilizou as empresas já endividadas. A crise, que se tornara mundial, levou à diminuição das despesas de consumo – que desestimulava a renovação dos estoques e dos investimentos – resultante da má distribuição de renda

A crise de 1929 afetou o Brasil, pois os Estados Unidos eram o maior comprador do café brasileiro. No entanto, não existem dados que afirmem que a crise afetou substancialmente os produtores da região bragantina, mas entende-se que, num cenário de crise mundial, os produtores de café sentiram as consequências. Com a crise, a importação do produto diminuiu muito, e os preços do café brasileiro caíram. Para que não houvesse uma desvalorização excessiva, o governo brasileiro comprou e queimou toneladas de café. Desta forma, diminuiu a oferta, conseguindo manter o preço do principal produto brasileiro da época. É atribuído a esse momento econômico a entrada do Brasil no setor da industrialização, pois muitos cafeicultores iriam transferir seus investimentos do café para a indústria.

O cenário econômico para os investidores de café no Brasil passa de esforços para superar crises adversas para a troca definitiva de investimentos. Os investimentos no café caem gradativamente após 1929 e, nesse cenário de incertezas, acontece a criação de mais três distritos na Cidade de Bragança: Vargem e Pedra Grande, em 1929, e o distrito de Pinhalzinho, em 1936, totalizando cinco distritos após 1936: Bragança, Tuiuti (1902), Vargem e Pedra Grande (1929) e Pinhalzinho (1936). (Figura 101).

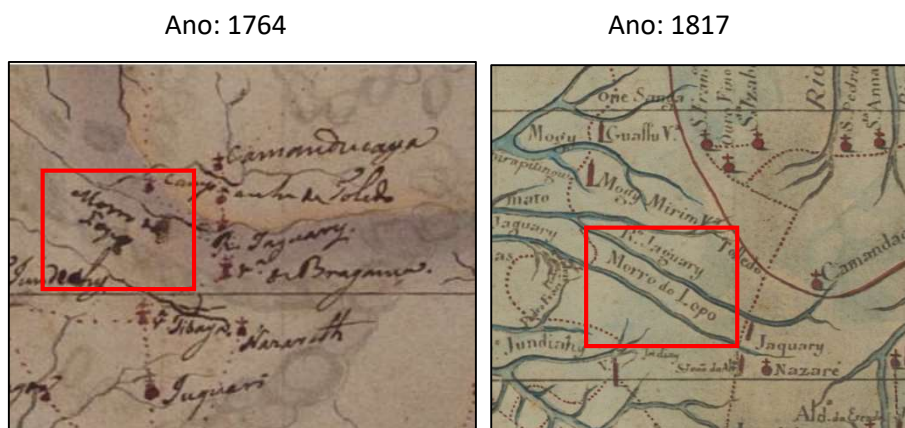
4.5.1. Vargem, o novo distrito de Bragança (1929).

O atual município de Vargem é uma pequenina cidade que poderia trazer muitas dificuldades em desvendar a formação e ocupação de seu território. Não existe

bibliografia local farta, mas possui três importantes pilares em sua formação, o que auxilia na compreensão da formação desse território:

1. fica nos pés do Morro do Lopo, uma ocupação iniciada com os bandeirantes no século XVII;
2. fica na fronteira política entre São Paulo e Minas Gerais;
3. foi a última estação da Ferrovia Bragantina.

Portanto, Vargem é parte do território que formou Bragança, região de litígio entre São Paulo e Minas Gerais e ponto importantíssimo na força econômica da região bragantina no período de produção de café. O município não nasceu como bairro rural, e sim próximo ao bairro rural do Lopo, localizado aos pés do Morro do Lopo, referência em mapas desde o século XVIII e ponto fundamental para a compreensão da formação do território em questão (Figura 83).



Figuras 83: Recorte dos primeiros mapas em que foi localizado o Morro do Lopo (Carta Topographica da capitania de São Paulo e de “Sertão” 1764, Mapa da Companhia de São Paulo em 1817, “ligeiramente copiado do mapa de 1811”. Morro do Lopo sempre próximo à divisa entre as Capitânicas de Minas Gerais e São Paulo, desde o ano de 1764. Destaque em vermelho nos dois mapas. Fonte: Arquivo Público do Estado de São Paulo e Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

Logo, pode-se associar o surgimento do bairro rural do Lopo à condição de auxiliar os bandeirantes de passagem, que utilizavam o local para pouso e abastecimento. Assim, é possível inserir este bairro no circuito econômico aqui discutido. Sua economia era e continua sendo baseada na produção de excedente de gêneros agropastoris para a comercialização com os povoados, freguesias e vilas vizinhas.

Em busca da posse jurídica das terras da região do Morro do Lopo, no livro *Repertório das Sesmarias* foram encontrados três nomes: Jacintho Rodrigues Bueno,

Antônio Leme da Silva e João Francisco de Oliveira, todos com direito de uso de terras próximas a um sesmeiro que ali vivia, João Rodrigues Antunes:

Jacinto Rodrigues Bueno, Antônio Leme da Silva e João Francisco de Oliveira, moradores da Villa de Atibaia Duas léguas de terras de testada e duas de sertão, **ao pé do morro denominado o Lopo**, contiguo as terras de **João Rodrigues Antunes**, correndo a testada de léguas para o Sul e outra para o Norte e o sertão para o Leste e Oeste. (REPERTÓRIO DAS SESMARIAS, 1994, p. 208. Grifo nosso).

Não localizamos as informações da sesmaria de João Rodrigues Antunes. No entanto, em pesquisa aos dados do IBGE, a data informada para a concessão de sesmaria para João Rodrigues Antunes é de 1778, e para Jacinto Rodrigues Bueno, Antônio Leme da Silva e João Francisco de Oliveira, 1789. A sesmaria localizada no livro *Repertório das Sesmarias* confirma isto:

Jacinto Rodrigues Bueno, Antônio Leme da Silva e João Francisco de Oliveira. Confirmação de três léguas de testada e duas de sertão no distrito da Villa de Bragança, ao pé do morro denominado o Lopo, **contigua** as terras de João Rodrigues Antunes e fazendo pião as mesmas terras onde findam as do dito João Rodrigues Antunes, correndo as duas léguas de testada uma para Sul e outra para Norte e dias de sertão para Leste e Oeste (REPERTÓRIO DAS SESMARIAS, 1994, p. 208. Grifo Nosso).

Vale ressaltar, então, que é possível que essa sesmaria tenha sido concedida quando a Freguesia de Jaguary pertencia à Vila de São João de Atibaia, e sua confirmação tenha ocorrido após 1797, já na Vila de Nova Bragança.

Os *Maços de População* analisados informam que o primeiro recenseamento do bairro rural do Lopo foi se deu em 1785, quando aparece contabilizado com 83 fogos, 256 moradores livres e 13 escravos, um dos bairros mais populosos na época. Após essa data, aparece mais duas vezes: em 1796, com 74 fogos, 357 homens livres e 48 escravos, e em 1798, com 135 fogos, 790 homens livres e 57 escravos (Tabela 19).

Bairro rural do Lopo			
Ano	Fogos	Livres	Escravos
1785	86	256	13
1796	74	357	48
1798	135	790	67

Tabela 19: Quantidade de fogos, moradores livres e escravos nos anos 1785, 1796 e 1798 do bairro rural do Lopo. Fonte: *Maços de População da Vila de Atibaia e Vila de Bragança*, Arquivo Público do Estado de São Paulo.

Ressalta-se que, no ano de 1798, o bairro rural do Lopo foi recenseado juntamente com o bairro rural do Currallinho, portanto não é possível contabilizar um

crescimento preciso no período de 13 anos. O que é de fato importante salientar nesse momento é que a ocupação e a distribuição de sesmarias existiram desde o final do século XVIII. Assim, conclui-se que o bairro rural do Lopo é parte fundamental e importante para a formação desse território. Para reforçar tal importância, no “Registro de Terras da Província de São Paulo” (1854 e 1856), para o bairro rural do Lopo ocorreram 42 solicitações de terra.

Outro ponto de fundamental importância para a formação desse bairro rural é o fato de Vargem ser o nome do local que recebeu a última estação da Ferrovia Bragantina, muito próximo ao bairro rural do Lopo, mas não no mesmo local onde estava esta povoação desde o século XVIII, visto que os trilhos percorrem um caminho estratégico para vencer desnível. Para consolidar essa estação, foi necessário afastar-se do povoado original.

A cartografia de 1909 é importante para demonstrar esta situação, pois sinaliza o bairro rural de Vargem pela primeira vez, ainda sem trilhos, e o *bairro rural* do Lopo com uma população pequena, mas existente. Próximo ao Morro do Lopo como um prolongamento, está o Morro Guaraiuva, que mais tarde, seria limite para divisa política do distrito de Vargem.

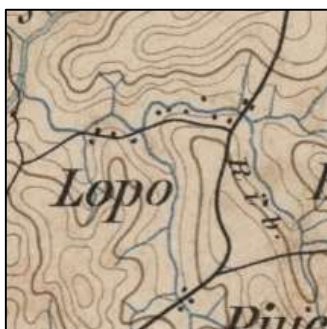
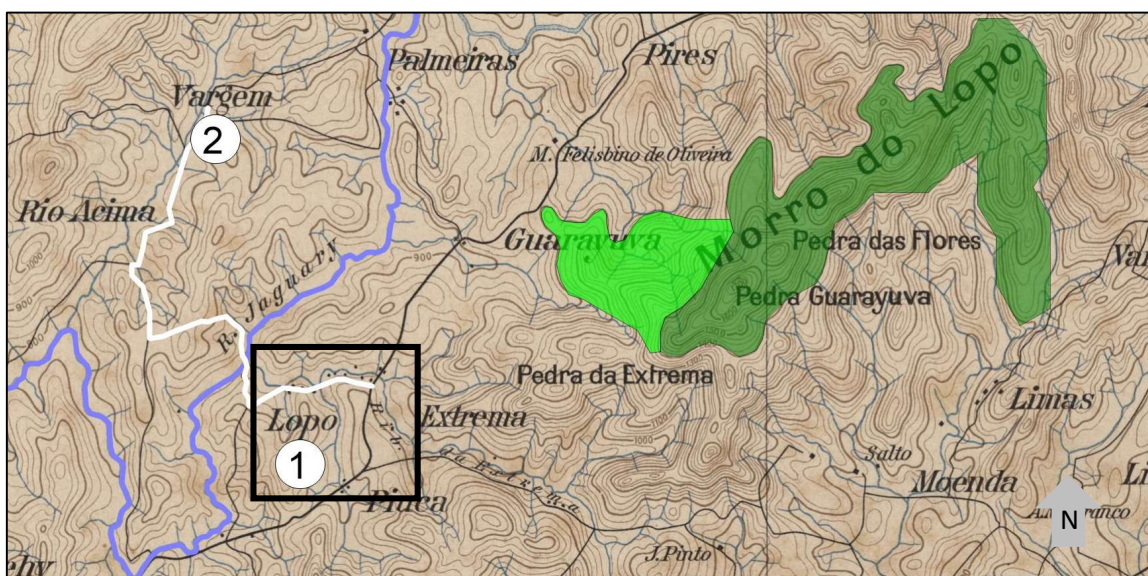


Figura 84: recorte da cartografia de 1909, mapa elaborado e publicado pela Secção Cartográfica da Companhia Lith Hartmann-Reichenbach, São Paulo e Rio de Janeiro, folha de Bragança, onde em azul destaca-se o rio Jaguar, em branco o caminho que interliga os bairros rurais Lopo (1) e Vargem (2) e ainda, em zoom o bairro rural do Lopo, com sua ocupação rarefeita. Verde escuro, destaca-se o Morro do Lopo e em verde claro o braço do Morro do Lopo Guaraiuva. Fonte: Arquivo Público do Estado de São Paulo.



Figura 85: Foto Oblíqua da Pedra do Guaraiuva, 1940. Fonte: Instituto de Geográfico e Cartográfico.

A ferrovia, como visto, chegaria nessa região em 1913, um rearranjo absoluto dessa configuração de 1909, o que era quase imperceptível a ocupação passou a existir em Vargem o grande movimento comercial. Vargem atendia o território Sul de Minas Gerais e outros bairros rurais que tinham a estação de Vargem, também conhecida por Bandeirantes, para escoar suas produções. Todavia, a estação atraiu investidores e novos moradores para os arredores da estação, que fortalece e desenvolve-se dividida entre habitantes mineiros e paulistas. Pode-se observar que pouco interferia nessa relação: os habitantes conviviam e desenvolviam seus afazeres, não parecendo que ser parte de São Paulo ou Minas Gerais poderia mudar algo nessa relação.

O Patrimônio para a construção da Capela de Santo Antônio foi doado por Nahum Matias Fharat, sem data precisa. Era chefe político do bairro e proprietário de quatro grandes fazendas produtoras, principalmente de café, em 1929: Santa Cecília, São João, Santa Maria e Santa Pedrina, todas nos arredores do bairro rural de Vargem (NUNES, 2016, p. 721).

Em 1929, Vargem passa a ser distrito de Bragança. Foi localizado no Apesp um croqui de mapa, sem data, porém revelador do bairro rural de Vargem, que demonstra uma sociedade plural. Até os impostos eram pagos com diferentes interesses, ora para São Paulo, ora para Minas Gerais. Em 1935, foi realizado o recenseamento da população do bairro rural da Vargem com o principal intuito de definir a fronteira entre São Paulo e Minas Gerais. Nele foram identificadas as casas do bairro, seus respectivos moradores e os lotes institucionais. Havia 156 casas, entre elas, 139 eram de moradores que se declaravam paulistas e pagavam seus impostos para o governo paulista; outros

17 moradores se consideravam moradores de terras mineiras e pagavam seus impostos para o governo paulista; 14 moradores consideravam morar em território mineiro e pagavam seus impostos para o governo mineiro. Somando, 31 moradores mineiros ocupando o decorrer de uma rua.



Figura 86: Povoação do distrito de Vargem, foto do início do século XX. Fonte: Grupo Vargem do passado.

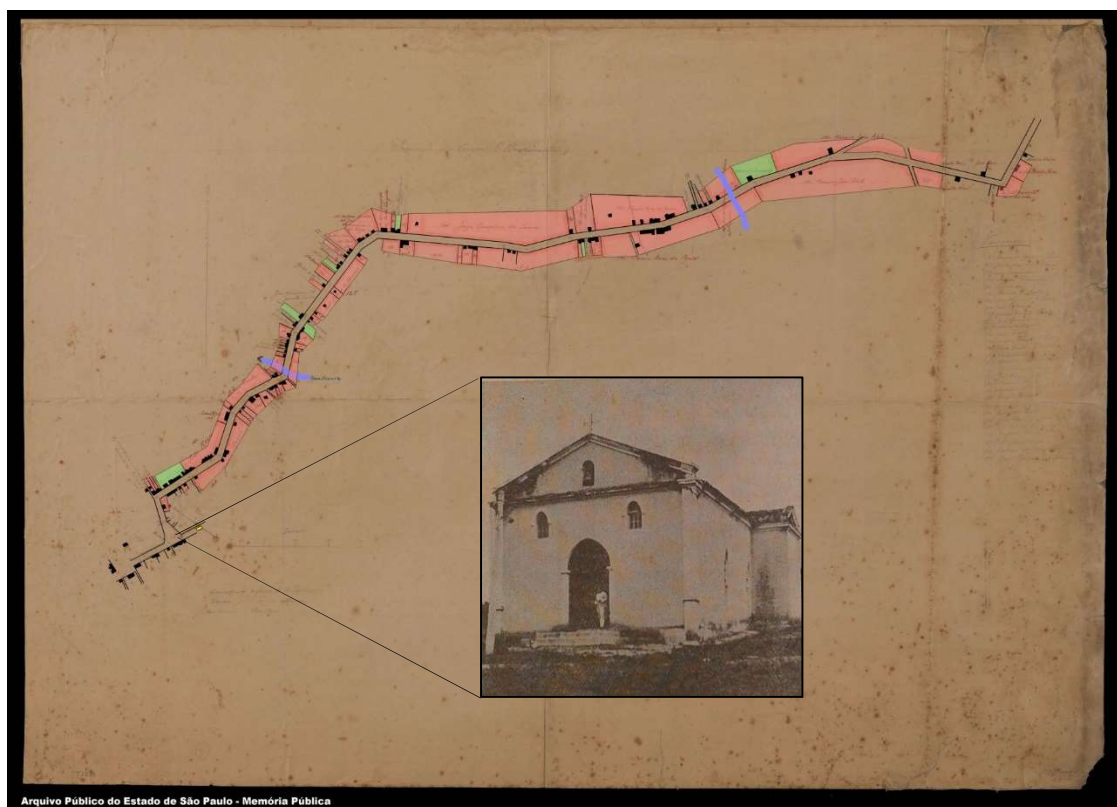


Figura 87: Povoação da Vargem (Bandeirantes), escala 1:3000. Colorido sem data. Onde verde se destacam os lotes com moradores auto declarantes mineiros e em vermelho moradores auto declarantes paulistas. Localização da Capela de Santo Antônio com foto. Fonte: Arquivo Público do Estado de São Paulo.

Portanto, ainda que exista consolidação da ocupação de um território, o fortalecimento de sua economia, a fronteira ainda assim é motivo de variações, trata-se de pertencimento, interesses econômicos e possibilidades de desenvolvimento de bons negócios e estratégia de busca de uma melhora de vida. Do croqui inicial, desenvolveu-se o mapa no qual foram descritas todas as moradias, funcionamentos e lotes institucionais do distrito de Vargem. Este mapa, denominado “Povoação da Vargem”, traz ainda mais revelações quanto às relações sociais dos moradores de fronteira. Enfatiza-se que o já mencionado Registro de Extrema⁵⁵, localizado em terras mineiras, é mais próximo ao bairro rural de Vargem do que o núcleo urbano de Bragança. Então, para além da questão da fronteira, assim como do entendimento do espaço pelos próprios moradores, analisa-se uma relação naturalizada entre essa povoação, a a fronteira de Minas Gerais e São Paulo, usufruindo de serviços e fortalecendo a teia social entre eles (Figura 88).

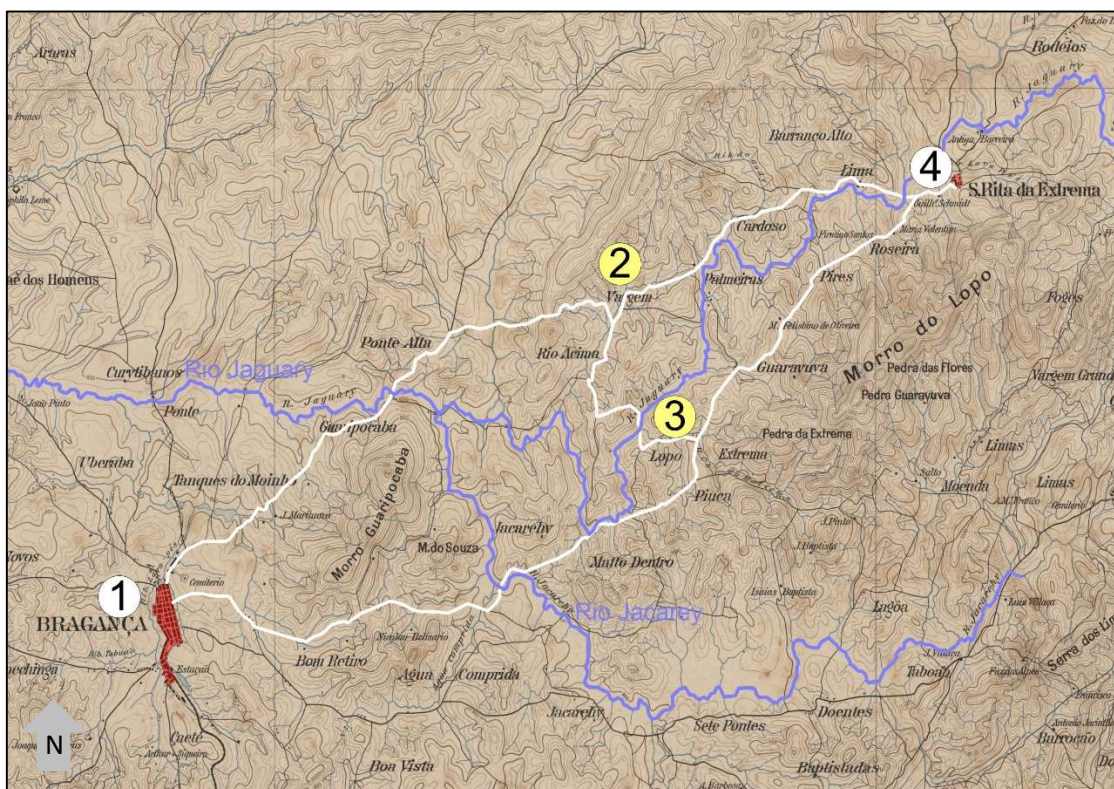


Figura 88: Recorte da cartografia de 1909. Mapa elaborado e publicado pela Seção Cartográfica da Companhia Lith-Hartmann – Reichenbach, São Paulo e Rio de Janeiro, folha de Bragança: 1: Bragança, 2: bairro rural de Vargem, 3: bairro rural do Lopo, 4: Santa Rita de Extrema no território de Minas Gerais, em branco os caminhos que interligam os povoados. Em destaque azul, rios Jaguaray e Jacarey. Fonte: Arquivo Público do Estado de São Paulo.

⁵⁵ Extrema, anteriormente chamada de Registro, esta povoação foi fundada pelo paulista José Alves, que doou suas terras para a construção da capela em devoção à Santa Rita em 1832.

Analisando com cautela o “Mapa de Povoação de Vargem do Estado de São Paulo”, foi possível observar que, diferente do croqui, todos os lotes são identificados com seus donos; se são comércios, estão assim especificados. Consta na lateral uma legenda com os nomes dos proprietários e seus usos (Figura 89).



Figura 89: Povoação da Vargem, Estado de São Paulo. Autor desconhecido, 1935. Escala 1:3000. Fonte: Arquivo Público do estado de São Paulo.

Dentro da povoação do distrito de Vargem, além da última estação da Ferrovia Bragantina, a legenda revela que os lotes 27 e 28 se referem à Câmara Municipal de Santa Rita; o lote 67, à a escola mineira, C. M. Santa Rita (NUNES, 2017).

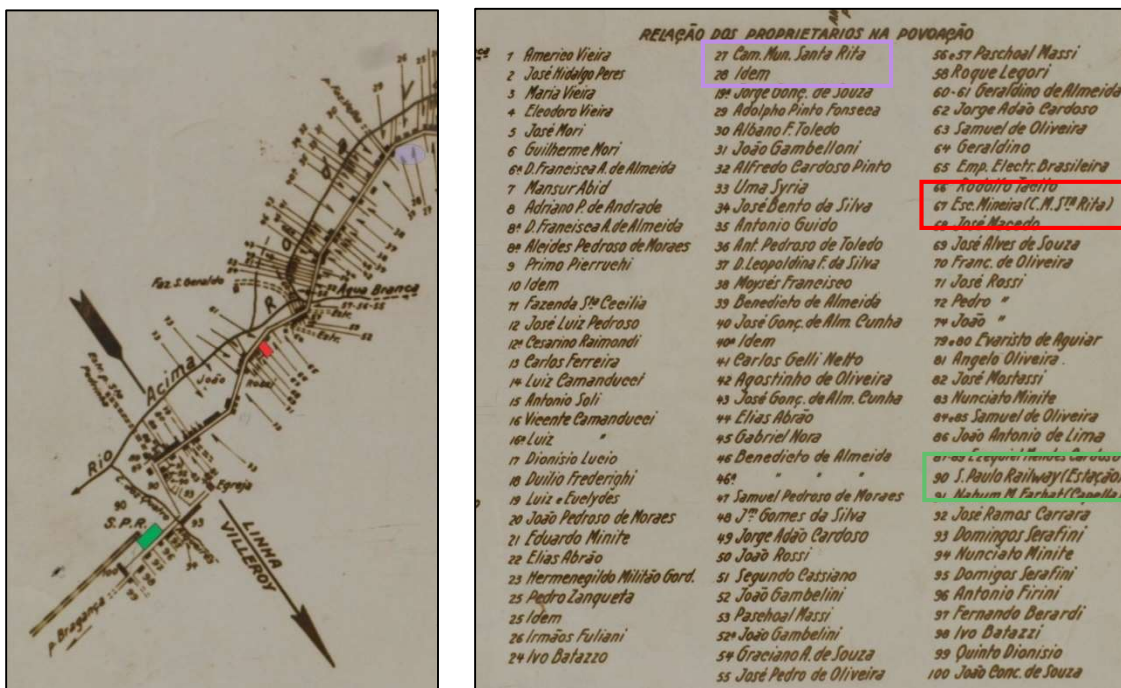


Figura 90: Recorte do mapa da Povoação da Vargem, Estado de São Paulo. Autor desconhecido, 1935. Escala 1:3000. Em verde, a Estação ferroviária de Vargem; em vermelho, a Escola Mineira de Santa Rita; em azul, a Câmara Municipal de Santa Rita. Fonte: Arquivo Público do estado de São Paulo.

A Escola de Santa Rita, pertencente ao distrito mineiro de Santa Rita, fundado em 1831 no município de Camanducaia, foi construída no território paulista no distrito de Vargem, que era distrito de Bragança nessa data; ela e a Câmara Municipal de Santa Rita estava em terras paulistas. Tal fato revela a materialização do conflito e da relação populacional com as delimitações políticas dos territórios mineiro e paulista.

Na data de produção do mapa “Povoação da Vargem”, em torno de 1930/1935, buscavam-se soluções definitivas para as fronteiras políticas entre São Paulo e Minas Gerais. Isso fez com que os moradores que se consideravam mineiros estivessem submetidos ao controle das autoridades mineiras, sobretudo no que se referia ao pagamento de impostos, e os que se declaravam paulistas, às autoridades paulistas. A autodeclaração da maioria paulista na consolidação do bairro rural de Vargem não impediu, na formação político-administrativa deste território, a instalação da escola e da câmara de Santa Rita de Extrema.

Portanto, mesmo com a consolidação da ocupação de um território e o fortalecimento de sua economia, a fronteira continua sendo motivo de variações, trata-se de pertencimento, interesses econômicos e possibilidades de desenvolvimento.⁵⁶



Figura 91: Foto Oblíqua do Distrito de Vargem, 1940. Fonte: IGC.

⁵⁶ O distrito de Vargem foi desmembrado pela primeira vez de Bragança em 28 de dezembro de 1964, mas reconduzido à categoria de distrito em 17 de abril de 1970, anexado novamente ao município de Bragança Paulista. Passados 21 anos nesta condição, teve sua autonomia política. Vargem foi decretada autônoma em 30 de dezembro de 1991 (IBGE).

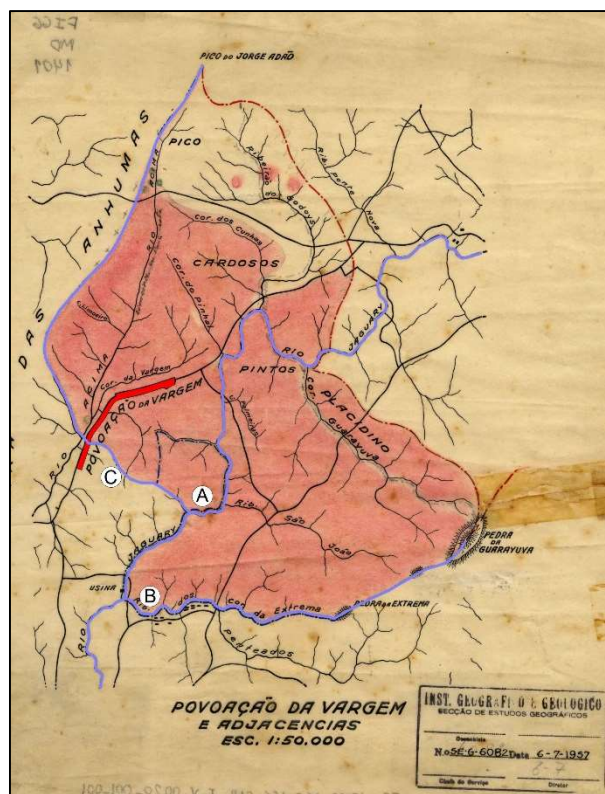


Figura 92: Povoação da Vargem e Adjacentes (1957). Em vermelho, mancha correspondente ao distrito de Vargem. Destaque em azul A: Rio Jaguar, B: Ribeirão Extrema, C: Ribeirão Anhumas. Em vermelho escuro, a ocupação urbana do distrito. Na seta preta, Morro do Guaraiuva. Fonte: Arquivo Público do estado de São Paulo.

4.5.2. Pedra Grande, o novo distrito de Bragança (1929)

Em 1929, Pedra Grande vai se tornar distrito de Bragança. Os dados e informações históricas sobre o atual município de Pedra Bela são ainda mais escassos do que os de sua vizinha Tuiuti. Nos *Maços de População* analisados, nunca houve registro sobre essa povoação, inicialmente chamada de bairro rural da Pedra Grande e Santa Cruz do Feital, informações contidas no site do município de Pedra Bela, dois bairros rurais em formação dentro do termo da Vila Nova Bragança.

Analisando os mapas aqui utilizados, ainda que no território do bairro rural da Pedra Grande tenha um marco geográfico, a pedra, esta ocupação foi localizada somente na cartografia do século XX.

O povoado que deu origem ao núcleo urbano era o bairro rural com denominação de Santa Cruz do Feital, do qual se tem notícias desde 1869. José Antônio de Oliveira, no ano de 1880, integrando o apogeu paulista da produção do café, doou as terras para a construção da Primeira Capela do bairro, que passaria a ter um núcleo urbano e uma capela curada em devoção a São Sebastião. A doação ocorreu no ano de 1880, mas a data da construção da Primeira Capela não é precisa. O bairro rural do Feital se

desenvolve inserido na economia local, porém com um fator extremamente difícil para as produções locais, o escoamento.

Com a economia cafeeira aquecida, o distrito de Pedra Grande tinha como produto principal o café, mas dividia a produção com outros gêneros, como milho e porcos. Existia para a região do distrito de Pedra Grande a luta para se conseguir uma melhora na logística local. Isso não aconteceu nem com os trilhos da Ferrovia Mogiana, que chegaram até Socorro, bem próximos ao distrito de Pedra Grande, nem com os trilhos da Ferrovia Bragantina, que chegaram até Vargem (Figura 93). Com ocupação rarefeita, em 1929 o bairro rural tornou-se Distrito de Bragança, e em 1930 seu nome é alterado de Pedra Grande para Pedra Bela⁵⁷.

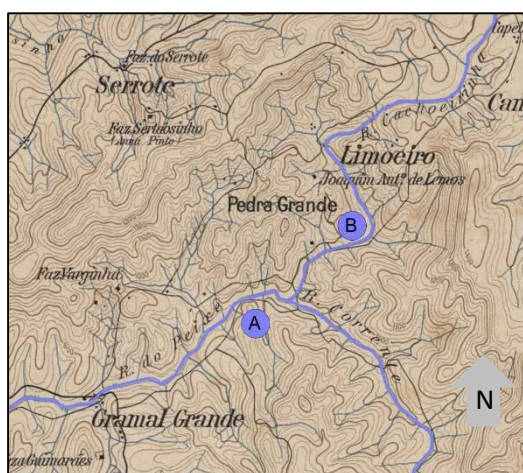
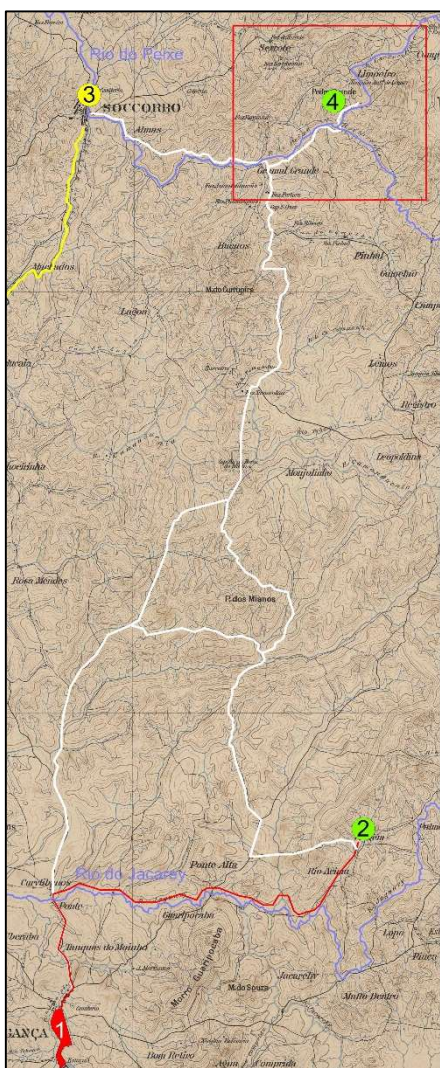


Figura 93: No detalhe ao lado contorno vermelho, o bairro rural de Pedra Grande e os rios A, rio do Peixe e B, ribeirão Cachoeirinha. Fonte: Arquivo Público do estado de São Paulo.

Figura 94: recorte da cartografia de 1909, mapa elaborado e publicado pela Secção Cartográfica da Companhia Lith. Hartmann-Reichenbach, São Paulo e Rio de Janeiro, onde em vermelho destaca-se Bragança (1) e a Ferrovia Bragantina, em verde 2: bairro rural Vargem, última estação da Ferrovia Bragantina. Em branco os caminhos que interligam Bragança, bairro rural da Vargem e bairro rural da Pedra Grande (4). Finalmente em amarelo (4), Socorro e os trilhos da Mogiana.

⁵⁷ A emancipação político-administrativa deu-se em janeiro de 1964, sendo José Bueno de Miranda o primeiro prefeito do Município

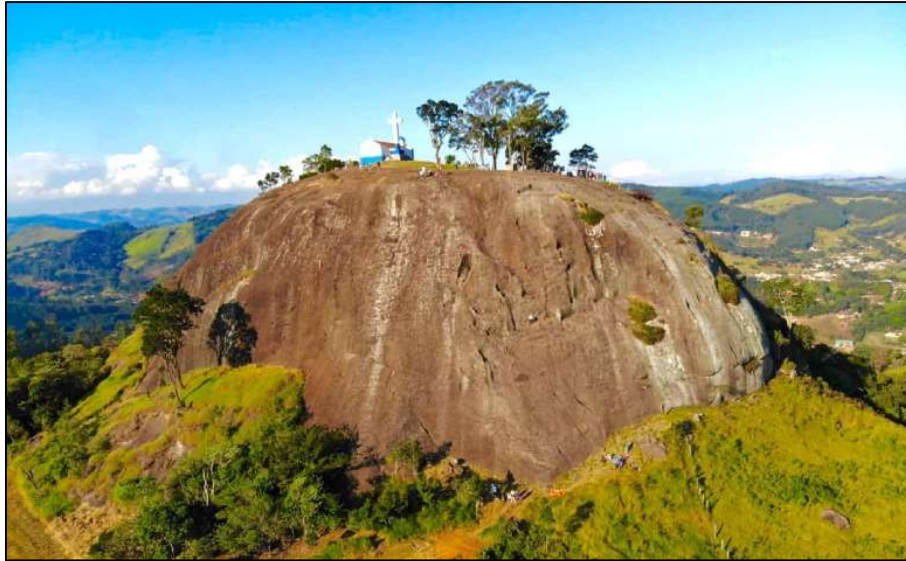


Figura 95: Foto aérea 2005 do marco geográfico, Pedra Grande. Fonte: Prefeitura Municipal de Pedra Bela.

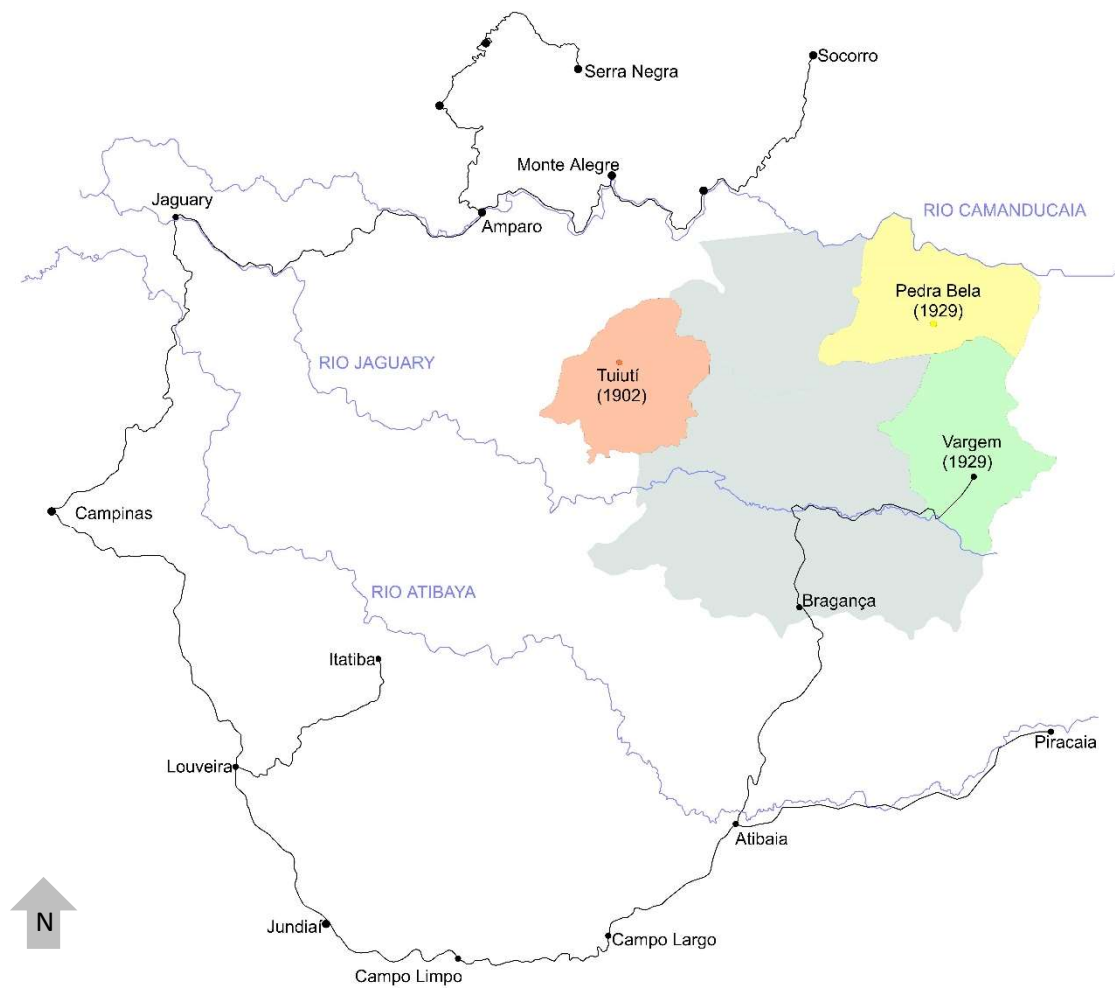


Figura 96: Divisão administrativa do Município de Bragança em 1929, quando a cidade possuía quatro distritos. Na mancha cinza, o Distrito de Bragança; em rosado, o distrito de Tuiuti, criado em 1902; em amarelo, o distrito de Pedra Bela, criado em 1929; em verde, o distrito de Vargem, criado em 1929. Fonte:

Desenvolvido pela autora, a partir do mapa base elaborado pela Seção Geográfica e Geológica 1909 e Distritos de Bragança, s/d. Arquivado no Centro de Apoio à Pesquisa em História, Universidade São Francisco.

Em 1935, a cidade de Bragança, portanto, tem em seu território quatro distritos: o distrito sede de Bragança e os distritos de Tuiuti, Vargem e Pedra Bela. Somada às produções de café dos municípios de Atibaia, Piracaia, Nazaré e Joanópolis, a região bragantina atinge seu ápice na produção de café com 1 milhão de arrobas (CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGANÇA PAULISTA, 1998).

4.5.3. Pinhalzinho: o novo distrito de Bragança (1936)

Em 1936 é criado o distrito de Pinhalzinho, ficando nesta data o município de Bragança dividido em cinco distritos: Bragança, Tuiuti, Vargem, Pedra Bela e Pinhalzinho.

Entre os bairros rurais de Bragança que se tornaram distritos, Pinhalzinho tem a história iniciada mais recente. A ocupação de suas terras são fruto do fortalecimento da produção agrícola e pastoril e a busca por novas terras para a plantação, principalmente, de café. Acredita-se que foram os posseiros João Domingues Siqueira e Generoso de Godoi Bueno os primeiros que se fixaram nas terras das Planície dos Pinheiros, futuramente chamado de bairro rural do Pinhal, por volta de 1840. Aproximadamente 14 anos depois, nas planícies dos Pinheiros, que daria origem ao distrito de Pinhalzinho, Rath (1854) cita a região quando percorre este território de Bragança no sentido de Socorro, onde se encontrava a planície dos Pinheiros:

A estrada para Socorro passava pela ponte do rio Jaguari, atravessava uma légua sobre morros, depois percorria a planície dos Pinheiros, seguia para as serras e vales do rio das Araras, do ribeirão Rosa Mendes, do rio Camanducaia até chegar em Socorro.

Concomitantemente à passagem Rath na região, no “Registro de Terras da Província de São Paulo” (1854 e 1856), o bairro rural do Pinhal, dentro da chamada Planície dos Pinheiros, que daria origem ao distrito de Pinhalzinho, apresenta 12 solicitações de registro de propriedade de terra. No entanto, vale ressaltar que os bairros rurais vizinhos apresentam, nessa mesma listagem, quantidades significativas de solicitações, por exemplo: Rosa Mendes, cinco; Vargem Grande, 36; Cachoeirinha cinco; Mostardas seis; Araras, 88. Araras foi o bairro rural que mais solicitou registro de propriedade de terras nos anos de 1854 e 1856.

A cartografia de 1909, mapa elaborado e publicado pela Secção Cartográfica da Companhia Lith-Hartmann – Reichenbach, São Paulo e Rio de Janeiro, demonstra a ocupação desses bairros rurais na planície dos Pinheiros acontecendo em intensidade diferente. O bairro rural do Mostardas, sem ocupação; o bairro rural Rosa Mendes, com um início de ocupação, estimulada principalmente com a chegada de João Gomes, produtor de café no bairro. Os bairros rurais de Pinhal e Vargem Grande apresentam ocupação rarefeita, porém mais densa quando comparada às de Mostardas e Rosa Mendes. Já os bairros rurais Cachoeirinha e Araras, dentro da Planície dos Pinheiros, apresentam, em 1909, uma ocupação ao longo dos caminhos que interligam o território (Figura 97).

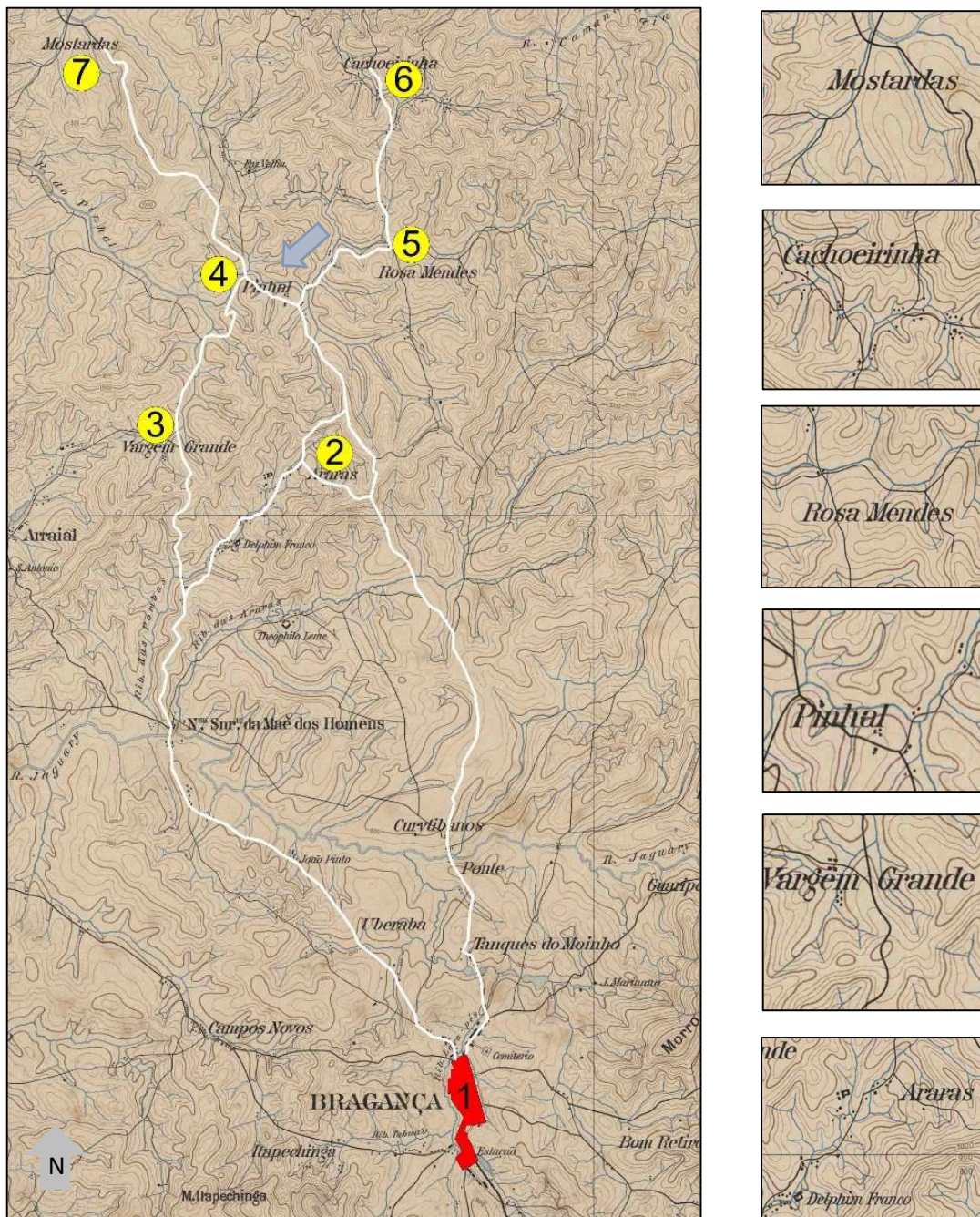


Figura 97: Recorte da cartografia de 1909, mapa elaborado e publicado pela Secção Cartográfica da Companhia Lith-Hartmann – Reichenbach, São Paulo e Rio de Janeiro, folha de Bragança. 1: área urbana de Bragança, 2: bairro rural do Araras, 3: bairro rural de Vargem Grande, 4: bairro rural do Pinhal, 5: bairro rural Cachoeirinha, 6: bairro rural Mostardas. Em branco, os caminhos que interligam os bairros rurais. Ao lado, recorte de mapa ampliado das ocupações nos bairros rurais citados. Setas azuis: local do primeiro comércio do bairro rural do Pinhal. Fonte: Arquivo Público do Estado de São Paulo.

Na Planície dos Pinheiros, onde se localizam os bairros rurais do Pinhal, Mostardas, Cachoeirinha, Rosa Mendes, Vargem Grande e Araras, após a fixação das famílias, começaram a se desenvolver lentamente.

Após a primeira fixação até a abolição dos escravos, passaram-se aproximadamente 48 anos. Foi a imigração europeia que povoou a planície, e os bairros rurais que faziam parte dessa planície receberam grande quantidade de imigrantes, principalmente italianos. Sem data precisa, mas após a chegada dos primeiros imigrantes, em um dos caminhos que interligavam esse território, especificamente na estrada que ligava o bairro rural Pinhal ao bairro rural dos Mostardas, Antonio Fornari inaugura a primeira casa de “quentes e frios” do bairro rural do Pinhal (Figura 98). A Família Fornari vai ter participação em muitos movimentos voltados ao desenvolvimento econômico local.



Figura 98: Foto (2020) da edificação da Casa de “quentes e frios”, construída por Antônio Fornari por volta de 1900, hoje distante 1,5 quilômetro do centro de Pinhalzinho. Fonte: Google Street View.

Também no início do século XX, Eduardo Fornari e Henrique Torricelli fundaram a primeira escola particular da região no bairro rural do Pinhal. O povoado, em 1900, contava com vinte habitações dispersas. Em 1910, é anunciado no *Jornal Cidade de Bragança*, segundo a Câmara Municipal de Pinhalzinho, a distribuição de terrenos gratuitos nas terras do Pinhal. Assim, houve um movimento mais intenso de pessoas que vieram, principalmente, dos bairros rurais mais próximos ao núcleo urbano de Bragança para o bairro rural do Pinhal. (Prefeitura Municipal de Pinhalzinho, site visitado em novembro 2020).

Somente em 1922, com a ocupação mais densa, após inaugurado o primeiro comércio do bairro e a escola particular, inicia-se a construção da Primeira Capela, em devoção à Nossa Senhora de Copacabana, figura 99.



Figura 99: Primeira Capela do bairro rural do Pinhal, obra executada pelo construtor Tomás de Camargo. Fonte: Prefeitura Municipal de Pinhalzinho, site visitado novembro 2020.



Figura 100: Foto oblíqua da cidade de Pinhalzinho, 1970. Fonte: IGC.

Após 14 anos da formação do núcleo urbano/religioso do bairro rural do Pinhal, este torna-se distrito de Bragança em 1936.⁵⁸

Portanto, tem-se, dentro de termo da Vila Nova Bragança, delimitado em 1797, a formação de uma microrrede urbana, onde o núcleo urbano de Bragança era cabeça

⁵⁸ Elevado à categoria de município com a denominação de Pinhalzinho, pela Lei Estadual 8.092, de 28 de fevereiro de 1964, desmembrado de Bragança Paulista.

de rede. Neste território ocorreriam as seguintes transformações político-territoriais: dois desmembramentos municipais, Amparo (1857) e Socorro (1873), e as formações dos distritos de Tuiuti (1902), Pedra Bela (1929), Vargem (1929) e Pinhalzinho (1936), que posteriormente se desmembrariam de Bragança Paulista formando novas cidades.

Ainda no território bragantino, na primeira metade do século XX, em 1948, há a formação do distrito de Monte Alegre do Sul, na cidade de Amparo. Ao analisar o termo original da Vila Nova Bragança, de 1797, constata-se que o desmembramento deste território foi marcado pela formação de dois novos municípios, Amparo em 1857 e Socorro em 1873, e pela formação de cinco novos distritos: Tuiuti, Pedra Bela, Vargem e Pinhalzinho, no município de Bragança Paulista, e Monte Alegre do Sul no município de Amparo (Figura 101).

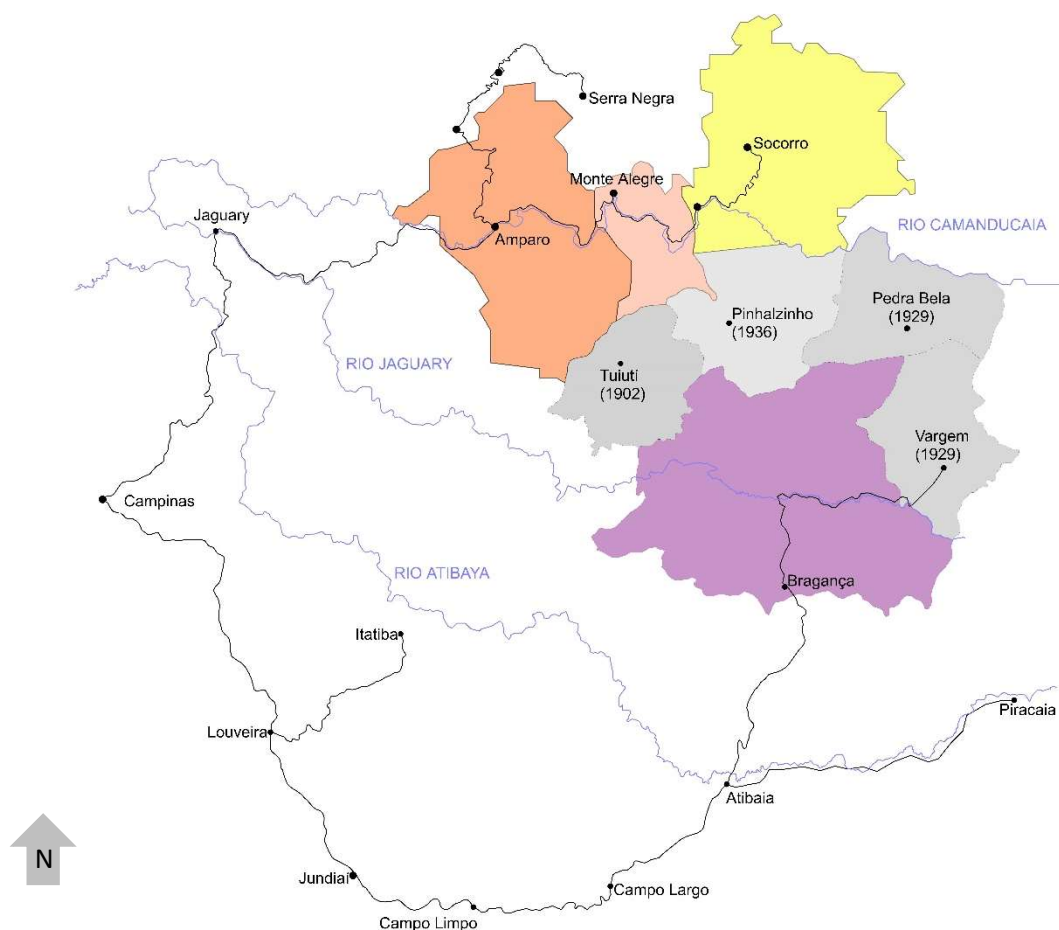


Figura 101: Interpretação dos desmembramentos do termo de 1797 da Vila Nova Bragança, entre a metade do século XIX e a metade do século XX. Em laranja, o território do município de Amparo (1859); em laranja mais claro, o distrito de Monte Alegre, distrito de Amparo em 1948; em amarelo, o território de Socorro após desmembramento (1873); em cinza, os distritos de Bragança e Tuiuti, que se tornaram municípios em 1991; em cinza claro, o distrito de Pinhalzinho, que se torna município em 1964; em cinza, também o distrito de Pedra Bela, que vai se tornar município em 1964; ainda em cinza, o território do distrito de Vargem que se torna município em 1964; em roxo, o território que remanesce para cidade de Bragança após estes desmembramentos. Em preto, destacam-se os trilhos das ferrovias da região; em azul, os rios Atibaya, Jaguaré e Camanducaia. Fonte: Mapa elaborado pela autora. CDAPH - Centro de Apoio à Pesquisa em História.

4.6. Os bairros rurais e as novas configurações do território

Os bairros rurais, objetos de estudo e compreendidos nesse trabalho como importantes eixos de conexão e ocupação do território, com dinâmicas econômicas e sociais próprias, no período de implantação da rede férrea no território conhecem também alterações políticas relevantes.

O bairro rural do Jaguary, que inicialmente se formou no território pertencente à Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Jaguary, teve a primeira mudança política quando a Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Jaguary se desmembrou da Vila de São João Batista do Atibaya, pois, este bairro rural, civil e juridicamente respondia à Vila de São João Batista do Atibaya, e em 1797, passou a responder à então recém-formada Vila Nova Bragança.

Nesta análise cronológica e territorial, utilizando a listagem dos já citados *Maços de População* e a lista do “Registro Paroquiais de Terras” (1854-1856), produzida em um momento em que, no território da Vila Nova Bragança, não havia ocorrido nenhuma alteração político-territorial desde a demarcação do termo em 1797, foram analisados os desmembramentos e as criações dos distritos, buscando entender, além do **bairro** rural que se tornou núcleo urbano, quais bairros rurais deixaram de fazer parte do município de Bragança após desmembramentos e criação de outros distritos.

A primeira vez que os Distritos de Paz de Amparo e Socorro aparecem nas listagens nos *Maços de População* é em 1832, denominados de 2º e 3º distrito do município da Vila de Nova Bragança, respectivamente. Nesta listagem, diferente do 1º distrito, Bragança, os bairros rurais, então chamados quarteirões, são numerados dificultando a localização e a compreensão de qual, de fato, eram os bairros rurais que unindo as informações dos recenseamentos feitos para a Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Jaguary e, posteriormente, para a Vila Nova Bragança com a historiografia dessas localidades (Amparo e Socorro), e com a listagem das solicitações dos Registros Paroquiais de Terras (1854-1856) num período que antecede os desmembramentos de ambos os distritos.

Para a Freguesia de Nossa Senhora do Amparo, 2º distrito da Vila de Bragança, foram encontradas solicitações de registro de terras em 42 bairros, sendo 41 bairros rurais, e um, a sede da freguesia, um bairro urbano. São eles: Bairro Alto, dos Alves, Areia Branca, Bairro dos Domingues, da Barra, Boa Vereda, Boa Vista, Bom Retiro, Camanducaia, Caputera, Cascalho, Córrego Fundo, Córrego Vermelho, Cruz Coberta, Bairro da Cruz, Fabrício, Falcão, Forquilha, Lamedor, Lavapé, Limas, Moquem, Pereiras, Pires, Ponte Nova, Posse, Ribeirão, Ribeirão da Onça, Rio Abaixo, Rosas,

Sertãozinho, Sítio Bazilio Antonio Correa, Sítio São João Batista, Taquaruçu, Três Pontes, Varginha, Várzea, Várzea Grande e Vereda.

Entre todos os bairros listados, verificou-se que somente um esteve presente nos recenseamentos da Vila Nova Bragança no ano de 1818, Cascalho, dificultando mensurar quantos bairros rurais do município da Vila de Nova Bragança estariam, de fato, dentro da delimitação do 2º distrito da Vila de Bragança, Freguesia de Nossa Senhora do Amparo. O bairro rural Rio Abaixo, tem nomenclatura muito usada e genérica, não sendo entendidos como se fossem do mesmo bairro rural recenseado nos *Maços de População* em 1785 pela primeira vez, visto que se trata a cima do Rio Jaguary, nesse primeiro momento.

Para a Freguesia de Nossa Senhora do Rio do Peixe, futuro município de Socorro, as conclusões são semelhantes ao estudo de caso de Amparo, pois os *Maços de População* da Freguesia de Nossa Senhora do Rio do Peixe aparecem somente em dois anos nos *Maços de População*, 1832 e 1835, sem a listagem dos nomes dos bairros rurais, e sim, o número dos quarteirões, não tornando possível mensurar quais bairros rurais faziam parte do termo dessa freguesia, estando a documentação degradada.

Utilizando a lista de *Registro Paroquiais de Terras* (1854-1856) da Freguesia de Nossa Senhora do Rio do Peixe, encontram-se 41 bairros, sendo um a sede da freguesia; os demais, bairros rurais: Agudo, Alagoas, Antas, Barreiro, Barroão, Bomborral, Brazinho, Cachoeira, Camanducaia, Campanha, Campanha do Toledo, Cardozo, Córrego Fundo, Cubas, Fazenda Francisco de Paula, Fazenda dos Porcos, Herdeiros, Jaboticabal, Lagoa, Lavras, Machado, Moqueira, Moquem, Oratório. Palmeiras, Parto, Pelado, Pico da Serra, Pinhal, Pinhalzinho, Porto, Ribeirão das Lages, Ribeirinho, Rio do Peixe, Rio do Peixe Acima, Salto, Serrote, Sertãozinho, Tamanduá e Tanque. O bairro rural da Campanha foi recenseado nos *Maços de População da Vila Nova Bragança* pela primeira vez em 1796.

Para compreender melhor os bairros rurais da Vila de Bragança, foram analisadas as três listagens do *Registro Paroquial de Terras*, 1º Distrito⁵⁹ com 2º e 3º. Pode-se observar que existem bairros com solicitações de registro de terras em dois ou até mesmo nos três distritos, revelando a fragilidade da dinâmica dos Registros Paroquiais, que dependia do interessado ir até uma paróquia para registrar.

Aparecem oito nomes de bairros rurais coincidentes após a junção das três listas. O bairro rural de Sertãozinho e Camanducaia aparecem nas três listas, dos distritos de

⁵⁹ Trata-se da mesma listagem estudada no Capítulo 3.

Bragança, Amparo e Socorro. Os bairros rurais de Rio Abaixo, Posse e Boa Vista aparecem tanto nas listas do distrito de Bragança como no distrito de Amparo; os bairros rurais do Pinhal e Campanha aparecem nas listas dos distritos de Bragança e Socorro; o bairro rural de Moquem aparece nas listas dos distritos de Amparo e Socorro. Não é possível afirmar se são homônimos ou o mesmo bairro, contudo os moradores fizeram seus registos em paróquias diferentes. Neste caso o número de bairros estariam sendo quantificado duplamente.

O total de bairros após a junção da informação das três listas do *Registro Paroquial de Terras* foi de 138 bairros, sendo três urbanos e 135 rurais, tabela 20.

Bairro rural	Bragança	Amparo	Socorro
Bairro da Vila	Sim		
Freguesia 1		Sim	
Freguesia 2			Sim
Água Cumprida	Sim		
Agudo			Sim
Alagoas			Sim
Alto		Sim	
Alto da Santa Cruz	Sim		
Alves		Sim	
Anhumas	Sim		
Antas			Sim
Araras	Sim		
Areia Branca		Sim	
Arraial	Sim		
Bairro dos Domingues		Sim	
Barra		Sim	
Barreiro			Sim
Barroão			Sim
Beco da Matta	Sim		
Beira do Campo	Sim		
Boa Vereda		Sim	
Boa Vista	Sim	Sim	
Bom Retiro		Sim	
Bomborral			Sim
Brazinho			Sim
Cachoeira			Sim
Cachoeirinha	Sim		
Caeté	Sim		
Camonducaia	Sim	Sim	Sim
Campanha	Sim		Sim
Campanha do Toledo	Sim		Sim
Campestre	Sim		

Campo da Ponte	Sim		
Campo da Servidão	Sim		
Campo Novo	Sim		
Canivete	Sim		
Caputera		Sim	
Cardozos			Sim
Cascalho		Sim	
Córrego do Fundo			Sim
Corrego Vermelho		Sim	
Couto	Sim		
Cruz Coberta		Sim	
Cubas			Sim
Curralinho	Sim		
Da Cruz		Sim	
Das Mostardas	Sim		
Dos Pedrozo	Sim		
Estiva	Sim		
Fabrcio		Sim	
Falcão		Sim	
Fazenda Francisco de Paula			Sim
Fazenda dos Porcos			Sim
Fazenda Velha	Sim		
Forão	Sim		
Forquilha		Sim	
Freguesia			Sim
Godoy	Sim		
Guaripocaba	Sim		
Herdeiros			Sim
Itapechinga	Sim		
Jaboticabal			Sim
Jacarehy	Sim		
Jaguari		Sim	
Lagoa			Sim
Lambedor		Sim	
Lavapé		Sim	
Lavras			Sim
Limas		Sim	
Lopo	Sim		
Lucas	Sim		
Machado			Sim
Mato Dentro	Sim		
Moqueira			Sim
Moquem		Sim	Sim
Morro Grande	Sim		
Morro Vermelho	Sim		

Oratório			Sim
Palmeiras			Sim
Pântano	Sim		
Pareiras		Sim	
Parto			Sim
Passa Trêz	Sim		
Pedrozo	Sim		
Pelado			Sim
Philipão	Sim		
Pico da Serra			Sim
Pinhal	Sim		Sim
Pinhalzinho			Sim
Pires		Sim	
Pitangueiras	Sim		
Ponte Alta	Sim		
Ponte Nova		Sim	
Porto			Sim
Posse	Sim	Sim	
Rego	Sim		
Ribeirão	Sim		
Ribeirão da Onça		Sim	
Ribeirão das Lages			Sim
Ribeirinho			Sim
Rio Abaixo	Sim	Sim	
Rio Acima	Sim		
Rio do Peixe			Sim
Rio do Peixe Acima			Sim
Rosa Mendes	Sim		
Rosas		Sim	
Salto			Sim
Serrote			Sim
Sertãozinho	Sim	Sim	Sim
Sítio Basilio Antonio Correa		Sim	
Sítio São João Batista		Sim	
Sítio Monte Alegre	Sim		
Tamanduá			Sim
Tanque			Sim
Taquaruçu		Sim	
Tibiriçá	Sim		
Três pontes		Sim	
Uberaba	Sim		
Vargem Grande	Sim		
Varginha		Sim	
Várzea		Sim	
Várzea Grande		Sim	

Vereda		Sim	
--------	--	-----	--

Tabela 20: Junção das listagens dos *Registros Paroquiais* dos distritos que ficam no município da Vila Nova Bragança, 1854-1856, Bragança, Amparo e Socorro. Em cinza, bairros urbanos; em azul, bairros que coincidem em dois distritos; em rosa, bairros rurais que coincidem nos três distritos. Fonte: Arquivo Público do Estado de São Paulo.

Portanto, entende-se que, dos 135 bairros rurais, com o desmembramento da Vila de Nossa Senhora do Amparo em 1857, um ano após os *Registros Paroquiais de Terras* serem elaborados, a Vila de Nossa Senhora do Amparo tinha em sua delimitação territorial o bairro da Freguesia e os bairros rurais Bairro Alto, dos Alves, Areia Branca, Bairro dos Domingues, da Barra, Boa Vereda, Boa Vista, Bom Retiro, Camanducaia, Caputera, Cascalho, Córrego Fundo, Córrego Vermelho, Cruz Coberta, Bairro da Cruz, Fabrício, Falcão, Forquilha, Lambedor, Lavapé, Limas, Moquem, Pereiras, Pires, Ponte Nova, Posse, Ribeirão, Ribeirão da Onça, Rio Abaixo, Rosas, Sertãozinho, Sítio Bazilio Antonio Correa, Sítio São João Batista, Taquaruçu, Três Pontes, Varginha, Várzea, Várzea Grande e Vereda.

Os bairros rurais da Boa Vista, Camanducaia, Moquem, Posse, Rio Abaixo e Sertãozinho se repetem na lista. Foi possível localizar os bairros rurais do Moquem e Camanducaia no atual Município de Socorro. A hipótese é de que, em 1856, a Vila de Nossa Senhora do Amparo passa a administrar 39 bairros rurais que, anteriormente, faziam parte do município da Vila de Bragança. Após o desmembramento de Amparo, os distritos de Bragança e Socorro, juntos, somavam 96 bairros rurais e dois urbanos.

Em 1873, aconteceria mais um desmembramento, o da Freguesia de Nossa Senhora do Rio do Peixe (Socorro). Baseado na lista de *Registro Paroquiais de Terras*, possuía 41 bairros: um, o da Freguesia; 40, outros bairros rurais. Novamente, 40 bairros rurais que pertenciam ao município da Vila de Bragança, dentro do distrito de Socorro, e passam a pertencer ao município da recém-formada Socorro. A Vila de Bragança, portanto, passa a ter 54 bairros em 1873, sendo um da Vila e 53 rurais.

Destes 53 bairros rurais, após aprofundamentos dos estudos no território, nos mapas apresentados no Capítulo 3 e comparando nomenclaturas com bairros atuais, compreende-se que os bairros rurais Água Cumprida, Biriçá, Boa Vista, Caethé, Campo Novo, Canivete, Couto, Estiva, Itapechinga, Jacarehy, Posse, Rio Abaixo, Uberaba, e Sítio Monte Alegre nascem e permanecem no termo do município de Bragança.

O bairro rural de Mostarda nasce no município de Vila Nova Bragança e, posteriormente, passa a pertencer a Monte Alegre do Sul, após seu desmembramento de Amparo em 1857. Camanducaia é um bairro que alterou seu nome, ou é referente

ao bairro rural de Socorro, que teve somente seu registro feito na Paróquia de Bragança, ficando uma lacuna a ser esclarecida. Assim como, os bairros de Campanha de Toledo e Curralinho, que são nomes de bairros rurais que surgiram no município mineiro de Toledo (MG) e Joanópolis (SP), respectivamente.

Os bairros rurais do Pantano e Passa Trêz nascem no termo do município da Vila Nova Bragança, no distrito de Bragança e, posteriormente, passam a pertencer ao distrito de Tuiuti formado em (1902), assim como os bairros rurais de Anhumas, Guaripocaba, Lopo, Morro Grande, Ponte Alta e Rio Acima, que nascem no município da Vila Nova Bragança, no distrito de Bragança e, posteriormente, passam a pertencer ao distrito de Vargem formado em 1929.

Seguindo a mesma lógica, os bairros rurais de Boca da Mata, Campanha, Campestre e Pitangueiras nascem no termo do município da Vila Nova Bragança, distrito de Bragança, e, posteriormente, passam a pertencer ao distrito de Pedra Grande, formado em 1929, futura Pedra Bela.

Os bairros rurais de Araras, Arraial, Cachoeirinha, Fazenda Velha, Pinhal, Rosa Mendes e Vargem Grande nascem no termo de Vila Nova Bragança, distrito de Bragança, e, posteriormente, passam a pertencer ao distrito de Pinhalzinho formado em 1936.

Finalmente, dezessete bairros rurais presentes na listagem dos *Registros Paroquiais de Terras* não foram localizados, não sendo possível afirmar se continuam no município de Bragança ou em outros dos distritos, se são bairros rurais que mudaram de nome, se foram incorporados a municípios vizinhos ou, ainda, se deixaram de existir no território (Tabela 21).

Nº	BAIRROS 1854-1856	QUANT. SOLIC.	Bairros de:
1	Água Cumprida	10	Bragança Paulista
2	Biriçá	3	Bragança Paulista
3	Boa Vista	7	Bragança Paulista
4	Caeté	13	Bragança Paulista
5	Campo Novo	63	Bragança Paulista
6	Canivete	16	Bragança Paulista
7	Couto	11	Bragança Paulista
8	Estiva	20	Bragança Paulista
9	Itapechinga	14	Bragança Paulista
10	Jacarehy	45	Bragança Paulista
11	Posse	7	Bragança Paulista
12	Rio Abaixo	69	Bragança Paulista
13	Uberaba	6	Bragança Paulista
15	Sítio Monte Alegre	1	Bragança Paulista

1	Das Mostardas	6	Monte Alegre
1	Camonducaia	1	Socorro
1	Campanha do Toledo	10	Toledo MG
1	Curralinho	2	Joanópolis
1	Pântano	47	Tuiuti
2	Passa Trêz	21	Tuiuti
1	Anhumas	73	Vargem
2	Guaripocaba	43	Vargem
3	Lopo	42	Vargem
4	Morro Grande	1	Vargem
5	Ponte Alta	13	Vargem
6	Rio Acima	17	Vargem
1	Boca da Matta	10	Pedra Bela
2	Campanha	19	Pedra Bela
3	Campestre	15	Pedra Bela
4	Pitangueiras	17	Pedra Bela
1	Araras	88	Pinhalzinho
2	Arraial	25	Pinhalzinho
3	Cachoeirinha	7	Pinhalzinho
4	Fazenda Velha	2	Pinhalzinho
5	Pinhal	12	Pinhalzinho
6	Rosa Mendes	5	Pinhalzinho
7	Vargem Grande	36	Pinhalzinho
1	Alto da Santa Cruz	1	*
2	Beira do Campo	1	*
3	Campo da Ponte	1	*
4	Campo da Servidão	1	*
5	Dos Pedrozo	12	*
6	Fora dos bairros	26	*
7	Forão	11	*
8	Godoy's	1	*
9	Lucas	1	*
10	Mato Dentro	8	*
11	Morro Vermelho	1	*
12	Pedrozo	1	*
13	Philipão	1	*
14	Ponte	4	*
15	Rego	1	*
16	Ribeirão	1	*
17	Sertãozinho	3	*

Tabela 21: Descrição dos bairros que inicialmente faziam parte do território do Município de Bragança e, posteriormente, alteraram suas relações político-administrativas. Fonte: Arquivo Público do Estado de São Paulo.

Após esta análise, compreendemos de forma mais evidente o rearranjo político-administrativo. Bairros rurais que tinham importantes contribuições na política e na economia deixam de pertencer ao município de Bragança, distrito de Bragança, e passam a integrar a região bragantina, pertencendo a novos municípios, que passam a ser vizinhos, ou deixam de estar no distrito de Bragança para pertencer a novos distritos dentro do município de Bragança.

Na metade do século XIX, a Vila Nova Bragança era formada por três bairros urbanos, a sede do município e as sedes das freguesias de Amparo e Socorro e mais 135 bairros rurais. A análise dos *Registros Paroquiais de Terras*, considerando possíveis duplicidades da quantificação, revela que existiam nessa época 39 dos bairros rurais que ficaram no município de Amparo (distrito em 1839 e município em 1857), 40 no município de Socorro (distrito em 1829 e município em 1873), dois no distrito de Tuiuti (distrito em 1902 e município em 1990), seis no distrito de Vargem (distrito em 1929 e município em 1964 e 1991), quatro no município de Pedra Bela (distrito em 1929 e município em 1964), sete no distrito de Pinhalzinho (distrito em 1936 e município em 1964), um no distrito de Monte Alegre (distrito de Amparo em 1887 e município em 1949), um no município de Curralinho (distrito de Santo Antonio da Cachoeira em 1891, atual Piracaia), um no município de Toledo (distrito de Camanducaia em 1841 e município em 1953). Vale enfatizar que, atualmente, Toledo e Curralinho são localidades próximas à Bragança e não pertenceram territorialmente a ela em outros momentos.

Dentre os bairros rurais listados, 17 não foram localizados e 15 permanecem no território do distrito de Bragança, e alguns destes bairros rurais, dos 133 apresentados, passam a ter participação importante, transformando-se em fazendas inseridas na economia agropastoril do século XX (Figura 26).



Capítulo 5

Famílias, fazendas e política: compreensão das atuações das famílias Leme e Siqueira na ocupação do território rural e na produção agropastoril do município de Bragança

Introdução

Neste capítulo, será analisada a consolidação da cultura do café em Bragança a fim de compreender sua dimensão e sua relação com a produção nacional. Bragança abandonou sua vocação agropastoril e passou a dedicar-se de forma exclusiva para a produção de café?

Como exemplo da transformação de um conjunto de *bairros rurais* em fazendas, serão apresentados dois estudos de caso de famílias bem-sucedidas na agricultura de Bragança, Leme e Siqueira para compreender em que momento e condição chegaram e se fixaram no município. Além da análise genealógica, será abordado o papel dessas famílias na política, na sociedade e na economia. A família Siqueira foi uma das maiores produtoras de café no início do século XX e a família Leme foi proprietária de uma série de sítios e fazendas de economia agropastoril, inclusive o café assim como agentes sociais na liderança política no município.

Este capítulo analisa a formação de uma elite no município de Bragança que atua e contribui para a ocupação do território. A partir disso, serão mapeadas propriedades e regiões do município que tiveram como agente impulsionador as articulações políticas, econômicas e sociais da elite cafeeira, entendendo que a inserção da economia do município na cafeicultura estimula a construção e transformação do núcleo urbano.

Com base na historiografia, o objetivo será compreender a transformação e consolidação de bairros rurais e fazendas no município, analisando sua produção, características e tamanho.

5.1. Principais produtores de café em Bragança

Mesmo havendo um bom resultado regional da produção de café na região Bragantina, ressalta-se que, sozinho, Ribeirão Preto produziu quase 2 milhões de arrobas em 1935. A produção dos municípios da região de Bragança eram pouco mais de 50% da produção de Campinas, Barretos ou Jaboticabal (CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGANÇA PAULISTA, 1998) após a crise de 1929.

A produção de café bragantina, segundo Caldeira, (1929, p.153), se concentrava nas mãos de 22 produtores com mais de 100 mil pés de café. Ainda que exista na historiografia local, menção a certos exageros na contabilidade de João Netto Caldeira, opta-se em reproduzir a listagem do autor no livro *Nossa Riquezas* (1929). Os maiores produtores eram quatro: Arthur Rodrigues Siqueira com 560 mil pés de café; José Vieira da Silva com 484 mil pés de café, proprietário da Fazenda Santa Maria que abrigava a Capela filial Coração de Jesus; João Hermenegildo Oliveira, proprietário de quatro pequenas fazendas, União, Santa Cruz, Sant'anna e Santa Thereza, que cultivava 451 mil pés de café; Coronel Affonso Ferreira, proprietário da Santa Maria, no bairro rural da Bocaina, cultivava 400.000 pés de café, sendo que em sua propriedade estava a Capela Filial Imaculada Conceição.

Cel. Jacinto Ozório, apesar de não encontrada a localização e o nome de sua fazenda, cultivava 320 mil pés de café, sendo que sua propriedade continha a Capela Filial de Sant'anna. Raul Rodrigues Siqueira, irmão de Arthur R. Siqueira, o maior produtor de café de Bragança no início do século XX, cultivava 320 mil pés de café, sendo que em sua Fazenda, Itapechinga ficava a Capela Filial Santa Luzia.

João Mathias cultivava 203 mil pés de café; Anna Emília Cintra, proprietária da Fazenda do Trigo, cultivava 200 mil, escoando sua produção pela Estação Tanque; Arthur Ferreira Pinto cultivava 170 mil pés; os Irmão Stefani, 150.000 pés, mas não foram encontradas maiores informações sobre suas fazendas.

Domingos Zago e irmãos cultivavam 144 mil pés em sua propriedade, chamadas de Bom Retiro. Uma das mais próximas do núcleo urbano da Cidade de Bragança, utilizava a Estação Bragança para escoar sua produção. Quanto à localização da Fazenda Bom Retiro, não foi possível identificá-la de forma precisa.

José Ferraz Gonzaga Cintra, proprietário da Fazenda Santa Cristina, próximo ao bairro rural do Campo Novo cultivava 140 mil pés de café, igualmente ao Major Olegário Elias, porém não foi possível precisar o nome e a localização de sua fazenda. No entanto, em suas terras existe a informação de que nelas se encontrava a Capela Filial de Santo António.

Os próximos nomes da lista de João Netto Caldeira, para os quais não foram localizadas a fazenda, o nome e o total de suas produções, eram: Herculano Barreto com 136 mil pés de café; Freire & Leonardi com 129 mil pés de café; Juvenal Leite com 120 mil pés de café; Alfredo Ramos com 113 mil pés de café. Os cafeicultores Joaquim Rodrigues do Santos, Pedro Joaquim de Lima, José Toces e João Alves Moraes cultivavam em torno de 100 mil pés de café cada. Francisco Wholers também produzia 100 mil pés de café na propriedade Guatucupá, a 12 quilômetros da Estação Taboão (Tabela 22).

n°	Proprietário	pés de café	Fazenda	Capela filial.	Bairro rural
1	Arthur Rodrigues Siqueira	560.000	Caethé	*	Caethé- 2km- Est. Taboão
2	Cap. José Vieira da Silva	484.000	Santa Maria	sim	16km de Bragança
3	João Hemenegildo Oliveira	451.000	União, Santa Cruz, Sant'anna e Santa Thereza	*	10Km- Estação Guaripocaba e 7Km Est. Taboão
4	Cel. Affonso Olegário Ferreira Pinto	400.000	Santa Maria	sim	Bocaina- 3Km- Est. Tanque
5	Cel. Jacinto Ozório de Lócio Silva	320.000	*	sim	*
6	Raul Rodrigues Siqueira	310.000	Itapechinga e São Vicente	sim	Itapechinga- 2km- Estação Taboão
7	João Mathias	203.000	*	*	*
8	Anna Emilia F. Cintra	200.000	Trigo	*	Bocaina- 6km- Estação Tanque
9	Arthur Ferreira Pinto	170.000	*	*	*
10	Irmãos Stefani	150.000	*	*	*
11	Domingos Zago & irmão	144.000	Bom Retiro	*	1km- Estação Bragança
12	José Ferraz Gonzaga Cintra	140.000	Santa Cristina	*	Campo Novo- 11 Km- Est. Taboão
13	Major Olegário Elias T. Moreira	140.000	*	sim	*
14	Dr. Herculano Barreto	136.000	*	*	*
15	Freire & Leonardi	129.000	*	*	*
16	Juvenal Leite	120.000	*	*	*
17	Alfredo Ramos	113.000	*	*	*
18	Joaquim Rodrigues dos Santos	100.000	*	*	*
19	Francisco Wholers	100.000	Guatucupá	*	12km- Est. Taboão
20	Pedro Joaquim de Lima	100.000	*	*	*
21	José F. Toces	100.000	*	*	*
22	João Alves Moraes	100.000	*	*	*

Tabela 22: Produtores bragantinos com mais de 100 mil pés de café em 1929. Identificação de suas fazendas, capelas, bairros e número de pés de café. Fonte: Elaborada pela autora a partir da análise dos livros *Nossas Riquezas*, de João Netto Caldeira (1929) e *A Parochia*, de José de Aguirre (1919). Diocese de Bragança.

A Família Siqueira foi uma das que acumularam grande riqueza no período. Nas documentações consultadas, foram encontradas para as propriedades que se destacaram na produção, como as fazendas Bocaina, Itapechinga, São Vicente e Caethé, fazendas que pertenciam a uma mesma família, administrada pelos irmãos Arthur e Raul, filhos de Felipe Siqueira.

A característica da região bragantina de ter em suas terras propriedades pequenas, fruto de posses, e não de grandes sesmarias, propriedades que em poucas gerações são transformadas em pequenas glebas para as gerações futuras reforça a ideia de que, ainda que a produção de café tenha sido importante e significativa para a cidade, trazendo importantes transformações urbanas, esta produção e o acúmulo financeiro gerado pelo café não foram capazes de alavancar, após seu declínio, um desenvolvimento econômico de base industrial, como ocorria, por exemplo, em

Campinas, a partir de 1936 (CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGANÇA PAULISTA, 1998, p. 78).

5.2. Famílias Leme e Siqueira

A elite de cafeicultores conquistaram espaços importantes nas políticas local, regional e nacional, garantindo que seus interesses sempre fossem pautas discutidas e aprovadas pela Câmara Municipal. Para Bragança, optou-se por apresentar essa relação política após o contexto da espacialização dos bairros rurais e, principalmente, após apresentar uma elite consolidada. Entre as famílias que se tornaram influentes na cafeicultura e na política bragantina, além das famílias Leme e Siqueira, destacam-se famílias atuantes como Siqueira, Valle, Assis, Villaça, Godoy, Izzo, Cintra, entre outras.

5.2.1. Família Leme

O nome do patriarca Luiz Manuel da Silva Leme, nos *Registros Paroquias de Terras* (1854 a 1856) arquivados no Apesp, aparece na folha 13 do índice. Posseiro, solicitou registro de terra em três bairros rurais: Ponte Alta, Araras e Rio Acima (ANEXO 1), provavelmente herdadas das posses de seu pai, Antônio Leme da Silva. Estes bairros rurais dão continuidade à produção de gêneros mistos e do café da Família Leme. Enfatiza-se “família”, pois os filhos homens do Sr. Luiz Manuel da Silva Leme se mantêm assíduos na produção cafeeira, na política e em outras profissões.

Luís Manuel da Silva Leme, filho do Capitão Antônio Leme da Silva e Rosa Maria de São José, nasceu em 15 de fevereiro de 1804. O Capitão Antônio Leme da Silva nasceu em Mogi Guaçu e chegou na então freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Jaguary em 1774. Quando houve a elevação da Freguesia Nossa Senhora da Conceição do Jaguary, em Vila de Nova Bragança, ele foi eleito aos cargos de primeiro juiz ordinário e juiz de órfãos. Portanto, o Capitão, pai de Luís Manuel da Silva Leme, é quem inicia a vida familiar na política e na agricultura de Bragança.

Luís Manuel da Silva Leme foi vereador na Vila Nova Bragança no período de 1857-1860, sendo o líder do Partido Conservador durante alguns anos. Em 1872, o governo contratou “o Coronel Luiz Manoel da Silva Leme” e outros para a construção e administração da estrada de ferro que viria a ser a Bragantina.

Luís Manuel da Silva Leme solicitou o registro de suas terras com 50 anos, quando já havia se casado e ficado viúvo, sem filhos, da Sra. Constança Lima da Cunha. Casou-se novamente com Carolina Eufrásia de Moraes, filha do Capitão Luís Antônio de Moraes, nascido na Vila de Atibaia, porém atuante político na Vila de Nova Bragança.

Luís Manuel da Silva Leme e Carolina Eufrásia de Moraes se casaram dia 18 de maio de 1845, na Vila Nova Bragança, e tiveram 13 filhos, cinco homens e oito mulheres. Estima-se que o casal tenha “[...] 102 netos e netas, 249 bisnetos e bisnetas, e 346 trinetos e trinetas, 423 tetranetos e tetranetas, 342 pentanetos e pentanetas, e 63 hexanetos e hexanetas, e 2 heptanetos”.

Os filhos são: 1- Fabrícia Augusta de Araújo Cintra; 2 - Coronel Olegário Ernesto da Silva Leme; 3 - Gertrudes Teresa da Silveira; 4 - Amélia Eugenia Fagundes; 5 - Antônia Fortunata da Anunciação Gonçalves; 6 - Luís Gonzaga da Silva Leme; 7- Teófilo Francisco da Silva Leme; 8 - Bazilissa Carolina da Silva Leme; 9 - João Evangelista Gonzaga Leme; 10 - Maria Salomé da Silva Leme; 11- Carmelita Gonzaga Leme; 14 - Ladislau Gonzaga da Silva Leme e 13 - Maria da Glória Leme de Oliveira.

Na historiografia e genealogia, torna-se difícil analisar as filhas mulheres, não por não considerá-las relevantes para a compreensão da estruturação política e hierárquica, mas por ter sido dado a elas um papel secundário, fazendo com que ficassem, muitas vezes, dependentes de seus casamentos. Tem-se pouca ou nenhuma informação sobre a vida das oito filhas do casal Luís Manuel da Silva Leme e Carolina Eufrásia de Moraes, mas vale enfatizar que a historiografia atual tem se preocupado em mudar o papel feminino na história:

A recente inclusão das mulheres no campo da historiografia tem revelado não apenas momentos inesperados da presença feminina nos acontecimentos históricos, mas também um alargamento do próprio discurso historiográfico, até então estritamente estruturado para pensar o sujeito universal, ou ainda, as ações individuais e as práticas coletivas marcadamente masculinas. Como se a História nos contasse apenas dos homens e de suas façanhas, era somente marginalmente que as narrativas históricas sugeriam a presença das mulheres, ou a existência de um universo feminino expressivo e empolgante. Todo discurso sobre temas clássicos como a abolição da escravidão, a imigração europeia para o Brasil, a industrialização ou o movimento operário, evocava imagens da participação de homens robustos, brancos ou negros, e jamais de mulheres capazes de merecerem uma maior atenção (RAGO, 1995, p. 3).

Ribeiro (2008) demonstra em seus estudos genealógicos de famílias de Campinas (SP), que os casamentos das filhas mulheres eram importantes estratégias para que as riquezas de uma família não saíssem dela. Então, arranjavam-se casamentos entre sobrinha e tio, prima e primo, fazendo destas uniões objeto de segurança e agregação de riquezas.

A partir da análise genealógica da Família Leme⁶⁰ tudo indica que chegou à Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Jaguary em 1774, vindo de Mogi Guaçu. Na documentação consultada sobre moradores com mais de dez escravos na Vila Nova Bragança nos anos analisados (1798, 1809, 1818, 1828), esta família não apresenta registro, o que reforça a ideia de que os Leme registraram terras em seu nome das quais não tinham posse quando dos *Registros Paroquiais de Terra* (ANEXO 1). Utilizaram o recurso de declaração de posse para ocupar terras na Freguesia de

⁶⁰ 1 - Fabrícia Augusta de Araújo Cintra, nasceu em 1846 e casou com José Bento de Araújo Cintra. Entre os principais produtores bragantinos com mais de 100 mil pés de café em 1929, encontramos José Ferraz Gonzaga Cintra com 140 mil pés de café e Anna Emilia F. Cintra com 200 mil pés de café, o que pode revelar o processo de acumulação e riqueza desta elite através de casamentos.

2 - Gertrudes Teresa da Silveira, nascimento 1847. Casou-se com Francisco Antônio da Silveira.

3 - Amélia Eugenia Fagundes, nascimento em 1848, casou com seu primo Major Antônio José Fagundes, sem filhos e informações mais aprofundadas.

4 - Antônia Fortunata da Anunciação Gonçalves, nascimento em 1849, casou-se com Major Francisco de Assis Gonçalves, fazendeiro e político na Vila Nova Bragança, com quem teve nove filhos.

5 - Luís Gonzaga da Silva Leme, nascido dia 3 de agosto de 1852, foi advogado, engenheiro civil, historiador e genealogista brasileiro. Tornou-se especialmente conhecido por ter organizado a obra *Genealogia Paulistana*, que narra a linhagem da elite de São Paulo. Saiu ainda pequeno de Bragança e seu vínculo é ter sido engenheiro-chefe para acabar a construção da estrada de ferro bragantina. Nomeado inspetor geral desta estrada, permaneceu no posto até 1898, quando começou a dedicar-se às pesquisas da sua obra genealógica. Depois de começá-las, abandonaria a profissão de engenheiro. Casou-se com Maria Fausta da Silva Macedo, com quem teve nove filhos.

6 - Coronel Olegário Ernesto da Silva Leme, nasceu em 1854, estudou em São Paulo, retornou para Bragança onde possuía a fazenda São Sebastião, produtora de café, e foi um dos responsáveis por fundar o Partido Republicano Paulista, que presidiu até sua morte (1928). Foi vereador na Vila de Nova Bragança entre (1887 a 1889). Casou-se em São José dos Toledos com sua prima Florinda Pereira de Araújo, com quem teve oito filhos.

7 - Teófilo ou Theófilo Francisco da Silva Leme, nascido em 1855, em Bragança Paulista. Casou-se em 31 de maio de 1903, em Bragança Paulista, com Maria Conceição Leite de Cerqueira César, com que teve nove filhos. Foi fazendeiro e chefe do Partido Republicano de Bragança Paulista, Comandante da Guarda Nacional e Vereador em Bragança Paulista no período de 1920-1922 (presidente da Câmara). Também aparece na lista de Fazendas que contêm Capelas Filiais, do Cônego José Aguirre.

8 - Basilissa Carolina de Locio e Silva, nascida em 1856, casada em 1876, em Bragança Paulista, com seu primo, o Coronel Jacinto Osório de Locio e Silva, uma das personalidades que aparecem na lista de João Neto Caldeira, sendo um dos 22 principais produtores de café de Bragança, cultivando 320 mil pés de café em 1929. No entanto, vale enfatizar que nesta data Bassiliana Carolina já havia falecido.

9 - Coronel João Evangelista Gonzaga Leme, nascido em 1º de outubro de 1862. Casou-se em Itatiba (SP), com Leopoldina Bueno de Aguiar, com quem teve 13 filhos. Foi um importante produtor de café em Bragança.

10 - Maria Salomé da Silva Leme (Maria Salomé Gonzaga Leme), nascida em 31 de outubro de 1864, em Bragança Paulista. Casou-se em 1881, em Bragança Paulista, com o Coronel Affonso Olegário Ferreira Pinto. Maria Salomé pouco aparece na bibliografia de Bragança, mas seu marido, com que teve 13 filhos, foi uma personalidade importante. Coronel Affonso Ferreira aparece em 1919, na lista de Cônego José Aguirre, proprietário da Capela Filial Imaculada Conceição e, posteriormente, na lista de João Caldeira como um dos 22 maiores produtores de café em 1929, com 400 mil pés.

11 - Carmelita Gonzaga Leme (Carmelita Leme de Freitas), casada com Beraldo Domingues de Oliveira. Beraldo faleceu em 1º de maio de 1889, em Bragança Paulista, e Carmelita casou-se pela segunda vez, em 4 de fevereiro de 1892, em Bragança Paulista, com Pedro de Andrade Freitas. Pedro foi médico e não há informações mais aprofundadas sobre o casal, que teve nove filhos.

12 - Coronel Ladislau Gonzaga da Silva Leme, casado em 14 de novembro de 1889, em Bragança Paulista, com sua prima Maria Salomé de Vasconcellos Nardy, com quem teve três filhos. Maria Salomé faleceu precocemente e o Coronel Ladislau casou-se com Ambrosina de Oliveira Preto, com quem teve 13 filhos. Ladislau diplomou-se em Farmácia em Ouro Preto (MG). Sua participação na vida política na Vila Nova Bragança foi marcada por ter sido vereador nos períodos de 1908-1910, 1914-1916, 1917-1919 e 1923-1925. Em todos foi eleito Presidente da Câmara.

13 - Maria da Glória Leme de Oliveira, casada em 18 de abril de 1891, em Bragança Paulista, com José Fidelis de Oliveira. Não teve filhos e não constam mais informações.

Nossa Senhora da Conceição do Jaguary. Antônio Leme da Silva casou-se com Anna Esméria da Assumpção, em Mogi Guaçu, e após a morte desta casa-se com Rosa Maria de São José, com quem teve 16 filhos, dos quais 11 foram viver em outras cidades. O único filho do casal Antônio Leme da Silva e Rosa Maria de São José cujo nome foi localizado nas solicitações de terras foi Luís Manuel da Silva Leme.

Ainda que não localizados os irmãos de Luís Manuel da Silva Leme nas listas de solicitações de registro de terras, ele teve cinco irmãos que ocuparam cargos públicos na Vila de Nova Bragança: Alferes Manuel Joaquim Leme da Silva, exerceu o cargo de Juiz Ordinário; Cel. Jacinto Ozório de Locio e Silva, fazendeiro, procurador e Vereador da Vila de Nova Bragança nos anos 1825, 1837-1840, 1845-1848, 1849, 1852, 1853-1856, 1857-1860 (presidente da Câmara) e 1865-1868 (presidente da Câmara); Cel. Francisco Emília da Silva Leme, deputado provincial de São Paulo nos períodos de 1862-1863 e 1868-1869, prestando “[...] relevantes serviços que não estão esquecidos na memória dos velhos que o tiveram como companheiro de lutas”. Domingos Tertuliano Peixoto Leme foi vereador e presidente da Câmara da Vila de Nova Bragança no período de 1841-1844; Major Beraldo Inocêncio de Almeida Leme foi vereador da Vila de Nova Bragança no período de 1877-1880 [...]”

Sobre os filhos de Luís Manuel da Silva Leme e Carolina Eufrásia de Moraes, netos do Capitão Antônio Leme da Silva e Rosa Maria de São José, pode-se afirmar que, dos cinco homens, três tiveram cargos políticos: Olegário, Teófilo, e Ladislau. Faltam informações sobre as mulheres, deixando” uma lacuna a respeito. Dos cinco, três se tornaram importantes fazendeiros, fortes contribuintes na produção do café: Olegário Ernesto, Teófilo e João. O mesmo pode-se dizer do marido de Maria Salomé, Affonso Ferreira. Logo, Olegário Ernesto, Teófilo e Ladislau são os filhos atuantes tanto na política quanto na cultura do café. Luiz Gonzaga, genealogista, foi o único filho do casal de Luís Manuel da Silva Leme e Carolina Eufrásia de Moraes que não trabalhou na política e na agricultura.

As atuações políticas da Família Leme foram intensas no final do século XIX. Nas primeiras décadas do século XX, as ruas do núcleo urbano de Bragança tiveram alterados seus antigos nomes por nomes de membros da Família Leme, como rua da Palha, rua da Pedra ou rua do Mercado, para receber nomes das personalidades atuantes na política da cidade. Quatro dos filhos homens do Coronel Luís Manuel da Silva Leme, vão batizar ruas do centro, Olegário Leme, Teófilo Leme, João Leme e Ladislau Leme, além do próprio pai, Luís Manuel da Silva Leme. Luiz Gonzaga Leme batizará, mais tarde, uma rua no bairro da Hípica, na região norte, região das terras da Família Leme.

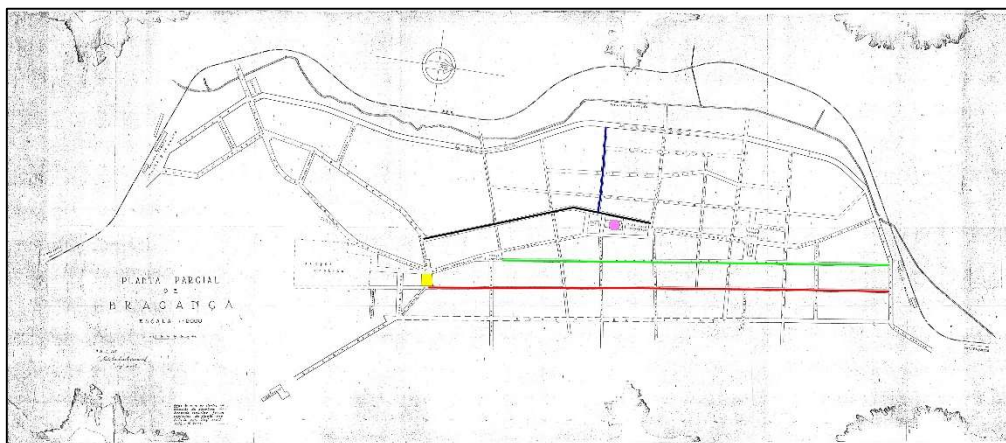


Figura 102: Ruas que receberam os nomes dos integrantes homens da Família Leme, interpretadas no mapa de 1936. Em preto, destaca-se a Rua Cel. Leme, homenagem ao patriarca Luís Manuel da Silva Leme; em amarelo, a Praça Olegário Leme; em azul, a Rua Ladislau Leme; em verde, a Rua João Leme; em vermelho, a Rua Teófilo Leme. Pontuada em rosa, a Igreja Matriz. Fonte Prefeitura Municipal de Bragança Paulista.

A rua que recebeu, por exemplo, o nome de Ladislau Leme, era conhecida como rua do Mercado (Figura 103).



Figura 103: Registro sem data da antiga Rua do Mercado, século XIX, que passou a ser chamada Teófilo Leme. Fonte: Museu Municipal Osvaldo Russomano.

Das propriedades dos integrantes da Família Leme, foram relacionadas informações obtidas nos *Registros de Terras* de 1854-1856, onde Luís Manuel da Silva Leme solicita o registro de terras nos bairros rurais da Ponte Alta, Rio Acima e Araras e utilizando o recorte da cartografia de 1909, mapa elaborado e publicado pela Secção Cartográfica da Companhia Lith-Hartmann – Reichenbach, São Paulo e Rio de Janeiro, foi possível localizar a propriedade de Teófilo Leme, orientando a percepção de que a Família Leme foi uma das responsáveis pela ocupação da região norte do território de Bragança (Figura 104).

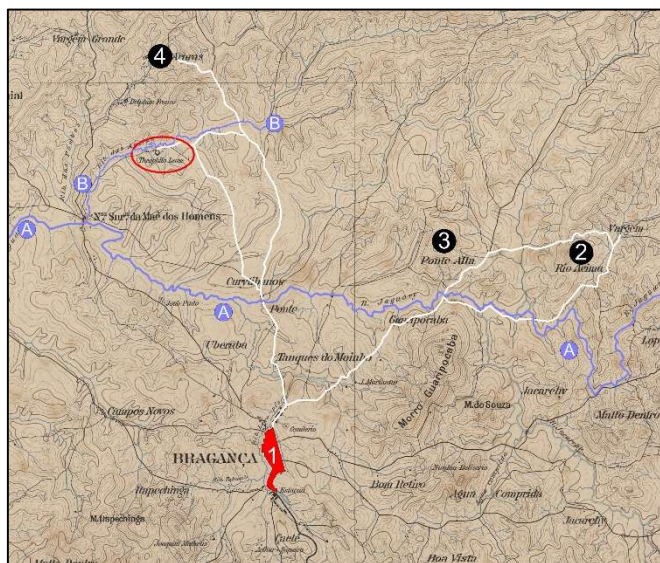


Figura 104: Interpretação da ocupação da Família Leme. 1, na macha vermelha, o núcleo urbano de Bragança, 2: bairro rural Rio Abaixo, 3: bairro rural Ponte Alta e 4: bairro rural Araras, solicitação de Luís Manuel da Silva Leme em 1856. Círculo vermelho, Fazenda de Teófilo Leme, filho de Luís Manuel da Silva Leme. Em destaque em branco, os caminhos que interligam esses bairros rurais; em azul, A: Rio Jaguary e B: Ribeirão Araras. Fonte: Arquivo Público do Estado de São Paulo.

5.2.2. Família Siqueira

Assim como os Leme foram importantes para os contextos político, econômico e social, outra família, envolvida com as posses, economia e cargos públicos, os Siqueiras, são responsáveis pela formação do território da região sul de Bragança.

Segundo o livro *Os Siqueiras de Bragança Paulista*, família oriunda da Ilha da Madeira em Portugal, Alfredo Rodrigues Siqueira, médico, veio para o Brasil e teve uma breve estadia; não se adaptou e voltou para Portugal. Seu filho Felipe Rodrigues de Siqueira ficou no Brasil, não ficando claro se seu nascimento foi no Brasil ou se veio com o pai de Portugal (1963).

Felipe Rodrigues Siqueira (pai), professor conceituado e respeitado, viria do Rio de Janeiro para lecionar em São Paulo, quando anos mais tarde teve estadia breve na Vila de São João do Atibaia, onde se casou com Maria Conceição Soares Muniz (1963). O matrimônio gerou três filhos, Felipe Rodrigues Siqueira (filho), Olegário Rodrigues de

Siqueira e Elisa Rodrigues de Siqueira, todos nascidos na Vila de São João de Atibaia, no bairro rural de Caetetuba, que viria a receber a estação Atibaia em 1884.

O foco da discussão será o primeiro filho do casal Felipe Rodrigues Siqueira e Maria Joana Siqueira, Felipe Rodrigues Siqueira, que recebeu o mesmo nome de seu pai. Nascendo em 7 de janeiro de 1845, teve como profissão a agricultura e, posteriormente, tornou-se tropeiro, profissão com a qual inicia acúmulos de bens.

Felipe Rodrigues Siqueira casa-se em 1863 com Maria Joana Siqueira, descendente materna da Família Cintra. Desse matrimônio, Felipe adquiriu excelente dote, o que lhe gerou a possibilidade de adquirir uma gleba de terras virgens para iniciar uma produção de gêneros mistos na divisa das Vilas de Atibaia e Bragança. A Fazenda Bocaina, construída pelo casal ao lado da Serra da Bocaina, foi onde o casal se instalou e teve 12 filhos.

Portanto, para a Família Siqueira⁶¹, tem-se uma história iniciada em 1863, com o casamento Felipe Rodrigues Siqueira e Maria Joana Siqueira. Com a Lei de Terras

⁶¹ 1- Adolfinha Siqueira Freitas, nascida na Vila de Bragança, em 1864, educou-se e casou-se em São Paulo, capital.

2 - Arthur Rodrigues Siqueira nasceu em Bragança na Fazenda da Bocaina em 1866, iniciou seus estudos na escola da José Guilherme na Vila Bragança e depois em São Paulo, capital. Casou-se a primeira vez com sua prima, herdeira de boas posses da importante Fazenda do Trigo, em Bragança, Ana Thereza Cintra, com quem teve nove filhos. Arthur Rodrigues de Siqueira fundou a Fazenda Caethé, vizinha das terras da Fazenda da Bocaina, de seu falecido pai, provavelmente, um desmembramento da Fazenda Bocaina. A Fazenda Caethé, segundo Caldeira (1929) em 1929, era a mais produtiva da região em 1929. Arthur Rodrigues de Siqueira ficou viúvo em 191 e casou-se com Vicentina Bueno Bierrenbach, Campineira, filha de rico comerciantes de Campinas (SP), em 1921.

3 - Julieta Siqueira de Castro, nascida na Vila Nova Bragança em 1869, casou-se com 17 anos com Carlos Abdon de Abreu Castro, pais de Milton Siqueira Castro e Aurora Castro Scavazza. Carlos Abdon de Abreu Castro, paulistano, ferroviário, responsável pela estação Tanque da Ferrovia Bragantina. Fundaram a Fazenda Capuava, que pertenceu à família até 1922, nas divisas entre as Vilas Atibaia e Bragança próximo ao Morro Capuava, não localizados por nós, porém, citados por Cônego José Aguirre ao descrever as divisas.

4 - Cherubina Siqueira Fagundes, nascida na Fazenda Bocaina em 1872, casou-se com Gabriel da Silva Fagundes, subdelegado membro da elite da Vila Nova Bragança. Não tiveram filhos.

5 - Isaura Siqueira Fagundes, nascida na Fazenda Bocaina, casou-se com Jorge da Silva Fagundes, irmão de seu cunhado Gabriel da Silva Fagundes, casado com sua irmã Cherubina Siqueira Fagundes. Jorge da Silva Fagundes foi comerciante, fazendeiro proprietário da Fazenda Forão, político em Bragança e posteriormente, quando transferiram residência para São Paulo, um dos fundadores do Banco da América.

6 - Raul Rodrigues de Siqueira nasceu na Fazenda Bocaina em 1878, estudou no Colégio São Luiz em Itu, mas retornou e comandou a fazenda do pai, Bocaina. Depois agregou aos seus cuidados as Fazenda Itapechinga e a São Vicente, na zona sul do território de Bragança. Raul Rodrigues Siqueira, assim como seu irmão mais velho Arthur, e o pai, Felipe, dedica-se à produção de gêneros mistos, inclusive o café, transformando a Família Siqueira numa das maiores produtoras de café da região, com papel influente na vida política. Raul exerceu cargos políticos, teve participação na fundação do Partido Republicano e na fundação do Partido Constitucionalista. Casou-se com Isaura Leme, uma união de duas ricas famílias. Isaura era filha de Olegário Ernesto Leme, neta do casal Luís Manuel da Silva Leme e Carolina Eufrásia de Morais. Raul Rodrigues Siqueira e Isaura Leme de Siqueira tiveram seis filhos, que também se dedicaram à agricultura e participaram ativamente na liderança política do município. Vale enfatizar que a sexta filha do casal Raul e Isaura Leme de Siqueira, é a responsável pela doação do patrimônio da Capela de Santa Luzia (Capela Filial) para a Igreja Católica.

7 - Maria Siqueira Matheus, nasceu em 1789 e casou-se com Domingos Alves de Matheus, militar que se tornou engenheiro hidráulico e colaborou com o abastecimento de água de muitas vilas e freguesias, inclusive a Vila Nova Bragança, onde foi construtor responsável pelas usinas Guaraciaba e das Flores. Não foram agricultores e em 1918 transferiram residência para a Capital São Paulo, o casal teve quatro filhos.

8 - Oscar Rodrigues de Siqueira nasce na Fazenda Bocaina em 1881 e falece em 1883.

de 1850 e posterior possibilidade dos *Registros Paroquiais de Terras*, Felipe Rodrigues Siqueira tem acesso às terras no bairro da zona sul do território da Vila de Nova Bragança. O casal teve 12 filhos; quatro faleceram muito novos. Dois, a filha mais velha Adolfina Siqueira Freitas e o filho mais novo Argemiro Rodrigues de Siqueira construíram suas vidas longe da política e da produção agrícola de Bragança, morando em outras cidades. Dos outros seis filhos, dois homens foram atuantes na vida política do município e grandes produtores rurais, Arthur e Raul.

Arthur Rodrigues de Siqueira chegou a cultivar em sua fazenda Caethé 500 mil pés de café em 1929, além de outros gêneros como milho e gado (CALDEIRA, 1929). As solicitações de registro de terra no chamado bairro rural do Caethé, 1854-1856, foram 13; destas, três são de integrantes da Família Siqueira: José Pedro Siqueira, José e João de Siqueira.

No seu primeiro casamento, Arthur Rodrigues de Siqueira une interesses políticos e econômicos da Família Siqueira com a Família Cintra, que tinha a propriedade da Fazenda do Trigo, importante fazenda que surge com a intenção de produção de gêneros mistos, inclusive o trigo, que dá nome a fazenda; mais tarde adere, sem abandonar os gêneros mistos, à bem-sucedida produção de café. Em 1926, a Fazenda do Trigo era administrada por Anna Emília Cintra, muito atuante na vida religiosa de Bragança, conforme relatos do Cônego José de Aguirre.

9 - Aurora Rodrigues de Siqueira nasce na Fazenda Bocaina em 1883, chega a estudar em Taubaté, mas falece muito jovem em 1899, com apenas 16 anos.

10 - Maria Nazareth Rodrigues de Siqueira nasce na Fazenda Bocaina em 1885 e falece em 1886.

11 - Nelson Rodrigues de Siqueira nasce na Fazenda Bocaina em 1887 e falece no mesmo ano.

12 - Argemiro Rodrigues de Siqueira, nascido na Fazenda Bocaina em 1888, quando ela já tinha nova sede; tornou-se médico conceituado e trabalhou em Juquery. Casou-se com Nair de Arruda Penteado em 1912, jovem de família de produtores de café de Rio Claro, na Fazenda Atalaia. Argemiro passou breve infância na Vila Nova Bragança, não se conectando nem com produção de café nem com a política. O casal teve três filhos.

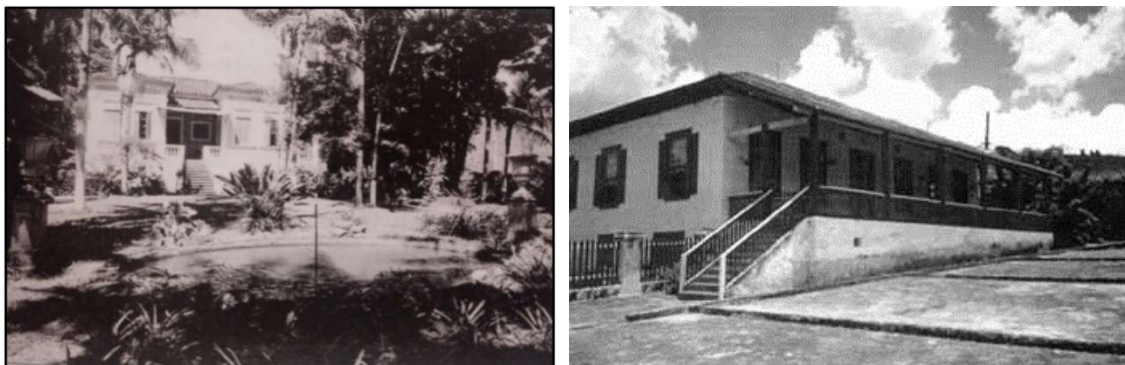


Figura 105: Fazenda Caethê, Casa Sede da Fazenda, foto do início do século XX. Figura 106: Fazenda do Trigo, foto do início do século XX. Fonte: Barletta (2000 p. 48).

Raul Siqueira Rodrigues foi o filho responsável por unir duas ricas famílias, a Siqueira e a já mencionada Leme, incrementando a produção local de café. Com seu casamento com Isaura Leme, ele ocupa grande parte do território da zona sul, próximo à divisa com Atibaia, unificando as Fazendas Bocaina, Itapechinga e São Vicente. Raul atua intensamente na política local, seguindo os passos de seu sogro Olegário Ernesto Leme, ambos pertencentes ao Partido Republicano

Não se teve acesso a fotos da Fazenda Bocaina; a Fazenda Itapechinga não existe mais, em 1854-18546, no registro de solicitação de terras (1854-1856), para o *bairro rural* do Itapechinga constam 14 solicitações. Em 1919, na Fazenda Itapechinga, estava a Capela Filial de Santa Luzia. Após a metade do século XX, a Fazenda Itapechinga cede lugar para o Bairro Santa Luzia, próximo ao núcleo urbano, com muitas ruas homenageando os Siqueiras, Fellipe, Arthur, Julieta e outros. No mapa da área urbana de 1936, a Capela de Santa Luzia não aparece; há somente a rua em que situa. (Figura 107).

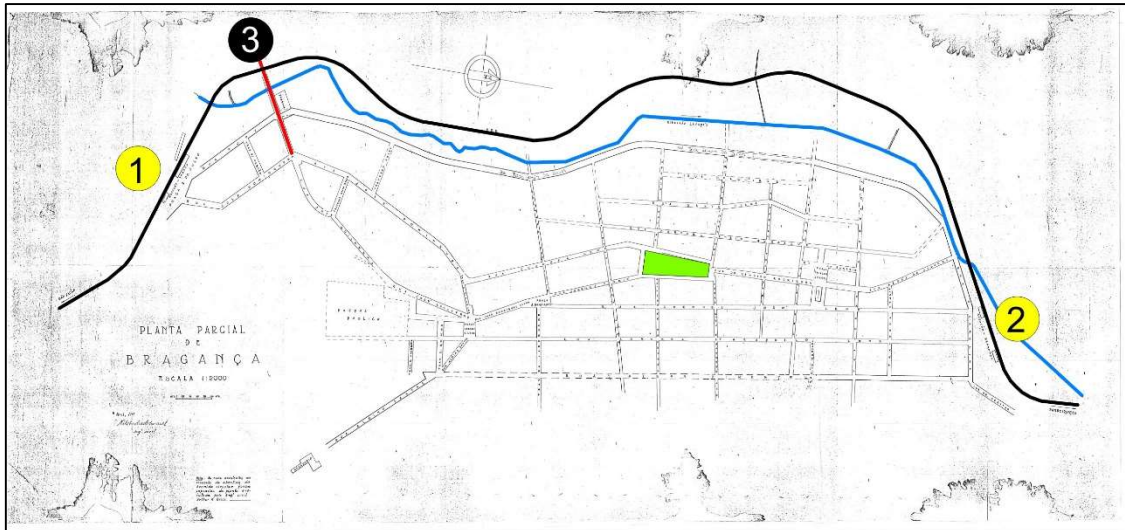


Figura 107: Início da Rua Felipe Siqueira no mapa de 1936. Em vermelho, (3). Pontuado em verde, Largo da Matriz, em amarelo 1: Estação Taboão, 2: Estação Bragança. Em destaque azul Ribeirão Lavapés e preto a linha do trem do ramal Bragantino. Fonte: Prefeitura Municipal de Bragança Paulista.

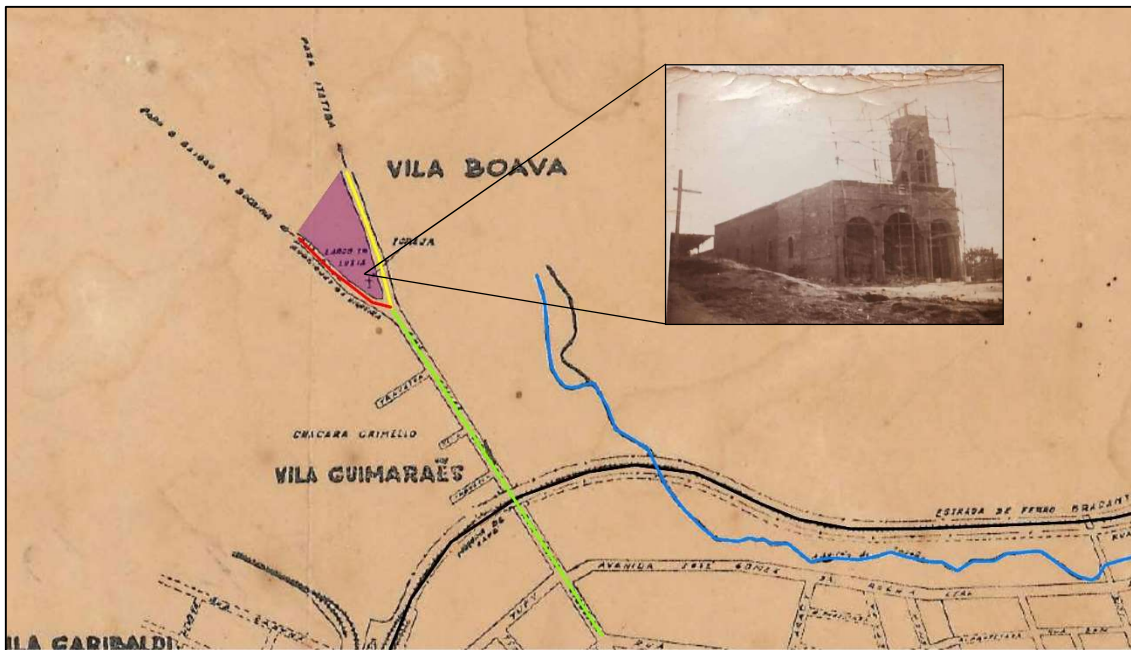


Figura 108: Recorte da Planta da Cidade de Bragança Paulista de 1951. Elaborado na gestão do Prefeito Municipal Francisco Samuel Lucchsi Filho. Onde aparece o Largo da Santa Luzia, destaque em roxo. O largo bifurca em amarelo: Rua Itapechinga sentido Itatiba em vermelho a Rua Raul Siqueira sentido Bocaina e em verde, a Rua Felipe Siqueira. Em destaque azul Ribeirão Lavapés e preto a linha do trem do ramal Bragantino. Imagem rara da antiga Igreja Santa Luzia, sem data precisa, antes da doação do patrimônio para a Igreja Católica feita por Julieta Leme de Siqueira Fonte: CDAPH- Universidade São Francisco e Arquivo pessoal de Luís Antonio Palombello.

A Fazenda São Vicente vai abrigar a Família Leme Siqueira, conservando as vocações produtora e religiosa da família. Em suas terras é construída uma réplica da primeira Matriz, e já extinta na época de Bragança, em devoção à Nossa Senhora da Conceição.



Figura 109: Fazenda São Vicente, Capela Nossa Senhora da Conceição e entrada. Fonte: Fazenda São Vicente- Facebook, acesso em: jan. 2021.

Retornando aos filhos do casal Felipe Rodrigues Siqueira e Maria Joana Siqueira que ficaram na cidade natal, são quatro mulheres, não sendo possível encontrar documentação primária, pouca coisa se registra delas, basicamente nascimento, casamento e número de filhos, visto que seus afazeres eram domésticos. Existe, no entanto, a ligação das filhas com as ações católicas, o que sugere serem socialmente ativas e influentes na sociedade bragantina. Como base, tem-se seus maridos.

Julieta, religiosa e responsável pela doação do patrimônio religioso da capela de Santa Luzia, casou-se com Carlos Abdon de Abreu Castro, fundador da Fazenda Capuava e responsável pela estação Tanque. Fundamental para as fazendas da região sul do território bragantino, era por esta estação que, a partir de 1884, escoaria a produção de café.

Cherubina, a quarta filha, casa-se com Gabriel da Silva Fagundes, delegado e político influente. Isaura, a quinta filha do casal, casa-se com Jorge da Silva Fagundes, comerciante, fundou a Fazenda Florão, no bairro rural do Campo Novo, que posteriormente pertencerá aos irmãos Izzo, produtores de café. Jorge da Silva Fagundes também político na cidade. A sétima filha do casal, Maria Siqueira Matheus, casou-se com Domingos Alves de Matheus, engenheiro elétrico que trabalhou na ampliação do abastecimento de água de Bragança, responsável pela Usina das Flores.



Figura 110: Foto oblíqua da Usina Elétrica das Flores, 1940. Fonte: IGC.

Fica notória a relação social nos interesses relacionados às famílias mais abastadas e presentes na vida política, como as famílias Siqueira, Cintra, Leme e outras. A elite estava conectada com as benfeitorias da Igreja Católica, o que era socialmente importante, uma estratégia política entre filhos e genros que fizeram Bragança de morada. Os principais membros dessas famílias acumularam capital com a cultura do café. Alguns exerceram profissões ligadas à implantação da ferrovia, outros à implantação dos sistemas de infraestrutura, como o abastecimento de água. Também ocuparam cargos políticos, relações absolutamente naturalizadas no século XX, marcando a formação do território da cidade de Bragança com liderança na vida social, política e econômica local.

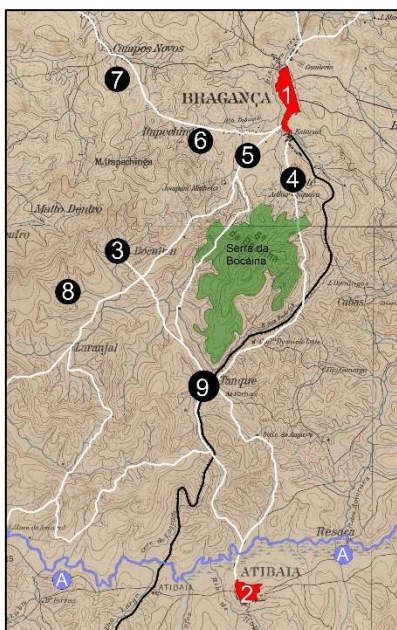


Figura 111: Espacialização da ocupação do território pela Família Siqueira, onde em vermelho 1: Núcleo Urbano de Bragança, 2: Núcleo Urbano de Atibaia. Em preto 3: Fazenda Bocaina, 4: Fazenda Caethé, 5: Fazenda São Vicente, 6: Fazenda Itapechinga, 7: Fazenda Florão, 8: Fazenda Capuava e 9: Estação Ferroviária Tanque. Em destaque em verde Serra da Bocaina e em branco caminhos que interligam o território. Azul A: Rio Atibaia. Fonte: Interpretação na cartografia de 1909, mapa elaborado e publicado pela Secção Cartográfica da Companhia Lith. Hartmann-Reichenbach, São Paulo e Rio de Janeiro, elaborado pela autora em 2021. Arquivo Público do Estado de São Paulo.

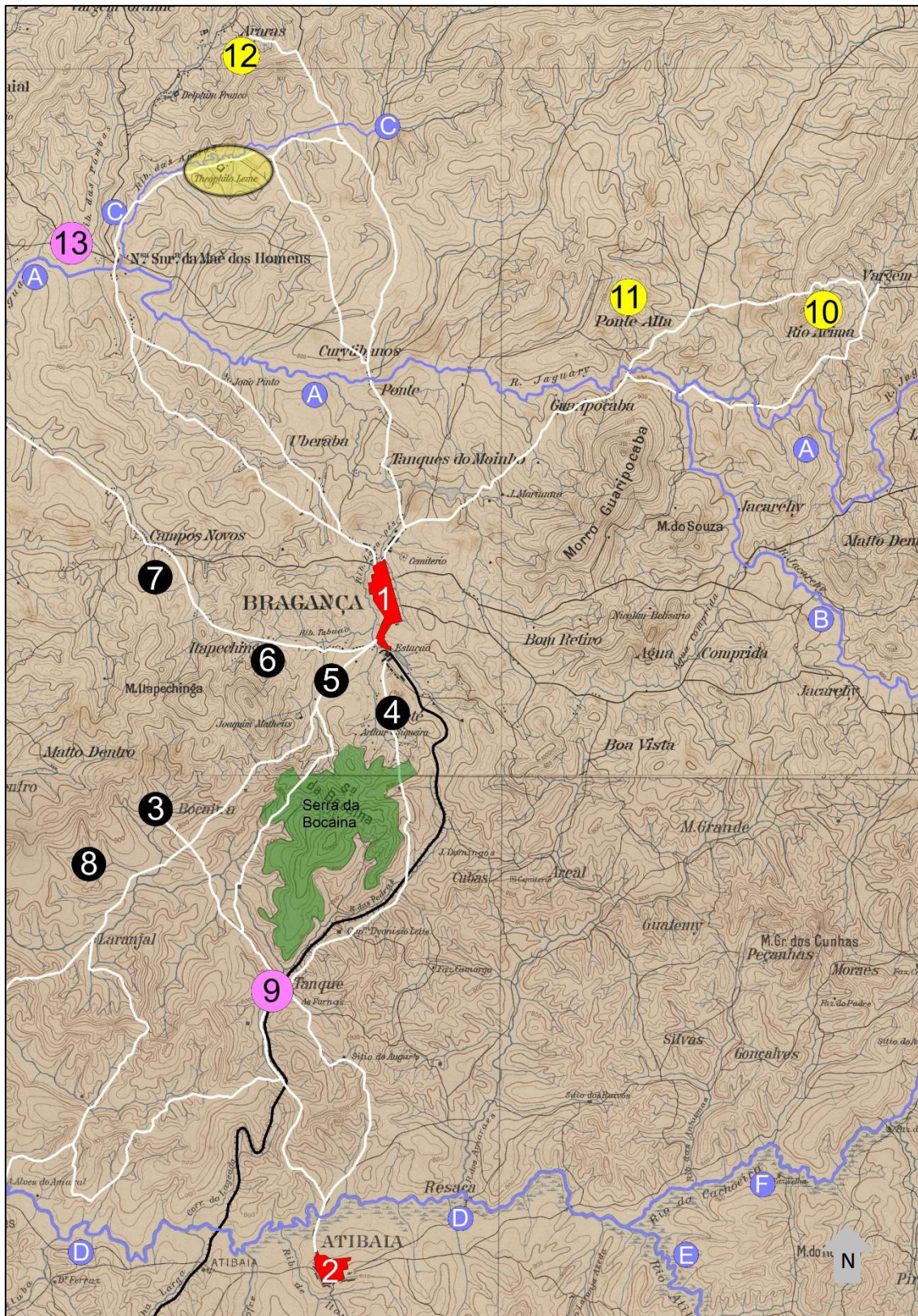


Figura 112: Espacialização da ocupação do território de Bragança pela Família Siqueira e Leme, onde em vermelho 1: Núcleo Urbano de Bragança, 2: Núcleo Urbano de Atibaia. Linha preta, trilhos do trem Ferrovia Bragantina. Em preto ocupação dos Siqueiras 3: Fazenda Bocaina, 4: Fazenda Caethé, 5: Fazenda São Vicente, 6: Fazenda Itapechinga, 7: Fazenda Florão, 8: Fazenda Capuava. Rosa 9: Estação Ferroviária Tanque e 13: Usina elétrica das Flores. Em destaque em verde Serra da Bocaina. Em amarelo ocupação dos Lemes 10: Bairro Rural Ria Acima, 11: Ponte Alta e 12: Araras, destaque em amarelo Propriedade de Theófilo Leme e em branco caminhos que interligam o território. Em azul, A: Rio Jaguary, B: Rio Jacareiy,

C: Ribeirão Araras, D Rio Atibaya, E: Rio Atibainha e F: Rio da Cachoeira. Fonte: Interpretação na cartografia de 1909, Folhas de Bragança e Atibaia. Mapa elaborado e publicado pela Seção Cartográfica da Companhia Lith-Hartmann – Reichenbach, São Paulo e Rio de Janeiro, elaborado pela autora em 2021. Arquivo Público do Estado de São Paulo.

É possível analisar que a Família Leme ocupa o território acima do Rio Jaguary, e a Família Siqueira abaixo do Rio Jaguary e acima do Rio Atibaia, sudoeste do território de Bragança (Figura 112).

O início do século XX é marcado por políticas de progresso advindas dos ideais republicanos. Modernização e urbanização eram palavras-chave para as cidades inseridas nas dinâmicas conduzidas pelo café. As famílias Leme, Siqueira e outras, mencionadas principalmente nas palavras do Cônego José Aguirre, têm seus nomes atribuídos a essas transformações urbanas ocorridas no núcleo urbano de Bragança.

Enfatiza-se que as famílias proprietárias das maiores ou mais produtoras fazendas da região bragantina tinham propriedades dentro do núcleo urbano e muitas vezes moravam em São Paulo para facilitar negócios e estudos dos filhos. As visitas frequentes e o envolvimento com a política as tornaram responsáveis por importantes transformações urbanas como: reforma da praça central, construção da Santa Casa, construção do Teatro Carlos Gomes, construção da nova Cadeia, matadouro, mictório, novo cemitério, mercado municipal, pavimentação das ruas, entre outras.

Justamente com as transformações dos espaços públicos, os espaços particulares vão se transformando, as construções simples e coloniais vão cedendo espaço para as moradias mais imponentes das elites do período republicano. Historiadores locais analisaram de forma coerente tais transformações. João Miguel T. de Godoy e Sônia Mara Zamana pontuam:

Pode-se dizer que o café teve importância para a região de Bragança, não apenas pelo que representou diretamente para a economia local, mas principalmente no seu novo significado para o processo de reordenação da estrutura econômica da província como um todo. A organização de um setor produtor de café desempenhou, também, um papel político fundamental na medida em que cimentou a adesão das elites locais ao sistema paulista e o “front”⁶² republicano (CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGANÇA PAULISTA, 1999, p. 102).

⁶² Posição imediatamente à frente em relação a algo ou alguém. Aqui, está relacionada às personalidades que agiam e divulgavam os ideais republicanos.



Figura 113: Imagem do fim do século XIX, largo das pedras, ao fundo teatro Carlos Gomes e Cadeia Nova, características urbanas antes da “modernização” do núcleo urbano Bragança. Fonte Museu Municipal Oswaldo Russomano.



Figura 114: Imagem do início do século XX, largo das pedras, ao fundo Teatro Carlos Gomes e Cadeia Nova, características urbanas após “modernização” do núcleo urbano de Bragança. Fonte Museu Municipal Oswaldo Russomano.

5.3. Fazendas agropastoris

Caldeira (1929) analisa as fazendas produtoras de café, importantes fazendas de Bragança, proporcionando uma objetivação comercial e não científica, focada na produção de café. Assim, é possível verificar que as fazendas, mesmo as maiores produtoras de café, continuavam com a produção de outros gêneros, principalmente de animais como gado e porcos, mas ainda aparecem a produção de mandioca e milho com intenções comerciais, e não somente para consumo dos colonos.

Em relação à Fazenda São Vicente, que tem como proprietário Raul Rodrigues de Siqueira e Isaura Leme, Caldeira (1929, pp. 154-155) escreve:

Propriedade mista, isto é, de cultura e criação, é completa nos dois ramos. No primeiro predomina o café que existem 250.000 pés em franca produção, havendo alcançado 16.000 arrobas em 1927 [...]. No que concerne a criação, não podia estar mais desenvolvida contando 200 cabeças de gado, cavalos lindos para cela, burros, porcos, carneiros e etc.

Sobre a fazenda Santa Júlia, localizada no antigo bairro rural da água Cumprida, que abrigava a Capela Filial de Santa Cruz, propriedade de João José da Silva Basílio, Caldeira (1929, p. 226) reforça que, além do cafezal, a mandioca e os porcos eram gêneros importantes:

É cultivado além do cafezal e o mandiocal, outras culturas como arroz, milho e feijão que são destinadas ao consumo dos colonos [...] João José da Silva Basílio reservou 40 alqueires para invernadas, ali são criados cavalos, gado e os porcos são criados em larga escala.

Sobre a Fazenda Caethé, cujo proprietário é Arthur Rodrigues de Siqueira, a fazenda com a maior produção de café no ano de 1929, Caldeira (1929, p. 169) diz:

Dispondo a fazenda de inúmeros colonos há necessidade de manter a cultura de cereais tais como arroz, milho e feijão destinado ao consumo interno [...] Numa propriedade de tamanho vulto, impõe a existência de inúmeros animais, para custeio e como consequência bons pastos e invernadas. Nas invernadas foram plantados 200 alqueires dos melhores capins. Quanto aos animais seria difícil especificar, todavia, 200 cabeças de lindo gado holandez, muitos exemplares estabulados, cavalos de selas, 45 burros, porcos e etc.

Vale enfatizar que Caeté (Caetê ou Caethé) surge como bairro rural na Vila de Bragança. Não foi possível precisar a data de sua criação, mas é vizinho ao bairro rural Canivete, recenseado desde 1767 nos *Maços de População da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Jaguary*. Caeté aparece na lista de *Registro Paroquiais de Terra* (1954-1956) com 13 solicitações. No século XX, torna-se a Fazenda Caethé, com expressiva produção e reconhecida regionalmente.

Com base na planta original da Fazenda Caethé, arquivada na própria fazenda, foram interpretadas as áreas destinadas a: plantio do café; outras culturas agrícolas; criação de animais; colônias; mata virgem. Foi possível perceber que no início do século XX, as áreas para cultivo de gêneros mistos e animais como gado e porcos são importantes na fazenda, sendo o café o gênero mais cultivado. Existiam em 1929, segundo Caldeira (1929), 110 famílias distribuídas em seis colônias. Foram localizadas quatro colônias na planta da Fazenda Caethé. Cruzava as terras da Fazenda a estrada de terra e a linha do trem. A fazenda situava-se entre as estações Taboão e Tanque, (Figura 81) ficando mais próxima da Estação Taboão. O rio que a abastecia é o das Pedras, que corria margeando os trilhos do ramal Bragantino (Figura 115).

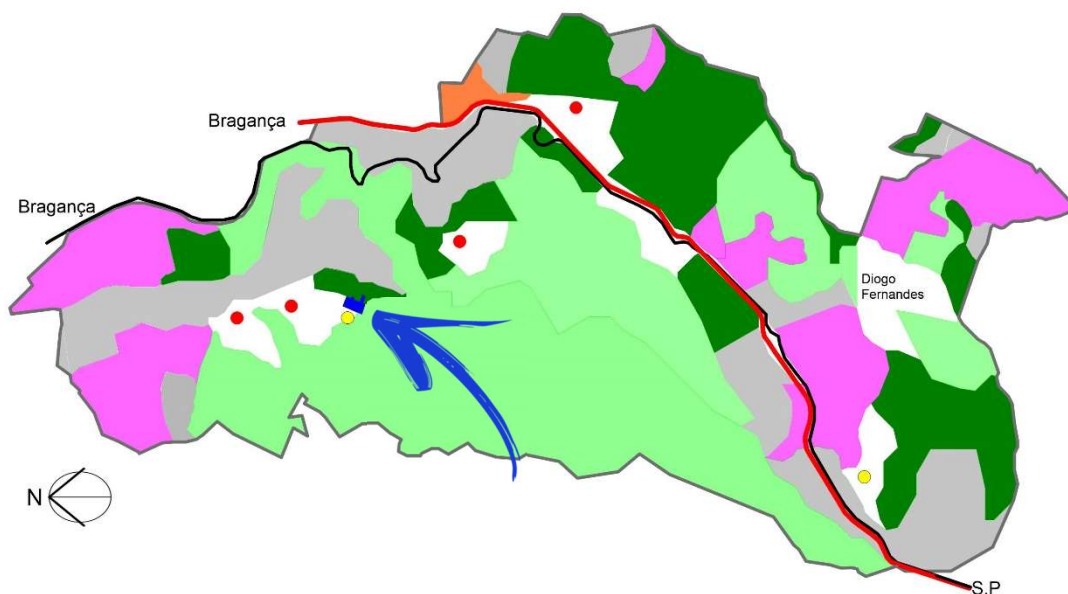


Figura 115: Interpretação da distribuição produtiva da Fazenda Caethé, onde em vermelho trilhos do ramal Bragantino, que liga São Paulo a Bragança. Linha preta a estrada de terra, que corta a fazenda e também liga São Paulo a Bragança. Seta azul informa a sede da fazenda, pontos amarelos, 2, são os terreiros. Pontos vermelhos 4, são as colônias. Verde escuro mata nativa, verde claro plantação de café, cinza plantações de outras culturas e rosa inverno, criação de animais. Em laranja pontua na planta, laranjal. Há também a marcação de uma área denominada de Diogo Fernandes, sem maiores informações. Fonte: Arquivo da Família Siqueira, arquivado na Fazenda Caethé. Fonte: elaborado pela autora em 2021.



Figura 116: Fachada principal da sede da Fazenda Caethé. Fonte: Autora, ago. 2019.

Figura 117: Fachada lateral da sede da Fazenda Caethé; à frente, o terreiro e o aqueduto. Fonte: Autora, ago. 2019.



Figura 118: Terreiro e aqueduto Fazenda Caethé. Fonte: Autora, ago. 2019.

Figura 119: Aqueduto Fazenda Caethé. Fonte: Autora, ago. 2019.

Portanto, com as observações Caldeira (1929) e a análise de uso do solo da fazenda Caethé, fica evidente o caráter misto de grande maioria das propriedades bragantinas. Juntamente com o café, o produto número um, estavam se despendendo esforços também para a produção de gado, porcos, milho, arroz, feijão, entre outros, cereais cuja principal função era abastecer os colonos, sendo o excedente comercializado nas feiras urbanas, como enfatiza João Miguel T. de Godoy e Sônia Mara Zamana: “Junto com o café, aparece principalmente a pecuária bovina e suína, a produção de gêneros de subsistência, em geral para abastecimento interno das fazendas, mas cujos excedentes eram comercializados na cidade” (CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGANÇA PAULISTA, 1998, p. 103).

Portanto, a formação do território de Bragança, que surge com uma economia de subsistência, posteriormente, ao gerar excedentes, se volta para uma economia agropastoril, vocação que não é perdida quando se inicia a cultura do café. Aos triunfos urbanos, conquistados pelos lucros do café, é coerente dizer que veem da economia agropastoril. Esta, que no século XVIII era marcada pela criação de porcos e cultivo de feijão e milho, no século XX mantém a produção desses gêneros, porém, a economia agropastoril do século XX acontece agregando o cultivo de café, o gênero mais importante, mantendo a produção de milho, feijão, arroz e criação de porcos e gado, com diferentes proporções entre as propriedades.

Capítulo 6

A Igreja Católica como agente na ocupação e consolidação do território

Serão discutidos neste capítulo os conflitos e dificuldades para delimitar o território por parte da Igreja Católica. Mapas comparativos serão utilizados visando à compreensão das semelhanças e desconformidades entre o território delimitado pelas divisões administrativa e eclesiástica.

Neste capítulo será dado destaque para as listas encontradas na Cúria Metropolitana de São Paulo (CMSP) que nomeiam as Capelas Filiais na Paróquia de Bragança, procurando utilizá-las como fio condutor para compreender como a Igreja continuou sendo um importante agente de ocupação e consolidação do território. Um dos objetivos será identificar e mapear as Capelas Filiais a partir da delimitação eclesiástica.

Baseado nas informações de Aguirre (1919), serão analisados alguns dos feitos que ocorreram na paróquia, fruto da aliança entre Igreja Católica e elite cafeeira.

- Divisão paróquia neste Mapa*
- A. São João
 - B. São João
 - C. São João
 - D. São João
 - E. São João
 - F. São João
 - G. São João
 - H. São João
 - I. São João
 - J. São João
 - K. São João
 - L. São João
 - M. São João
 - N. São João
 - O. São João
 - P. São João
 - Q. São João
 - R. São João
 - S. São João
 - T. São João
 - U. São João
 - V. São João
 - W. São João
 - X. São João
 - Y. São João
 - Z. São João

6.1. Divisões territoriais, relações administrativas e eclesiásticas

Num cenário de ampliação dos trilhos ferroviários que impulsionam o desenvolvimento dos bairros rurais, das novas políticas republicanas e da economia cafeeira, já estabelecida como gênero número um de produção no território, procurou-se entender e conectar as funções da Igreja Católica, diferentes das estabelecidas no Período Colonial, no entanto, funções e relações sociais importantes para o desenvolvimento do território. Para tal análise, foi explorada *A Paróquia*, publicação de 1919, de autoria do Cônego José Carlos de Aguirre.

O Cônego Aguirre recebeu a incumbência de pesquisar e registrar a história e o desenvolvimento da Paróquia de Bragança, sendo o livro, do qual restam pouquíssimos exemplares, resultado dessa pesquisa. A publicação consultara encontra-se arquivada na Diocese de Bragança Paulista. Por restarem poucos exemplares e existirem poucas documentações primárias arquivadas referentes aos primórdios da Cidade de Bragança Paulista, julgou-se válido analisar a obra em sua totalidade⁶³, especialmente, aqui, as informações do Capítulo VII, “Capelas Filiais”. Hoje é possível acessar o livro digitalizado, está disponível *on-line* na Biblioteca Brasileira.

No livro do Cônego Aguirre, existem algumas passagens que esclarecem a importância da Igreja na ocupação do território, assim como o quanto a Igreja Católica esteve engajada em dar assistência religiosa aos fiéis moradores dos bairros rurais mais distantes, tornando possível fazer uma análise do quanto esse engajamento interferiu na formação do território da atual cidade de Bragança Paulista.

No Capítulo I, denominado “Paróquia”, o autor define que a paróquia é um direito canônico⁶⁴, é o território no qual se estende a jurisdição⁶⁵ do pároco⁶⁶. Compreende-se, portanto, que o sacerdote, o padre, é a pessoa responsável pelo cumprimento dos cânones, regras e leis determinados pela Igreja Católica, e que uma paróquia eclesiástica possui um território delimitado, também chamado de “termo” da paróquia.

O autor esclarece que, com a propagação da fé, formaram-se núcleos numerosos de fiéis nas vilas e bairros rurais, surgindo a necessidade da construção de templos para facilitar o acesso desses fiéis, que nem sempre podiam recorrer facilmente ao Bispo, devido à distância que os separava da sede diocesana. Para essas igrejas os Bispos enviavam sacerdotes, por turno, para fazerem o serviço ministerial, regressando

⁶³ Cap. I Paróquia. Sua origem e importância, Cap. II A Paróquia de Bragança, Cap. III Regime da Paróquia de Bragança, Cap. IV Instituições católicas, Cap. V Dias santos em todo o mundo, Cap. VI Indulto acerca do jejum e abstinência de carne, Cap. VII Capelas Filiais, Cap. VIII Norma de direção para o sacristão.

⁶⁴ É o que está de acordo com os cânones, com as regras eclesiásticas, os dogmas da Igreja.

⁶⁵ Poder de um órgão, decorrente de sua soberania, para editar leis e ministrar a justiça; poder legal, no qual são investidos certos órgãos e pessoas, de aplicar o direito nos casos concretos.

⁶⁶ Padre responsável por uma paróquia; vigário, padre-cura.

depois à sede do Bispado. Nas igrejas rurais, porém, deu-se a função a sacerdotes determinados, marcando-lhes um território ou comarca, para o exercício da sua jurisdição. Este território ou comarca é o que se denomina “paróquia”:

Nos primeiros séculos da Igreja não existiam as paróquias; existiam apenas os Bispados ou Dioceses administradas pessoalmente pelos Bispos, legítimos sucessores dos Apóstolos. Assim, podemos dizer que cada diocese constituía uma única paróquia cuja matriz era a cathedral, única igreja, então, que possuía a pia baptismal. Os Bispos, nas suas cathedreas, acercavam-se de sacerdotes auxiliares para o serviço do culto e administração dos sacramentos (AGUIRRE, 1919, pp. 7-8, grifo nosso).

Portanto, o termo “paróchia” ou “paróquia” se refere a um termo delimitado sob jurisdição do pároco. As paróquias foram surgindo no território e se moldando conforme o território era ocupado, ajustes que levaram séculos para se firmar, dividindo o que primeiramente era responsabilidade do Bispo, dentro de um bispado ou diocese delimitada. Cada paróquia possuía um templo, denominado pelo Cônego Aguirre de “capela filial”. Eram visitadas por sacerdotes de tempos em tempos ou, em alguns casos, tinham párocos fixos.

Na sede principal do bispado, localizava-se a Igreja Matriz, com a pia baptismal, onde o pároco exercia sua jurisdição. No Período Colonial, e em boa parte do Império, a paróquia eclesiástica, na maioria das vezes, tinha o seu termo territorial coincidente com a delimitação territorial da freguesia civil, onde além do auxílio religioso, o templo abrigava funções civis.

Vale enfatizar que a tentativa de coincidir a delimitação do termo civil com o eclesiástico muitas vezes resultava em grandes conflitos, relações advindas do Período Colonial que perduraram muitos anos para serem solucionadas:

O litígio lindeiro entre São Paulo e Minas Gerais originou-se não só da divergência das autoridades civis, mas também das eclesiásticas, sobre os limites dos termos das vilas e das freguesias na região de fronteira, discussão que perdurou por anos, e cuja solução se institui apenas em 1937 (SALGADO; PEREIRA, 2017, p. 220).

O território aqui analisado encontra-se inserido em uma região de divisa entre São Paulo e Minas Gerais, onde houve conflitos para a delimitação de seus limites, solucionados somente em 1937.

A construção de novas Igrejas no território rural continua sendo, no século XX, a estratégia da Igreja Católica, que age criando uma paróquia com território delimitado, (termo) e pároco responsável pela jurisdição local. Para o Estado esta ação teria o peso de transformar uma freguesia em vila, e toda a autonomia que essa transformação acarretava.

Enfatiza-se que o Cônego Aguirre atribui estas mudanças e adaptações a um processo lento; ele data as primeiras paróquias do final do século IV na Itália, logo, para a colonização e formação do território do Brasil essa prática já havia se mostrado eficiente. Trata-se da reprodução do que já havia dado certo em outros locais:

A igreja matriz deve ser o expoente da fé e da piedade dos parochianos. Todas as funções religiosas da matriz devem ser bastante concorridas e revestir-se de grande pompa. Os sacramentos devem ser, de preferência, recebidos na matriz, para maior edificação dos fiéis. A matriz deve estar sempre provida de tudo quanto há de melhor para **o esplendor do culto; mas para isso deve dispor de recursos fornecidos pelos parochianos e pelo paroco.** (AGUIRRE, 1919, p. 9, grifo nosso).

Nesse trecho final fica clara a relação entre a igreja e seus fiéis quanto aos recursos necessários para efetivação da paróquia; os paroquianos, moradores da localidade, tinham a obrigação de custear as despesas da igreja.

Entende-se que existe uma lógica própria da Igreja para o funcionamento e sustento de um novo templo construído no território. Entende-se, também, que a divisão eclesiástica e a divisão administrativa civil são conflitantes. Para a Coroa, a autonomia de uma localidade acontecia com a elevação do território à categoria de vila. No entanto, para o poder eclesiástico, a autonomia acontece ao delimitar o termo de uma freguesia, que passa a ter autonomia e depende dos fregueses para seu sustento. Ainda que aconteçam no templo religioso funções civis, as questões jurídicas da freguesia ainda estão vinculadas a uma Vila.

Para a Coroa, na condição de freguesia existe a delimitação do termo. Para se ter o controle da população, era informado qual templo religioso os “fregueses” deviam recorrer para os registros civis (nascimento, batismo, casamento e óbito). Contudo, aquele território (termo) ainda faz parte de uma vila, com o poder da jurisdição diante daquela freguesia. Lembrando, no caso da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Jaguary, seu território pertenceu inicialmente ao termo da Cidade de São Paulo e, posteriormente, ao termo da Vila de São João do Atibaia.

Para a Igreja Católica, na divisão eclesiástica, a redefinição do termo eclesiástico acontece a partir da elevação de uma capela à categoria de freguesia, pois trata-se da delimitação de um termo no qual estão inseridos os fiéis (fregueses), assim como o templo religioso principal, a matriz, a partir dessa elevação será capaz de atender o fiel em todos os âmbitos religiosos, não entrando nas suas obrigações a questão da jurisdição. Há nesse momento, para a Igreja, a independência quanto a questões religiosas. Isso fica claro quando o Cônego Aguirre apresenta os desmembramentos no território da atual cidade de Bragança Paulista. Ou seja, a Igreja Matriz da Vila Nova Bragança não atenderia mais os moradores de locais que possuíam agora sua própria

matriz. Fregueses de Amparo e Socorro, por exemplo, deixam de depender da Igreja Matriz de Bragança para questões religiosas e civis, adquirindo independência religiosa, acessos a cultos, festividades, registros civis (de nascimento, morte e casamento). Entretanto, juridicamente, continuam a pertencer à Vila de Nova Bragança, respondendo civilmente à câmara municipal desta vila.

Segundo o Cônego Aguirre (1919, pp. 13-14, grifo nosso), o histórico de formação e de divisão eclesiástica do Bispado de Bragança foi assim esclarecido:

1° A Capella filial⁶⁷ de Nossa Senhora do **Socorro** foi elevada a parochia em 28 de fevereiro de **1838**.

2° — A Capella filial de Nossa Senhora do **Amparo** foi elevada a parochia em 4 de março de **1839**.

3° — A Capella filial de S. Sebastião de **Tuyuty** foi erigida em Curato pelo Vigário Capitular Monsenhor Manoel Vicente da Silva, em 4 de novembro de **1903**. Este Curato apenas teve, por poucos meses, um Vigário — o R. P. Nicolau Paraggio. Esteve anexado às parochias de Amparo e Barra Mansa até **1911**, quando foi anexado a esta parochia de Bragança.

Conforme apresentado por Aguirre, a Capela de Nossa Senhora do Socorro passa a ter autonomia eclesiástica em 1838, quando é elevada à paróquia, incluindo nesse processo a delimitação de seu termo eclesiástico. A Capela de Nossa Senhora do Amparo é elevada à paróquia em 1839, e a Capela de São Sebastião de Tuyuty foi elevada à Capela Curada⁶⁸, com a presença de um pároco fixo em 1903; posteriormente, foi anexada às paróquias de Amparo e Barra Mansa (futura Morungaba) em 1911. Ou seja, inicialmente, a Freguesia de Tuiuti tem uma relação com as freguesias de Amparo e Barra Mansa, inter-relação que nunca existiu, em se tratando de questões políticas-administrativa, entre Barra Mansa e Tuiuti.

É possível notar que as datas de desmembramentos consideradas pela divisão eclesiástica são as datas de elevação à categoria de freguesia para as atuais cidades de Socorro (1838), Amparo (1839) e Tuiuti (1903). Já os desmembramentos considerados pelas divisões administrativas civis, ou seja, a elevação das freguesias à vila, para Amparo é 1857, para Socorro é 1873, e Tuiuti, somente na segunda metade do século XX, 1990.

⁶⁷ As capelas fundadas pelos habitantes subordinavam-se, pelo menos teoricamente, às matrizes, tornando-se Capelas Filiais. Estas podiam assumir uma dimensão pública quando havia ampliação do número de assistentes e as atividades religiosas (cultos e obrigações sacramentais) ficavam constantes. A grande proliferação de Capelas Filiais, sempre mais numerosas que as matrizes, resultava também de adaptação às condições sociais e econômicas do povoado (ANDRADE, 2007, p. 158).

⁶⁸ Curato ou curado era uma zona geográfica eclesiástica da Igreja Católica provida de um cura residente para cuidar das atividades religiosas sob a dependência de uma paróquia, mas com ampla autonomia. O curato, normalmente, era dotado de uma igreja menor ou de uma capela com um batistério.

Portanto, a autonomia eclesiástica e civil são distintas, exigindo compreensão da ocupação do território duas vertentes diferentes, porém ambas influenciadoras no desenvolvimento da cidade.

Vale enfatizar que o termo Capela Filial, para Andrade (2007, p. 155), tem o seguinte significado:

As capelas fundadas pelos habitantes subordinavam-se, pelo menos teoricamente, às matrizes, tornando-se Capelas Filiais. Estas podiam assumir uma dimensão pública, quando havia ampliação do número de assistentes e as atividades religiosas (cultos e obrigações sacramentais) ficavam constantes.

As Capelas Filiais eram parte da estruturação da Igreja Católica no território, sendo a delimitação eclesiástica uma questão conflituosa e imprecisa. Aguirre descreve que a divisa eclesiástica foi fruto de um decreto do dia 6 de julho de 1913, assinado por D. Duarte Leopoldo Silva, que solicitava aproximar o *quanto possível das divisas civis*. O autor apresenta as divisas da paróquia de Bragança, com as paróquias vizinhas de Itatiba, Tuyuty, Piracaia, Atibaia e Campo Largo e com a Diocese de Pouso Alegre:

Bragança com Itatiba: Do rio Atibaia, no ponto em que faz barra com o ribeirão de Tijuco Preto, também chamado Fazenda Velha, onde terminam as divisas com Campo Largo, sobem o Fazenda Velha até o ponto em que para elle aflúe o córrego que vem da Fazenda do Barreiro; sobem por esse córrego, a rumo, ao rio Jaguary, na barra do ribeirão que passa na fazenda de Manoel Ferraz. **Com Tuyuty :** Do rio Jaguary, na barra do córrego que vem da fazenda de Manoel Ferraz, sobem o Jaguary, até a barra do primeiro córrego, acima da ponte velha, na estrada de Passa Três a Bragança; seguem por esse córrego até suas cabeceiras; dahi, pelo espigão que divide, de um lado, os ribeirões da Varginha e Pinhal, e do outro, o ribeirão das Pombas, seguem até o ponto mais alto do morro do Pântano, onde encontram as divisas da Diocese de Campinas. **Com a Diocese de Pouso Alegre:** Da pedra do Guarayuva, no morro do Lopo, seguem pelo espigão até o rio Jaguary, atravessando-o no bairro das Palmeiras; dahi, proseguindo pelo espigão, seguem até o alto da serra, por onde continuam, até a barra do ribeirão Pitangueiras, no Camanducaia de São José de Toledo; descem o Camanducaia até a barra do ribeirão Tamanduá no rio Camanducaia. Com a diocese de Campinas: Da barra do Tamanduá, no rio Camanducaia, descem pelo Camanducaia até encontrar o morro da Pântano. **Com Piracaia:** Do alto do Morro Grande dos Cunhas, onde acabam as divisas de Atibaia, descem pelo ribeirão das Sete Pontes até sua barra no rio Jacarehy; dahi, a rumo ao morro do Lopo, no local denominado Pedra do Guarayuva. **Com Atibaia:** Do alto do Morro Grande dos Cunhas, onde acabam as divisas com Piracaia, seguem a rumo até a estrada de ferro Bragantina, no ponto em que ella é cruzada pela estrada de rodagem de Bragança á estação do Tanque, logar este denominado rio das Pedras ; dahi, pelo rio das Pedras, descem até o Tanque, donde seguem pela antiga estrada de rodagem de Atibaia a Amparo em direcção ao morro do Capuava (o qual fica pertencendo a Atibaia); dahi, seguem pelo córrego que tem suas cabeceiras no morro do Capuava até sua barra no ribeirão Barro Branco ; dahi, ao alto do espigão em rumo à barra do ribeirão do Vallado, também chamado Matto Dentro, no rio Atibaia, onde terminam as divisas com Campo Largo. Com **Campo Largo:** Da barra do ribeirão

do Vallado, também chamado Matto Dentro, onde terminam as divisas de Atibaia, descem o rio Atibaia até a barra do Fazenda (AGUIRRE, 1919, pp. 15-16, grifo nosso).

Utilizando as orientações apresentadas em Aguirre (1919), o mapa da “Parochia de Bragança” encontrado na CMSP, e sobrepondo a hipótese do termo elaborado com o mapa cartografia de 1909, percebe-se que o território da Paróquia de Bragança, apesar da solicitação de aproximação dos limites civis estipulados, tem dimensões menores, se comparado ao termo da então cidade de Bragança.

Foi localizado, na CMSP, o livro de *Mappas das Parochias da Arquidiocese de São Paulo, 1911*, onde consta a mancha referente à Paróquia de Bragança. Aguirre (1919) apresenta um croqui de mapa com a área referente à paróquia de Bragança onde pontua os bairros rurais que faziam parte desse território (Figuras 120 e 121).

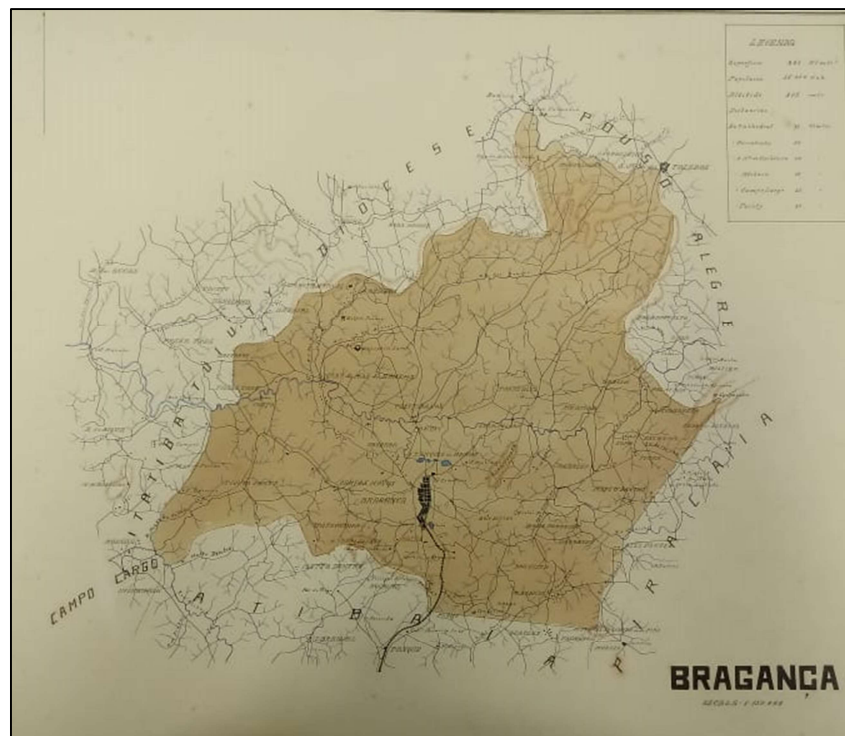


Figura 120: Reprodução do mapa apresentado no livro *Mappas das Parochias da Arquidiocese de São Paulo, 1911*. Fonte Cúria Metropolitana de São Paulo.

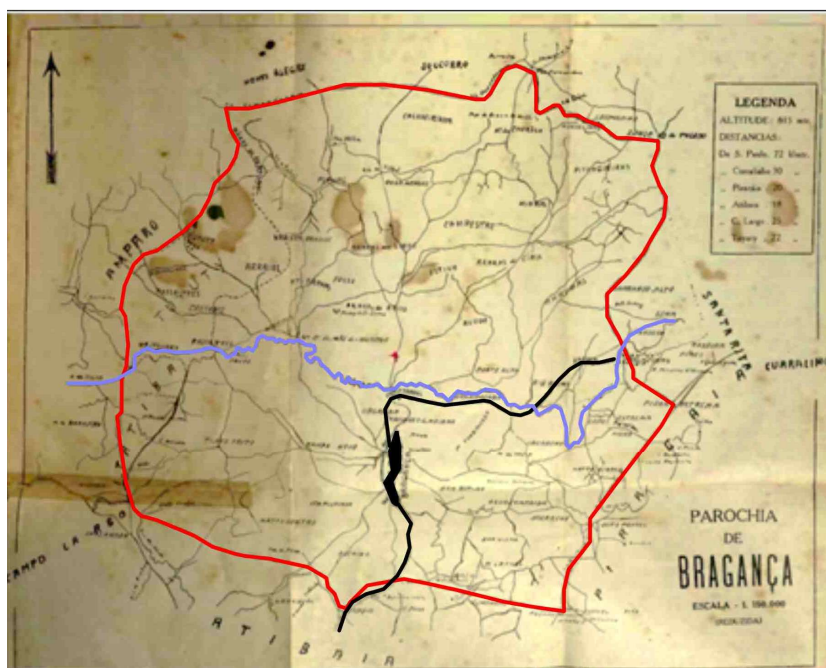


Figura 121: Reprodução do mapa apresentado no livro *A Paróchia*, do Cônego José Aguirre (1919). Linha vermelha, delimitação da Paróquia de Bragança. Em preto, núcleo urbano de Bragança e linha do trem, ramal Bragantino. Em azul, rio Jaguari. Fonte: Diocese de Bragança Paulista.

A tentativa de delimitar o território pela Igreja Católica é fruto da Reforma Protestante empreendida no século XVI, cuja resposta foi firmada no Concílio de Trento.⁶⁹ É uma resposta a dificuldades e questionamentos da Igreja Católica na época. Essa assembleia sancionou o estatuto jurídico da paróquia, cujas decisões, observadas pelos séculos seguintes, podem ser resumidas pelos seguintes pontos principais: imposição rigorosa de residência do pároco no território de sua paróquia, sendo ele o responsável direto pela pastoral através da pregação, da catequese e da administração dos sacramentos; decisão de instituir seminários para a formação de futuros párocos, com formação teológica e espiritual adequada, junto com a pastoral e ciência humanística; determinação precisa dos limites territoriais da paróquia, para evitar problemas de competência e validade dos sacramentos; ênfase na diminuição da área territorial para facilitar o contato do pároco com os seus paroquianos (MENDES, 2011 p. 66).

O caráter territorial da paróquia foi reafirmado no Código de Direito Canônico de 1917, onde consta que a paróquia é uma parte territorial da diocese, com a sua igreja própria e uma população determinada, atribuída a um reitor especial, como pároco próprio da mesma, para a necessária cura de almas (MENDES, 2011, p. 67).

⁶⁹ O Concílio de Trento foi o 13º concílio da Igreja Católica e era chamado de Concílio Ecumênico. Ocorreu entre os anos de 1546 e 1563. Convocado pelo Papa Paulo III em 1546, realizou-se no Tirol italiano, na cidade de Trento, para firmar novas regras para a Igreja.

Procurou-se fazer a sobreposição destes distintos territórios, o delimitado pela CMSP e na cartografia de 1911 e o território presente no croqui de delimitação da “Parochia” de Bragança apresentado pelo Cônego Aguirre, formulando, assim, uma hipótese sobre a formação do território da região Bragantina nas primeiras décadas do século XX (Figura 122).

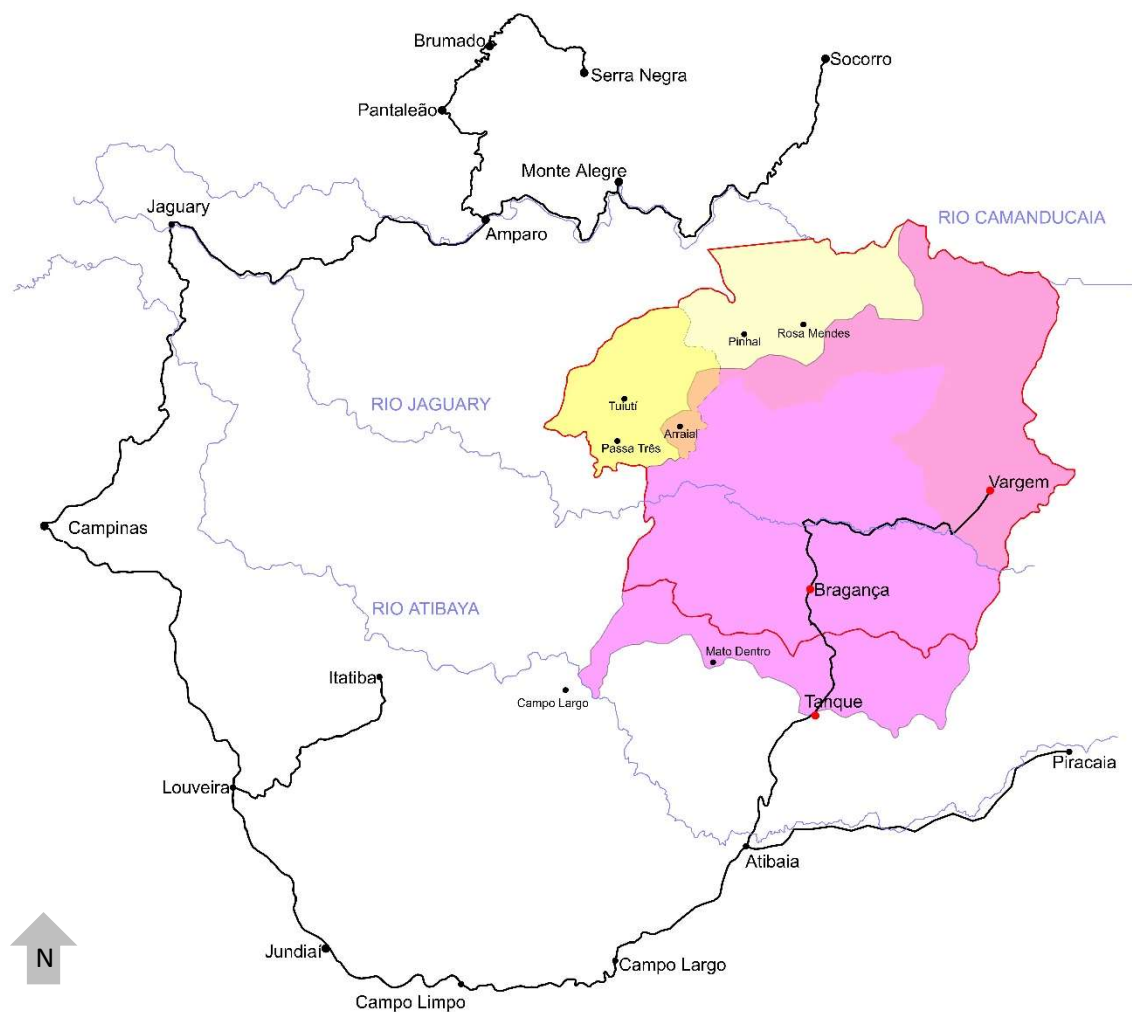


Figura 122: Sobreposição e interpretação dos limites geográficos de Bragança no início do século XX, comparando as decisões civis, da Instituição Católica e informações do Cônego José de Aguirre. Linhas pretas, linhas férreas que abasteciam a região; em azul destacam-se os rios Atibaya, Jaguary e Camanducaia. Mancha do mapa, contornada em vermelho, delimitação política para o território de Bragança, em amarelo mais escuro, destaca-se o distrito de Tuiuti, que fazia parte do território de Bragança, em rosa, a delimitação eclesiástica, gerando uma mancha amarela a noroeste que diz que a divisão política é maior, e a sul a mancha rosa ultrapassa a linha vermelha, áreas não compatíveis entre as duas delimitações. Fonte: Elaborado pela autora em 2021. Cúria Metropolitana de São Paulo, Arquivo Público do Estado de São Paulo e Diocese de Bragança Paulista.

6.2. Capelas Filiais no território eclesiástico da Paróquia de Bragança

O desenho apresentado pelo Cônego Aguirre, uma espécie de “croqui”, tem fragilidade de escala e espacialização, porém as informações apresentadas são compatíveis com a delimitação política, visto que, na delimitação da Instituição Católica, bairros rurais como Mato Dentro, Passa Três, Pinhal e Rosa Mendes e o próprio núcleo urbano do distrito de Tuiuti não fazem parte da delimitação da Paróquia de Bragança. Todavia, para a delimitação política e a delimitação apresentada por Aguirre (1919), esses bairros estão dentro do território, seguindo a própria orientação da Igreja para que as delimitações política e eclesiástica sejam as mais aproximadas possível.

Aguirre (1919) revela como a Igreja, na Primeira República, tinha um importante papel de agente de ocupação e consolidação do território para o espaço rural da Cidade de Bragança. São identificadas, em 1919, 53 Capelas Filiais, onde “capelinhas” são erguidas para levar a palavra de Deus para os moradores distantes da Igreja Matriz. Essas “capelinhas” aparecem como capelas que foram construídas em solos doados para a Igreja Católica e também dentro das fazendas, podendo estar localizadas em caminhos, passagens ou praça que não são propriedades da Igreja Católica.

O autor reconhece a importância dessas capelas e destaca que, se provisionadas⁷⁰ pela Autoridade Diocesana, seria possível haver missas, e enfatiza que as Capelas Filiais têm um importante papel para que a palavra divina chegue aos moradores distantes léguas e léguas da Igreja Matriz. Descreve, também, que doentes e idosos poderiam ficar anos sem comungar ou receber as bênçãos de um pároco se não fosse a presença das Capelas Filiais no território rural:

A palavra de Deus não ecoaria além dos muros da igreja-mãe da parochia, e, em consequência, a fé degeneraria num amálgama de superstições e a moral baixaria infallivelmente. Ora, ahí estão as capellas filiaes em grande número semeada, pelo território da parochia. Quando provisionadas pela Autoridade Diocesana, nellas se celebra o augustissimo Sacrifício da Missa, se administram os Sacramentos, se pregava palavra de Deus. Que bençãam para esses povos é uma capella levantada no meio de suas habitações! (AGUIRRE, 1919, pp. 63-64).

Além de enfatizar a importância dessas capelas, Aguirre (1919) trata das regras que os fiéis devem exercer com essas “capelinhas”: ter cuidado para que se mantenham limpas, em ordem e que não passem a ser um lugar profano, com desordem:

É preciso, porém, que as capellas filiaes sejam tratadas com o mesmo respeito que a igreja Matriz. São casas de oração e não clubs de reuniões ou salas de visita. Allí vae-se para orar, e tudo deve convidar a oração e favorecel-a. Ellas devem ser construídas e ornadas com todo o decoro e esplendor, ou ao menos caiadas interior e exteriormente, quando forem muito pobres. Devem ser espaçosas, com janellas para fácil renovação do ar, forradas e assoalhadas ou

⁷⁰ Que recebe autorização.

aladrilhadas. É muito condenável o uso do coro que, não tendo utilidade senão para as orquestras nas igrejas, nas capellas, sobre serem inúteis, são poleiros de garotos e trambolho que toma lugar e desmancha a esthetica. A meza do altar deve ter ao menos dois metros e meio de comprimento, sessenta centímetros de largura, e um metro de altura acima do estrado ou suppedaneo. As capellas devem estar providas das alfaias indispensáveis aos actos do culto (AGUIRRE, 1919, pp. 64-65).

As Capelas Filiais eram construídas fora da delimitação urbana. Existem diferentes análises quanto a suas funções, que resultam na ocupação do território. Vale, destacar, portanto, que havia diferentes motivos envolvidos na construção das capelas rurais, como esclarece. No caso de Bragança, em sua maioria, as Capelas Filiais estavam dentro de uma fazenda, podendo revelar o interesse de um pároco em busca de fiéis, ou o interesse de um fazendeiro em busca de novos mercados consumidores, ou até mesmo uma estratégia para valorizar suas terras e também o mais conhecido, para levar a palavra de Deus para os moradores distantes da Igreja Matriz (FONSECA, 2013, pp. 82-84).

De fato, diversos relatos históricos demonstram que, de modo geral, o momento da consagração, ou seja, da oficialização das pequenas capelas construídas pelos habitantes, coincidia com o início da formação de uma aglomeração humana mais estável. Em seguida, a promoção destas ermidas à condição de Capelas Filiais e, mais tarde, a igrejas matrizes, frequentemente era uma das consequências do crescimento e da prosperidade dos arraiais em que se situavam, mas também dos espaços rurais circundantes, pois as Capelas Filiais eram servidas permanentemente por um cura e, além disso, os sacramentos também eram administrados nas capelas e igrejas de irmandades (FONSECA, 2013, p. 83).

Se a vizinhança da pequena capela rural era suficientemente populosa ou abastada para arcar com a remuneração de um capelão⁷¹, o bispo podia transformá-la em “aplicação”, ou “capela curada”, ou seja, uma capela filial servida regularmente por um cura ou “vigário coadjutor”. Estes eram frequentemente escolhidos e remunerados pelo padre da paróquia da qual dependiam, que centralizava doações e outros emolumentos pagos pelos fregueses. Eram as Capelas Filiais que deveriam auxiliar a Matriz nas despesas dos ofícios religiosos (FONSECA, 2013, p. 111).

Entre as justificativas que envolvem as construções das Capelas Filiais ou rurais a principal se refere a:

⁷¹ Capelão (em francês: *chapelain*) é um ministro religioso autorizado a prestar assistência e a realizar cultos em comunidades religiosas, conventos, colégios, universidades, hospitais, presídios, corporações militares e outras organizações ou corporações e que, geralmente, é oficiado por um padre ou pastor.

[...] ampliar a participação religiosa, pois com a construção de Capelas Filiais diminuía-se a distância geográfica dos paroquianos com relação a um templo, situação que facilitava os deslocamentos, especialmente daqueles moradores mais afastados do centro paroquial (MENDES, 2011, p. 381).

É importante observar que estes territórios paroquiais não eram apenas os mais extensos, mas também os que reuniam uma população com recursos suficientes para arcar com a remuneração dos padres designados para as Capelas Filiais (FONSECA, 2013, p. 103).

Tornar-se responsável por uma capela filial modelava a vida social das comunidades. Na demarcação do poder, o funcionamento litúrgico das capelas, mantidas por irmandades ou agentes familiares, consagrava as posições políticas e sociais dos fiéis. Assim, não somente exprimiam a hierarquia social, mas contribuíam com eficácia para a sua construção ou representação. O ritual mais costumeiro da missa assumia um papel político disciplinador (ANDRADE, 2007, p. 154).

A administração dos rendimentos da capela era geralmente controlada pelo instituidor (e sua família) que, reconhecido pelo bispo, obtinha o privilégio do padroado local. As capelas funcionavam, então, como mecanismos de configuração de poder. Desde o Período Colonial, os senhores (proprietários de terras e em busca de ascensão político-social), agentes de uma rede familiar e clientelista, costumavam instituir capelas em suas terras com a aprovação eclesiástica ou então dotá-las, determinando um patrimônio em terras e rendimentos para manutenção dos ofícios sagrados nos lugares onde houvesse necessidade de assistência espiritual (ANDRADE, 2007, p. 155).

Esta assistência aos fiéis, fazendo-se constante, nunca se reduzia ao núcleo doméstico do senhor, que incluía, no sentido ampliado da época, o chefe, a esposa, os filhos, os agregados (com parentesco ou não) e a sociedade do entorno. Isso conferia prestígio ao senhor e garantia para o grupo familiar uma posição destacada na localidade, que induzia ou reforçava as alianças (ANDRADE, 2007, p. 156).

Havia previsto em lei alguns privilégios para esses patronos além do direito de gerir diretamente as rendas do patrimônio eclesiástico. Tinham o direito de apresentação de candidato ao benefício eclesiástico da capela. Evidentemente, era indicado para o posto de capelão um clérigo que tivesse ligações de parentesco ou de amizade com o instituidor. Não era preciso que os patronos leigos abrissem concurso, como em casos de padroados eclesiásticos, para preenchimento da vaga, bastando que escolhessem alguém “[...] digno, mas não o mais digno” (ANDRADE, 2007, p. 156):

Mais do que simplesmente servir de reserva material, a capela produzia um capital simbólico muito importante na projeção política do patrono. Ele era honrado com o direito às preces, aos assentos especiais nos cultos e à precedência em cerimônias e procissões. O patrono distinguia-se ainda pelo direito a uma sepultura em lugar privilegiado da igreja. Durante os ofícios sagrados, o capelão certamente não deixava de fazer encenações que prestigiavam o patrono, ou algum aliado dele, e de pronunciar sermões nos quais só figuravam as virtudes dos poderosos. Assim, como o capelão dependente praticava não representar o que ocorria realmente, havia sempre o risco da mera ornamentação discursiva. Devia-se, ao menos, procurar algum proveito pastoral até nas adulações vazias. (ANDRADE, 2007, p.157).

Em 1919, o Cônego Aguirre lista as 52 Capelas Filiais existentes no território da Cidade de Bragança Paulista, esclarecendo os bairros ou fazendas onde se encontravam. Em alguns casos, a localização está relacionada ao nome do proprietário, provavelmente, quando se tratava de uma capela particular.

	Nome da Capela (1919)	Bairro	Proprietário
1	Santa Cruz dos Enforcados	Núcleo urbano	
2	Santa Cruz do Taboão	Núcleo urbano	
3	Santa Cruz do P. Simplício	Bairro rural dos Curytibanos	
4	Santa Cruz	Bairro rural Itapechinga	
5	Santa Cruz da Posse	Bairro rural da Posse	
6	Santa Cruz do Rio Acima	Bairro rural Rio Acima	
7	Santa Cruz do Araras	Bairro rural Araras	
8	Santa Cruz	Fazenda Velha	
9	Santa Cruz do Pinhal	Bairro rural Pinhal	
10	Santa Cruz do Campestre	Bairro rural Campestre	
11	Santa Cruz dos Anhumas	Bairro rural Anhumas	
12	Santa Cruz da Água Cumprida	Bairro rural da Água Cumprida	João José da Silva Basílio
13	Santa Cruz do Campo Novo	Bairro rural do Campo Novo	
14	Santa Cruz do Guaripocaba	Fazenda S. Cruz Guaripocaba	Valentina Pedroso
15	Santa Cruz de Agudo	Bairro rural de Agudo	
16	Santa Cruz de Rosa Mendes	Bairro rural Rosa Mendes	
17	Santa Cruz dos Atibaianos	Bairro rural Atibaianos	
18	Coração de Jesus	Bairro rural Araras	Cel. Theófilo Leme
19	Coração de Jesus		Cap. José Vieira da Silva
20	Bom Jesus	Cemitério do Santíssimo	
21	Imaculada Conceição	Fazenda Santa Maria	Cel. Affonso Ferreira
22	Imaculada Conceição		Faz. Jaboticabal
23	N. S. do Bom Sucesso	Bairro rural Guaripocaba	
24	N. S. do Belém	Bairro rural Ponte Alta	
25	N. S. do Parto	Bairro rural Anhumas	

26	N. S. de Copacabana	Bairro rural Pinhal	
27	N. S. Mãe dos Homens	Bairro rural Mãe dos Homens	
28	N. S. da Penha	Bairro rural Penha	
29	N. S. Aparecida	Bairro rural Lopo	
30	N. S. das Brotas		Anna Moura Cintra
31	N. Senhora da Dores	Bairro rural Biriça	
32	São José		Antonio Lopes Coelho
33	São José	Bairro rural Taboão	
34	São José	Bairro da Fazenda Velha	
35	Sant'anna		Cel. Jacinto Ozório
36	São João Baptista		Major Fernando Valle
37	São Pedro	Bairro rural Rosa dos Mendes	
38	São Benedicto	Bairro rural dos Limas	
39	São Benedicto	Bairro rural Mãe dos Homens	
40	São Braz	Bairro rural Mãe dos Homens	
41	São Caetano		Cel João Leme
42	Santo António		Major Olegário Elias
43	Santo Antonio	Bairro rural do Arraial	
44	Santo António	Bairro rural do Passa Três	
45	São Sebastião		Cel. Olegário Leme
46	São Sebastião	Bairro rural Ponte Alta	
47	São Sebastião	Bairro rural da Estiva	
48	São Sebastião	Bairro rural Água Cumprida	
49	São Sebastião	Bairro rural dos Anhumas	
50	São Sebastião	Bairro rural Pedra Grande	
51	Santa Theresa	Bairro rural das Pitangueiras	
52	Santa Luzia	Bairro rural Itapechinga	

Tabela 23: Transcrição da tabela de Capelas Filiais encontrada em Aguirre (1919, pp. 65-66). Em cinza, as capelas não localizadas; em vermelho, informações acrescentadas após pesquisa. Fonte: Diocese de Bragança Paulista.

Foi localizada nos arquivos da CMSP uma tabela similar, que revela as Capelas Filiais que fazem parte do território entre os anos 1916 e 1918, três anos antes da tabela apresentada pelo Cônego Aguirre, na qual constam 20 Capelas Filiais. De caráter diferente da tabela apresentada por Aguirre (1919), esta informa o ano de construção da Capela, situação e o termo de Provimento⁷².

⁷² Neste caso, trata-se da data em que a Capela tem aprovação para executar suas funções. Após esta data, deve haver uma nova visita paroquial.

Nº	Nome da Capela (1916)	Ano construção	Situação	Termo de Provimento
1	Santa Cruz dos Enforcados	*	Particular	28/04/1917
2	Santa Cruz	*	Pública	15/3/1917
3	Santa Cruz	*	Particular	7/8/1916
4	Santa Cruz	*	Pública	7/5/1917
5	Nossa Senhora da Conceição	1904	Pública	31/1/1917
6	São Sebastião ou Santa Cruz	5/5/1906	Pública	29/3/1917
7	Santa Cruz	*	Pública	25/10/1916
8	Santa Cruz	*	Particular	9/5/1917
9	Imaculada Conceição	*	Particular	10/12/1917
10	Imaculada Conceição	*	Particular	10/10/1918
11	Nossa S. do Bom Sucesso	1902	Pública	29/03/1917
12	Nossa Senhora do Belém	*	Particular	07/01/1917
13	Nossa Senhora de Copacabana	*	Particular	31/01/1917
14	Nossa Senhora Aparecida	15/01/1885	Pública	01/03/1917
15	Sant'anna	*	Semipública	25/07/1916
16	São João	*	Semipública	23/06/1917
17	São Caetano	15/01/1885	Semipública	29/03/1917
18	Santo Antonio	*	Particular	27/05/1917
19	São Sebastião	*	Pública	07/01/1917
20	Santa Luzia	*	Pública	23/01/1918

Tabela 24: Transcrição da tabela de Capelas Filiais arquivada na Cúria Metropolitana de São Paulo. Fonte: Cúria Metropolitana de São Paulo.

Tanto a tabela encontrada na CMSP quanto a encontrada em Aguirre (1919) estimularam a busca dessas Capelas Filiais no território atual e, também, a busca por registros antigos para que a análise de transformação desses templos no território ficasse evidente.

O trabalho de campo revelou muita transformação. Muitas das capelas foram demolidas, mas existem capelas preservadas nesse território, rural no início do século XX, que podem se apresentar como bairros urbanos, bairros rurais e até mesmo municípios (ANEXO 3).

Na figura 123, foram retratadas seis Capelas Filiais no município de Bragança, no início do século XX, no território rural, onde hoje atuam de diferentes formas. Pedra Grande atuava como capela filial de São Sebastião; hoje, não existe mais, cedendo espaço para a Igreja Matriz de Pedra Bela. A Capela de Santo Antonio, no bairro rural do Passa Três de Bragança Paulista, cedeu lugar para a Igreja de Santo Antonio, no bairro rural de Passa Três, no município de Tuiuti. O bairro rural Mãe dos Homens, no município de Bragança, continua sendo um bairro do município de Bragança. A Capela de Nossa Senhora da Mãe dos Homens foi demolida; hoje, na frente da antiga capela,

está a Igreja de Nossa Senhora Mãe dos Homens. A Capela de São José está conservada: situava-se na divisa da área urbana e rural no início do século XX e, hoje, faz parte do bairro urbano do Taboão, absolutamente inserida dentro da malha urbana.

Nos bairros rurais do Biriçá e Rio Acima, no município de Bragança, estavam as antigas Capelas Filiais de Nossa Senhora das Dores e Santa Cruz do Rio Acima, hoje demolidas. Biriçá é parte do território rural do atual município de Bragança, e Rio Acima, é parte do território rural de Vargem.



Figura 123: registros antigos das Capelas Filiais que faziam parte do território do município de Bragança no início do século XX. 1: Capela de São Sebastião (bairro rural Pedra Grande), 2: Capela de Santo Antonio (bairro rural Passa Três), 3: Capela de Nossa Senhora da Mães dos Homens (bairro rural Mães dos Homens), 4: Capela de São José (bairro Taboão), 5: Capela de Nossa Senhora das Dores (bairro rural Biriçá), 6: Capela da Santa Cruz do Rio Acima (bairro rural Rio Acima). Fonte: Arquivo Luís Palombello.

Localizou-se a tabela referente às Capelas Filiais de Atibaia para uma comparação. Na lista de Atibaia, constam apenas cinco capelas, seus nomes e o bairro em que se localizam: Capela de Santo Cruzeiro no largo do Cruzeiro; Capela de Nossa Senhora das Brotas no bairro das Brotas; Capela de Nossa Senhora do Rosário no bairro da Água Espriada; Capela de Santo Antônio da Serra no bairro de Itapetinga; Capela de Santo Antônio no bairro do Atibainha.

A listagem de 1916-1918 apresenta uma interessante coluna que aponta quais capelas são públicas, semipúblicas e privadas. Como já discutido aqui, para uma capela ter a possibilidade de receber um pároco e ter em seu espaço físico missas frequentes, era necessária a doação do terreno para a Igreja Católica, o patrimônio religioso, onde o templo era construído. Porém, no início do século XX, no território rural de Bragança há inúmeros bairros rurais, fato que propiciou situações diversas, ou seja, a existência

de capelas públicas (com o patrimônio religioso pertencente à Igreja), semipúblicas e privadas (geralmente no interior de fazendas).

Quando o patrono de uma capela não doava seu terreno para a Igreja, mas recebia a autorização do bispado para receber um pároco e oferecer missas de tempos em tempos para sua família e funcionários da fazenda, a capela era considerada particular.

As Capelas Filiais semipúblicas eram as que não tinham seu patrimônio doado para a igreja, no entanto, recebiam a comunidade, não eram fechadas somente para os moradores de uma fazenda e os familiares do proprietário. As capelas semipúblicas costumavam ter fácil acesso, muitas vezes ficavam na beira de caminhos que também recebiam procissões. Suas missas aconteciam com frequência, contudo não com a mesma assiduidade do que na Igreja Matriz.

As Capelas Filiais deveriam estar devidamente inseridas em uma série de regras para que seu funcionamento se mantivesse. Passavam por fiscalizações nas visitas paroquiais, que eram registradas e geravam autorização (provisão), ou não, para continuar recebendo pároco e missas.

No caderno de visitas paroquiais de Bragança do final do século XIX e início do XX, arquivado na CMSP, foi localizada uma autorização de funcionamento da Capela da Fazenda de D. Anna de Moura Cintra, em 1905 (Tabela 23), com os seguintes dizeres: “Foi passada uma provisão quinquenal a favor da Capela da fazenda, em 16 de dezembro de 1905, a pedido de D. Anna de Moura Cintra” (Figura 124).

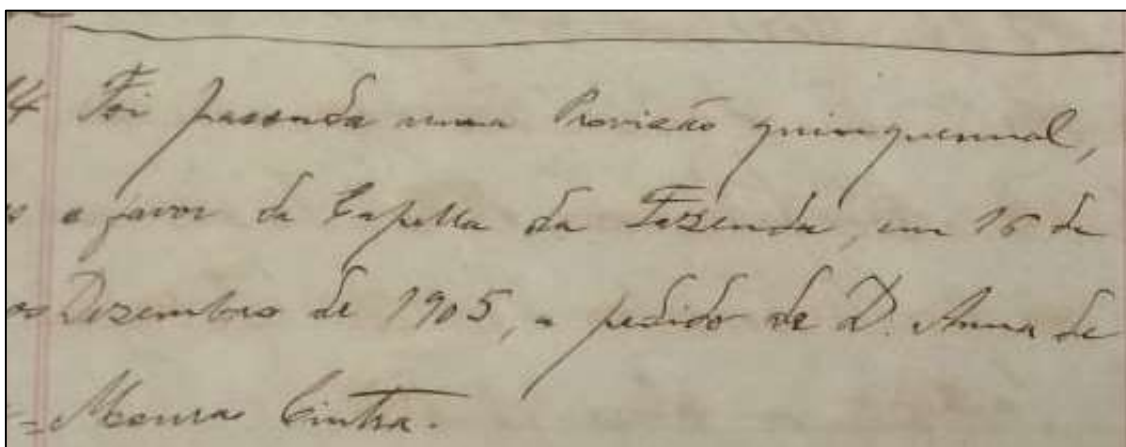


Figura 124: Foto do registro de provisão da capela de D. Anna de Moura Cintra. Fonte: Cúria Metropolitana de São Paulo.

Procurou-se localizar essas Capelas Filiais para entender essa espacialização e a sobreposição da rede civil sobre a rede eclesiástica no território bragantino. Utilizando como mapa base a produção de 1909, e considerando também o território da paróquia

delimitado por Aguirre (1919), obteve-se um mapeamento em que, das 52 Capelas Filiais listadas pelo autor, procuramos localizar, figura 125.

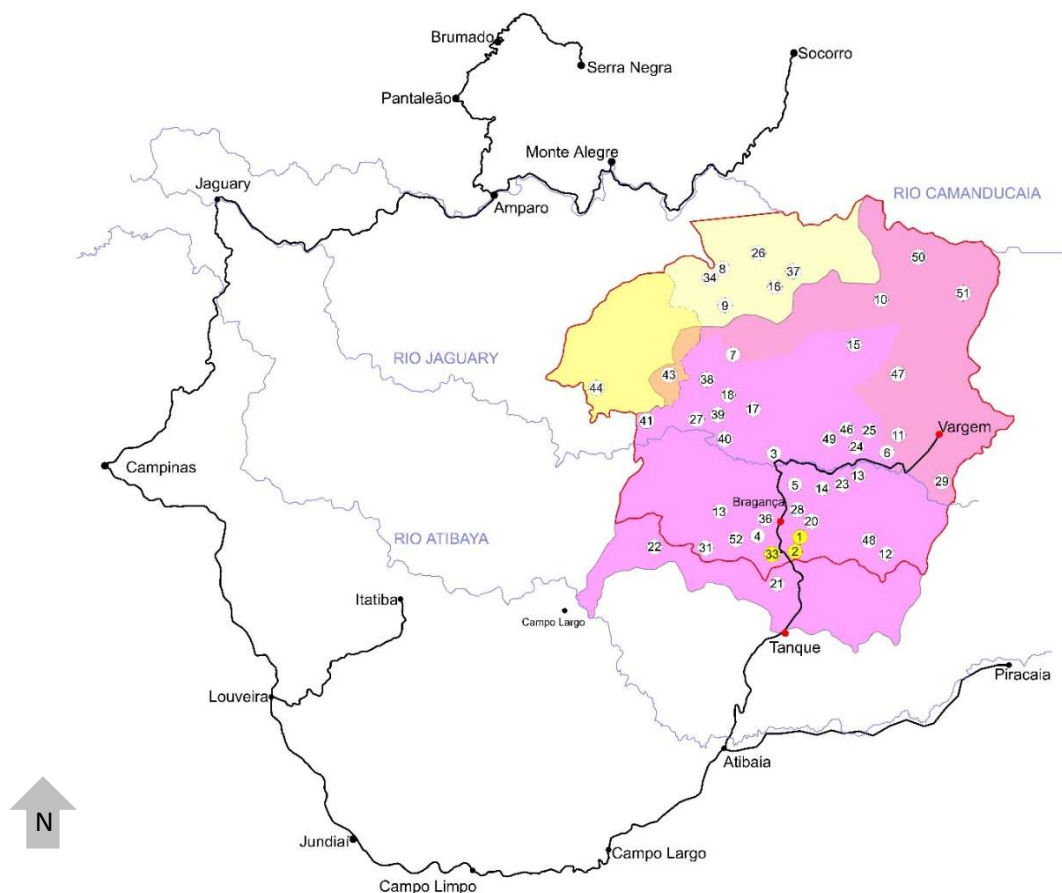


Figura 125: Localização das Capelas Filiais de Bragança no território rural na sobreposição e interpretação dos limites geográficos de Bragança no início do século XX, comparando as divisões civis, da Instituição Católica e informações do Cônego José de Aguirre. Onde, linha preta ramal bragantino, com as Estações Tanque, Bragança e Vargem. Em azul destaca-se Rios, Jaguaré, Atibaya e Camanducaia. Mancha do mapa, contornada em vermelho trata-se da delimitação política para o território de Bragança, em amarelo mais escuro, destaca-se o distrito de Tuiuti, que fazia parte do território de Bragança, em cinza a delimitação eclesiástica. Ponto vermelho núcleo urbano de Bragança. Capelas Filiais 1: Capela dos Enforcados, 2: Santa Cruz do Taboão, 3: Santa Cruz do Simplício, 4: Santa Cruz do Itapechinga, 5: Santa Cruz da Posse, 6: Santa Cruz do Rio Acima, 7: Santa Cruz dos Araras, 8: Santa Cruz Fazenda Velha, 9: Santa Cruz do Pinhas, 10: Santa Cruz do Campestre, 11: Santa Cruz dos Anhumas, 12: Santa Cruz da Água Cumprida, 13: Santa Cruz do Campo Novo, 14: Santa Cruz do Guaripocaba, 15: Santa Cruz do Agudo, 16: Santa Cruz de Rosa Mendes, 17: Santa Cruz dos Atibaianos, 18: Coração de Jesus, Faz. Theófilo Leme, 20: Cemitério do Santíssimo, 21: Imaculada Conceição Faz de Affonso Ferreira, 22: Fazenda Jaboticabal, 23: Nossa Senhora do Bom Sucesso, 24: Nossa Senhora do Belém, 25: Nossa Senhora do Bom Parto, 26: Nossa Senhora de Copacabana, 27: Nossa Senhora Mães dos Homens, 28: Nossa Senhora da Penha, 29: Nossa Senhora Aparecida, 31: Nossa Senhora das Dores, 33: São José, 36: São João Baptista, 37: São Pedro, 38: Capela de São Benedito, 39: São Benedito, 40: São Braz, 41: São Caetano, 43: Santo Antonio, 44: Santo Antonio, 46: São Sebastião, 47: São Benedito, 48: São Sebastião, 49: São Sebastião, 50: São Sebastião, 51: Santa Tereza e 52: Santa Luzia. Fonte: Elaborada pela autora em 2021. Cúria Metropolitana de São Paulo, Arquivo Público do Estado de São Paulo e Diocese de Bragança Paulista.

A Capela de Belém (Figura 122), que, na primeira lista de Capelas Filiais (1916-1918), aparece como capela particular; a listagem de Aguirre (1919), confirma sua existência e informa sua localização no bairro rural Ponte Alta, tendo sido construída

entre 1810 e 1816 pelo Capitão João de Oliveira Preto. Em 1919, o bairro rural da Ponte Alta fazia parte do distrito de Bragança, dentro do município de Bragança. Em 1928, com a formação do Distrito de Vagem, o bairro rural e, portanto, a Capela de Belém, passam a fazer parte do distrito de Vagem, que viria a se desmembrar em 1964. Na frente desta Capela, existia um comércio que, atualmente, é residência do proprietário do Sítio Belém, descaracterizado arquitetonicamente. No ano de 2017, o proprietário Sr. Benedito Russi de Lima passou para a Igreja Católica a doação do solo onde foi construída a Capela do Belém com o objetivo de recolher verba para o restauro. No século XIX, o processo de doação do solo sagrado ainda segue os moldes do Período Colonial, isto é, após construída a capela fez-se a doação do terreno e da edificação à Igreja Católica.

Situada hoje no Sítio Belém, bairro da Ponte Alta, em Vagem (SP), a Capela de Nossa Senhora do Belém é um autêntico exemplar de uma construção colonial, feita de taipa e altar em madeira, cujo processo de restauro ocorreu em 2017.



Figura 126: Capela do Belém, 1999. Fonte: Barletta (2000, p. 12).



Figura 127: Capela do Belém em processo de restauro, 2018. Fonte: Autora, 2019.

6.3. Relação entre Igreja Católica e elite – agentes de transformações urbanas

Na Primeira República, as relações entre Igreja e Estado já não são mais de parceria; em alguns momentos, se apresentam conflituosas. No entanto, por ser uma instituição extremamente estruturada, e o Brasil ser um dos países mais católicos do mundo, a troca entre a população e a Igreja se mantém forte e a relação da população com os párocos é extremamente significativa para a compreensão da consolidação ou da transformação do território.

Em um breve relato sobre o andamento das carreiras dos párocos que passaram por Bragança, Aguirre (1919, p. 26) traz observações importantes sobre a história da formação do território:

O Vigário R. P. Símplicio Bueno de Siqueira foi um dos fundadores da Santa Casa de Misericórdia desta cidade e de uma Capela de Santa Cruz (chamada de Pe. Símplicio) no bairro dos Curitybanos, onde possuía uma fazenda.

O Padre Símplicio Bueno da Siqueira contribuiu para o desenvolvimento da cidade como um dos fundadores da Santa Casa de Misericórdia em 1903. Por ser fazendeiro, construiu em suas terras, no bairro rural dos Curitibanos, que surgiu com a instalação da Estação Curitibanos, a Capela de Santa Cruz, uma das 52 Capelas Filiais⁷³ que existiam no território.

Outros agentes que fortalecem a relação entre igreja e elite em Bragança são as associações paroquiais. Aguirre (1919) afirma existirem nove associações paroquiais⁷⁴

⁷³ O tema das Capelas Filiais será uma importante questão analisada mais adiante para compreender a ocupação religiosa no território e reforçar a teia social e econômica.

⁷⁴ Associação Paroquial é uma organização resultante da reunião legal entre duas ou até mais pessoas, com ou sem personalidade jurídica e sem fins lucrativos para a realização de um objetivo comum, sempre ligado a ajudar os necessitados.

em Bragança e reconhece o seu valor. Muitas vezes, elas agem no território construindo entidades, capelas e outros equipamentos que podem ser de fundamental importância nessa nova Bragança, que vê seu núcleo urbano sendo transformado no século XX. Coordenam as associações os membros da sociedade local de prestígio, com objetivos variados. Em 1919, segundo Aguirre, algumas delas eram, com menções às reuniões das associações:

- Apostolado da Oração – fundado em 4 de março de 1898;
- Conferência de S. Vicente de Paula, fundada em 17 de Junho de 1898, reúne-se aos sábados às 7 horas, após o Terço;
- Damas de Caridade – fundada em 19 de Junho de 1900, reúne-se segunda-feira, a cada 15, após o Terço;
- Pia União das Filhas de Maria, fundada em 3 de dezembro de 1911, e agregada à Prima Primaria de Roma, reúne-se no 1º domingo.
- Obra dos Tabernáculos, fundada em 15 de fevereiro de 1915, reúne-se no Colégio S. Coração de Jesus na 2º quinta-feira do mês;
- Congregação da Doutrina Cristã, fundada em 2 de fevereiro de 1906, reúne-se na 1º segunda-feira do mês;
- Irmandade do S. S. Sacramento, fundada em 22 de outubro de 1800, reúne-se no 2º domingo do mês;
- Irmandade de N. Senhora do Rosário e S. Benedicto, fundada em 8 de abril de 1913, funciona na igreja do Rosário, onde se reúne a cada dois meses;
- A Venerável Ordem Terceira do Carmo, com sede em São Paulo, tem em Bragança um galho pujante que aqui celebra suas festas e faz celebrar todos os sábados uma missa às 7 horas.

O novo formato que a Igreja Católica passa a utilizar para gerar renda após o término do Período Colonial, quando Igreja e Estado dispunham de união para se fixarem no território da Colônia, é o repasse de verba da própria Igreja Católica para as paróquias, organização de festas, quermesses e a doação de verbas pelos fiéis.

Foi após o Império que, aos poucos, se estruturou uma nova relação entre Igreja Católica, os fiéis e o Governo. A publicação Aguirre se dá durante a Primeira República, em 1919. Ele expõe sua opinião sobre a dificuldade de manter os custos da Igreja e critica ações do governo que buscam criar maneiras de cobrar impostos da Instituição Católica. Lembrando que as despesas necessárias para os atos do culto do decoro da igreja, da renovação das alvaías “[...] do óleo e da cera que se hão de consumir de ante do altar”, comenta que, no passado, todas as igrejas e paróquias tinham o seu

patrimônio constituído de casas de aluguel, terras de aforamento e outros bens que, embora escassos, bastavam para a manutenção do culto, embora não dispensassem as coletas:

O patrimônio de uma antiquíssima ou igreja é intangível, e só a Santa Sé ou o Bispo Diocesano, ponderando bem as causas podem autorizar a sua alienação. No entanto, com as reformas das igrejas, que importam sempre em enormes gastos, esses bens antiquíssimos foram sendo vendidos (quando não deveriam ser), e as paróquias e igrejas ficaram sem essa fonte de rendas para a sua manutenção. Como antiquíssima, agora, principalmente, às necessidades da igreja? Os Governos lançam os seus impostos, e obrigam a Igreja, sublime mendiga, estende as mãos a generosidade de seus filhos, e não obriga. O uso das collectas é antiquíssimo, quer para o culto, quer para outras necessidades da Igreja (AGUIRRE, 1919, p. 49).

Relata, ainda, a necessidade de criar um “centro” para que projetos saíssem do papel, além de favorecer o encontro e lazer das famílias bragantinas envolvidas nas boas ações. Cita que Jornal, asilo e Santa Casa são algumas das boas intenções que de fato aconteceram:

No alto da coluna sobre a qual se assenta a cidade e a cavalleiro sobre esta, ergue-se a campanário de uma piedosa Capellinha votada ao grande apóstolo da caridade — São Vicente de Paula. Ao lado vê-se um modesto mas confortável edificio em cuja fachada se lê: Asylo de Mendicidade do Centro Catholico. Pela sua denominação já se vê que é um rebento viçoso do Centro Catholico de Bragança, donde partiu a idéa e a acção que se traduziram na realidade de 15 de setembro de 1909. Pois foi nessa data que o benemérito sócio do Centro **Cel. Affonso Olegario Ferreira Pinto** adquiriu pela quantia de nove contos de réis o prédio e a chácara em que se installou definitivamente o Asylo, em outubro daquelle anno. Além do Cel. Affonso, tornaram-se para logo beneméritos bem feitores do Asylo as Exmas. Sras: **D. Anna de Moura Cintra, Carolina Euphrasia de Moraes**, Baselissa Leme de Locio e Silva, Maria da Gloria Leme de Oliveira, e os Srs. Padre Leonardo Gioele, **Cel. Jacintho Ozorio de Locio e Silva**, e outros. O prédio foi notavelmente ampliado em 1913, comportando actualmente cem leitos em quatro vastos salões com todo o conforto hygienico, em duas secções — masculina e feminina — completamente separadas. A sua direcção interna está confiada ás carinhosas Irmãsinhas da Immaculada que preenchem cabalmente a sua elevada missão. (AGUIRRE, 1919, p. 52, grifo nosso).

Mais uma vez, é possível notar no texto de Aguirre a presença de nomes como Cel. Afonso Olegário Ferreira Pinto, D. Anna de Moura Cintra, Carolina Euphrasia de Moraes e Cel. Jacinto Osório, proprietários de fazendas de café e representantes de famílias atuantes na política e na sociedade bragantinas e com prestígio junto à Igreja, pessoas que fazem parte da elite bragantina. Nas fazendas destas famílias havia Capelas e permissão para rezar-se missas de tempos em tempos; eram estas as Capelas Filiais particulares.



Figura 128: Capela do Asilo em 1910. Fonte: Museu Municipal Oswaldo Russomano.



Figura 129: Vista Cidade de Bragança Paulista. Em destaque, a Capela do Asilo, ao lado do Teatro Carlos Gomes; à direita, a cadeia em 1910. Fonte: Arquivo Luiz Palombello.

Igreja e sociedade, como agentes urbanos de transformação e ocupação do território, atuavam com ações beneméritas, como é o caso da Viscondessa de Cunha Bueno que, em época de epidemias, dirigia o Sanatório Immaculada Conceição visando a “[...] cuidar dos filhos dos tuberculosos pobres”. Aguirre (1919, p. 54) afirma:

A benemérita Liga Paulista contra a Tuberculose, desenvolvendo o seu vasto programma de acção, não podia deixar de volver suas atenções para um dos grandes factores da propagação da tuberculose, como seja a promiscuidade em que vivem, principalmente nas classes pobres, pães affectados, com seus filhinhos ainda sãos. Impõe-se a separação dessas creancinhas, para que não contraíam a insidiosa enfermidade. A «Liga» fez vêr ás Exmas. Sras. Paulistas a urgência de uma instituição destinada a esse fim, e dahi surgiu a Obra de Preservação dos Filhos dos Tuberculosos Pobres Isto foi pelo anno de

1908. Enquanto não dispunham de recursos para montar casa própria, limitava-se a internar em Asylos em S. Paulo e Santos os seus pupillos. Graças a tenacidade com que a sua Directoria, sob a operosa presidência da Exma. Viscondessa de Cunha Bueno, se atirou a lucta, foi adquirida nesta cidade de Bragança — cujo ameno clima é indicado para o fim da instituição — uma chácara. Vetusto casarão foi completamente reformado, addicionando-se-lhe vastos pavilhões, instalações hygienicas, illuminação electrica, água canalizada, etc. A inauguração official deu-se a l.' de janeiro de 1912, com a presença do Dr. Clemente Ferreira, Presidente-da Liga Desde o seu início até 1918, abrigou pupillos. Está sob a direcção interna das Irmãsinhas da Immaculada.



Figura 130: Casarão no qual foi instalado o Sanatório de Immaculada Conceição, s/d. Fonte: Museu Municipal Oswaldo Russomano.

Outra instituição católica citada pelo autor é o Collégio S. Coração de Jesus, fundado para formar professoras. Inicialmente, somente podiam ser matriculadas meninas. Sua sede original ficava na atual rua Cel. João Leme 50, na época chamada de rua do Comércio. Com a colaboração da população e aprovação do Arcebispo Metropolitano D. Duarte Leopoldo e Silva, nasce o colégio. É valido ressaltar que a historiografia local considera o Cônego Aguirre um dos fundadores do colégio, apesar de que ele não ressaltasse sua influência na fundação de ensino. No site do Colégio, que existe até hoje, porém instalado em outro lugar desde 1958, encontram-se os dizeres:

Enviadas pela Madre Fundadora, Irmãs espanholas vieram ao Brasil em 1911 e, em 1915, chegaram à Bragança Paulista para concretizar **o projeto de Dom Aguirre**, que desejava uma boa escola católica para a cidade. O “colégio velho” se instalou em um sobrado na Rua do

Comércio com o nome de “Colégio Sagrado Coração de Jesus”. Sob muito trabalho e muitos desafios, a credibilidade das Irmãs na cidade só crescia, assim como a escola, que não mais comportava tantas alunas. A construção de um novo prédio tornou-se imprescindível. Com a ajuda de toda a comunidade bragantina, em 1958, as Filhas de Jesus inauguraram as novas instalações do colégio na Rua José Guilherme. Em 1980, passou a se chamar Instituto Educacional Coração de Jesus. (www.iecj.com.br, visitado em 7 de Julho 2019).

Aguirre (1919) relata a instalação do Colégio Coração de Jesus em Bragança, pois há algum tempo havia a necessidade de instalar no município um colégio, “[...] um modelo de educação cívico-religiosa, para meninas”. Ele descreve que a ideia da fundação de um colégio foi recebida com entusiasmo e aplaudida pelo Exmo. e Revmo. Sr. Arcebispo Metropolitano, D. Duarte Leopoldo e Silva.

Buscou-se, assim, arrecadar doações que chegaram a “quatorze contos de réis”. Com esta quantia foi adquirido um prédio na rua do Comércio, antigo Grupo Escolar, que sofreu as reformas necessárias para a instalação do Colégio. As religiosas educadoras que ficaram responsáveis por ele faziam parte da congregação Filhas de Jesus de Salamanca (Espanha), tendo chegado em 5 de novembro de 1914. A Superiora era a emérita educadora Madre Josepha Gonzalez:

A Comissão que se encarregou da compra do prédio fez doação delle, por escriptura publica, ás ditas religiosas, com a condição de nelle manterem sempre um collegio para meninas, sem poderem jamais vendel-o, a não ser para a construcção de outro collegio nesta mesma cidade. De posse do prédio, as Filhas de Jesus baptizaram o novo instituto com a promissora denominação de Collegio do S. Coração de Jesus A abertura das aulas deu-se 1º de fevereiro de 1915, accusando a matricula nesse primeiro dia 38 alumnas. Para commemorar esse auspicioso acontecimento, procedeu-se na Capella do Collegio, á enthronização da imagem do S. Coração de Jesus e deu-se a Bençam com o Santo Lenho, após a pregação do Vigário da parochia. Serviram de testemunhas do acto inaugural os Illmos. **Srs. Cel. Theophilo Francisco da Silva Leme e Cel. Olegario Ernesto da Silva Leme.** Desde essa data, o Collegio vem funcnionando com regularidade e satisfazendo cabalmente aos fins de sua fundação. (AGUIRRE, 1919, p. 55, grifo nosso).

Mais uma vez a presença dos irmãos Leme (Theófilo e Olegário), membros atuantes da elite da cidade de Bragança na política e na cafeicultura, foi ressaltada.



Figura 131: Imagem do casarão que foi instalado o primeiro Colégio Sagrado Coração de Jesus (rua do Comércio nº50) s/d. Fonte Museu Municipal Oswaldo Russomano.

A última instituição católica a ser citada é a Santa Casa de Misericórdia, inicialmente instalada na Igreja do Rosário em 1874. Os assuntos relativos à sua instalação foram discutidos entre a Igreja Católica e a elite cafeeira, que teve um grande envolvimento na questão, principalmente a Família Leme. Os Leme tiveram cargos na comissão de organização e, posteriormente, é de Luiz Manuel da Silva Leme a iniciativa de comprar e doar o terreno no qual viria a ser construída a futura Santa Casa de Misericórdia. Foi também importante a aprovação do bispado de São Paulo desde as primeiras iniciativas para o início das obras, cujo caminho foi longo, para que fossem finalizadas, dependendo de doações e trabalho voluntário como relata Aguirre (1919, p. 57):

A Irmandade do Senhor dos Passos da cidade de Bragança, cujo compromisso fôï a aprovado pelo Bispo de São Paulo, D. Lino Deodato Rodrigues de Carvalho, por Provisão de. 31 de agosto de 1874, e que fora provisoriamente installada na igreja do Rosário, propunha-se em seus estatutos a fundação de três nobilissimas instituições, como sejam: Santa Casa de Misericórdia, Lazareto de morpheticos e variolosos, e Asylo de expostos. Era vasto por demais o plano; pois qualquer destas instituições, de per si, bastava para absorver todos os esforços da Irmandade. A primeira Meza Administrativa foi organizada com os fundadores da Irmandade, havendo eleições a 25 de outubro de 1874, sahindo eleitos: Provedor, R. Padre Simplicio Bueno de Siqueira; — Thezoureiro, Cel. Luiz Manoel da Silva Leme; — Procurador, José Narciso Pinto; — Secretario, José Guilherme Christiano; — Syndico, Joaquim Lopes Maciel; e outros para cargos inferiores. Logo na sessão de 1 5 de novembro de 1874 o irmão Francisco Manoel do Carmo, na qualidade de testamenteiro do finado Manoel José da Silveira, fez á Irmandade o primeiro donativo de 100\$000. Resolveu-se, então, alugar uma casa para ir servindo de hospital, até que a Irmandade dispuzesse de

recursos para construir edifício apropriado. A 4 de dezembro de 1877 o coronel Luiz Manoel da Silva Leme apresentou á Meza a escriptura de compra da casa de Antônio Gomes Nogueira Fernandes, sita á rua do Lavapés, e bem assim a licença de Sua Alteza a Princesa Imperial Regente, para poder a Irmandade possuir a casa. Para esta compra houve um legado testamentario da finada d. Jesuina Francisca de Oliveira, De janeiro de 1878 a julho de 1887, a Irmandade esteve suspensa por determinação judicial.

No começo do século XX, a população se manifesta fortemente vinculada à Igreja Católica, visto que a primeira atitude após o início das obras foi construir uma capela, que, futuramente, seria usada como confessionário para os fiéis. De novo, é a elite cafeicultora que assume a construção:

Após nove annos de paralização forçada, conseguiu reconectar os seus trabalhos a 8 de agosto de 1887- Tratou logo de montar um Oratório, com donativos, que para esse fim fizeram Francisco Alves Cardozo, D. Victoria Keller e D. Carolina Augusta de Moraes. (AGUIRRE, 1919, p. 59).

Entre todos os relatos do autor, a instituição religiosa que passou por mais dificuldades para ser concretizada foi, sem dúvida, a Santa Casa de Misericórdia, que após quase 30 anos, em 1900, foi inaugurada:

Os distinctos médicos Drs. Pedro de Andrade Freitas e José Hermenegildo Pereira Guimarães offereceram os seus serviços profissionaes gratuitos. Tudo assim disposto, realizou-se a inauguração official da Santa Casa no dia 8 de dezembro de 1877, festa da Padroeira da Parochia. Nesse dia foi collocado na sala das sessões o retrato do benemérito fundador R. Padre Simplicio. Havia já três doentes em tratamento. A velha casa, posto que tivesse passado por importantes e dispendiosas reformas, não offerecia: 59 os requisitos necessários para um hospital e reclamava aposentadoria. Nestes entrementes, a Câmara Municipal contractou para as obras públicas o engenheiro Lazzarini. Este, procurado pelo Provedor, promptificou-se graciosamente a levantar planta de um novo edificio. Este acto do generoso professional despertou entusiasmo, e, em sessão de 14 de abril de 1896, foram nomeados em commissão afim de angariarem esmolos para as projectadas obras os Srs. Cel. Olegario Ernesto da Silva Leme, Cel. Jacintho Ozorio de Locio e Silva, Major Felicio de Godoy Bueno e Major Felix Cintra. Da leitura das actas de então, se verifica que as obras foram levadas a bom caminhar, tanto que em 1898 já se faziam as sessões numa das salas novas. A uma dessas sessões, a de 6 de janeiro de 1898, foi presente o Vigário Capitular do Bispado, Exmo. Rvmo. Cônego Ezechias Galvão da Fontoura, o qual aventou a idéa de mandar vir da Bélgica as religiosas Irmãs Vicentinas para o serviço interno do hospital e também para a direcção de um externato. A idéia foi recebida com applausos, ficando o mesmo Vigário Capitular autorizado a dar os passos nesse sentido. Tendo, porém, tomado posse da Diocese o Bispo D. Alvarenga, cessou ipso fado a jurisdicção do Vigário Capitular e a ideia abortou. Entretanto o novo edificio, vasto sobrado de dois andares, era inaugurado solennemente a 1º de maio de 1900 (AGUIRRE, 1919, p. 59).



Figura 132: Santa Casa de Misericórdia, 1903. Fonte Museu Municipal Oswaldo Russomano.

Pode-se afirmar que a instituição Católica foi, no Período Colonial e no Império, e continuou sendo na Primeira República, um importante agente de crescimento e consolidação do território. Ora por sua força quanto à religiosidade, que estimula e reforça a ideia de aproximar a palavra de Deus à população, e à sua consequência, a ocupação do território por Capelas Filiais públicas, semipúblicas ou particulares. A Igreja, com sua força e parceria com a elite da época, entre críticas ao novo formato governamental, alia-se de forma eficaz a uma elite e associações paroquiais, auxiliando a execução de “boas” intenções para ambos agentes, fazendo com que as transformações urbanas acontecessem no território, principalmente urbano, e para o território rural auxiliou com as Capelas Filiais o fortalecimento e crescimento tanto dos bairros rurais quanto das fazendas.

Conclusão

A região onde se desenvolveu o bairro rural do Jaguary começou a ser mapeada e ocupada no final do século XVII, num movimento de reconhecimento do sertão, captura de índios e busca por ouro. Este trabalho foi desempenhado pelos bandeirantes estimulados pela Coroa, cujo objetivo maior era ocupar e garantir a posse da Colônia. Para garantir que o território fosse português outras estratégias foram utilizadas, além do reconhecimento, mapeamento e desbravamento do sertão, como construir Capelas, elevar freguesias, fundar Vilas, distribuir sesmarias.

Para o estudo de caso do bairro rural de Jaguary, a doação do patrimônio, ainda que a documentação primária esteja perdida, foi eficiente. Entre doação do patrimônio religioso, construção da capela em devoção à Nossa Senhora da Conceição e a elevação da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Jaguary, estimam-se apenas dois anos. Esta Freguesia consolidou a ocupação de Portugal na região do Morro do Lopo e garantiu, ao norte da cidade de São Paulo, o território paulista, que ganharia, em 1766, mais confirmações entre as divisas com a construção do registro de Extrema.

A distribuição das sesmarias no território não foi a estratégia efetiva para a ocupação da região. Existem sesmarias no território de estudo, porém espalhadas pela região, cedendo espaço para a fixação e atividade dos posseiros, personagens fundamentais para a região bragantina, para o desenvolvimento do então bairro rural do Jaguary e que, posteriormente, contribuíram para a formação de novos bairros rurais no território da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Jaguary.

O que já foi compreendido e relatado sobre a pobreza e insipiência do bairro rural do Jaguary e, conseqüentemente, da Freguesia de Vila Nova Bragança, hoje é compreendido como parte de uma estratégia econômica agropastoril fundamental, de sobrevivência e controle do território. Era preciso incentivar e fornecer recursos para que existissem grandes engenhos de açúcar e uma extração grandiosa de ouro, mas também era necessário garantir bens de consumo variados para a sobrevivência da população da Colônia. Não se tratava da sobrevivência somente de quem era poderoso e rico, mas da sobrevivência da mão de obra da terra, das minas, dos tropeiros que, aliás, cumprem com a função de levar gêneros agropastoris do produtor ao consumidor.

Portanto, tem-se na Freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Jaguary, e posteriormente na Vila Nova Bragança e em outras importantes localidades do entorno da Cidade de São Paulo, uma estratégia de abastecimento da Colônia, uma economia agropastoril, com fazendas mistas, em que a Freguesia de Nossa Senhora da

Conceição do Jaguary se especializa na produção de milho, feijão e na criação de porcos, posteriormente tendo o toucinho como produto importante de sua economia.

É possível enfatizar, também, sua importância territorial para o século XVIII. Além dos caminhos e conexões que a Vila Nova Bragança estabeleceu, temos a região como marco entre as capitanias de São Paulo e Minas Gerais, quando o termo da Vila foi delimitado, a Vila Nova Bragança era a última vila a norte, no território paulista. A nordeste de seu termo, havia dois registros no território que foram importantes delimitações políticas, Extrema e Toledo.

Já as regiões oeste e norte da linha limítrofe possuíam delimitações políticas mais frágeis, isto é, um território menos ocupado, com pertencimento pouco conhecido. Juntamente com as ações econômicas e sociais, o território em estudo vai se redesenhado com o passar do tempo, crescendo, se desenvolvendo e desmembrando. É o caso de Amparo e Socorro, duas localidades dentro do termo delimitado para a Vila Nova Bragança, no limite do território, que buscaram seus desmembramentos estimuladas pela economia do café, pelas condições geográficas e ações políticas. Todo desmembramento redesenha o território, fortalece e cria novas relações na rede urbana local.

As condições geográficas citadas abarcam o solo montanhoso que dividia essas localidades com a sede da Vila Nova Bragança e a planície que beirava o Rio Camanducaia e o Rio do Peixe, indutores da chegada dos trilhos da Companhia Mogyana nessa região.

Os trilhos na região, uma forma de transporte mais moderna e eficiente, viabilizaram escoar a produção do café, que no século XX era o produto principal em todo o território estudado. A região bragantina passa a ser grande contribuinte para a produção nacional de café. Fazendas mistas agregam em suas terras a produção do grão, tornando-o produto principal, que precisava ser escoado de forma eficiente.

No município de Bragança, os trilhos chegaram, mas não cortaram o território, como vislumbrado por muitos, pois as condições geográficas eram um desafio. No caso específico de Bragança, as condições que levaram à não conquista da malha ferroviária foram políticas, relacionadas aos interesses das Companhias Mogyana e a inglesa São Paulo Railway, que adquiriu a Estrada de Ferro Bragantina.

Fica reforçado, na formação do território, que é preciso perceber as questões sociais, econômicas e políticas. Para o caso de Bragança, estas questões voltavam-se para o espaço rural, o mesmo espaço rural no qual, em 1767, foram recenseados seis bairros rurais que faziam parte do termo da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição

do Jaguary, que produziam gêneros variados nas fazendas mistas, que abasteceriam as localidades vizinhas e a capital. Posteriormente, com novas conexões e uma rede urbana ampliada, passariam a cultivar o café.

Alguns desses bairros rurais se mantiveram na condição de bairro rural; outros bairros rurais foram reformulados com a chegada dos trilhos; outros se tornaram urbanos; outros se desmembraram do território de Bragança e formaram em novas cidades; outros se tornaram novos distritos e nesta condição ficaram com o passar dos tempos. Por isto, é imprescindível o estudo de caso, a não generalização do conceito de formação de território.

Nesta pesquisa, procurou-se discorrer sobre essas configurações e, principalmente, analisar as diferentes transformações do território que ocorreram estimuladas por relações sociais.

Entende-se que as análises urbanas devem ser aprofundadas para serem compreendidas e para isso os estudos devem continuar. Novos olhares, outras costuras precisam ser feitas para que a análise contemple todas as fatias necessárias.

A sociedade não é feita só de famílias ricas ou influentes, mas também de trabalhadores, os construtores da cidade, a mão de obra. Famílias, gerações de escravos, de posseiros que, muitas vezes, ficam escondidas ou diminuídas na história urbana; é necessário dar atenção para as relações sociais, pois nelas encontram-se identidades e pertencimentos locais.

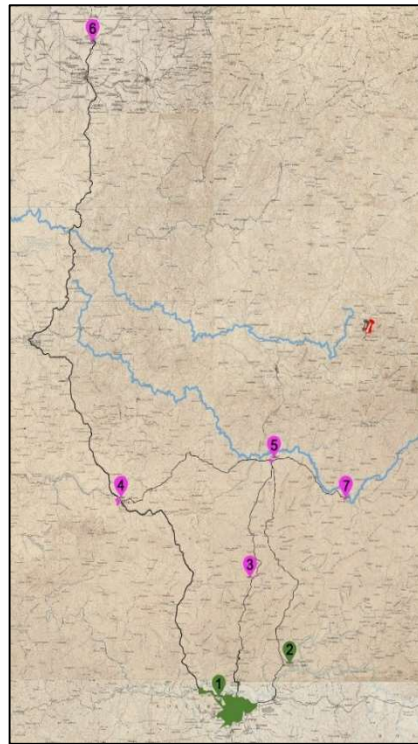
A economia só acontece quando essas famílias se especializam e buscam seu sustento nas fazendas mistas e, posteriormente, nas colônias das fazendas de café, momento da chegada dos imigrantes. A política na história urbana está relacionada com aquilo que diz respeito ao bem público, à vida em comum, às regras, leis e normas de conduta nesse espaço e, sobretudo, ao ato de decisão que afetará todas essas questões. Para a formação do território, compreender a política de determinado momento é fundamental.

Portanto, dentro da rede urbana que se formou desde o século XVI a partir da cidade de São Paulo, sentido Bragança, é possível perceber que cada localidade é única e que a rede urbana se altera com o passar dos tempos, pois conforme o território se consolida, sociedade, política e economia estabelecem também novas relações, podendo fortalecer ou fragilizar as que já existem (Figura 133).

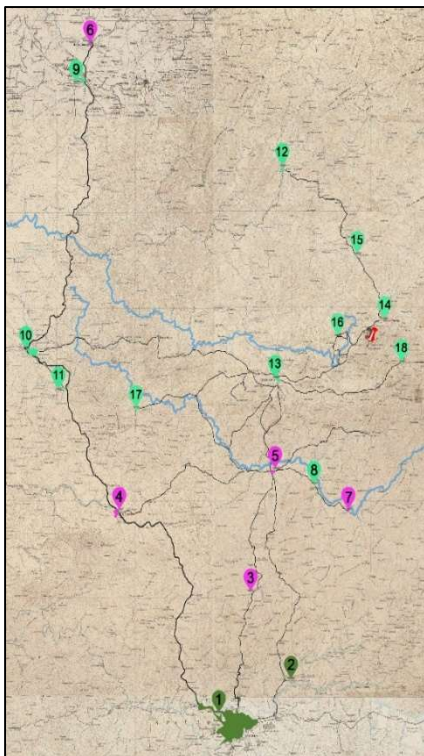
Século XVI



Século XVII



Século XVIII



Século XIX

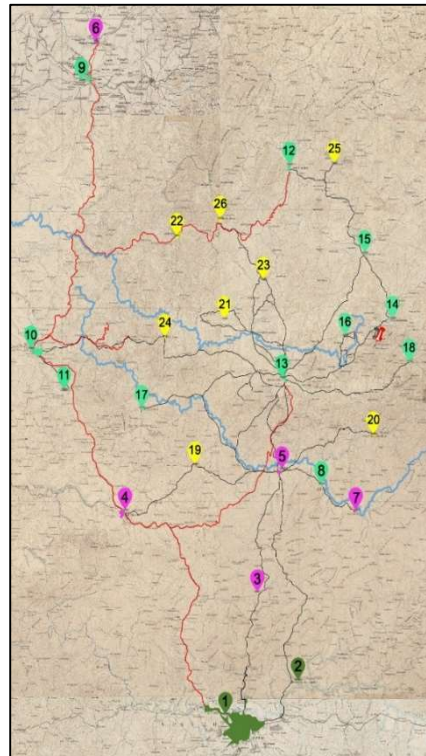


Figura 133: Rede urbana a partir da cidade de São Paulo sentido Bragança no decorrer dos séculos XVI, XVII, XVIII e XIX onde, “pin” vermelho é o Morro do Lopo. Verde Escuro localidades do século XVI, atuais 1: São Paulo, 2: Guarulhos. Em rosa localidades do século XVII, atuais, 3: Mairiporã, 4: Jundiaí, 5: Atibaia, 6: Mogi Guaçu, 7: Nazaré Paulista. Em verde água localidades do século XVIII, atuais 8: Bom Jesus dos Perdões, 9: Mogi Mirim, 10: Campinas, 11: Valinhos, 12: Socorro, 13: Bragança, 14: Extrema, 5: Toledo, 16: Vargem, 17: Itatiba, 18: Joanópolis. Em amarelo localidades do século XIX, atuais 19: Jarinu, 20: Piracaia, 21: Tuiutí, 22: Amparo, 23: Pinhalzinho, 24: Morungaba, 25: Pedra Bela e 26: Monte Alegre do Sul. Em preto caminhos, vermelho linha férrea, em azul rio Atibaia e rio Jaguari. Elaboração: Danilo Fioritti.

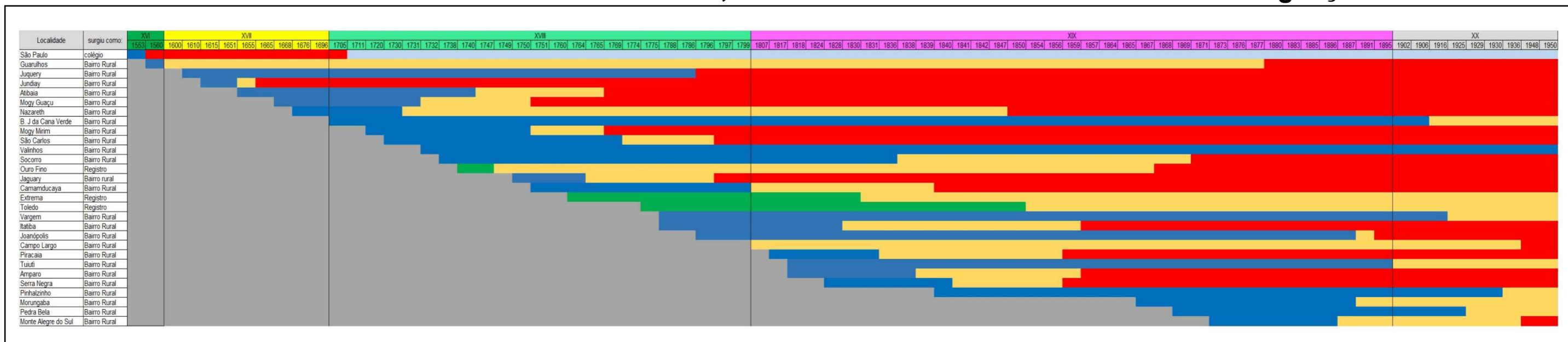
Pretende-se com este mapeamento e com a Tabela 25, enfatizar que na região de Bragança, em seu entorno imediato e nos caminhos até São Paulo, ainda há muito estudo a ser elaborado. A “lupa”, nesta tese, foi colocada no atual município de Bragança Paulista, do qual foi possível esclarecer sua formação, delimitações e relações fundamentais com a Igreja Católica, que trabalhou e contribuiu para a consolidação do território ora com alianças governamentais, ora não, mas sempre envolvida com a sociedade. Sociedade esta formada, inicialmente, em sua maioria, por posseiros e escravos distribuídos em pequenos sítios, as fazendas mistas, nos bairros rurais. Alguns posseiros, a partir da Lei de Terras de 1850, veem a possibilidade de registrarem suas propriedades; é chegada a hora de dividir definitivamente a sociedade em elite e trabalhadores do campo, o que se reforça com a chegada do café.

Bragança, que tem sua essência rural com produção agropastoril, inserida em uma política nacional de abastecimento, não deixa sua vocação de produtora de gêneros mistos com a chegada do café, produto que, no final do século XIX, redesenha o Estado de São Paulo economicamente e, também, através das conexões de trilhos. Estas chegam tardia e lentamente ao município de Bragança, mas, sem dúvida, são importante marco para o desenvolvimento. Nasce a Ferrovia Bragantina e morre o ramal bragantino gerido pela São Paulo Railway.

Dentro da urbanidade do município, elite agropastoril, fiéis e Igreja Católica atuam no início do século XX para desenvolver e garantir o “desenvolvimento”. A Igreja, nesse momento, atua no território rural promovendo por meio das Capelas Filiais um número expressivo de templos provisionados, trabalhando de forma intensa para que a instituição se mantenha forte e economicamente saudável.

Bairros rurais, caminhos, nós, Capelas Filiais, economia agropastoril, cafeicultura, famílias tradicionais, sociedade, ferrovia, demarcação do território, desmembramentos, distritos e outros são termos discutidos nesta tese, que auxilia na compreensão e amadurecimento da história urbana e da formação do território do município de Bragança Paulista

Tabela 25: Rede urbana desde o século XVI, saindo da Cidade de São Paulo sentido Bragança



- Juquery = atual Mairiporã
- São Carlos = atual Campinas
- Bom Jesus da Cana verde = atual Bom Jesus do Perdões
- Jaguary= atual Bragança
- Campo Largo = atual Jarinu

Cronologia Tabela 25:

- Século XVI.
- Século XVII.
- Século XVIII.
- Século XIV.
- Século XX.

Condição da localidade:

- Localidade não existia.
- Localidade em condição de **Bairro Rural**.
- Localidade em condição de **Registro**.
- Localidade em condição de **Freguesia**.
- Localidade em condição de **Vila**.
- Localidade em condição de **Cidade**.

Referências

ABREU, Mauricio de Almeida. *Geografia Histórica do Rio de Janeiro (1502 – 1700)*. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson Estúdio e Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro, 2010.

AGUIRRE, José de. *A Parochia*. São Paulo, Ed. 1919.

ALMEIDA, Ana Carolina Dionésio. *Formação do Território Sul Mineira: Núcleos Urbanos, Fazendas e Caminhos*. 2016. Dissertação (Mestrado em Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2016.

ALMEIDA, Carolina Farnetani de. *A rede urbana a oeste do rio Sapucaí em meados do século XVIII até 1833: conflito entre as capitanias, províncias e bispados de Minas Gerais e São Paulo*. 2019. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2019.

AMPARO (SP). Prefeitura Municipal de Amparo. Disponível em: <https://www.amparo.sp.gov.br/>. Acessado em outubro de 2020.

ANDRADE, Adriano Bittencourt. *O outro lado da Baía: a gênese de uma Rede Urbana Colonial*. Salvador: Ed. UFBA, 2013.

ANDRADE, Francisco Eduardo de. A conversão do sertão capelas e a governamentalidade nas Minas Gerais. *Varia historia*. Belo Horizonte, v. 23, n. 37, jan./Jun. 2007. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-87752007000100009>.

ANUNZIATA, Antonio Henrique Felice. *O patrimônio ferroviário e a cidade: a Companhia Mogiana de Estradas de Ferro e Campinas (1872-1971)*. 2013. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UNICAMP. Campinas, 2013.

ARQUIVO NACIONAL DO RIO DE JANEIRO (Rio de Janeiro). *Carta da Província de São Paulo de Carlos Rath*. Rio de Janeiro, 1.877. Escala 1:1. 500.000.

COMISSÃO Geográfica e Geológica do Estado de S. Paulo; Cidades, vilas, distritos de paz, bairros, fronteiras do Estado (Acordo de 6 de outubro de 1899) e fazendas da região. *Folha de Atibaia*. Edição provisória 1909. Impresso cor. São Paulo: Arquivo Público do estado de São Paulo. Tamanho 60x66, escala 1:100000.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO. *Carta Cartográfica da Capitania de São Paulo e seu “certão”*. Data aproximada informada pelo Arquivo Público do Estado de São Paulo: 1.764.

_____. *Maços de População da Vila de São João do Atibaya (1.765 a 1.796)*. São Paulo.

_____. *Maços de População da Vila de Nova Bragança (1.798 a 1.728)*. São Paulo.

_____. *Registro de Terras da Província de São Paulo*, v. 28, registros de 1.854 e 1.856. Bragança, 1985.

_____. *Carta provisória dos trabalhos effectuados na escala* Comissão Geographica e Geológica de São Paulo. Orville A. Derby, Chefe, publicada pela Secção Cartográfica da Companhia Lith- Hartmann-Reichenbach, São Paulo e Rio de Janeiro, s/d. Escala 1:600.000.

ARRUDA, José Jobson de Andrade. *Elo perdido a economia brasileira entre 1780 e 1830*. Paraíba, v. 1, pp. 1-5, 1993.

_____. Entrevista com José Jobson de Andrade Arruda. *Epígrafe*, [s.l: s.n.], 2015. DOI: <https://doi.org/10.1590/1980-4369e2020022>.

_____. A essencialidade agropastoril da economia colonial: a fazenda mista paulista. *História*, Assis, v. 39, pp. 1-19, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/1980-4369e2020022>.

BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. Os reinóis na população paulista às vésperas da Independência. *Oceanos*, Lisboa, v. 44, p. 22-36, 2000.

BACELLAR, Carlos de Almeida Prado; BRIOSCHI, Lucila Reis. *Na Estrada da Anhanguera: Uma Visão regional da História Paulista*. São Paulo: Ed. Humanitas, 1999.

BASSANESI, Maria Silvia C. Beozzo; BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. Levantamentos de População publicados da Província de São Paulo no século XIX. *Revista Brasileira de Estudos de População*, v. 19, n. 1, pp. 113-129, jan./jun. 2002.

BARLETTA, Amilcar. *Conhecendo a Região Bragantina*. v. I, II e III. Bragança Paulista: Universidade São Francisco, 2000.

BLAJ, Ilana. *A trama das tensões: o processo de mercantilização de São Paulo colonial (1681-1721)*. Ed. Humanitas: Fapesp, 2002.

BIBLIOTECA LUSO BRASILEIRA. *Carta chorographica da provincia de Minas Gerais: coordenada e desenhada em vista dos mappas chorographicos antigos e das observações mais recentes de vários engenheiros*. Coleção Benedito Ottoni, 1863.

BIBLIOTECA NACIONAL DO RIO DE JANEIRO. *Costa do Brasil desde a ponta de Itapetininga, São Paulo, até o rio Imbou ao sul da Ilha de Sta. Catarina, 1750*. Rio de Janeiro, mapa.

BORSOI, Diogo Fonseca. *Nos traços do Cotidiano: Cunha entre Vilas de Serra Acima e os Portos da Marinha (1776 – 1817)*. 2013. Dissertação (Mestrado em Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira. Decifrando Mapas: Sobre o Conceito de “Território” e suas Relações com a Cartografia. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, vol. 12, n. 1, 2009.

_____. Dilatação dos confins: caminhos, vilas e cidades na formação da Capitania de São Paulo (1532-1822), *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, vol. 17, n. 2, 2009.

_____. Dos Caminhos da história da urbanização no Brasil-colônia. *Anais do Museu Paulista*, São Paulo, vol. 20, n. 1, 2012.

CALDEIRA, João Netto. *Nossas Riqueza, Município de Bragança*. Editora Empresa Commercial de Propaganda Brasil, São Paulo, 1929, p. 335.

CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGANCA PAULISTA. *Câmara do Município de Bragança Paulista: trajetória e identidades, 1797-1997*. Bragança Paulista: Câmara do Município, 1998.

CARVALHO, José Murilo de. Modernização frustrada: a política de terras do Império. *Revista Brasileira de História*, São Paulo: Anpuh, v. 1, n. 1, pp. 39-57, mar. 1981.

_____. *Os bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

CENTER FOR RESEARCH LIBRARIES. *Documentos com que o Illustrissimo e Excellentissimo Senhor Dr. José Antonio Saraiva, presidente da Província de S. Paulo, instruiu o relatório da abertura da Assembléa Legislativa Provincial do dia 15 de fevereiro de 1885*. Disponível em:

http://ddsnext.crl.edu/titles/186?terms=1855&item_id=5089#?h=1855&c=4&m=23&s=0&cv=57&r=0&xywh=-1142%2C-1%2C3787%2C2672. Acesso em outubro de 2020.

COMISSÃO Geográfica e Geológica do Estado de S. Paulo; Cidades, vilas, distritos de paz, bairros, fronteiras do Estado e fazendas da região. Acordo de 6 de outubro de 1909. *Folha de Bragança Paulista*. Edição provisória 1909. São Paulo: Arquivo Público do Estado de São Paulo. Impresso cor. Tamanho 60x66, escala 1:100000.

_____. Acordo de 6 de outubro de 1900. *Folha de Campinas*. Edição provisória 1909. São Paulo: Arquivo Público do Estado de São Paulo. Impresso cor. Tamanho 60x66, escala 1:100000.

_____. Acordo de 6 de outubro de 1908. Folha de Jundiahy. Edição provisória 1909. São Paulo: Arquivo Público do Estado de São Paulo. Impresso cor. Tamanho 60x66, escala 1:100000.

CORDOVA, Vitor Sartori. *Casa, mundo, quintal: ser-arquitetura-da-arquitetura no modo de vida caipira*. Tese (Tese em Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2018.

CORREA, Roberto Lobato. *A Rede Urbana*. São Paulo: Ed. Ática, 1989.

COSTA FILHO, Miguel. *A Cana de Açúcar em Minas Gerais*. Rio de Janeiro: Instituto do Açúcar e do Alcool, 1963.

COSTA, Hernani Maia. *O Triângulo das Barreiras (as barreiras do Vale do Paraíba Paulista, 1835 – 1860)*. São Paulo: FFLCH, 2001.

ASPRINO, Cyro Junior. *Anuário de Bragança Paulista para 1904*. São Paulo: Tipografia Andrade e Mello, 1903.

DAMETTO, Katia Savaris. *Formações urbanas: a transformação do parcelamento agrícola em urbano em colônias do estado do Rio Grande do Sul – século XIX*. 2019. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade Meridional – IMED, Passo Fundo, 2019.

DERNTL, Maria Fernanda. *Método e Arte: Criação Urbana e Organização Territorial na Capitania de São Paulo, 1765-1811*. 2010. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

EXTREMA. Prefeitura Municipal de Extrema. Disponível em: <https://www.extrema.mg.gov.br/>. Acesso em outubro de 2020.

FERREIRA, Rafael Augusto Silva. *Entre Fronteiras e Conflitos: Aspectos fundiários -da Formação do Sertão do Rio Pardo 1775-1865*. 2017. Dissertação Mestrado em Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2017.

FONSECA, Claudia Damasceno, *Arraiais e Villas d'el Rei: Espaço e poder nas Minas setentistas*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2011.

FUNDAÇÃO SEADE. *Tabelas, Quadros e Figurativos*. São Paulo, 2014. Disponível em: www.cidades.ibge.gov.br/painel/historico_

_____. *Memórias Estatísticas e Demográficas dos Municípios Paulistas*.

GARRIDO, Felipe de Moura. *Produção, Comércio e tensões nas Vilas do Norte da Capitania de São Paulo (1788 – 1808)*. 2012. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual Paulista, Franca, 2012.

GIMENES, Max Luiz. Entre parceiros e companheiros: por uma releitura política de Os parceiros do Rio Bonito, de Antonio Candido. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, Brasil, n. 69, p. 418-425S, abr. 2018.

GONÇALVES, Paulo Cesar; OLIVEIRA, Lélío Luiz de; MONT SERRATH, Pablo Oller. São Paulo e os sentidos da colonização. *História*, vol.39, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/1980-4369e2020020>.

JUCÁ NETO, Clovis Ramiro. *Primórdios da Urbanização no Ceará*. Fortaleza: Ed. UFC, 2013.

LAURITO, Domingos; MARTINS, Nelson Silveira. *Bragança 1763-1942*. Coleção São Paulo através da História. São Paulo: Ed. Mario M. Ponzini e Cia., 1943.

LEITE, Beatriz Westin de Cerqueira. *Região Bragantina: estudo econômico social (1653-1836)*. 1974. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 1974.

LENHARO, Alcir. *As Tropas da Moderação: o abastecimento da Corte na formação da política do Brasil (1808 – 1842)*. 2. ed. Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esporte, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural. Divisão de Editoração, 1993.

LEPETIT, Bernard. *Por uma nova história urbana*. Seleção de textos, revisão crítica e apresentação Heliana Angotti Salgueiro. Tradução: Cely Arena. São Paulo: Edusp, 2001.

LIMA, José Maximo Pinheiro. *Anuário de 1901*. Bragança Paulista: Centro de Apoio a Pesquisa em História (CDAPH) da Universidade São Francisco.

LIMA, Roberto Pastana Teixeira. *Cidade irracional: Amparo um projeto urbanístico do “oitocentos”*. Campinas: UNICAMP, 1998.

MATHIAS, Luiz Gonzaga Pires. *Em busca dos marcos perdidos*. Bragança Paulista: Universidade São Francisco, 1999.

MARX, Murillo. *Cidade no Brasil Terra de Quem?* Campinas: Ed. Unicamp, 1991.

MELLO, Maria Tereza Chaves de. A modernidade republicana. *Tempo*, vol.13, n. 26, p.15-31, 2009. ISSN 1980-542X. DOI:http://dx.doi.org/10.1590/S1413-77042009000100002_

MENDES, Marcos Amaral. Devoção e Território: A Irmandade de São Benedito em Cuiabá (1722-1897). *Revista Território e Fronteira*, v. 4, n. 1, jan./jul. 2011.

DOI: <http://dx.doi.org/10.22228/rt-f.v4i1.89>.

MENEGALDO, Ana Beatriz Fernandes. *Entre o rural e o urbano: o Barão de Itapura como agente modelador da cidade de Campinas, SP (1869-1902)* Dissertação (Mestrado em Urbanismo) 2019 - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2019.

MICHELI, Marco Volpini. *São Paulo: diversificação agrícola, consolidação interna e integração no mercado atlântico (1765-1821)*. 2018. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

MOREIRA, Ruy. *Formação Espacial Brasileira: uma contribuição crítica a geografia do Brasil*. São Paulo: Ed. Consequência, 2012.

MOTTA, Márcia M. *Nas Fronteiras do Poder: Conflito e Direito à Terra no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 1998.

MULLER, Daniel Pedro. *Ensaio d'um quadro estatístico da Província de S. Paulo: ordenado pelas leis provinciais de 11 de abril de 1836 e 10 de março de 1837*. 3. ed. facsimilada. São Paulo: Governo do Estado, 1978.

NAGAY, Júlio Hidemitsu Corrêa. Café no Brasil: dois séculos de História. *Formação Econômica*, Campinas, (3), pp.17-23, jun. 1999.

NOZOE, Nelson. *Sesmarias e Aposseamento de Terras no Brasil Colônia*. São Paulo: Anpec, 2005.

NUNES, Carolina Gonçalves. *Formação do Território e Espaço Urbano de Bragança Paulista: dos Primórdios a 1830*. 2017. Dissertação (Mestrado em Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2016.

PEDRA BELA. Prefeitura Municipal Pedra Bela. Disponível em:

<https://www.pedrabela.sp.gov.br/>.

PEREIRA, Larissa de Souza. *As Fazendas do Sul de Minas e a formação do Território: 2017*. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2017.

PICCINATO JÚNIOR, Dirceu. *Terra Urbana, patrimônio fundiário: uma análise histórica da apropriação do solo na configuração do urbano no nordeste paulista (1800 a 1930)*.

2012. Dissertação (Mestrado em Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2012.

_____. *Em chão Urbano, o Senhorio é santo: Urbanização e Aforamento de Terras no Bispado do Ribeirão Preto Entre o Brasil Império e a Primeira República*. 2016. Tese (Doutorado em Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2016.

PINHALZINHO (SP). Prefeitura Municipal de Pinhalzinho. Disponível em:

<https://www.pinhalzinho.sp.gov.br/>.

PODELESKI, Onete da Silva. Leis de Terras 1850. *Revista Santa Catarina em História*, Florianópolis, 2009. ISSN 1984-3968.

POLITO, Jéssica de Almeida. *Paisagem Mogiana: Transitoriedades e Resistências na Configuração de um Território*. 2018. Tese (Doutorado em Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2018.

PRADO JR., Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 2000.

RAGO, Margarete. As mulheres na historiografia Brasileira. Publicação original: SILVA, Zélia Lopes (org.). *Cultura Histórica em Debate*. São Paulo, 1995.

RATH, Frederico José Carlos. *Ensaio de uma descrição topográfica, estatística, geognóstica e descrição da história natural da Província em geral e particular, acompanhando o Mapa relevo dos dois Municípios de BRAGANÇA E ATIBAIA etc. da COMARCA de CAMPINAS ou S. CARLOS – 1854*. Levantado e medido astronômica e trigonometricamente, por ordem do Governo da Província de São Paulo, Imo. Exmo. Sr. Vice Presidente, Conselheiro Carlos Carneiro de Campos e o Ilmo. Exmo. Sr. Presidente Dr. Josino do Nascimento e Silva. São Paulo, 1854.

REIS, Déborah Oliveira Martins dos. Paisagem agrária no entorno da capital de São Paulo: estruturas produtiva e fundiária em Bragança, Mogi das Cruzes e Jacareí, 1803-1829/30. *História*, v. 39, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/1980-4369e2020025>.

REIS FILHO, Nestor Goulart. *Evolução Urbana no Brasil*. São Paulo: Ed. Pioneira, 1968.

_____. *Imagens de Vilas e Cidades do Brasil Colonial*. São Paulo: Ed. Edusp, 2001.

_____. *As Minas de Ouro e a Formação das Capitânicas do Sul*. São Paulo: Ed. Via das artes, 2013.

_____. *O Caminho do Anhanguera*. São Paulo: Ed. Via das artes, 2014.

REPERTÓRIO das Sesmarias, ed. Fac-Similar *concedida pelos Capitães Gerais da Capitania de São Paulo no Período de 1721 a 1821*. São Paulo: Secção Histórica do Departamento do Arquivo do Estado, 1994.

REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA. Rio de Janeiro: IBGE, 1939- . 1982-1992. ISSN 0034-723X. ACTA CIRÚRGICA BRASILEIRA. São Paulo: Sociedade Brasileira para o Desenvolvimento da Pesquisa em Cirurgia, 1997- . ISSN 1678-2674 versão online. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_serial&pid=0102-8650&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 22 ago. 2013.

RIBEIRO, André. *Uma Janela para a Serra: História de Extrema*. Extrema: Portal de Minas, 2008.

SALGADO, Ivone; PEREIRA, Renata Baesso. A formação da rede urbana como estratégia de definição da fronteira entre as Capitânicas de Minas Gerais e de São Paulo na segunda metade do século XVIII. *LABOR & ENGENHO*, v. 11, pp. 218-241, 2017. DOI: <https://doi.org/10.20396/labore.v11i3.8649253>.

SAMPAIO, Iara Fioravanti. *Formação de Rede Urbana e Fundação de Cidades na Região de Itu (1796 a 1830)*. 2015. Dissertação (Mestrado em Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2015.

SEMEGHINI, Ulysses. *Do café à indústria: Uma cidade e seu tempo*. Campinas: Ed. Unicamp, 1991.

SILVA, Felipe Nery de Siqueira. *Os Siqueiras de Bragança Paulista*. Ed. Edigraf. São Paulo, 1963

SOCORRO. Prefeitura Municipal de Socorro. Disponível em: <https://www.socorro.sp.gov.br/>.

SOUZA, Adelita Araújo de. Lógica de organização territorial Guarani e as sobreposições produzidas pelos processos de urbanização. 2017. Dissertação (Mestrado em Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2017.

SOUZA, Sandra Aparecida. *“El Terrible Anarquista” Joseph Jubert: por entre Rastros, Memórias e Histórias*. 2016. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade São Francisco, Itatiba, 2016.

TEIXEIRA, Paulo Eduardo. A colonização e a economia açucareira em Campinas, 1765 a 1829. *História*, v. 39, 2020. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1980-4369e2020024>.

TOLEDO (MG). Prefeitura Municipal de Toledo. Disponível em:
<https://www.toledo.mg.gov.br/>.

TORRÃO, Amílcar Filho. História urbana. A configuração de um campo conceitual. V. 7 N. 1 (2015): JAN./JUN.- DOSSIÊ HISTÓRIA URBANA: A CONFIGURAÇÃO DE UM CAMPO CONCEITUAL. 2015.

TOPALOV, Chistian; BRESCIANI, Stella; LILLE, Laurent Coudroy; D'ARC, Helene Riviere. *A aventura das Palavras da cidade, através dos tempos, das línguas e da sociedade*. São Paulo: Ed. Romano Guerra, 2014.

TUIUTI. Prefeitura Municipal de Tuiuti. Disponível em: <https://www.tuiuti.sp.gov.br/>.

VARGEM (SP). Prefeitura Municipal de Vargem. Disponível em:
<https://www.vargem.sp.gov.br/>.

VILLANUEVA, Ana Aparecida Rodrigues. Os Marcos Geográficos Como Referências Na Ocupação Do Território Paulista: O caso do morro do Lopo e os núcleos urbanos no “Caminho de Atibaia”, no século XVII. Campinas, 2010. Disponível em:
<http://www.ifch.unicamp.br/ciec/revista/artigos>.

VON WEICH, J. Friedrich. *Agricultura e o Comércio no sistema Colonial*. São Paulo: Ed. Martins Fontes, 1992.

ANEXO 1

Lista nominal dos moradores que solicitaram registro de
terras (1854-1856)

n°	Bairro rural ÁGUA CUMPRIDA	Folha	Solicitou também no bairro
1	Elisbão José de Souza	3	
2	Jacinto Ignácio de Souza	7	Lopo
3	Joanna Maria de Oliveira	7	
4	Joaquim de Souza Cezar	8	
5	Joaquim Joaquim de Souza Cezar	9	
6	José Jacinto de Medeiros	11	Rego
7	Luiz Gonzaga de Moraes	13	
8	Marianno de Serqueira Cezar	14	
9	Nossa Senhora da Conceição	15	
10	Quintiliano da Silva Pinto	16	
	Bairro rural ALTO DA SANTA CRUZ	Folha	
1	José Antonio de Oliveira	11	Uberaba
	Bairro rural ANHUMAS	Folha	
1	Albina Maria de Jesus	1	
2	Alexandre de Andrade e Silva	1	
3	Anna Jacinta de Almeida**	1	
4	Anna Jacinta de Almeida**, tutora dos filhos José, Justino e Gertrudes	1	
5	Anna Rosa d'Assunção	1	
6	Antonio José de Toledo	1	
7	Antonio Manuel da Silva Leme	2	
8	Antonio Ferreira de Jesus	1	
9	Antonio de Carvalho	2	
10	Barnabé Leme de Moraes e Silva	2	Pântano, Campestre, Campanha e Beira do Campo

11	Beraldo Inicencio de Oliveira	3	
12	Braz de Andrade e Silva	3	
13	Custódia Maria de Jesus	3	
14	Custódio José de Oliveira	3	
16	Cypriano José de Moraes	3	
17	Dionizia Maria de Jesus	3	
18	Escolástica Maria das Dores	4	
19	Felisberto Alves de Siqueira	4	
20	Francisco Antonio da Silva Leme	4	
21	Francisco Ferreira da Silva	4	
22	Francisco Pedrozo de Moraes	4	
23	Francisco Lisboa Pires	5	
24	Francisco Moreira da Silva	5	
5	Frutuoso Pires Cardozo**	5	
26	Frutuoso Pires Cardozo**	5	
27	Gertrudes Maria de Oliveira	5	
28	Gertrudes Angelica	5	
29	Ignácio Correa Pinto	6	
30	Jacinto Ozório de Locio Silva	7	Araras
31	Jacinto Leme da Silva	7	
32	João Francisco de Oliveira Lima	7	
33	João Francisco de Oliveira	8	
34	João Cardoso Pinto	8	
35	João Batista Ferreira	8	
36	João Batista de Oliveira	8	
37	João Oliveira Dorta, tutor de José**	8	
38	João Oliveira Dorta, tutor de José**	8	

39	Joaquim Antonio Leme	8	
40	Joaquim Antonio de Oliveira Ferreira	9	
41	Joaquim Bento de Oliveira	9	
42	Joaquim Floriano Pinto	9	
43	Joaquim Pinheiro de Souza	9	
44	Joaquim (escravo)	9	
45	José Miguel de Sant'ana e filhos	9	
46	José Gonçalves de Oliveira Cezar	10	
47	José Antonio de Simas	10	
48	José Antonio Mariano da Silva	10	
49	José Antonio de Moraes	10	
50	José Antonio da Silva	10	
51	José Ferreira da Silva	10	
52	José Domingues de Oliveira	10	
53	José de Oliveira Preto	10	Araras
54	José Moreira da Silva	10	
55	José Fedro Franco	10	
56	José Francisco de Melo	10	
57	Manuel Alves de Siqueira	13	
58	Manuela Antonia da Silva	14	
59	Manuela de Oliveira Dorta	14	
60	Manuela de Oliveira	14	
61	Maria do Carmo de Toledo	14	
62	Maria da Purificação	14	
63	Maria das Dores	14	
64	Pedro Correa Marques**	15	
65	Pedro Correa Marques**	15	

66	Pedro Godoy da Silva	15	
67	Pedro Antonio Leme	15	
68	Thereza Pinto	17	
69	Thereza Maria de Jesus*	17	Pitangueras
70	Vicente Pereira de Jesus	17	
71	Zeferino Pereira	17	
72	Manuel Joaquim de Alvarenga	13	
73	Manuel José Rabello	13	
	Bairro rural ARARAS	Folha	
1	Albina Cartorina	1	
2	Albino Leme da Silva	1	
3	Albino Pinto de Oliveira	1	
4	Anna de Souza	1	
5	Anna de Macedo	1	
6	Anselmo Xavier Ferreira	1	
7	Antonio Joaquim da Silva	2	
8	Antonio Rodrigues Gonçalves	2	
9	Antonio Gomes de Jesus	2	
10	Antonio Cardozo	2	
11	Berliana Pereira	3	
12	Chistina Maria de Godoy	3	
13	Claudino Martins Barboza*	3	
14	Claudino Martins Barboza*	3	
15	Claudino Martins Barboza* tutor de Francisca	3	
16	Clemencia Maria de Jesus	3	
17	Damazio Godoy Moreira	3	
18	Delphim Domingues de Godoy*	3	

19	Delphim Domingues de Godoy*	3	
20	Felippe da Costa Franco	4	
21	Fidelis Pereira	4	
22	Francisco de Oliveira Preto	4	
23	Francisco Pinto de Moraes	5	
24	Francisco Antonio Rodrigues*	5	
25	Francisco Antonio Rodrigues*, Inventariante dos órfãos de Izabel Cardozo de Lima*	5	
26	Gertrudes Golçalves	6	
27	Herdeiros de Izabel Cardozo de Lima	6	
28	Ignácio Souza de Moraes	6	
29	Ignácio Oliveira Dorta	6	
30	Jerônimo Francisco de Oliveira	7	
31	Jesuina Justina Mariana Feruche	7	Posse, Phelipão, Lucas e Morro Vermelho
32	Joanna Cardozo de Oliveira*	7	
33	Joanna Cardozo de Oliveira*, tutora de seu filho José Bueno de Oliveira	7	
34	Joanna de Siqueira	7	
35	João de Oliveira Preto*	7	
36	João de Oliveira Preto*, tutor de Manuel Moraes	7	
37	João Cunha de Moraes, tutor de João Pires Oliveira	7	
38	João Cunha de Moraes	7	
39	João Joaquim Bueno	8	
40	João Pedro Rodrigues	8	
41	João Gomes de Moraes	8	
42	João Baptista de Oliveira	8	
43	João de Oliveira Dorta	8	
44	Joaquim Antonio Pinto	8	
45	Joaquim da Cunha de Moraes	8	

46	Joaquim Rodrigues Bueno	9	
47	Joaquina Maria de Jesus*	9	
48	Joaquina Maria* e filhos	9	
49	José Gonçalves	10	
50	José de Oliveira Preto*	10	Anhumas
51	José Rodrigues de Siqueira	11	Rio Abaixo
52	José de Oliveira Preto*	11	
53	José Luiz Teixeira de Miranda	11	
54	José Luiz Cardozo	11	
55	José Rodrigues de Moraes	11	
56	José Francisco Bueno	11	
57	José Pinto de Oliveira	12	
58	José Rodrigues	12	
59	Lauriano Correa Lopes	12	
60	Leduvina Cardozo	12	
61	Lino José de Almeida	12	
62	Lorenço de Oliveira Preto	12	
63	Lucio da Silva Pedrozo, tutor de Maria	12	
64	Lucio da Silva Pedrozo, tutor de Roza Alves	12	
65	Luiz Manuel da Silva Leme	13	Ponte Alta e Rio Acima
66	Manuel de Oliveira Preto	13	
67	Manuel Antonio de Castro**, tutor de órfãos	13	
68	Manuel Antonio de Castro**	13	
69	Maria Bernardina	14	
70	Maria Roza do Carmo	14	
71	Maria de Lima	14	
72	Maria Cardozo	14	

73	Maria Custódia Franca	14	
74	Maria Roza de Jesus	14	
75	Marianno de Siqueira Franco*	15	
76	Marianno de Siqueira Franco*, tutor de Antonio da Silva (Demente)	15	
77	Marianno de Siqueira Franco*	15	
78	Miguel da Cunha (tutor de seus filhos)	15	
79	Pedro Antonio Machado	15	
80	Pedro de Oliveira Preto	15	
81	Pedro Luis Cardoso	15	
82	Pedro de Siqueira Franco	15	
83	Policena Cardozo	16	
84	Raphael de Oliveira Preto	16	
85	Ricarda Maria de Lima	16	Lopo
86	Silverio de Godoy Moreira Alves	16	
87	Vicente Antonio	17	
88	Victorina Barboza de Lima	17	Várzea Grande
	Bairro rural ARRAIAL	Folha	
1	Adão José de Moraes, tutor do órfão Benedito	1	
2	Aleixo Gonçalves de Godoy	1	
3	Antonio de Lima Bueno	2	
4	Antonio Francisco Rodrigues	2	
5	Antonio Pedro Xavier	2	
6	Benedito Antonio de Godoy	3	
7	Celestino Bueno de Oliveira	3	
8	Firmino de Godoy Bueno	4	
9	Francisca Antonia de Lima	4	Ribeirão (sem maior referência)
10	Francisca Roza*	4	

11	Francisca Roza*, tutora do órfão Salvador	4	
12	Francisco Antonio de Lima	4	
13	Francisco Antonio Marques	4	
14	Francisco Antonio Cardozo	5	
16	Francisco Antonio Gonçalves	5	
17	Francisco Pires Monteiro	5	
18	Generozo Antonio de Lima	5	
19	Joaquim Antonio de Lima	9	
20	José Luiz de Campos	11	
21	Lucio Luciano Fagundes Peruche	12	
22	Marcos Evangelista do Amaral	14	
23	Pedro de Godoy Bueno	15	
24	Salvador Gonçalves de Moraes	16	
25	Thereza Maria de Jesus	17	
	Bairro rural BEIRA DO CAMPO	Folha	
1	Barnabé de Moraes e Silva	2	Anhumas, Pântano, Campestre e Beira do Campo
	Bairro rural BOA VISTA	Folha	
1	João de Souza Oliveira	7	
2	Joaquim Souza Cezar	8	
3	José Joaquim de Oliveira	12	
4	Nicolau Cerqueira Bueno**, tutor de Camilo	15	
5	Nicolau Cerqueira Bueno**	15	
6	Pedro Antonio de Oliveira	15	
7	Peácido Ferreira Bueno	16	Guaripocaba
	Bairro rural BOCA DA MATTA	Folha	
1	Agostinho Pedrozo de Moraes Leme	1	Campanha do Toledo
2	Barnabé Leme de Moraes e Silva	3	

3	Felisberto Gomes de Azevedo	4	
4	Francisco de Moraes Cunha	4	
5	Herdeiros de Maria Thereza de Jesus	6	Campanha de Toledo
6	João Gomes Moreira	8	
7	José Frederico de Moraes Leme e herdeiros	10	Campanha de Toledo
8	Manuel Gomes de Azevedo	13	
9	Manuel Jacintho de Madeiros	13	
10	Thereza de Almeida Lara	17	
	Bairro rural CACHOEIRINHA	Folha	
1	Frutuoso Vieira de Toledo	5	
2	João Rodrigues de Siqueira, tutor de Raymundo	8	
3	Joaquim Gomes Moreira**	9	
4	Joaquim Gomes Moreira**	9	
5	Joaquim Gomes Moreira**	9	
6	Manuel Ayres de Moraes	13	
7	Roque de Souza Moraes	16	
	Bairro rural CAETÉ	Folha	
1	Joaquina da Conceição e herdeiro de João Batista Tavares	1	Forão
2	Antonio Rodrigues de Moraes	2	
3	Claudio de Souza**	3	
4	Claudio de Souza**	3	
5	Francisco Gomes Moreira	5	Campanha
6	Ignácio Ferraz de Araujo	6	
7	Joanna Maria das Neves	7	
8	João de Siqueira	8	
9	João Pedro de Siqueira	8	
10	José de Siqueira	10	

11	Manuel de Siqueira Brito	13	
12	Manuel Baptista Tavares	13	
13	Vicente Simões e seus irmãos	17	
	Bairro rural CAMONDOCAIA	Folha	
1	Antonio Camillo Ramalho	2	
	Bairro rural CAMPANHA DO TOLEDO	Folha	
1	Agostinho Pedrozo de Moraes Leme	1	Boca da Matta
2	Aleixo de Oliveira Dorta	1	
3	Francisco Gomes de Moraes	4	
4	Herdeiros de Maria Thereza de Jesus	6	Boca da Matta
5	José Frederico de Moraes Leme e Herdeiros	10	Boca da Matta
6	José Dias de Moraes Leme	10	
7	José Antonio de Moraes	10	
8	Manuel Jacintho de Lima	13	
9	Manuel Antonio Moreira	13	
10	Manuel Francisco da Silva	13	
	Bairro rural CAMPANHA	Folha	
1	Antonia Gomes de Moraes	1	
2	Barnabé de Moraes e Silva	2	Anhumas, Pântano, Campestre e Beira do Campo
3	Francisco Gomes Moreira	5	Caeté
4	Francisco Antonio de Lima e irmãos	5	
5	Ignácia Domingues de Oliveira	6	
6	Jacintho Nunes de Moraes	7	
7	João Mariano Gonçalves	7	
8	Joaquim Antonio Cardozo	9	
9	José de Souza Moraes	11	
10	José Maria de Souza	12	

11	José Pedrozo de Moraes, tutor de Cyrillo	12	
12	José Pedrozo de Moraes Leme, tutor de Fermino	12	
13	Manuel Jacintho de Toledo	13	
14	Manuel José Gonlaves	13	
16	Manuel Joaquim Domingues**, tutor de Fermino	13	
17	Manuel Joaquim Domingues**	13	
18	Manuel Joaquim Domingues**, tutor de Antonio	13	
19	Manuela Maria do espirito Santo	14	
	Bairro rural CAMPESTRE	Folha	
1	Alexandre da Silva Pinto	1	
2	Barnabé Leme de Moraes e Silva	2	Anhumas, Campanha, Pântano e Beira do Campo
3	Francisco Gomes Moreira e outros	5	
4	João da Cunha de Godoy	8	
5	João José Pinto	8	
6	Joaquim Theodoro da Silva	9	
7	Joaquim de Sant'anna	9	
8	José Theodoro da Silva	10	
9	José Antonio Gonçalves**, tutor das órfãs Gertrudes e Emilia	11	
10	José Antonio Gonçalves**	11	
11	José Correa Pinto, tutor dos órfãos Manuel, Pedro, Francisco e Desiderio	11	
12	Marcellino Cardozo de Moraes	14	
13	Marianno Cardozo Moraes	15	
14	Miguel Borges de Almeida	15	
15	Pedro Antonio de Oliveira	15	
	Bairro rural CAMPO DA PONTE	Folha	
1	Genoveva Rorigues	5	Rio Abaixo e Rio Jaguari
	Bairro rural CAMPO DA SERVIDÃO	Folha	Solicitou no bairro

1	Antonio Cardozo de Oliveira	1	Rio Abaixo
	Bairro rural do CAMPO NOVO	Folha	
1	Anna Franca da Silva	1	
2	Antonio Bueno de Godoy	1	
3	Antonio Franco Barbosa	1	
4	Antonio Marianno Gonçalves	1	
5	Antonio Caetano de Mello	2	
6	Antonio Gonçalves de Araujo	2	
7	Antonio José de Godoy**	2	
8	Antonio José de Godoy**	2	
9	Antonio José de Godoy**	2	
10	Antonio Mendes do Couto	2	
11	Antonio José do Amaral	2	
12	Braz da Silva Brandão e tutor	3	
13	Caetana Franco e seus filhos	3	
14	Francisco de Paula Bueno	4	
15	Francisco José Cardozo	4	
16	Francisco Antonio Ferreira	4	
17	Francisco José da Motta*	5	Couto
18	Francisco de Araujo Braga*	5	
19	Gartrudes Maria de Jesus	6	
20	(herdeiros) Francisco Antinio de Ávila	6	Forão e Couto
21	Ignácio Ferraz de Araujo	6	
22	João Antonio Leme	7	
23	Baptista de Oliveira tutor de Ana, Joquim e Francisco*	7	
24	João de Souza Guimarães	8	
25	João Francisco Cardozo	8	

26	João de Souza Dias Guimarães **	8	
27	João de Souza Dias Guimarães **	8	
28	Joaquim Fereira de Souza	9	
29	Joaquim Bueno de Godoy	9	
30	Joaquim José de Toledo	9	Córrego Aguada
31	Joaquina Franca de Oliveira e irmãos	9	
32	José Alves	10	
33	José da Silveira Franco	10	
34	José Pedro de Godoy	10	
35	José Gonçalves de Lima	10	
36	José Pedrozo Pinto	10	
37	José Antonio de Siqueira	11	
38	José Joaquim de Oliveira	11	
39	José Francisco Pires	11	
40	José Antonio de Camargo	11	
41	José Domingues de Godoy	12	
42	José Pinto da Silva	12	
43	José Joaquim de Oliveira	12	
44	Jozepha Bueno Ferreira	12	
45	Lauriano Souza de Moraes	12	
46	Ledubina Alves	12	
47	Lucas Furquim de Campos	12	
48	Manuel José de Oliveira	13	
49	Manuel Rodrigues Pontes	13	
50	Manuel Francisco do Espírito Santo	13	
51	Manuel José Lopes	13	
52	Manuel José Chaves	13	

53	Manuel José Chaves	13	
54	Manuel José de Camargo	13	
55	Manuel José de Camargo	13	
56	Manuela de Lima Bueno	14	
57	Maria Anna de Jesus	14	
58	Maria de Sant'anna	14	
59	Maria Alves	14	
60	Maria de Godoy	14	
61	Marinha Maria	15	
62	Pedro Alves Barboza	15	
63	Roberto José de Moraes	16	
	Bairro rural CANIVETE	Folha	
1	Antonio Pires Cardozo	1	
2	Antonio Rodrigues de Moraes e Irmãs- Joanna e Anna	2	
3	José e Candida (Antonio Joaquim Mourão)	2	
4	Bento da Silva	3	
5	Francisco Antonio Torquato*	4	Rio Abaixo
6	Francisco Xavier da Silva	4	
7	Francisco José da Motta, tutor de Antonio	5	
8	Henrique de Adão Rodrigues Pereira	6	
9	João Antonio da Silva	8	
10	Jacinto do Amaral Pinto	10	
11	José Alves de Siqueira*	11	Guaripocaba
12	José Francisco Gonçalves	11	
13	José Jacinto do Amaral Pinto	12	
14	Luíz Gonzaga de Moraes	13	
15	Manuela Maria de Jesus	14	

16	Quintiliano da Silva Pinto	16	
	Bairro rural do Couto	Folha	
1	Amaro de Camargo Moraes	1	
2	Antonio Rodrigues Ferraz**	2	
3	Antonio Rodrigues Ferraz**	2	
4	Antonio Machado Bueno	2	
5	Francisco Bueno	4	
6	Francisco José da Motta*	5	Campo Novo
7	Francisco de Araujo Braga*	5	Campo Novo e Forão
8	Gertrudes Maria do Espirito Santo	6	
9	José Bueno de Godoy	10	
10	Luiz Gonzaga de Moraes	12	
11	Manuel Pires de Oliveira	14	
	Bairro rural CURRALINHO	Folha	
1	Francisca das Chagas	4	
2	José Vaz, tutor de Francisco	12	
	Bairro rural ESTIVA	Folha	
1	Anna Maria de Jesus	1	
2	Anna Pereira Ramos	1	
3	Antonia Maria Barbosa	1	
4	Antonio Francisco do Nascimento	2	
5	Bento da Rocha Lima	3	
6	Francisco Antonio de Toledo	4	Rio Abaixo
7	Henrique da Rocha Lima**	6	
8	Henrique da Rocha Lima**	6	
9	Henrique da Rocha Lima**	6	
10	Jacinto Antonio de Simas	7	

11	João Félix de Simas	7	
12	Joaquim Floriano de Oliveira	8	
13	Joaquim de Oliveira Preto	8	
14	Joaquim Maria do Espirito Santo	9	
16	José Maria de Toledo	11	
17	Josapha Antonio de Mattos	12	
18	Lucio Floro da Cunha	12	
19	Modesto Antonio Cardoso	15	
20	Theotonio Alves de Souza	17	
	Bairro rural FAZENDA VELHA	Folha	
1	Lauriano Pires Penteado	12	
2	Salvador Domingues de Siqueira	16	
	Bairro rural FORÃO	Folha	
1	Joaquina da Conceição e herdeiro de João Batista Tavares	1	Caeté
2	Antonio Joaquim Franco	2	
3	Antonio José de Souza	2	
4	Francisco de Souza	4	
5	Francisco de Araujo Braga*	5	Couto e Campo Novo
6	Isaias Rodrigues	6	
7	José Franco de Godoy	10	
8	José de Souza	10	
9	José Cunha Magalhães	11	
10	José Ivo de Souza Pinto	12	
11	Zeferino Lopes de Godoy	17	
	Bairro rural GODOYS	Folha	
1	Lucio Luciano Peruche, tutor de Emilia		
	Bairro do rural GUARIPOCABA	Folha	

1	Antonio Joaquim Mourão	1	
2	Antonio Joaquim Leme	2	
3	Antonio Cardozo de Oliveira	2	
4	Candido de Oliveira Cezar	3	
5	Cyrillo de Almeida Leme	3	
6	Domingos Tertuliano Peixoto Leme	3	
7	Francisco Emilio da Silva Leme	4	
8	Francisco Antonio de Carvalho	4	
9	Francisco da Cunha Salles	5	
10	Frutuozo de Oliveira Dorta**	5	
11	Frutuozo de Oliveira	5	
12	Frutuozo de Oliveira Dorta**	5	
13	Gabriela Archancela de Oliveira	5	
14	Ignácio de Moraes	6	
15	Jacinto Gonçalves da Rocha	7	
16	João Cobra das Neves	7	
17	João Barboza de Siqueira	8	
18	José de Souza Oliveira	9	
19	José Joaquim do Amaral**	9	
20	José Joaquim do Amaral**	9	
21	José Antonio do Espírito Santo	10	
22	José de Oliveira Dorta**	10	
23	José Alves de Siqueira*	11	Canivete
24	José Domingues de Farias**	11	
25	José Domingues de Farias**	11	
26	José Alvares da Cruz*	11	Jaguary e Rio Abaixo
27	José de Oliveira Dorta**	11	

28	Manuel Joaquim Mourão	13	
29	Manuel Gonçalves Carneiro de Lima	13	
30	Manuel Gomes	13	
31	Marcellino de Oliveira Dorta	14	
32	Marcellino Pereira de Araujo*	14	Pântano
33	Maria Gertrudes	14	
34	Marianna de Lima	14	
35	Messias Franco de Oliveira	15	
36	Roque de Oliveira Dorta	16	
37	Salvador Cardozo de Camargo	16	Rio Acima
38	José Antonio Coito	10	
39	José Mariano de Godoy	10	
40	José Antonio Mariano da Silva	10	Anhumas
41	Peácido Ferreira Bueno	16	Boa Vista
42	Pedro de Oliveira Dorta	15	
43	Pedro Franco da Cunha	15	
	Bairro rural ITAPECHINGA	Folha	
1	Anna Francisca de Mello e outros	1	
2	Antonio Pereira da Silva	1	
3	Antonio Bicudo de Moraes	2	
4	Antonio Jacinto de Medeiros	2	
5	Clara Maria	3	
6	Francisco Pires Cardozo e sua irmã	5	
7	Frutuozo de Moraes Cardozo	5	
8	Gertrudes Maria da Conceição	5	
9	Izabel de Toledo	6	
10	João Rodrigues Bueno da Rocha	7	

11	João Pires	7	
12	José Antonio de Toledo	11	
13	Maria Cardozo	14	
14	Salvador Nardi de Vasconcellos	16	
	Bairro rural JACAREHY	Folha	
1	Anna Maria Cecília	1	
2	Antonio Francisco de Oliveira	2	
3	Antonio Leme	2	
4	Antonio da Silva Maia	2	
5	Bento Antonio de Oliveira	3	
6	Bernardino de Senna Bueno	3	
7	Carolina Maria da Silva	3	
8	Emigdio Cardozo da Silva	4	
9	Francisco Bueno de Moraes	5	
10	Francisco José de Oliveira	5	
11	Francisco de Oliveira Bueno	5	
12	Francisco José Macedo	5	
13	Gertrudes Vaz de Lima	6	
14	Henrique Alves de Oliveira	6	
16	Ignacio de Oliveira Preto	6	
17	Ignacio de Oliveira César, tutor de Joaquim, Elias e Gertrudes	6	
18	Jacinto Gomes de Moraes**, tutor de Jacintha, Angelica e Gertrudes	7	
19	Jacinto Gomes de Moraes**	7	
20	João Lopes da Silva**	7	
21	João Lopes da Silva**	8	
22	João Francisco Serafim	8	
23	João José Nardi	8	

24	João Francisco da Silva	8	
25	João Francisco de Godoy**	8	
26	João Francisco de Godoy**	8	
27	Joaquim Correa Bueno	9	
28	Joaquim Francisco de Oliveira	9	
29	Joaquim de Siqueira	9	
30	Joaquim Pedroso de Moraes	9	Caeté
31	José Maria de Oliveira*	10	
32	José Jacinto Benito	10	
33	José Mariano de Souza	10	
34	Manuel Gomes de Oliveira	13	
35	Maria Mendes	14	
36	Maria da Conceição	14	
37	Maria Cardozo de Oliveira	14	
38	Marianno Gomes da Silva	15	
39	Pedro da Silva Pinto	15	
40	Polycarpo Joaquim de Oliveira	16	
41	Salvador de Sena Bueno	16	
42	Salvador Pinto Marianno	16	
43	Silverio Pedrozo de Moraes	16	
44	Victoriano de Oliveira Bueno	17	
45	Zeferino Antonio Pinto Bastos	17	
	Bairro rural LOPO	Folha	
1	Anna Francisca	1	
2	Antonia de Oliveira Cezar	1	
3	Bernardo Moreira Cezar	3	
4	Claudina de Lima	3	

5	Domiciano de Oliveira Cezar	4	
6	Floriano de Oliveira Cezar	4	
7	Francisco Gonçalves da Silva	4	
8	Francisco Pires Pimentel	4	Rio Acima
9	Francisco Maciel da Cunha	5	
10	Germano Pires Correa	5	
11	Ignácio da Rocha	6	
12	Ignácio Xavier César	6	
13	Jacinta Xavier César	7	
14	Jacinto Ignácio de Souza	7	Água Cimprida
15	Jacinto Cerqueira Bueno	7	
16	João de Souza Penteadado	7	
17	João José da Silva	8	
18	Joaquim Mariano Bueno	8	
19	Joaquim Alves de Souza	8	
20	Joaquim Souza de Oliveira	8	
21	Joaquim Lisbino e Manuel	8	
22	Joaquim Teodoro da Silva, tutor dos órfãos Graciana, Candido e Camilo	9	
23	José de Oliveira Cezar	9	Rio Acima
24	José Felisberdo de Oliveira	9	
25	José de Camargo	10	
26	José de Souza de Oliveira	10	
27	José de Souza Oliveira Penteadado	11	
28	José de Souza Oliveira Penteadado, tutor da órfã Delfina	11	
29	José Pires Pimentel*	11	
30	José Pires Pimentel*, tutor do órfão Jeronimo	11	
31	José de Oliveira Cezar*	12	

32	José de Oliveira Cezar*	13	
33	Marcellino de Oliveira Dorta	14	
34	Maria Magdalena	14	
35	Maria de Souza	14	
36	Pedro Alves de Souza	15	
37	Quintiliano Alves do Prado	16	
38	Roque (escravo)	16	
39	Ricarda Maria de Lima	16	Araras
40	Salvador Bueno de Oliveira	16	
41	Theodoro Pinto de Oliveira	17	
42	Vicente de Oliveira Cezar	17	
	Bairro rural LUCAS	Folha	
1	Jesuina Justina Mariana Perruche	7	Posse, Phelipão, Morro Vermelho e Araras
	Bairro rural MATO DENTRO	Folha	
1	Antonio Alves de Oliveira	2	
2	Delphim da Silva e Oliveira	3	
3	Jacinto Monteiro Cardozo	7	
4	João Gomes da Silva	8	
5	José Oliveira Nunes	10	
6	Manuel Pedrozo de Moraes	13	
7	Maria Gertrudes	14	
8	Roza Maria de Oliveira	16	
	Bairro rural MORRO GRANDE	Folha	
1	Anna Francisca de Godoy	1	Uberaba
	Bairro rural MORRO VERMELHO	Folha	
1	Jesuina Justina Mariana Perruche	7	Posse, Phelipão, Lucas e Araras
	Bairro rural das MOSTARDAS	Folha	

1	Francisco Alves da Cunha	4	
2	Gabriela de Souza	5	
3	José de Godoy Bueno	11	
4	Modesto de Godoy Bueno	15	
5	Pedro Pires de Camargo	15	
6	Sebastião de Oliveira Preto	16	
	Bairro rural PÂNTANO	Folha	
1	Anselmo de Godoy Moreira	1	
2	Anselmo de Godoy Moreira	1	
3	Antonio Barbosa de Lima	2	
4	Antonio de Lima Bueno	2	
5	Antonio Barbosa de Lima	2	
6	Balthazar Vieira da Silva	2	
7	Barnabé Leme de Moraes e Silva	2	Anhumas, Campanha, Campestre e Beira do Campo
8	Bento José Leite	3	
9	Elias José	3	
10	Fermino Joaquim de Lima	4	
11	Francisca Emilia do Espirito Santo	4	
12	Francisco Antonio de Lima	4	
13	Francisco Pereira de Toledo	4	
14	Francisco Antonio da Silva	5	
16	Generozo Antonio de Lima	5	
17	Gertrudes Maria Conceição**, tutora de José, Joaquim, João e Elias	6	
18	Gertrudes Maria Conceição**	6	
19	Isidoro de Lima	6	
20	João Manuel Jardim	7	
21	João Rocha Lima	8	

22	João Antonio de Siqueira	8	
23	João José de Lima	8	
24	João Gomes de Moraes	8	
5	João Baptista Cardozo	8	
26	Joaquim de Oliveira Cardozo	9	
27	Joaquim Mariano de Souza	9	
28	José Antonio da Silva	10	
29	José Joaquim Franco	10	
30	José Antonio de Camargo	10	
31	José Castro Lima**	10	
32	José Castro Lima**	10	
33	José Francisco de Lima	10	
34	José de Moraes Souza	10	
35	José Francisco Pinto	10	
36	José de Oliveira Cezar	11	
37	Luiz Gonzaga de Moraes, tutor de Manuela	13	
38	Manuel Jacintho de Ávila, tutor de Marta	13	
39	Manuel da Silva Lima	13	
40	Marcellino Pereira de Araujo	14	Guaripocaba
41	Manuela Maria de Jesus	14	
42	Maria Angelica de Jesus	14	
43	Pedro José de Lima	15	
44	Romano de Souza Brito	16	
45	Salvador de Oliveira	16	
46	Theodora Maria de Jesus	17	
47	Theotonio da Silva Bueno	17	
	Bairro rural PASSA TRÊZ	Folha	

1	Bernardino Ferreira de Toledo	3	Sertãozinho, Rio Abaixo
2	Emygdio Cardozo da Silva	4	
3	Francisco José de Godoy	4	
4	Francisco Antonio de Godoy	5	
5	Gertrudes Lucia de Jesus	6	
6	João Rodrigues Ferraz	8	
7	João Marques Gomes	8	
8	Joaquim Rodrigues de Godoy	9	
9	Joaquim Alves de Oliveira	9	
10	Joaquim Mendes	9	
11	José Marcellino de Toledo	11	
12	José Joaquim da Silva	11	
13	José Joaquim de Godoy	11	
14	José Francisco de Godoy	11	
16	José Mathias de Oliveira**, tutor dos órfãos Francisco, João e Roza	11	
17	José Mathias de Oliveira**	11	
18	Manuel Antonio Franco	13	
19	Maria Pires de Moraes	14	
20	Maria Emilia de Jesus	14	
21	Modesto Ortiz de Camargo	15	
	Bairro rural PEDROZO	Folha	
1	Esmeria Maria de Jesus	4	
	Bairro rural PHELIPÃO	Folha	
1	Jesuina Justina Mariana Perruche	7	Posse, Lucas, Morro Vermelho e Araras
	Bairro rural PINHAL	Folha	
1	Anna Maria de Jesus	1	
2	Anna Maria de Jesus	1	

3	Generozo de Godoy Bueno	5	
4	Jacintha Maria de Oliveira	7	
5	João Domingues de Siqueira	7	
6	José Domingues Bueno	9	
7	José de Souza Pereira, tutor de Florencia	9	
8	Maria Thereza de Jesus	14	
9	Modesto de Godoy Bueno	15	
10	Pedro Domingues Paes	15	
11	Roque de Souza Pereira	16	
12	Roza Franca	16	
	Bairro das rural PITANGUERAS	Folha	Solicitou no bairro
1	Alexandre Pires de Camargo	1	
2	Antonio de Lima Cezar	1	
3	Antonio José Alves Cordeiro	2	
4	Custódio Pires Cardozo	3	
5	Francisco de Lima Cezar	4	
6	Jeremias José de Almeida	7	
7	Joaquim Antonio Gonçalves	9	
8	José Joaquim Vieira	10	
9	Luiz Pereira de Andrade	13	
10	Manuel Pedrozo de Oliveira	13	
11	Manoela de Oliveira	14	
12	Pedro Antonio de Oliveira	15	
13	Roza Maria de Jesus**	16	
14	Roza Maria de Jesus**	16	
16	Salvador Francisco Alves	16	
17	Thereza Maria de Jesus	17	

	Bairro rural PONTE ALTA	Folha	
1	Antonia Maria de Lima	1	
2	Antonio José de Miranda	2	
3	Bento Domingues da Silveira	3	
4	Francisco da Cunha Ramos	4	
5	Herdeiros de João Francisco Gomes	6	
6	João de Oliveira Preto	7	
7	Joaquim de Oliveira Preto	9	
8	Joaquina Maria de Oliveira	9	
9	José Antonio	12	
10	Luiz Manuel da Silva Leme	13	Rio Acima e Araras
	Bairro rural PONTE	Folha	
1	João Pedro de Camargo	8	
2	Joaquim de Mello da Silva	9	
3	José Antonio	12	
4	Simplicio Bueno de Siqueira (Padre)	16	
	Bairro rural POSSE	Folha	
1	Elisbão José de Souza	3	
2	Jacinto Ignácio de Souza	7	Lopo
3	Joanna Maria de Oliveira	7	
4	Joaquim Antonio Cardozo	8	Várzea Grande
5	Justo de Lima Campos	12	
6	Lorenço da Silva Pinto	12	
7	Mariano Antonio Fagundes	15	Rio Abaixo
	Bairro rural LUCAS	Folha	
1	Jesuina Justina Mariana Perruche	7	Posse, Phelipão, Morro Vermelho e Araras
	Bairro rural RIBEIRÃO	Folha	

1	Francisca Antonia de Lima	4	Arraial
	Bairro rural RIO ABAIXO	Folha	
1	Antonio Cardozo de Oliveira	1	Campo da Servidão
2	Antonio João Boaventura	2	
3	Beraldo Innocencio de Almeida Leme	3	
4	Bernardino Ferreira de Toledo	3	Sertãozinho e Passa três
5	Bráz Antonio Moreira	3	
6	Cypriana Francisca Peruche	3	
7	Dionizio Domingues de Farias	3	
8	Félix Domigues de Faria	4	
9	Francisco Cardozo de Oliveira	4	
10	Francisco da Silveira Franco	4	Uberaba
11	Francisco Domingues de Faria	4	
12	Francisco Soares de Pugas	4	
13	Francisco Antonio de Toledo	4	Estiva
14	Francisco Antonio Torquato	4	Canivete
16	Francisco Emilio da Silva	5	
17	Francisco de Paula Camargo	5	
18	Francisco de Assis Vale	5	
19	Genoveva Rorigues	5	Campo da Ponte e Rio Jaguari
20	Gertrudes Maria da Conceição	5	
21	Henrique Pires Pimentel	6	
22	Ignácio Souza Moraes, tutor de José	6	
23	Jacinto Pires Barboza	7	
24	Jacinto Pires Cardozo	7	
5	João Nunes Macedo	8	
26	Joaquim Antonio de Moraes	9	

27	José Francisco da Rocha	10	
28	José Braboza da Silva	10	
29	José Joaquim do Amaral	10	
30	José Rodrigues de Siqueira	11	Araras
31	José Pedro Rodrigues	11	
32	José Alvares da Cruz	11	
33	José Pedro de Moraes	12	
34	José Mariano de Souza	12	
35	Lauriano Pires de Moraes	12	
36	Leonel José de Oliveira	12	
37	Lino Gonçalves de Oliveira	12	
38	Lina Severina de Silveira Freire	12	
39	Lino Rodrigues Barboza	12	Várzea Grande
40	Lorenço José Gonçalves	12	
41	Manuel Domiciano de Pontes	13	
42	Manuel Nóbrega da Luz	14	
43	Manuel de Souza Araujo	14	
44	Marcellino Nardi	14	
45	Maria Franca de Camargo e filhos	14	
46	Maria Custódia de Jesus	14	
47	Maria Ortiz	14	
48	Maria da Cruz	14	
49	Mariana Pires de Siqueira	14	
50	Marianno Francisco Pires	15	
51	Marianno Pinto Tavares (Padre)	15	
52	Mariano Antonio Fagundes	15	Posse
53	Matheus Teles de Menezes	15	

54	Modesto Antonio Barboza	15	
55	Modesto Antonio de Ávila	15	
56	Pedro Cardozo de Moraes	15	
57	Raymundo Alves de Oliveira	16	
58	Raymundo José Barbosa	16	
59	Salvador Paes Maciel	16	
60	Salvador Gonçalves Moraes	16	
61	Salvador Cardozo de Oliveira	16	
62	Seraphim de Oliveira	16	
63	Silvério de Godoy Moreira, tutor de Felício	16	
64	Theodoro José Barbosa	17	
65	Vicente Domingues de Oliveira	17	
66	Vicente Cardozo de Moraes	17	
67	Vicente Domingues	17	
68	Zacarias Teixeira Guimarães, tutor de Theodoro	17	
69	Zeferino Antonio Pinto Bastos	17	
	Bairro rural RIO ACIMA	Folha	
1	Anna Custódia	1	
2	Antonio Cunha de Moraes	2	
3	Francisco Pires Pimentel	4	Lopo
4	Francisco de Salles Cunha, curador de 2 órfãos	5	
5	Ignácio da Cunha Moraes	6	
6	João de Souza Oliveira	7	
7	João da Cunha de Moraes	7	
8	João da Cunha Moraes	8	
9	Joaquim Pinto Cardozo	9	
10	José de Oliveira Cezar	9	Lopo

11	José Maria de Moraes	10	
12	José da Cunha	12	
13	Luiz Manuel da Silva Leme	13	Ponte alta e Araras
14	Manuel Cardozo	13	
16	Manuel Francisco Pires	14	
17	Salvador Cardozo de Camargo	16	Guaripocaba
	Bairro rural Roza Mendes	Folha	
1	João Antonio da Silva	8	
2	João Domingues de Siqueira, tutor de Benedita	8	
3	José Ferreira Padilha	11	
4	José Antonio da Silva	12	
5	Pedro Antonio de Toledo	15	
	Bairro rural SÍTIO SERTÃOZINHO	Folha	
1	Antonio Pereira de Vargas	1	
2	Bernardino Ferreira de Toledo	3	Passa Três, Rio Abaixo
3	José Joaquim de Moraes Dantas	10	
	Bairro rural SÍTIO MONTE ALEGRE	Folha	
1	Antonio Moreira de Lima	1	
	Bairro rural TIBIRIÇA (Biriça)	Folha	
1	Antonio Alves de Oliveira	2	
2	Feliciano José de Lima	4	
3	Gertrudes Maria da Conceição	6	
	Bairro rural UBERABA	Folha	
1	Aleixo José de Godoy	1	
2	Francisco da Silveira Franco	4	Rio Abaixo
3	Gertrudes Maria Pires	5	
4	José Antonio de Oliveira	11	Alto da Santa Cruz

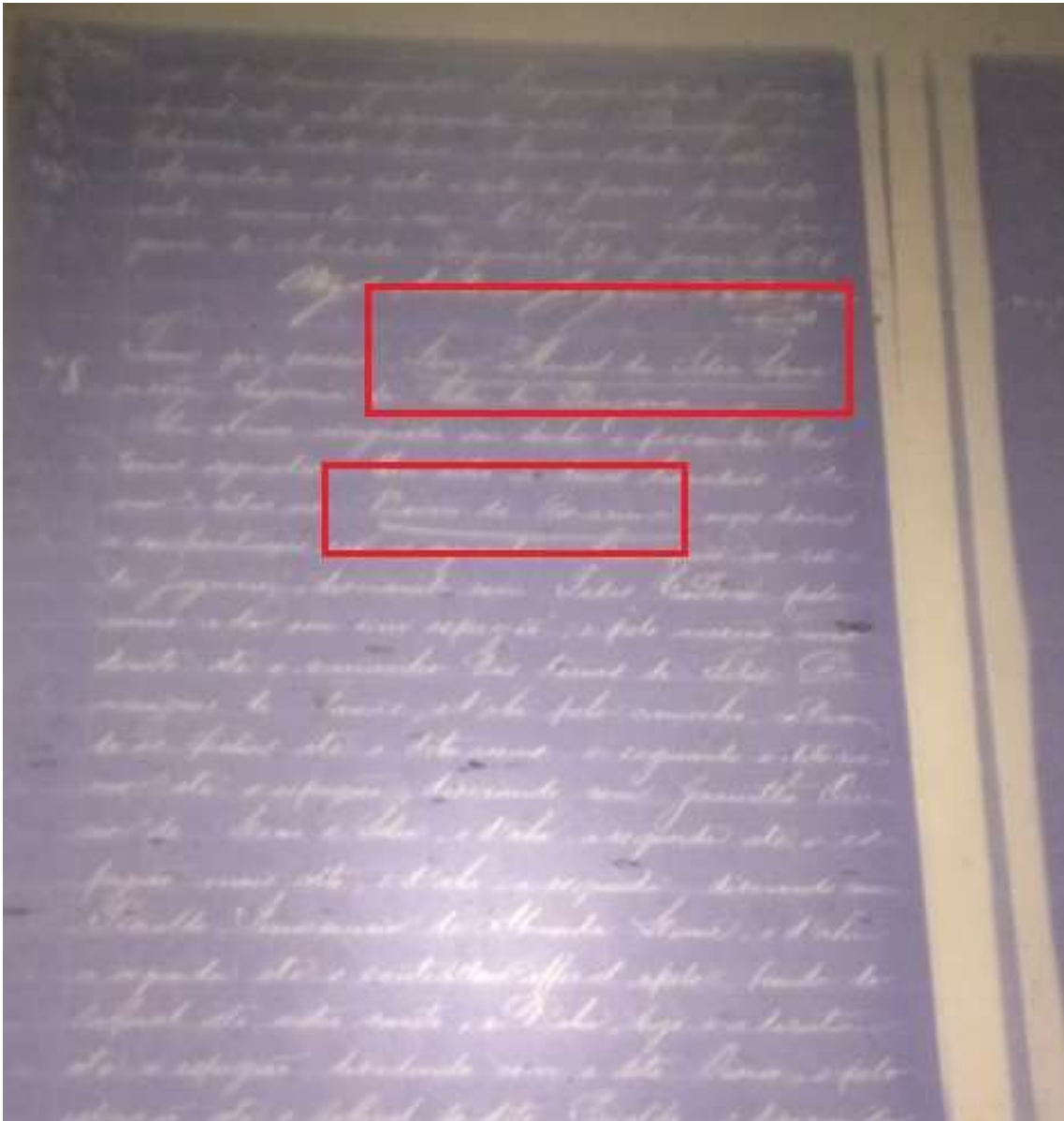
5	Manuel Joaquim de Godoy	13	
6	Raymundo José Lopes	16	
	Bairro rural VÁRZEA GRANDE	Folha	
1	Agostinho José Marques	1	
2	Antonio Lorenço da Cunha*	2	
3	Antonio Lorenço da Cunha*, tutor de Dionizio	2	
4	Antonio Lorenço da Cunha*, tutor de Jacinto	2	
5	Antonio Lorenço da Cunha*	2	
6	Antonio Lorenço da Cunha*	2	
7	Félix Dias Vieira	4	
8	Francisco José Gonçalves	4	
9	Francisco Antonio Bueno	5	
10	Gertrudes Libania de Toledo, tutora de Manuel	5	
11	Gertrudes Libania de Toledo, tutora da órfã Carolina	6	
12	Gertrudes Libania de Toledo, tutora de Maria do Carmo	6	
13	Gertrudes Libania de Toledo, tutora de Francisco	6	
14	Gertrudes Maria de Jesus	6	
16	Herdeiros de Maria Francisca do Espirito Santo	6	
17	Izabel Maria de Jesus, tutora de Maria	6	
18	Joanna Cardoso	7	
19	Joanna Peçanha Falcão	7	
20	Joaquim Antonio Cardozo	8	Posse
21	Joaquim Preto de Godoy	9	
22	Joaquim Martinho Gonçalves	9	
23	José Gonçalves da Cunha	10	
24	José Antonio Bueno	11	
5	José de Godoy Bueno	11	

26	José Joaquim da Costa	11	
27	Lino Rodrigues Barboza	12	Rio Abaixo
28	José Antonio de Toledo	12	
29	Manuel Pedrozo de Moraes	13	
30	Maria Custódia	14	
31	Mariana Antonia do espirito Santo	15	
32	Marianna Maria de Jesus	15	
33	Pedro Leme de Moraes	15	
34	Pedro Lorenço da Cunha	16	
35	Prudencio Antonio Siqueira	16	
36	Victorina Barboza de Lima	17	Araras (Lima)
	FORA DOS BAIRROS	Folha	Onde
1	Aleixo Pires de Oliveira	1	Divisa com Rio Jaguari
2	Michaela D'Albertim Lanoija	1	Terreno inicia no beco da Rua da Palha
3	Antonio Justino do Reis	2	Chácara nos Subúrbios da Vila
4	Elevário Cardozo da Silva	3	Terras divisa com Rio Jaguary
5	Floriana Bernardina do espirito Santo	4	Terras iniciam na ponta do Valla?
6	Giovanna Rodrigues	5	Rio Jaguari
7	Gertrudes Maria Rodrigues	5	Terras iniciam na ponta do Valla?
8	Ignácio Nunes	6	Terras iniciam na ponta do Valla?
9	Jacinto Gomes de Moraes	7	Terras que iniciam no Ribeirão
10	Jesuina Maria de Jesus	7	Terras que iniciam no córrego
11	João Francisco Vieira	7	Terras na estrada de Bragança
12	Joaquim José de Toledo	9	Córrego Aguada
13	Joaquim de Souza Pinheiro	9	Terreno inicia na barra do córrego
14	José de Souza Oliveira Penteadado, tutor do órfão Candido	11	Terras divisa com Francisco Pires Pimentel e córrego
16	José Justino de Faria	11	Divisa com vallas e campos e realengos

17	José Mariano Barboza	11	Terras na divisa do forte de Caraguata
18	José Alves de Castro	11	Terras de cultura que iniciam no ribeirão da cidade
19	José Antonio da Silveira	12	Terras de cultura divisa com José da Silveira Franco
20	José Antonio Faria	12	Terras que iniciam no ribeirão, segue caminho velho?
21	José Gonçalves dos Reis	12	Terreno unido ao córrego da aguada
22	Luiz Alvares da Cruz	13	Terras divisa com ribeirão da estrada?
23	Manuel Antonio de Oliveira	13	Terras iniciam na água da estrada?
24	Manuel Pedrozo de Moraes	13	Terreno entre Jacaré e Anhumas
25	Manuel Joaquim Dantas	13	Terras divisa com estrada de Campinas?
26	Raphael Lopes Correa	14	Terras iniciam na estrada

ANEXO 2





Reprodução da foto filmagem do “Registro Paroquial de Terra” (1854-1856) do Senhor Luiz Manuel da Silva Leme, no bairro rural do Rio Acima








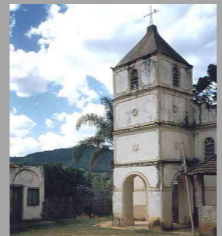

Fonte: Arquivo Público do Estado de São Paulo. Livro 28 página 13 - Bragança Paulista. Grifo 1: Luiz Manuel da Silva Leme. Grifo 2: Bairro do Rio Acima.

ANEXO 3




Tabela de Capelas Filiais no território do Município de
Bragança em 1919

n°	Nome da Capela (1916)	Construção	Situação	Provimento	Nome da Capela (1919)	Bairro	Registro antigo	Registro atual	Localização Atual
1	Santa Cruz dos Enforcados	*	Particular	28/04/1917	Santa Cruz dos Enforcados	Centro - Rua da Liberdade. Patrimônio tombado.			Centro Bragança Pta.
2	Santa Cruz	*	Pública	15/03/1917	Santa Cruz do Taboão	Bairro Canivete - Taboão	*	*	Bairro de Bragança Pta.
3					Santa Cruz do P. Simplício	Bairro dos Curytibanos	*	*	Bairro periférico de Bragança Pta.
4	Santa Cruz	*	Particular	07/08/1916	Santa Cruz	Bairro Itapechinga	demolida	Demolida	Bairro de Bragança Pta
5					Santa Cruz da Posse	Bairro da Posse	*	*	Bairro Rural de Bragança Pta
6					Santa Cruz do Rio Acima	Bairro Rio Acima		Demolida	Bairro rural de Vargem
7	Santa Cruz	*	Pública	07/05/1917	Santa Cruz do Araras	Bairro Araras	*	*	Bairro de Pinhalzinho
8					Santa Cruz	Fazenda Velha	*	*	*
9	Nossa Senhora da Conceição	1904	Pública	31/01/1917	Santa Cruz do Pinhal	Bairro Pinhal	*	*	Bairro rural de Pinhalzinho SP
10					Santa Cruz do Campestre	Bairro Campestre	*	*	Bairro rural de Pedra Bela SP
11					Santa Cruz dos Anhumas	Bairro Anhumas	*	*	Bairro rural de Vargem
12	São Sebastião ou Santa Cruz	05/05/1906	Pública	29/03/1917	Santa Cruz da Água Cumprida	Bairro da Água Cumprida		Demolida	Bairro rural de Bragança Pta.
13					Santa Cruz do Campo Novo	Bairro do Campo Novo	*	*	Bairro rural de Bragança Pta.
14					Santa Cruz do Guaripocaba	Bairro do Guaripocaba	*	*	Bairro rural de Bragança Pta.
15	Santa Cruz	*	Pública	25/10/1916	Santa Cruz de Agudo	Bairro de Agudo	*	*	Bairro rural de Bragança Pta.
16					Santa Cruz de Rosa Mendes	Bairro Rosa Mendes	*	*	Bairro rural de Pinhalzinho
17					Santa Cruz dos Atibaianos	Bairro Atibaianos	*	*	Bairro rural de Bragança Pta.
18	Santa Cruz	*	Particular	09/05/1917	Santa Cruz (Araras)	Fazenda Theóphilo Leme	*	*	Bairro rural de Bragança Pta.
19					Coração de Jesus	Faz. Capitão José Vieira Silva	*	*	*
20					Bom Jesus	Cemitério do Santíssimo	*	Demolida	*
21	Imaculada Conceição	*	Particular	10/12/1917	Imaculada Conceição	Faz. Cel. Affonso Ferreira	*	*	Terras são parte da faz. Boa Esperança

22	Imaculada Conceição	*	Particular	10/10/1918	Imaculada Conceição	Faz. Jaboticabal, Capela fica dentro da atual Fazenda Dona Carolina	*		Área rural de Itatiba- SP
23	Nossa S. do Bom Sucesso	1902	Pública	29/03/1917	N. S. do Bom Sucesso	Bairro Guaripocaba	*	*	Bairro rural de Bragança Pta.
24	Nossa Senhora do Belém	*	Particular	07/01/1917	N. S. do Belém	Bairro Ponte Alta			Bairro rural de Vargem SP
25					N. S. do Parto	Bairro Anhumas	*		Bairro rural de Bragança Pta.
26	Nossa Senhora de Copacabana	*	Particular	31/01/1917	N. S. da Copacabana	Bairro Pinhal	*		Igreja Matriz, centro de Pinhalzinho SP
27					N. S. Mãe dos Homens	Bairro Mãe dos Homens. A primeira capela foi demolida e a nova, foi construída na frente.			Bairro periférico de Bragança Pta.
28					N. S. da Penha.	Bairro Penha, primeira capela foi demolida, construiu-se outra próximo ao local inicial.			Bairro periférico de Bragança Pta.

29	Nossa Senhora Aparecida	15/01/1885	Pública	01/03/1917	N. S. Aparecida	Bairro Lopo	*		Bairro rural de Vargem SP
30					N. S. das Brotas	Faz. D. Anna Moura Cintra	*	*	*
31					N. Senhora da Dores	Bairro Biriça		Não Localizada.	Bairro rural de Bragança Pta.
32					São José	Faz. Antonio Lopes Coelho	*	*	*
33					São José	Bairro Taboão			Bairro de Bragança Pta.
34					São José	Fazenda Velha	*	*	*
35	Sant'anna	*	Semipública	25/07/1916	Sant'anna	Faz. Cel. Jacinto Ozório	*	*	*
36	São João	*	Semipública	23/06/1917	São João Baptista	Faz. Major Fernando Valle			Santa Libania, bairro central de Bragança Pta.
37					São Pedro	Bairro Rosa dos Mendes	*	*	*
38					São Benedicto	Bairro dos Limas			Bairro rural de Vargem SP

39					São Benedito	Bairro Mãe dos Homens	*		Bairro periférico de Bragança Pta.
40					São Braz	Bairro Mãe dos Homens	*	*	Bairro periférico de Bragança Pta.
41	São Caetano	15/01/1885	Semipública	29/03/1917	São Caetano	Faz. Cel. João Leme	*	*	*
42	Santo Antonio	*	Particular	27/05/1917	Santo António	Faz. Major Olegario Elias	*	*	*
43					Santo Antonio	Bairro do Arraial	*		Bairro rural de Tuiuti SP.
44					Santo António	Bairro do Passa Três			Bairro rural de Tuiuti SP.
45					São Sebastião	Faz. Cel. Olegário Leme	*	*	*
46	São Sebastião	*	Pública	07/01/1917	São Sebastião	Bairro Ponte Alta		Demolida	Bairro rural de Vargem SP.
47					São Sebastião	Bairro da Estiva	*	*	Bairro rural de Bragança Pta.
48					São Sebastião	Bairro da Água Cumprida	*		Bairro rural de Bragança Pta.
49					São Sebastião	Bairro dos Anhumas	*	*	Bairro de Vargem.

50					São Sebastião	Bairro Pedra Grande			Igreja Matriz de Pedra Bela, centro.
51					Santa Theresa	Bairro das Pitangueiras	*	*	Bairro de Pedra Bela.
52	Santa Luzia	*	Pública	23/01/1918	Santa Luzia	Bairro Itapechinga	*		Bairro de Santa Luzia em Bragança Pta.

